

Abril 2019

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

DW CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola



DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimentos públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Investimentos China em Angola](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, Semanário Africa, O PAÍS, Economia e Finanças, O Crime, Expansão, e O Perfil.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos do Henda, Info Sambila, Voz de Cacuo e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

Redação

Sobriano César Capitão

Conselho de Edição

Allan Cain, João Domingos e
Massomba Dominique

Editado por

Development Workshop - Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email: cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill & Melinda Gates
International Development Research Centre
Civil Society Challenge Fund
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW– CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete part or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

ÍNDICE

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	7
1.1 Maptss publica pela primeira vez estatística do mercado de trabalho	7
1.2 Transferências de 5 mil Kz por mês a 800 mil famílias para mitigar impacto social	7
1.3 INE confirma recessão da economia pelo terceiro ano consecutivo	8
1.4 52 Em cada 100 jovens estão desempregados	9
1.5 Taxa de desemprego cresce oito por cento	9
1.6 Desemprego atinge 28,8%	10
1.7 Reforma da segurança social entre novos financiamentos	11
1.8 Mais desemprego e mais greves de trabalhadores em Angola	11
1.9 Caminhos para a implementação da Segurança Social em Angola (Conclusão)	12
2. MICROFINANÇAS	14
2.1 Luanda concentra 90% dos créditos e 95% dos depósitos da banca	14
2.2 Mais de 250 mil jovens podem sair do desemprego	14
3. MERCADO INFORMAL	16
3.1 Aumentou o número de crianças e zungueiras	16
3.2 Redução do mercado informal por via transparência fiscal	16
3.3 Exploradores de madeira agem à margem da Lei	17
3.4 «A higiene e os acessos ao mercado melhoraram muito»	18
3.5 Polícia impede contrabando de combustível na fronteira	18
3.6 Fiéis da Diocese de Viana sufocados pela acção de taxistas e vendedores	19
3.7 Vendedoras aprendem a poupar rendimento	20
4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA	22
4.1 Jornal. Novo jornal	22
4.2 FMI obrigou Angola a deixar de usar petróleo como garantia	23
4.3 Financiamento interno bruto é um terço do total	23
4.4 Governo gasta 68,9 biliões de kwanzas	24
4.5 Peso da agricultura no PIB vai atingir 20%	25
4.6 Plano de desenvolvimento	26
4.7 Mais de mil alunos deixam de estudar de baixo de árvores	27
4.8 Cidadãos participam na elaboração do OGE	27
4.9 Disponibilidade de dados não financeiros no OGE aprovado	28
4.10 FMI recomenda cautela dívida pública angolana está a sufocar o país	29
4.11 Petróleo bate os usd 70 e abre discussão sobre OGE	30
4.12 Revisão do OGE com corte de 30% nos Projectos de Investimento Público	31
4.13 Deputados fiscalizam OGE nos municípios	31
4.14 FMI obriga Governo a cortar investimento público para não aumentar dívida	32
4.15 FMI obriga Governo a cortar investimento público para não aumentar dívida	33
4.16 OGE para 2019 é revisto em baixa	34
5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃ-O E CIDADANIA	36
5.1 ADRA pede calma aos partidos políticos e promete não concorrer as eleições autárquicas	36

5.2	APROVADOS RELATORIOS SOBRE PACOTE LEGISLATIVO AUTARQUICO	36
5.3	Conformação da figura político-constitucional das Autarquias Locais na Constituição angolana	37
5.4	Autarquias votação na generalidade com 11 leis mas podem ser mais	39
5.5	Mulheres apoiam candidatura de David Mendes para autarquia do Cazenga	40
5.6	Adão de Almeida está em Portugal	40
5.7	Angola prepara novo modelo de gestão do território com visita a Portugal	41
5.8	Projecto AGIR discorda de normas da proposta de lei	41
5.9	Projecto de lei pretende contrapor gradualismo geográfico	42
5.10	MPLA capacita quadros para eleições autárquicas	42
5.11	Autarquias: interesse nacional acima das agendas partidárias	43
5.12	Jovens incentivados a aderir às autarquias	44
5.13	Legislação sobre autárquicas concluída no ano das eleições	44
5.14	80% dos municípios não conseguem ser autónomos financeiramente	45
5.15	Deputados discutem leis sobre autarquias Adelina Inácio	46
5.16	Governo defende eleições autárquicas graduais e nesta fase apenas ao nível municipal	46
5.17	MPLA e o Gradualismo Geográfico: Razões do seu Ser e Entendimento	47
5.18	Parlamento discute leis autárquicas	49
5.19	Manifestação contra o "gradualismo"	51
5.20	Manifestantes invadem sede do parlamento por discordarem do gradualismo geográfico	52
5.21	Proposta de Lei sobre as Eleições Autárquicas passa na generalidade	52
5.22	Autonomia financeira local	54
5.23	"Poder local vai ser revolução na vida das pessoas"	55
5.24	Executivo rejeita preferências por municípios desenvolvidos	60
5.25	A vitória do bom senso e do realismo	61
5.26	"Sobas sem povo" com os dias contados	62
5.27	Sociedade Civil está favorável ao gradualismo	63

6. URBANISMO E HABITAÇÃO 64

6.1	País precisa de renovar cartografia com urgência	64
6.2	Postos de média tensão podem desabar no bairro das Lagostas	65
6.3	Urbinvest de Isabel Dos Santos desalojada do estádio 11 de Novembro	66
6.4	"Respeitem os moradores eles são zangados"	66

7. TERRA 79

7.1	Bairro há muito esquecido	79
7.2	Casotas do kitondo I demolidas e moradores estão sem direcção	79
7.3	Grandes fazendas chegam à fase de privatização	80
7.4	Indemnizações a ex - fazendeiros começam a ser pagas em Maio	81
7.5	João Baptista Kussumua: O Comediante da corrupção	81
7.6	Privatização das seis fazendas arranca este mês	83
7.7	Esquecidos em casebres desde 2007 nos fundos do golfe II	83
7.8	Pinda Simão desaconselha construções em reservas fundiárias e em zonas de risco	84

8. URBANISMO E HABITAÇÃO ERRO! MARCADOR NÃO DEFINIDO.

8.1	Corte de energia faz reduzir fornecimento de água	85
8.2	Moradores privados de energia eléctrica	85
8.3	Consumo de água impropria constitui um crime a saúde pública	86
8.4	Localidade de txinguvo e txanba tem água potável pela primeira vez	86
8.5	Aldeões consomem água de tom verde	87
8.6	Doenças hídricas no Kilamba devido à má qualidade da água	88
8.7	Braço-de-ferro entre empresa e sindicato pode aumentar crise de água em Luanda	88
8.8	Falta de água moradores pensam manifestar-se junto da Administração	89

8.9	Greve na EPAL pode cortar fornecimento de água na capital	89
8.10	Inspecção sanitária põe em dúvida a qualidade actual da água potável	90
8.11	População é aconselhada a ferver a água que recebe	91
8.12	Epal limpa tanques de água no Kilamba	92
8.13	Apenas 30% da população tem acesso à água potável	92
8.14	Distribuição de água potável com restrições programadas	93
8.15	Malária mata 90 pessoas em três meses no Lubango	93
8.16	EPAL tem dificuldade em distribuir água	94
8.17	Água de cor castanha jorra nas torneiras de Ondjiva	94
8.18	Água potável chega à localidade do Tchituto	95
8.19	Água rara	95
8.20	MINEA está a reabilitar todos sistemas de água	96
8.21	Especialistas defendem apoio social às 800 mil pessoas afectadas	97
8.22	EPAL	97
8.23	Angola energia 2025 vai facilitar acesso as populações	97
8.24	Ganhos da paz ainda insuficientes na melhoria da vida dos cidadãos e na vertente económica	98
8.25	Cidades do litoral reforçadas com meios de recolha de lixo	99
8.26	A minha rua e "a mega drenagem"	100
8.27	Seis mil toneladas de lixo por dia	101
8.28	GPL coloca novo modelo de limpeza em «stand-by»	102
8.29	Aterro sanitário Em fase conclusiva	102
8.30	«Coloco sacos para pagar as minhas propinas»	103
8.31	Desabafo «Este dinheiro é uma miséria para tanto esforço e risco»	103
8.32	Um «ganha-pão» que emerge dos estragos das chuvas	104
8.33	Nenhum trabalhador ficou sem receber salário	105
8.34	O saque e os abusos do PCA da ELISAL	105
8.35	Aumentam no Bengo os casos de malária	108
8.36	Malária mata 90 pessoas em três meses no Lubango	108

9. GÉNERO E VIOLENCIA

110

9.1	Está demais...	110
9.2	Um crime motivado pela ânsia de justiça	110
9.3	Criminalidade é como as promessas: não pára de crescer	111
9.4	Mas há uma outra espécie de Criminalidade	112
9.5	Caos e crime numa coisa que é tudo menos... País	113

10. AMBIENTE

115

10.1	Pesca marítima excessiva prejudica o ecossistema	115
10.2	Combate à seca envolve 200 milhões de dólares	115
10.3	Plantar florestas urbanas para combater poluição	115
10.4	Executivo investe usd200 milhões para a construção de vários projectos	117
10.5	Seca Mata mais de 12 mil cabeças de gado	117
10.6	Inaugurada em Malanje uma fabrica de madeira	118
10.7	Cunene recebe meios para combater a seca	119
10.8	Exploradores de madeira agem à margem da Lei	119
10.9	«Coloco sacos para pagar as minhas propinas»	120
10.10	Madeira abre portas a 130 trabalhadores	120
10.11	Ravinas no Panguila engolem residências	121
10.12	Um «ganha-pão» que emerge dos estragos das chuvas	122
10.13	Chuvas desalojam mais de 60 famílias	123
10.14	Milhares de famílias afectadas pela seca	124
10.15	Drama humanitário da seca alastra-se ao Kuando Kubango	124
10.16	Quando chove aqui ninguém dorme	126
10.17	Angola coordena grupo africano sobre o clima	126

10.18	Seca força abandono escolar no Cunene	126
10.19	Postos de média tensão podem desabar no bairro das Lagostas	127
10.20	Projecto agrícola apoia famílias camponesas afectadas pela seca	128
10.21	Mazelas da chuva	129
10.22	Afectados pela seca vão receber apoio alimentar	129
10.23	Seca no Cunene força encerramento de escolas	130
10.24	“Madeira retida possui documentos requeridos”	130
10.25	Seca e absentismo escolar no Cunene	131

11. EXPLORAÇÃO MINEIRA **133**

12. MIGRAÇÃO **133**

13. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA **134**

13.1	Balança comercial com China favorável ao país	134
13.2	Empresários chineses convidados a investir	134
13.3	China está atenta às reformas em Angola	135
13.4	Manuel Vicente, Dino e Kopelipa os “Kings” do CIF	135
13.5	Trocas comerciais: Angola no segundo lugar do 'ranking' com a China	136
13.6	Angola busca investimento chinês para zee	136

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 Maptss publica pela primeira vez estatística do mercado de trabalho

Jornal Economia e Finanças
12 De Abril de 2019
Texto: Pedro Peterson

O mercado de trabalho gerou no, exercício económico de 2017, 20 mil 308 novos empregos, sendo o sector da Agricultura o que mais se destacou com 38,8 por cento, seguindo-se dos Transportes com 21,4.

Segundo o anuário de estatísticas do trabalho estruturado, publicado pela primeira vez em Angola, pelo Maptss, administração pública registou a inserção de 328 novos empregos, no âmbito do projecto geração de empregos.

O documento, que o JE teve acesso, sustenta ainda que, as empresas, no ano em análise, efectuaram 27 mil 276 colocações directas, das quais 37,7 por cento do sector de prestação de serviços que maior número de colocações registou, seguido do sector da construção civil com 26,9 por cento.

Os pedidos de emprego por habilitações literárias situam-se em 51 mil 495, sendo o 2º Ciclo o que maior número registou, 22 mil 744 que representa 44 por cento dos pedidos.

A faixa etária com maior predominância em termos de pedidos de emprego é a de 26 a 30 anos e de 21 a 25 anos, representando 32 e 29 por cento, respectivamente.

Administração Pública

O emprego público em todos os sectores, com excepção do pessoal civil das Forças Armadas, da Polícia Nacional e da Assembleia Nacional foi de 385 mil 423 funcionários e agentes administrativos.

Os sectores que apresentaram maior número de funcionários foram os da educação (169 mil 280) e da saúde' (88 mil 264), valores que correspondem a 44 e 23 por cento, respectivamente.

Na distribuição por âmbito, a administração local é a que apresenta maior número de funcionários públicos com 88 por cento, enquanto a central com 12 foi a

que apresentou menor número de funcionários públicos.

Já na distribuição dos funcionários por género, o sexo masculino é o que registou maior concentração de funcionários com 58 por cento, sendo o feminino com 42 por cento dos funcionários.

A nível da formação, a Enad realizou 131 acções, representando uma taxa de 93 por cento superando o período homólogo que registou uma taxa de 46. A faixa etária que mais adesão teve aos cursos foi a dos 31 aos 40 anos com 42 por cento.

De realçar que comparativamente com os anos transactos, o ano de 2017 foi o único que o sexo masculino ultrapassou em quantidade o sexo feminino.

A nível do Siac, foram registados no sector público administrativo um total de 691 mil 977 atendimentos com uma variação homóloga de 08 por cento.

O sector empresarial público e privado, registou um total de 2.051.344 atendimentos, verificando uma variação com o período homólogo de 12 por cento.

No domínio de Segurança Social, o sistema, registou um total de 142 mil 199 contribuintes, um milhão 638 mil 393 segurados e 132 mil 176 pensionistas

I.2 Transferências de 5 mil Kz por mês a 800 mil famílias para mitigar impacto social

Jornal Expansão
12 De Abril de 2019
Texto: José Cassanda

Angola está a negociar com o Banco Mundial um terceiro financiamento para implementar um programa que vai transferir 5 mil Kz por mês durante um ano a 800 mil famílias, de forma a mitigar os impactos dos aumentos de preços da luz, água, transportes públicos e água que resultarão após o fim da subsídio estatal a estes serviços.

Em Junho, o 'board' do Banco Mundial vai avaliar um financiamento de 330 milhões USD denominado "Angola Social Safety Nets" (Rede de Segurança Social de Angola, tradução livre), cujo objectivo passa por "mitigar os impactos da reforma aos subsídios com apoio temporário" a transferências de dinheiro para "famílias pobres em áreas seleccionadas, bem como para fortalecer os mecanismos para o desenvolvimento de um sistema de rede de segurança social.

A primeira componente deste programa que se junta a outros dois financiamentos do Banco Mundial para complementar a intervenção do Fundo Monetário Internacional no País (ver artigo anterior), prevê a transferência de 5 mil Kz por mês (equivalente a 15 USD) por família durante um ano, medida a implementar até 2020. Os beneficiários serão seleccionados depois de o Governo realizar um processo de prospecção denominado Cadastro Social Único, no qual serão utilizados uma combinação de segmentação geográfica e um processo de verificação da situação de pobreza envolvendo pesquisas domiciliares e uma validação final da comunidade, refere o documento a que o 'Expansão teve acesso. Neste processo, o Banco Mundial espera que sejam registados até 2 milhões de famílias potencialmente elegíveis para receber as transferências monetárias.

Ao fim de um ano, uma parte dessas famílias será integrada noutros programas complementares que serão implementados no âmbito deste financiamento. Os pagamentos serão feitos através de agências de pagamento, "seleccionadas com base na qualidade e nos custos dos serviços que oferecerão para facilitar o acesso dos beneficiários aos fundos", que entregarão "as transferências por meio de instrumentos de pagamento electrónico (inicialmente, cartões de débito) vinculados a uma conta bancária de transacção básica, configurada especificamente para o programa.

Mundial sobre o financiamento de 500 milhões (peça ao lado) que será avaliado pelo 'board' daquela instituição também em Junho, é referido que a introdução de um programa que transferência de dinheiro em vez de transferência de géneros, à semelhança do Cartão Kikuia criado em 2013, é potencialmente mais favorável à diminuição dos impactos da subida dos preços.

O Cartão Kikuia trata-se de um programa de transferências sociais não monetárias que privilegia as viúvas com órfãos, pessoas com deficiência ou com doenças crónicas e antigos combatentes. Os beneficiários recebem um cartão com um crédito financeiro para comprar produtos alimentares, materiais escolares, insumos agrícolas e outros bens básicos. O documento do Banco Mundial revela que o Cartão Kikuia apresenta "múltiplos problemas ao serviço dos pobres", já que consistia em "transferências muito baixas", num processo cuja escolha dos beneficiários "não era transparente". O BM refere que as lojas onde os cartões podem ser utilizados "estão concentradas na capital", que têm oferta "baixa de produtos" e com "problemas técnicos no reconhecimento dos cartões", acrescentando ainda o facto de as "alocações para o programa não se materializaram consistentemente".

J.C.

I.3 INE confirma recessão da economia pelo terceiro ano consecutivo

Jornal Expansão

18 De Abril de 2019

Texto: Martins Chambassuco

A economia angolana recuou 1,7% em 2018, revelando um desempenho negativo do Produto Interno Bruto (PIB) pelo terceiro ano consecutivo, revelam as Contas Nacionais (CN) trimestrais do Instituto Nacional de Estatísticas (INE) referentes ao IV trimestre do ano passado.

Os dados publicados pelo INE confirmam as projecções do Fundo Monetário Internacional (FMI), no relatório do corpo técnico elaborado no âmbito do programa de financiamento ampliado pelo Governo, onde previa a terceira recessão da economia nacional. Aquela instituição multilateral apontou a uma contracção de 1,7% do Produto Interno Bruto (PIE) no ano passado.

É preciso recuar aos anos 90 para encontrar um recuo do PIB três vezes consecutivas. Na década de 1990, período marcado com o reinício da guerra civil em Angola, depois das eleições de 1992, a actividade económica registou três recessões seguidas: em 1993 com um crescimento negativo de 4,7%, em 1994, com -4,5% e em 1995, com - 2,5%.

O INE refere, no relatório do IV trimestre sobre as CN, que aquela taxa de variação anual (-1,7%) poderá vir a sofrer alterações, aquando da publicação dos resultados finais tendo em conta a nova série das Contas Nacionais que deve chegar em Julho.

Tendo em conta os indicadores agora publicados, a recessão da economia angolana revela-se mais suave, se atendermos aos dados de 2016 e 2017, quando a actividade económica contraíu 2,6% e 2,1 % respectivamente.

O recuo da economia, de acordo com o FMI, prende-se com a forte queda da produção de petróleo e gás, resultante do baixo investimento registado no passado. A este quadro, acresce-se também a falta de financiamento da economia por parte da banca comercial.

Segundo cálculos do Expansão a partir dos dados do INE, a Extracção e Refinação de Petróleo recuou 9,5% face a 2017, a Pesca recuou 17,1 %, e Extracção de Diamantes, Minerais Metálicos e de Outros

Minerais não Metálicos contraiu 6,3% face a 2017. Já o sector dos transportes e armazenagem recuou 1,8% e o comércio também contraiu 1,6%.

No sentido inverso, contribuição da banca e seguros para o PIB aumentou 11,7% face a 2017, o mesmo acontecendo com o sector da Electricidade e Água, com 22,3% a mais que no ano anterior.

Em declarações ao Expansão, economista José Lopes reconhece que o momento actual da economia é da responsabilidade do Governo e reafirma que o País não está a produzir o suficiente para o crescimento do PIE porque continua demasiado dependente da produção de petróleo, matéria-prima que está sempre sujeita a choques externos como a descida dos preços. "Não há alternativa em termos de peso de produção fora do sector petrolífero. O petróleo ainda representa uma receita a rondar os 70% do total da arrecadação tributária", sublinha José Lopes.

O economista admite que o desenvolvimento da economia nacional continua a ser penalizado pelas dificuldades de acesso a crédito, que em Angola é caro. "Os juros praticados pelos bancos não são recomendados a nenhum empreendedor, pois significam o suicídio do negócio e este quadro tem vindo a afectar, de forma negativa, o desempenho da actividade económica em todo o País", admite.

As perspectivas económicas inscritas no Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2018-2022 apontam para um crescimento médio anual do PIB de apenas 3%, ligeiramente abaixo do crescimento da população avaliado em 3,1% ao ano.

No entanto, este ano o Governo apontava a um crescimento de 2,8%, valor que já reviu em baixa para 0,4%, colocando a economia praticamente estagnada, depois de três recessões em três anos.

1.4 52 Em cada 100 jovens estão desempregados

Jornal o país

19 de Abril 2019

Texto Maria Teixeira

No período de Março de 2018 até Fevereiro de 2019, a população desempregada, de 15 ou mais idade, está estimada em 3 milhões, 583 mil e 143, sendo 1 milhão, 557 mil e 394 homens e 2 milhões, 005 mil e 749 mulheres. Essa informação consta no referido estudo divulgado ontem, no âmbito da realização do Inquérito sobre Despesas e Receitas em Angola (IDREA 2018-2019), que decorreu em todo território nacional durante em 12 meses.

De acordo com o estudo, a taxa de desemprego diminui à medida que a idade aumenta, atingindo o valor máximo nos jovens com 15-24 anos, com 52,4%. Já no grupo etário de 25-34 anos é de cerca de 26,6 pontos percentuais e diminui para 10,3 pontos percentuais entre grupos etários de 25-34 anos e 35-24 anos.

A directora adjunta do Instituto Nacional de Estatística, Ana Paula Machado, explicou que a taxa de desemprego é, sem dúvida, o indicador do mercado de trabalho mais amplamente usado para a tomada de decisão e referência para os Programas de Desenvolvimento. Esclareceu que a taxa de desemprego transmite a percentagem de pessoas (força de trabalho) que não têm emprego, mas estão disponíveis. "Em outras palavras expressa a capacidade do mercado de trabalho de satisfazer a demanda explícita das pessoas por emprego", frisou. Ana Paula Machado disse que entre os jovens com 15-24 anos, a taxa de desemprego é bastante elevada e atinge níveis mais elevados no grupo etário de 18-19 anos, com 60 por cento. "É neste grupo etário que o jovem atinge a maioridade e inicia a entrada no mercado formal de trabalho. Por outro lado, é neste idade ainda que o jovem termina o ensino médio ou 2º ciclo do ensino e, em alguns casos, tem a necessidade de trabalhar para apoiar a família e ou de suportar o seu ensino superior", explicou.

A população angolana é maioritariamente jovem e os dados mostram que esse é um dos seguimentos mais afectados. Assim, a informalidade no trabalho na juventude é um desafio a ter em atenção nos programas de Desenvolvimento do país, de acordo com o estudo.

Ana Paula Machado considerou ainda preocupante o facto de 11,9% dos jovens com idades compreendidas entre 15-17 anos estarem somente a trabalhar. E, por outro lado, que 24,9% dos jovens com 15-24 anos não trabalham e nem estudam.

1.5 Taxa de desemprego cresce oito por cento

Jornal de Angola

19 De Abril de 2019

Texto: Edivaldo Cristóvão

A taxa de desemprego no país registou um aumento de 8,8 por cento nos últimos dois anos, tendo passado de 20 para 28,8 por cento, segundo conclusões divulgadas ontem, em Luanda, do mais recente Inquérito sobre Despesas, Receitas e Emprego em Angola (IDREA).

Actualmente, de acordo com o IDREA, o desemprego atinge 3.675.819 de pessoas, num universo de 14.735.487 indivíduos em idade activa, das quais apenas 9.073.321 trabalham.

Conduzido pelo Instituto Nacional de Estatística (INEA), os resultados do Inquérito sobre Despesas, Receitas e Emprego em Angola (IDREA) apresentados ontem referem-se ao período de Maio de 2018 a Janeiro de 2019, cujos números são comparados com um estudo anterior, que abarca os anos 2015 e 2016.

De acordo com o estudo, o país tem uma população economicamente activa, que integra empregados e desempregados com 15 ou mais anos de idade, estimada em 12.749.140 pessoas, sendo 6.104.537 homens e 6.644.603 mulheres.

A directora adjunta do INE, Ana Paula Machado, que fazia apresentação do relatório, disse que a taxa de emprego na área rural é de 75,7 por cento e na área urbana de 53,5 por cento, apresentando uma diferença de 22,2 pontos percentuais.

Os sectores da Agricultura, Pecuária, Caça, Florestas e Pescas são os que maior número de pessoas empregam, 4.148.682, o que representa cerca de 46 por cento, seguido dos sectores dos serviços com 43,3 por cento, e Indústria, Construção, Energia e Água com 8,1 por cento.

Os dados do IDREA indicam, ainda, que cerca de 42 em cada 100 pessoas empregadas trabalham por conta própria e cerca de 19 em cada 100 no sector privado. A percentagem de pessoas economicamente activas em actividades informais é de 72,6 por cento, apresentando o valor mais elevado entre as pessoas com idades entre 25 e 64 anos.

Ana Paula Machado lembrou que a taxa de desemprego é o indicador do mercado de trabalho mais usado para a tomada de decisão e referência para os programas de desenvolvimento.

Actualmente, disse, cerca de 37 por cento dos jovens angolanos com idade compreendida entre 15 e 24 anos estão inseridos no mercado de trabalho. Um quarto dos jovens com idade entre os 15 e 17 anos, prosseguiu, comprometem a sua formação escolar básica, estando precocemente inseridos no mercado de trabalho.

A directora adjunta do INE garantiu que os conceitos utilizados para esse estudo resultam das recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que permitem quantificar os indicadores de emprego de forma harmonizada. De acordo com estes conceitos, a população de um país,

no período em referência, pode ser dividida em três distintas condições perante o trabalho, nomeadamente, população empregada, desempregada e inactiva.

Programas para emprego

O director nacional para Economia, Competitividade e Inovação, Marcelo Pinto, reconheceu que os dados apresentados pelo IDREA são assinaláveis, mas não tão altos como parecem e garantiu que o Executivo tem vários programas que promovem a empregabilidade para melhorar esse quadro em menos de dois anos.

Marcelino Pinto assinalou que o emprego e o desemprego têm uma relação com o desempenho da actividade económica e os efeitos prolongados da crise tiveram impacto nos dados capturados até 2018, mas existem vários instrumentos com destaque para o PDN 2018-2022, que trazem respostas claras para estes números.

“Gostaria de destacar programas como incubadoras de empresas e reconversão da economia informal, que têm medidas claras para repescar todos que ainda se encontram na informalidade, como as empregadas domésticas, vendedores ambulantes e a própria operação resgate, que já começou em algumas províncias, cujos resultados ainda não foram reflectidos nesta avaliação”, disse.

I.6 Desemprego atinge 28,8%

19.de Abril 2019

Jornal o economia e finanças

A agricultura e pescas constam entre os sectores com maior empregabilidade

A taxa de desemprego em Angola atinge 28,8 por cento da população 'entre os 15 e 64 anos, segundo o Inquérito sobre Despesas, Receitas e Emprego (IDREA) feito pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

Segundo a Angop, os dados foram avançados ontem, quinta-feira, em Luanda, pela director-adjunta do INE, Ana Paula Machado, durante a apresentação dos indicadores sobre Emprego e Desemprego 2018/2019.

No encontro foi igualmente realizado o lançamento do Inquérito de Emprego em Angola (IEA) para o presente ano (2019).

Numa amostra de 3.675.816 pessoas, a taxa de desemprego foi de 26,6 por cento para os homens e

de 30,9 em mulheres" no período de Março de 2018 a Fevereiro de 2019.

De acordo com o referido relatório, registou-se uma taxa de 36,5 por cento na área urbana e 16,2 na zona rural.

Ana Paula Machado fez saber que a taxa de desemprego juvenil entre os 15 e 24 anos é de 52,4 por cento. Acrescentou que num universo de 100 jovens cerca de 52 estão sem emprego.

A diferença entre os grupos etários de 15 a 24 e de 25 a 34 anos é de cerca de 26,6 por cento e diminui numa percentagem de 10,3 entre as idades de 25 a 34 e 35 a 24.

A pesquisa aponta igualmente uma taxa de emprego de 61,6 por cento, com 64,8 para homens e 58,7 para mulheres. Para a área rural, a taxa de emprego situa-se em 75,7 por cento, enquanto na urbana é de 53,5.

Sectores em destaque

Os sectores da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca empregam o maior número de pessoas, cerca de 46 por cento, seguido dos serviços com 45,3 a indústria, construção, energia e água com 8,1.

O estudo adianta ainda que 42 por cento das pessoas empregadas (41,6%) trabalham por conta própria, enquanto cerca de 19 (18,7) funcionam no sector privado.

No mercado informal a percentagem é de 72,6, com o maior índice de cidadãos entre 25 e 64 anos (74 %). A população inactiva atinge 13,5 por cento.

1.7 Reforma da segurança social entre novos financiamentos

Jornal de Angola
20 De Abril de 2019

O Banco Mundial (BM) emprega 320 milhões de dólares num programa de assistência à reforma do sistema angolano de Segurança Social, um projecto que figura entre os que, depois de eventualmente aprovados, elevam a média dos financiamentos da instituição financeira internacional ao país de cifras de dois para três dígitos.

De acordo com um relatório da 25ª Constituição do BM (Angola, Nigéria e África do Sul), Angola tem acertadas com o BM propostas para o Financiamento de Projectos de Investimento (JPF) que incluem, além da reforma da Segurança Social, o Projecto de

Fornecimento de Água Luanda -Bita, bem como um programa de empoderamento de jovens mulheres e de qualidade da educação, os dois primeiros apazados para este ano e o terceiro previsto para o próximo ano.

Entre os IPF acordados, conta-se o Projecto de Melhoria do Sector da Electricidade, previsto para 2021, e outro de Descentralização e Melhoria dos Serviços de Distribuição, para 2024.

Juntam-se a esses, três programas de Financiamento de Políticas de Desenvolvimento (DPF), em negociação, designados Angola Crescimento e Inclusão, bem como o segundo e terceiro programas de políticas de desenvolvimento, previstos para operacionalização do ano em curso a 2021.

Estes programas estão avaliados em 3 048 milhões de dólares, o que eleva a média dos financiamentos do BM a 380 milhões de dólares por projecto, acima dos dois dígitos a que estas operações estão confinadas, segundo números de um relatório em que são analisados os projectos aprovados para os países da Constituição.

1.8 Mais desemprego e mais greves de trabalhadores em Angola

Jornal Manchete
25 De Abril de 2019

O Governo vem habituando o povo angolano à preguiça, sem vontade nem motivação para trabalhar em prol do desenvolvimento pessoal e social, a população perdeu a noção do dever divino de trabalho (suor do rosto) para viver e realizar sonhos, em fim, sonhos de grandes realizações morrem primeiro que a esperança. Angola é dos países onde a taxa de desemprego, e no século XXI, encontra-se nos níveis mais altos ante as promessas do Estado e do Governo de criar teoricamente empregos em grande escala sem programas e planos concretos, mensuráveis, para que se possa observar, com o tempo, indicadores rumo a este objectivo.

A substituição de um Presidente para outro veio trazer ao país mais desemprego, mais desgraça, mais miséria, menos interesse ao crescimento, ao contrário do que se pensou na campanha eleitoral. Não estamos a pedir José Eduardo de volta, seria um grande disparate tê-lo de volta à governação. Estamos a exigir do novo Presidente a eliminação da fome e da miséria no tempo oportuno, o mais rápido quanto possível, sem recorrer ao investimento externo em primeira instância. Como é que o Presidente admite que só agora, que a seca e a fome

já se instalou no Cunene é estão a criar planos de emergência? Os bancos de urgência e as emergências médicas nos hospitais não esperam que haja factores emergências para serem criados' estão lá para acudir qualquer situação ou seja, estes serviços devem estar à disposição do povo na medida de prevenção no sentido da proactividade e não da reactividade como tem sido até agora. A população humana e animal está a morrer aos montes, diante do silêncio dos fazedores de leis para resolução? Deputados, ministros e o Presidente só estão a procura de dinheiro no exterior para fazer "sei lá o quê" que tem a ver com a economia e finanças públicas e esquecem que há fome nos Gambos, na Chibia, em toda a extensão da província do Cunene mas se lembram que houve ciclone IDAI em Moçambique, sem querer retirar a necessidade de interajuda entre os povos, mas ver o nosso nível de auto-suficiência antes de partir-mos para a solidariedade, já tivemos situações que merecia ajuda externa e mandaram-nos "lixar": tivemos que nos desdobrar internamente.

O país está com uma crise não só de desemprego, pela crise económica inventada (criada) pelo partido no poder e a par disso, os trabalhadores mal pagos estão entrando em greves sem precedentes, quer dizer, muita não trabalha e os que trabalham não estão satisfeitos com o que ganham e os empregadores (o Estado inclusive), não está interessado em negociar até ao ponto de se chegar a um consenso que satisfaça as expectativas dos trabalhadores. Primeiros de Maio vêm e primeiros de Maio vão, a situação continua na mesma ou mesmo a piorar. Em país estamos senhor Presidente? E ainda vem com discursos públicos afirmando que Angola não padece de fome! Não há incentivo ao privado nacional mas os-há para os investidores estrangeiros que vêm de toda parte do mundo. O Presidente está a falhar nesse sentido.

"O cidadão não deve percorrer quilómetros em busca de água e energia eléctrica, a água e a energia eléctrica, (através de meios adequados), devem percorrer quilómetros ao encontro do cidadão" (Manuel Ngongo).

1.9 Caminhos para a implementação da Segurança Social em Angola (Conclusão)

Jornal de Angola

29 De Abril de 2019

Texto: Augusto Teixeira de Matos

O financiamento da saúde exige reformas profundas e de grande vulto e por essa razão torna-se necessário

criar fontes inovadoras, embora continuando o estado a assumir a obrigação de financiar a curto e médio prazos e em dois patamares: da Segurança Social e da Administração directa do sector, (Inclui a descentralização com autonomia de postos médicos, centros médicos e hospitais).

Os serviços de saúde têm que garantir o acesso aos cuidados de saúde, incluindo promoção, prevenção, tratamento e reabilitação, só sendo possível a sua materialização, através de um sistema de financiamento funcional, que permita às pessoas usar os serviços de saúde quando deles precisarem.

Significa isto que se torna necessário desenvolver um sistema de financiamento da saúde, que permita às pessoas aceder aos serviços de saúde sem sacrifícios financeiros enormes para pagá-los, estabelecendo-se uma cobertura universal da saúde.

Para atingir esses objectivos, os governos são confrontados com três questões fundamentais:

- 1 - Como deve ser financiado tal sistema?
- 2 - Como proteger as pessoas das consequências financeiras da falta de saúde e do pagamento pelos cuidados de saúde?
- 3 - Como otimizar a utilização dos recursos disponíveis?

Mas para além disso, os governos têm ainda a preocupação de assegurar que a cobertura é equitativa e estabelecer mecanismos fiáveis para monitorizar e avaliar a evolução.

Torna-se assim premente, a necessidade de cobertura universal e de uma estratégia para financiá-la, sobretudo na actual situação de crise económica e financeira.

Existem, entretanto, alguns constrangimentos para a cobertura universal.

Em primeiro lugar a disponibilidade de recursos, pois nenhum país foi capaz de assegurar que toda a gente tenha acesso imediato a todas as tecnologias e intervenções que podem melhorar a saúde ou prolongar a sua vida. Para além disso, no outro extremo da escala, nos países pobres, poucos serviços estão disponíveis para todos. Em segundo lugar, em relação à cobertura universal, é a dependência excessiva dos pagamentos directos, no momento em que as pessoas necessitam de cuidados.

A obrigação de pagar directamente pelos serviços, no momento da necessidade, impede as pessoas de receber cuidados de saúde quando o precisam.

Em terceiro lugar constitui um obstáculo a uma aproximação mais rápida à cobertura universal, o uso ineficiente e desigual de recursos.

A redução do desperdício pode fazer aumentar de maneira significativa a capacidade de o sistema de saúde fornecer serviços de qualidade e melhorar a saúde.

Por conseguinte, está bem claro, que a via para se obter a cobertura universal não é difícil.

Há que apenas angariar mais dinheiro, reduzir a dependência dos pagamentos directos para financiar serviços e melhorar a eficiência e a qualidade, deixando assim de ser uma prerrogativa dos países de rendimento elevado o facto de se aproximar da cobertura universal. Com efeito, países como o Brasil, o México, o Ruanda, Tailândia e outros realizaram grandes progressos ao enfrentarem estes problemas, acima referidos.

O Gabão, por exemplo, introduziu formas inovadoras de angariar fundos para financiar a saúde, cobrando taxas sobre os lucros das companhias de telemóvel.

O Camboja introduziu um fundo de equidade em saúde que cobre os custos de saúde dos pobres e o Líbano melhorou a eficiência e a qualidade da sua rede de cuidados primários. Em Angola, o financiamento universal da saúde tem uma perspectiva saudável, dado o espírito de solidariedade entre ricos e pobres e por isso não será difícil, pela via fiscal, em primeiro lugar através de uma arrecadação mais dinâmica e eficiente dos impostos.

Em segundo lugar criando condições inovadoras para o financiamento da saúde, tais como:

- A criação de uma taxa especial sobre os lucros das empresas grandes e lucrativas, especialmente de petróleo, diamantes, de telemóveis e outras;

- A utilização dos bónus das empresas petrolíferas;

- Uso de um imposto especial sobre os produtos do tabaco e álcool;

4 - Criação de uma taxa sobre o turismo

5 - Criação de uma taxa sobre as passagens aéreas;

6 - Taxa de 1,5 por cento sobre os pós-impostos às empresas que transferem remessas e uma taxa de 10 por cento aos operadores de telemóveis;

7 - Utilização de uma percentagem a definir, sobre o montante disponível do Fundo Soberano, para capitalização do Instituto Nacional de Segurança

Social e destinado para financiamento da saúde, logo que esteja clarificada a sua situação patrimonial.

8 - Retomar iniciativas diplomáticas no sentido da realização da conferência de doadores, prometida pelos países ocidentais, em consequência da destruição de infra-estruturas, causadas pela guerra fratricida sustentada por aqueles países durante a guerra fria.

Para o efeito as Nações Unidas poderiam ser os promotores desta iniciativa e uma parte dessas doações poderiam, ser canalizadas para o sector da saúde.

*Ex. Ministro das Finanças

2. MICROFINANÇAS

2.1 Luanda concentra 90% dos créditos e 95% dos depósitos da banca

Jornal A República
12 De Abril de 2019

Luanda concentra 90% dos créditos da banca comercial e 95% dos depósitos, de acordo com o Projecto de Desenvolvimento do Sistema Financeiro 2018-2022.

De acordo com o documento, publicado no passado dia 25 de Março em Diário da República, a concentração de depósitos e crédito em Luanda – onde reside 27% da população – é uma das “discrepâncias” verificadas no sistema financeiro nacional.

O Projecto avança ainda que, no final de 2017, apenas 18,8% dos adultos a viver em zonas rurais tinha acesso a uma conta bancária e que, do total de clientes dos bancos, 22,3% eram mulheres e 36% homens, uma das “discrepâncias mais acentuadas na África subsariana”.

Em termos médios, a percentagem de adultos com conta bancária permanece abaixo dos 30%.

O documento assinala que “apesar do recente crescimento rápido do sistema financeiro, com destaque para o sector bancário, o acesso ao financiamento em Angola continua a apresentar índices baixos, apresentando enormes disparidades entre as regiões, tipos de negócio e género”.

“O crédito privado como percentagem do PIB registou um aumento acentuado em consonância com o número de bancos que operam no País, embora tenha ocorrido uma desaceleração desde 2015”.

O crédito ao sector privado representava cerca de 18% do PIB em 2017, contra 23,91% em 2016.

O Projecto de Desenvolvimento do Sistema Financeiro 2018-2022, cuja monitorização compete ao Conselho Nacional de Estabilidade Financeira (CNEF), contempla e calendariza dezenas de medidas que visam fortalecer o sistema financeiro, incluindo seguros, e admite as dificuldades que quer a banca, quer os seguros, quer o mercado de capitais têm vindo a enfrentar.

O reforço da inclusão financeira é outras das preocupações do documento, que remete para o final deste ano a operacionalização do Fundo de Garantia de Depósitos, com vista a proteger os clientes bancários, em caso de falência de bancos.

Fonte: JM

2.2 Mais de 250 mil jovens podem sair do desemprego

Jornal de Angola
24 De Abril de 2019

Texto: João Dias e Edivaldo Cristovão

O Plano de Acção de Promoção à Empregabilidade (PAPE), a ser implementado durante três anos (2019-2021), vai beneficiar um universo de mais de 250 mil jovens com microcréditos, cursos de empreendedorismo e formação profissional.

Aprovado pelo Presidente da República, João Lourenço, através do decreto 113/19, de 16 Abril, o Plano prevê a disponibilização de 21 mil milhões de kwanzas, correspondentes a 65,6 milhões de dólares, para a promoção e combate ao desemprego.

Em conferência de imprensa, realizada ontem, em Luanda, o ministro da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, Jesus Maiato, disse que como resultado esperado do PAPE, devem ser formados 12 mil jovens em empreendedorismo, 15 mil capacitados em cursos de curta duração, a atribuição de 10 mil micro créditos para apoio a negócios em curso e novos.

O montante do crédito a ser atribuído vai entre mil a cinco mil dólares, equivalentes em kwanzas, com uma taxa de juro de um por cento, com período de carência de três meses, a ser operacionalizado pelo Banco Sol.

Segundo o ministro, numa primeira fase, o PAPE terá o mesmo modelo do projecto do Banco Sol "Crédito Amigo". O retorno desse crédito, disse, está na ordem dos 88 por cento, tornando a taxa de inadimplência consideravelmente baixa.

Prevê-se igualmente a distribuição de 42 mil kits de várias profissões, com realce para pedreiro, ladrilhador, carpinteiro, canalizador, electricista, pintor, jardineiro, soldador, cabeleireiro e barbeiro, pedicure, manicure, entre outros.

Jesus Maiato, que deixou claro que o "PAPE não é um programa de papel", sublinhou que o PAPE pretende introduzir e dinamizar a criação de um

ambiente favorável para que o emprego surja à medida que são criadas as condições.

"O país atravessa um momento de crise económica, deixando de gerar os empregos suficientes para atender a demanda de mão de obra dos cidadãos em idade activa. Daí o Plano resultar da avaliação do contexto socioeconómico que o país atravessa e corporiza o Plano de governação do Executivo", realçou Jesus Maiato.

Recentemente, lembrou, o INE apresentou publicamente os dados do emprego e desemprego, que dão conta de que a taxa de desemprego é 28,8 por cento, o que corresponde a cerca de três milhões de cidadãos nessa situação.

Jesus Maiato explicou que o PAPE vai atender, fundamentalmente, jovens à procura do primeiro emprego, jovens formados mas com necessidade de apoio institucional de formação e aqueles que já desenvolvem alguma actividade profissional, mas que carecem de incentivos financeiros para concretização dos seus programas.

O Programa abrange também jovens com ideias de negócio e que pretendam implementá-los e os que precisam de melhorar as condições de trabalho para aumentar a produção.

Jesus Maiato sublinhou que o PAPE deverá prestar uma particular atenção à mulher, por entender que no segmento dos desempregados as mulheres ocupam uma percentagem maior. "Devemos nos preocupar com acções concretas com vista a atender este segmento da população jovem", disse.

O objectivo do PAPE, acrescentou o ministro, é fomentar e apoiar o espírito de iniciativa da juventude, formar empreendedores, contribuir para o processo de promoção e inclusão financeira e fiscal, a reconversão das actividades informais em formais. Para o efeito, disse, os jovens serão formados em educação financeira, pagar impostos, inscreverem-se na Segurança Social e a licenciarem o exercício da actividade económica.

3. MERCADO INFORMAL

3.1 Aumentou o número de crianças e zungueiras

Jornal de Angola
1 De Abril de 2019

Chefe do serviço provincial do INAC manifestou-se seriamente preocupada com o aumento, nos últimos dias, de casos de exploração de trabalho infantil na cidade de Menongue. Explicou que muitas crianças oriundas sobretudo do município da Matala, província da Huíla, têm sido usadas como zungueiras, vendendo diversos produtos, em destaque para bens alimentares, de higiene e vestuário, nas principais artérias da cidade de Menongue e bairros periféricos.

Segundo Aida Rosalina Pedro, muitos progenitores furtam-se das suas responsabilidades de dar de comer, vestir e educar os filhos, obrigando-os a trabalhar. Salientou que outra situação preocupante é o aumento de crianças a lavar viaturas e motorizadas nas ruas, principalmente nos bairros da Missão, Tucuve, Feira e Benfica (Barragem), arredores da cidade de Menongue.

Aida Pedro fez saber que neste momento se estima que cerca de crianças estejam a ser usadas como zungueiras e a lavar viaturas e motorizadas na cidade de Menongue. "Infelizmente, o número destes casos tende a subir consideravelmente, dia após dia."

Segundo a responsável provincial do INAC, a instituição, em colaboração com a Polícia Nacional e a Direcção do Caminho-de-Ferro de Moçamedes (CFM), envida esforços para se evitar o embarque e desembarque na cidade de Menongue de crianças, sem o acompanhamento dos pais ou encarregados de educação. Aida Rosalina Pedro lamentou o facto de muitas crianças que exercem actividades de venda ambulante e de lavagem de carros nas ruas abandonarem a escola, uma situação que prejudica o seu desenvolvimento integral e com promete o futuro.

A chefe do serviço provincial do INAC disse que outra situação que está a preocupar a sua instituição é o aumento, nos últimos dias, de crianças de rua na cidade de Menongue. Sublinhou que tal situação se deve ao facto de existirem muitas obras inacabadas na capital do Cuando Cubango, que são aproveitadas para as crianças se abrigarem.

Aida Rosalina Pedro disse que o INAC já trabalhou com três meninos de rua, que passam as noites numa das obras inacabadas, junto às instalações da Televisão Pública de Angola (TPA), no centro da cidade de Menongue, que alegaram estar a viver na rua porque são órfãos de pai e mãe e em casa de parentes eram maltratados.

Segundo Aida Rosalina Pedro, esta situação também constitui preocupação para o INAC, visto que muitas crianças de rua depois se envolvem no mundo da droga e do crime, para conseguirem algo para comer ou até mesmo sustentar alguns vícios que vão adquirindo.

3.2 Redução do mercado informal por via transparência fiscal

Jornal de Angola
6 De Abril de 2019
Texto Sebastião Vinte Cinco

Esta em curso no nosso país um conjunto amplo de Reformas multisectoriais e interligadas entre si, que visam contribuir para a formalização da economia nacional e, conseqüentemente, reduzir o mercado informal. Com efeito, dados retirados da Organização Mundial do Trabalho (OIT) - Women and Men in the Informal Economy: A statistical Picture revelam que em Angola, o peso do mercado paralelo atinge 94% da população. Este valor, por si, é muito expressivo, demonstrando que a maior parcela da riqueza produzida no nosso país é desviada para fora do circuito económico legal, estando distanciados do controlo do Estado. Por isso, quando o Estado deixa de poder cobrar impostos, perde a oportunidade de arrecadar receitas. Uma das medidas avançadas para combater este fenómeno prende-se com a reforma do sistema fiscal.

A política fiscal é essencial para qualquer país, na medida em que a fonte de financiamento para projectos públicos (hospitais, casas, escolas, pontes e outros) depende das contribuições realizadas pelos seus próprios cidadãos. Todavia, compreende-se que não existam políticas perfeitas, pois aquelas estão moldadas à luz dos interesses prioritários do Estado. Também é sabido que os modelos fiscais podem ser importados, contudo, haverá sempre necessidade de realizar adaptações ao caso concreto ou "mutatis mutandis". Como exemplo prático

da reforma fiscal, temos a implementação do regime de facturas e documentos equivalentes, estabelecido no Decreto Presidencial 292/18, de 3 de Dezembro.

Este diploma prevê a obrigatoriedade da emissão de facturas a todos os operadores económicos, atendendo que a obrigação de emitir facturas ou documentos equivalentes através de programas informáticos recai sobre os operadores económicos cujo volume de negócios seja igualou superior ao montante equivalente em Kz. a USD 250.0000,00 (duzentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América). A emissão da factura deve ocorrer no prazo máximo de 5 dias, a contar da data da operação que lhe deu origem.

As entidades do sector da hotelaria, restauração e similares, que tenham contabilidade organizada, podem substituir-se aos fornecedores, quanto à emissão de facturas, em casos especiais, num procedimento designado por "Auto facturação."

O novo sistema de declarações fiscais electrónica entrará em vigor a partir de Junho de 2019 apenas para os Grandes Contribuintes, sendo que os demais estarão obrigados a partir de 2020. A facturação electrónica está disciplinada em diploma próprio e sujeita ao controlo da AGT. Os operadores económicos estão obrigados a conservar as facturas e documentos equivalentes. A falta de emissão de facturas ou documentos equivalentes sujeita o operador económico ao pagamento de multas.

Em suma, diremos que o novo regime fiscal pretende ser gradual e selectivo, ou seja, numa primeira fase será aplicado aos grandes contribuintes, tornando-se gradualmente aplicável aos restantes. Será, igualmente, mais exigente, promovendo a eficiência fiscal do país.

3.3 Exploradores de madeira agem à margem da Lei

Jornal de Angola

11 De Abril de 2019

Texto: Estácio Camassete

A maior parte dos exploradores de madeira na província do Huambo furta-se ao pagamento da taxa de exploração ao Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF), situação que se reflecte na não arrecadação de receitas para os cofres do Estado.

Amaro Gime Bulica, chefe do Departamento Provincial do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF), lamenta os altos níveis de abate desenfreado de árvores nas florestas do Huambo, perpetrado por camionistas, no período nocturno, que fazem o carregamento de touros para fins comerciais, contando com a colaboração de populares.

"A legislação proíbe o abate desenfreado de árvores, pelo que, nestes casos, as multas não são baratas. Por isso, os camionistas optam, igualmente, pelo 'garimpo' nocturno, existindo, no entanto, uma falta de vontade das populações em legalizar esta actividade", disse Amaro Gime Bulica, que assegura que Angola apresenta um património florestal quase único, em termos quantitativos e qualitativos' que ao ser explorado de forma sustentável e racional pode constituir urna base para o desenvolvimento económico, social e ambiental do país.

As florestas do Huambo, disse o responsável do IDF, são muito antigas e algumas precisam ser renovadas, porque a árvore envelhecida produz dióxido de carbono e oxigénio na mesma quantidade pelo que é necessário inovar as florestas, procurando sensibilizar a população para, paulatinamente, as retirar e colocar novas mudas, de forma organizada.

Segundo Amaro Bulica, o Instituto de Desenvolvimento Florestal tem estado a desenvolver uma política de produção de mais mudas, com a construção de viveiros nas zonas satélites intermunicipais, para que todos os municípios possam plantar mais eucaliptos e pinheiros. Acrescentou que está em análise a possibilidade de um estudo, com o apoio da Faculdade de Ciências Agrárias, de multiplicação das sementes nativas, por serem variedades excelentes para carvão.

Repovoamento

Amaro Gime Bulica assegura que estão disponíveis cerca de sete mil pés de plantas de eucalipto e pinha, para serem distribuídos gratuitamente às instituições interessadas e à população, organizada em comissões de moradores, sublinhando a existência de um viveiro com capacidade de 15 mil pés de plantas diversas que estão em vias de crescimento, para serem entregues ainda este ano.

De acordo com as estatísticas, explica o engenheiro, o património florestal do Huambo era, em 2002, muito acentuado, avaliado em 78 por cento da superfície florestal nativa ou natural, ao passo que a mesma análise, 2015, mostra apenas a cobertura florestal de 48 por cento, devido ao abate desregrado de árvores, por parte dos produtores de carvão, que não têm respeitado as leis de licenciamento desta actividade.

A província do Huambo, fundamenta o chefe do Departamento Provincial do IDF, perdeu cerca de trinta por cento de hectares das suas florestas nas localidades do Bailundo, Cachiungo, Chicala Cholohanga, Longonjo, Caála e nos demais polígonos florestais espalhados pela região planáltica.

"As pessoas devem primar por boas práticas, de forma a recuperar as espécies de árvores conhecidas de onduko e omanda, as mais procuradas pelos carvoeiros, devido à alta qualidade de carvão que apresenta. É, pois, o dever do IDF, junto das administrações municipais, trabalhar para poder controlar estas espécies".

As florestas nativas, disse, facilitam a conservação da fauna, pois os animais que abundam nesta região são atraídos por estas florestas típicas, pelo que, com o seu desaparecimento, pode afectar, directamente, a economia das famílias, provocando escassez de mel, cogumelos, frutas silvestres e de outros produtos explorados nas florestas.

"Proteger as florestas significa preservar a biodiversidade contra a devastação, por ser uma situação que provoca um impacto negativo contra a própria sobrevivência do ser humano", disse Amaro Gime Bulica, sublinhando que as florestas exóticas, eucaliptos e os pinhos têm merecido particular atenção da empresa Estrela da Floresta, que tem trabalhado na sua comercialização' respeitando o período de campanha florestal, de Maio a Outubro, realizando o repovoamento dos polígonos da província.

O engenheiro Bernardo Freitas, director da Estrela da Floresta, disse que irão trabalhar, em parceria com a Faculdade de Ciências Agrárias, na elaboração de um projecto de substituição das antigas florestas.

3.4 «A higiene e os acessos ao mercado melhoraram muito»

Novo Jornal

12 De Abril de 2019

Texto: Álvaro Victória

A administração do mercado do Kikolo afirma que tem implementado políticas que "melhoraram significativamente" as condições higiénicas e de acesso ao mercado.

"O mercado está com uma nova reestruturação, novos arruamentos, e as pessoas podem circular à vontade", refere Emílio António Manuel, administrador interino do estabelecimento comercial público, gerido por uma empresa privada.

"A reestruturação continua. Já se fez a construção de cinco naves. Está em carteira o acabamento da nave do sector 1. Está também prevista a construção de mais naves", acrescenta.

Questionado sobre o lixo e o difícil acesso ao mercado, o responsável informou que é pretensão da instituição que representa acabar com os pontos críticos.

"O lixo preocupa-nos. A menos de um mês, estávamos a fazer um trabalho de pavimento, metendo terra vermelha para poder endireitar as ruas. Só que a natureza [a chuva] foi mais forte, e tivemos que parar com os trabalhos, porque as máquinas já não tinham poder de passar pelas referidas áreas", explica Emílio António Manuel.

"Estamos a trabalhar por fases, a atacar os sítios mais críticos, que, quando chove, os vendedores e os clientes têm dificuldades de transitar. Mas é consensual que a higiene e os acessos ao mercado melhoraram muito. Não somos nós só que o dizemos. São também os próprios vendedores e os clientes", reforça o responsável por um mercado que controla cerca de sete mil vendedores.

3.5 Polícia impede contrabando de combustível na fronteira

Jornal de Angola

14 De Abril de 2019

Texto: João Mavinga

Sete cidadãos angolanos que se dedicavam ao contrabando de combustível foram detidos pelo Serviço de Investigação Criminal (SIC) no município do Tomboco, situado a 172 quilómetros da cidade de Mbanza Kongo, informou, ontem, o porta-voz da Direcção Provincial do Ministério do Interior, Carlos Fidel.

Os traficantes, que foram apreendidos em flagrante delito quando tentavam passar pela fronteira do Luvo, com destino à República Democrática do Congo (RDC), tinha em posse cinco mil litros de gasolina, conservados em bidões.

O porta-voz do Interior disse que os contrabandistas adquiriram o combustível à luz do dia sem interferência da Polícia, por ser um processo normal dentro do território nacional. "A Polícia interveio apenas quando eles tentaram atravessar a linha divisória da fronteira entre Angola e a República Democrática do Congo", informou, para sublinhar:

"O SIC, em coordenação com a Polícia de Guarda Fronteira, tem feito diligências para travar o tráfico ilícito de combustível desde os postos de abastecimento da província para a RDC".

Carlos Fidel anunciou ainda a detenção, nas últimas 48 horas, de dois cidadãos nacionais que se faziam passar de enfermeiros no posto de enfermagem Salvação II.

Estes tentaram, sem sucesso, fazer uma cirurgia a um ancião que padecia de dores abdominais e febres altas.

Os familiares da vítima disseram ao Jornal de Angola que os falsos enfermeiros eram portadores de documentos duvidosos, o que levou as autoridades da Inspeção policial a encerrarem imediatamente o referido posto médico, que não tinha condições para o exercício da actividade sanitária.

Detida cidadã por posse de arma de fogo

Uma cidadã angolana de 44 anos foi detida, sexta-feira, em Mbanza Kongo, por agentes do Serviço de investigação Criminal (SIC), quando tentava comercializar uma pistola do tipo Macarov, apurou ontem o Jornal de Angola.

A detida, cujo nome não foi revelado, foi interpelada pela Polícia no bairro 11 de Novembro devido a denúncias de populares locais.

Segundo o SIC, as diligências feitas para o esclarecimento do caso permitiram apurar que a pessoa em causa vive em Luanda e roubou a arma ao marido, suposto agente da Polícia Nacional, para comercializá-la na capital do Zaire no valor de 40 mil kwanzas.

O processo-crime foi encaminhado ao procurador para a legalização da situação carcerária.

3.6 Fiéis da Diocese de Viana sufocados pela acção de taxistas e vendedores

Jornal de Angola

18 De Abril, 2019

Texto: Alberto Pegado

A entrada da Sé Catedral da Diocese de Viana, quer pelo norte, quer pelo sul, há muito que foi tomada de “assalto” por taxistas. O espaço passou a ser o local preferencial dos “azul e branco”, o que se reflecte negativamente na paz de espírito que os fiéis buscam na “casa de Deus”, para amenizar o s ufoco da vida.

Ao redor, ouve-se a todo o instante o roncar dos motores e de buzinas de um número sem conta de táxis. De um lado, Asa Branca, Cuca e 1º de Maio; do outro, Benfica, Kicolo e Zango. Enfim, nada trava a

balbúrdia. A isto, associa-se o incómodo engarrafamento e um mercado informal que surgiu do nada.

“Está difícil a celebração de missa sob um barulho infernal”, lamenta Manuel António, um dos fiéis, que diz encontrar sérias dificuldades para assistir a uma missa na paróquia.

“É triste observarmos este cenário. Temos dificuldades até de entrar no interior da igreja. Os dois portões foram tomados pelos taxistas”.

A esta voz, junta-se a de Maria de Lourdes, outra fiel católica, que considera absurda a decisão de colocar-se o término de táxis, justamente, coladinho ao muro da igreja, quando há outros espaços que melhor poderiam servir esta actividade.

“Penso ser um atentado contra a igreja, um local sagrado onde as pessoas buscam a paz de espírito.”

Zungueiras e lotadores entram no “barulho”

O ruído que rompe o silêncio que os fiéis buscam também vem das zungueiras, que decidiram fixar o seu negócio no mesmo espaço. Comercializam de tudo um pouco. “Chega mano, temos magoga e sumo de múcua a estalar. Também temos sopa bem quentinha”, diz uma das vendedoras a um jovem que pretendia seguir viagem num dos táxis.

Pelo número de pessoas à volta, a magoga pareceu ser dos “pitéus” mais concorridos. Mas havia outros atractivos que saltavam à vista: bifés, isca com cebola, peixe frito, bombô com ginguba, yogurte e gelados. Basta accionar e, em pouco tempo, o cliente tem em mãos o que quer. Salta à vista a eficiência e a forma como as vendedoras lidam com os clientes. Nem os grandes restaurantes na capital e em outros pontos conseguem facilmente atrair os seus fregueses e tratá-los como deve ser. Aí, é tudo diferente. A convivência é pacífica.

Os agentes da Polícia patrulham a área e impõem a ordem. E, quando assim acontece, as zungueiras fogem para o quintalão da igreja, a única escapatória, provavelmente, a mais segura para refúgio. Os amigos do alheio também são outro problema. Há vários. Ao subir no táxi, corre-se o risco de ser assaltado. Os telemóveis e pastas de documentos são os preferenciais para os larápios.

“Já fui assaltado por um grupo de jovens. Pensei que fossem apanhar o táxi, mas enganêi-me. Quando dei por mim, fiquei sem o telemóvel”, conta um jovem. Relatos semelhantes são vários. Uns levados ao conhecimento da Polícia, outros, provavelmente, não constam do boletim de ocorrência da corporação.

“Presenciámos assaltos e as acções dos taxistas que acabam por fechar a entrada da igreja, ao ponto de termos de pedir favor para entrar”, lamenta o padre Queirós Figueira, da Diocese de Viana.

Enquanto dialogávamos, do lado de fora, ouvia-se, com insistência, a voz dos lotadores de táxis, que quase rompia o espaço em que nos encontrávamos. Por conta disso, obrigaram-nos a uma relativa pausa. Segundos depois, o padre continuou:

“Já contactámos o administrador municipal. Também falámos com o governador provincial, Sérgio Luther Rescova. Este terá orientado a administração para tomar medidas. De lá para cá, já se passaram dois meses e nada foi feito”, conta, visivelmente desapontado, o pároco.

Diante desta situação, o padre Queirós Figueira diz que se sente impotente e lembra que a igreja sempre colaborou com as autoridades, que devem manter a ordem e a tranquilidade. Mas, infelizmente, nota-se um certo desinteresse por parte do novo administrador em dar solução ao assunto.

“Julgamos e entendemos haver má-fé. Não sabemos se é por motivo religioso, mas a verdade é que não encontramos correspondência que tanto gostaríamos. Houve mais sintonia com os antigos administradores”, afirma, recordando que se trata de uma Sé Catedral de Viana, que conta com muitos fiéis, mas depara-se com este problema.

3.7 Vendedoras aprendem a poupar rendimento

Jornal de Angola
26 De Abril de 2019

Vendedoras do Mercado das Frutas da cidade de Benguela receberam ontem ensinamentos práticos do Programa de Inclusão Financeira que o Banco Nacional de Angola (BNA) leva a cabo no país, constatou o *Jornal de Angola*.

Durante uma acção prática do programa, técnicos do BNA e bancos comerciais sediados em Benguela transmitiram às vendedoras e a populares presentes no mercado, noções sobre os benefícios de se colocar nas instituições bancárias as poupanças dos negócios e outros valores monetários que habitualmente mantêm em casa.

De acordo com declarações prestadas na ocasião pelo delegado regional oeste do BNA, Gonçalo Rita, o Programa de Inclusão Financeira é constituído por actos de sensibilização da população, particularmente a de rendimentos baixos. "Vários actos destes vão decorrer no âmbito do programa da Delegação Regional de Benguela, que abrange esta e a província do Cuanza-Sul", afirmou, anunciando actos do género em todos os municípios das duas províncias. "Se todo o pequeno acto abranger um número relativo de cidadãos, haverá, de certeza, algum mecanismo de inclusão financeira", considerou o delegado regional oeste do BNA.

A inclusão financeira, definiu, é uma forma de integrar a população na gestão das poupanças com base em conceitos de domiciliação nos bancos comerciais, onde podem igualmente beneficiar de serviços de crédito e da possibilidade de se efectuar pagamentos sem o levantamento dos provimentos.

Para o analista de micro crédito do Banco Sol, João gula, o programa de inclusão financeira resulta da ideia de que o dinheiro cuidado por nós mesmos não seguro.

3.8 Plano retira táxis da informalidade

Jornal de Angola
27 De Abril de 2019
Texto. Edivaldo Cristóvão

O serviço de táxi sai da economia informal quando, este ano, passar a contribuir para a formação do Produto Interno Bruto e a criação de milhares de empregos em todo o país, declarou ontem, em Luanda, o secretário de Estado do Trabalho e Segurança Social.

Manuel Moreira, que falava na apresentação dos Indicadores sobre o Mercado de Trabalho em Angola, considerou que o serviço de táxi é um dos sectores da economia informal que pode contribuir significativamente para a diminuição do desemprego e ser um grande contribuinte fiscal do desenvolvimento da economia angolana.

O secretário de Estado revelou que a perspectiva da migração do serviço para o mercado formal é acentuada por um relatório recente em que a Associação dos Taxistas de Luanda estima a facturação anual do sector em mil milhões de dólares em todo o país, valor que serve para pagar salários dos motoristas, cobradores e outras necessidades, mas não se reflecte na economia ou no PIB do país.

A intenção do Executivo, apontou, é transformar a economia informal em formal, podendo um dos exemplos mais práticos ser dado pelo serviço de táxi: "precisamos imediatamente trazer este sector para economia formal", disse.

Essa transformação, prosseguiu Manuel Moreira, deve começar pela identificação de todas as envolventes do serviço de táxi, partindo da atribuição de uma carta de condução específica (porque a condução será feita para transportar pessoas), à distribuição da carteira profissional, para que com a Direcção Nacional de Viação e Trânsito, se possa determinar as rotas e o período ideal de trabalho.

O secretário de Estado garantiu que o Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social já manteve várias reuniões com a Associação dos taxistas para acertar todos os detalhes, faltando apenas alguns acertos para que essa transformação se efective o mais breve possível.

Considerou que os taxistas dominam um mercado abrangente, onde existe procura e oferta de bens e serviços, que é usado por grande parte da população e constitui uma área que pode ser bem aproveitada para ajudar à redução do desemprego, o mesmo acontece com o serviço de moto-táxi.

Indicadores do emprego Manuel Moreira reconheceu que a taxa de desemprego em Angola, estimada em 28,8 por cento é preocupante, embora que este número não reflecta a real situação económica do país, porque tem de se considerar que o sector da economia informal "emprega muita gente".

O secretário de Estado explicou que quase 69 por cento dos números apresentados pelo INE são de trabalhadores por conta própria que, mesmo estando na economia formal, não tem um contrato de trabalho por escrito, auferindo, contudo, de emprego e renda.

Com um esforço combinado entre o sector público e privado, considerou, é possível "amenizar a questão do desemprego", disse, apontando como peças o Plano de Acção e Promoção à Empregabilidade (PAPE), aprovado recentemente pelo Presidente da

República, João Lourenço, que apresenta acções muito concretas para ajustar perfis profissionais dos jovens aos sectores da Indústria, Turismo, Agricultura, Comércio e Pescas.

O responsável enalteceu o projecto, porque serve para capacitar as pessoas de como podem conduzir os seus negócios, com a atribuição de créditos a jovens empreendedores para que possam gerar outros postos de trabalho.

Lembrou que no quadro dos esforços para combater o desemprego, a formação profissional nos níveis básicos um e dois são gratuitos, com os dos níveis três e quatro considerados de maior complexidade e tecnologia, a serem cobradas com uma taxa moderada.

Para comemorar o centenário da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (MAPTSS) promoveu, na semana que hoje termina, várias palestras e seminários.

A OIT é uma Organização do sistema das Nações Unidas (O U) com sede em Genebra, Suíça, especializada em questões laborais, funcionando num sistema de representação com três entidades, nomeadamente Governos, organizações de empregadores e de trabalhadores, onde Angola é membro.

4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1 Jornal. Novo jornal

3 De Abril de 2019

Texto Quintiliano dos Santos

Divida publica angolana já pesa 84% do produto interno bruto

O documento do Governo sobre a Estratégia de Endividamento de Médio Prazo (2019-2021) atesta que o peso da dívida pública nacional perante o Produto Interno Bruto (PIB) mais do que duplicou nos últimos quatro anos, saindo de 39% em 2014 para, em 2018, os 84%.

Nos últimos oito anos, historicamente, "a evolução da dívida pública caracterizou-se por dois momentos distintos: o primeiro momento, entre o período de 2010 até 2014, é marcado pela estabilidade do stock da dívida em volta dos 33% do PIE, e pela concentração de credores bilaterais na carteira da dívida, onde se destacavam a República Popular da China e a República Federativa do Brasil", indica o documento aprovado em reunião da Comissão Económica do Conselho de Ministros, a 22 de Março.

O segundo momento, que arrancou em 2014, ano marcado pelo início da crise económica, financeira e cambial pela quebra nas receitas petrolíferas, "é determinado por um crescimento contínuo do stock da dívida pública que passou de 39% em finais de 2014 para 84% do PIE, em Dezembro de 2018", lê-se.

O documento elaborado pelo Ministério das Finanças explica que "a desvalorização da moeda nacional face ao dólar acentuou o crescimento da dívida, devido à existência de títulos [do tesouro indexados ao dólar e de dívida em moeda estrangeira, quando expressas em kwanzas".

A Estratégia de Endividamento de Médio Prazo (2019-2021) refere igualmente que "a dívida pública é composta 37% de dívida interna e 63% de dívida externa", sendo que, "na componente interna, os principais instrumentos de financiamento são os Títulos do Tesouro, de signadamente, Bilhetes e Obrigações do Tesouro, ao passo que na

componente externa o principal instrumento de financiamento são os acordos mútuos [sobretudo linhas de financiamento Estado a Estado].

Crise forçou Governo a recorrer à emissão de dívida pública. Devido à crise financeira, económica e cambial, decorrente da quebra nas receitas com a exportação de petróleo, o Governo tem recorrido à emissão de dívida e a financiamentos externos para garantir a continuidade de projectos públicos.

No final de 2016, o Governo avançou mesmo com uma alteração à Lei do Regime Jurídico de Emissão e Gestão da Dívida Pública Directa e Indirecta. O Estado deixou de estar vinculado à obrigatoriedade legal de não ultrapassar um nível de endividamento equivalente a 60% do PIE, passando esse limite a ser apenas uma referência.

O endividamento das empresas públicas passou também a contar para a dívida total do Estado, contrariamente ao modelo anterior, criticado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelos economistas.

Entre os principais riscos identificados no documento com a estratégia do Executivo para a dívida (2019-2021), surge a volatilidade do preço do petróleo e da produção petrolífera, o crescimento lento do PIE, a depreciação cambial acelerada e a liquidez no mercado interno.

"Sendo o sector petrolífero responsável por 95% das exportações totais e 57% das receitas fiscais, qualquer choque sobre o sector terá impacto no volume de moeda estrangeira e nas necessidades de financiamento", explica o Governo, na parte sobre os riscos da volatilidade.

"Um quadro económico recessivo inibe o ritmo de crescimento do consumo e do investimento, impactando igualmente a capacidade de arrecadação de receita petrolífera", acrescenta o documento, sobre o segundo principal risco identificado.

"Uma depreciação acima do programado nas projecções fiscais impactará, sobretudo, as despesas financeiras com o serviço da dívida, agravando as necessidades de financiamento do orçamento quando expressas em moeda nacional", refere o mesmo documento, referindo-se ao risco cambial. No que diz respeito à liquidez do mercado interno, o relatório afirma que "a falta de liquidez no sistema financeiro nacional dificulta a captação de financiamento interno por parte do Tesouro Nacional, aumentando assim as necessidades de se recorrer ao mercado externo". • NJ/AG~NCIAS

4.2 FMI obrigou Angola a deixar de usar petróleo como garantia

Jornal. Novo jornal
3 De Abril de 2019

O Ministério das Finanças de Angola vai abandonar o modelo de financiamento internacional em que as garantias aos empréstimos são prestadas recorrendo à produção de petróleo, um modelo conhecido como ai/for Money.

"O Governo abandonará o modelo de contratação de financiamentos ai/--backed, o qual tem como colateral o petróleo, garantindo, assim, barris para a tesouraria nacional", lê-se no relatório sobre a Estratégia de Endividamento de Médio Prazo (2019-2021), aprovado pelo Conselho de Ministros na semana passada e que está disponível no site do Ministério das Finanças.

O documento, que conta com 24 páginas, indica que, "a nível da dívida externa, haverá a necessidade de se reduzir a exposição às flutuações no mercado petrolífero, pelo que se manterá a estratégia de descontinuidade das linhas com garantia de petróleo relativamente às novas contratações" de financiamentos.

O objectivo é de se implementar "um mecanismo de gestão do preço de petróleo, com o qual se pretende reduzir a exposição a esta commodity", aponta o documento, que apresenta as linhas gerais da estratégia de financiamento de Angola no âmbito do Programa de Financiamento Ampliado acordado com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Na semana passada, o Presidente da República, João Lourenço, já havia afirmado à agência noticiosa russa TASS que Angola vai deixar de oferecer petróleo como garantia das linhas de crédito

Negociadas com outros Estados, nomeadamente a China, Brasil e Israel.

Segundo o PR, "o volume de aprovisionamento de petróleo tem sido elevado nos últimos anos porque Angola negociou créditos com a China para a construção de estradas, pontes e outras infra-estruturas. O volume de petróleo que exportámos para a China foi igual ao nível da dívida com a China", assegurou.

O Presidente assinalou também que os anteriores acordos assinados com a China estão desactualizados e que Angola quer alterá-los. "Isto não vai acontecer apenas com a China, mas também com os outros dois países com os quais temos meios de pagamento

semelhantes, nomeadamente o Brasil e Israel. Queremos deixar de fazer este tipo de pagamentos quando recebemos linhas de crédito com o petróleo como colateral [garantia]. Vamos deixar de usar o petróleo como principal garantia para as dívidas", declarou João Lourenço.

4.3 Financiamento interno bruto é um terço do total

Jornal de Angola
5 De Abril de 2019

A dívida pública, situada em 84 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) é constituída em 37 por cento de dívida interna e 63 externa, de acordo com dados da Estratégia de Endividamento de Médio Prazo (2019/2021), publicada pelo Ministério das Finanças.

Na componente interna, prossegue o documento, "os principais instrumentos de financiamento são os Títulos do Tesouro, designadamente, Bilhetes e Obrigações do Tesouro, ao passo que na componente externa o principal instrumento de financiamento são os acordos de mútuo", sobretudo linhas de financiamento Estado a Estado.

Devido à crise financeira, económica e cambial decorrente da quebra nas receitas com a exportação de petróleo, o Governo tem recorrido à emissão de divisa e a financiamentos externos para garantir a continuidade de projectos públicos.

No final de 2016, o Governo avançou e alterou a Lei do Regime Jurídico de Emissão e Gestão da Dívida Pública Directa e Indirecta, com o que o Estado deixou de estar vinculado à obrigatoriedade legal -de não ultrapassar um nível Endividamento equivalente a 60 por cento do PIB, passando esse limite a ser apenas uma referência.

O endividamento das empresas públicas passou também a contar para a dívida total do Estado.

Entre os principais riscos identificados no documento com a estratégia do Executivo para a dívida (2019-2021), surge a volatilidade do preço do petróleo e da produção petrolífera, o crescimento lento do PIB, a depreciação cambial acelerada e a liquidez no mercado interno.

"Sendo o sector petrolífero responsável por 95 por cento das exportações totais e 57 por cento das receitas fiscais, qualquer choque sobre o sector terá impacto no volume da moeda estrangeira e nas necessidades de financiamento", explica o documento.

O documento considera que "um quadro económico recessivo inibe o ritmo de crescimento do consumo e do investimento, impactando na capacidade de arrecadação de receita petrolífera".

"Uma depreciação acima do programado nas projecções fiscais impactará, sobretudo, as despesas financeiras com o serviço da dívida, agravando as necessidades de financiamento do orçamento quando expressas em moeda nacional", refere o mesmo documento, referindo-se ao risco cambial.

No que diz respeito à liquidez do mercado interno, o relatório afirma que "a falta de liquidez no sistema financeiro nacional dificulta a captação de financiamento interno por parte do Tesouro Nacional, aumentando assim as necessidades de se recorrer ao mercado externo".

4.4 Governo gasta 68,9 biliões de kwanzas

Jornal economia e finanças

5 De Abril de 2019

Texto Mateus Cavumbo

Dados recolhidos pelo Jornal de Economia & Finanças sobre as despesas públicas de 2001 a 2018, constantes do Orçamento Geral do Estado, indicam que foram aplicados um montante de 68,9 biliões de kwanzas, o equivalente a : 215,7 mil milhões de dólares norte americanos.

O valor é o somatório dos orçamentos anuais, que incluem os programas dos sectores económicos. De 2010 a 2018, o Governo despendeu 56,9 biliões de kwanzas, o que equivale a 178,1 mil milhões de dólares,

Só no período de "boom" do petróleo em que o Brent (produto de referência às exportações angolanas) ultrapassou os 100 dólares no mercado internacional, isto, entre 2010 até 2013. Consumiram-se 18,4 biliões de dólares (57,5 mil milhões de dólares).

Para 2019, o Governo tem previsão de desembolsar 11,3 biliões de kwanzas, que em dólares são 35,5 mil milhões. O valor poderá baixar caso haja a revisão orçamental prevista para o decurso deste mês.

Quanto à verba destinada a 5 programas prioritários do OGE 2019, representa 7,92 por cento dos 11,3 biliões de kwanzas, atingindo 899.025.758.423 mil milhões de kwanzas (2,8 mil milhões de dólares).

2002

Marcou o início dos programas de relançamento da economia nacional. Nesse período, os investimentos estavam concentrados em sectores cruciais que 'garantissem a recuperação das principais infra-estruturas económicas e sociais, com destaque para a construção do Aproveitamento de Capanda.

2006

O subprograma de reabilitação de infra-estruturas de apoio às actividades económicas prosseguiu, assim como o de distribuição de electricidade. O grande programa nesse ano económico foi a construção e reabilitação de estradas e pontes.

2003

Prosseguiu-se com os diversos programas, periodizando-se os de construção e reabilitação do sistema viário, os de apoio para aumento da oferta de transporte rodoviário, assim como programas virados à agricultura, pesca e ambiente, saúde, defesa, habitação e serviços comunitários.

2007

Foi o ano de continuidade dos projectos encerrados em 2006. O foco principal foi a construção e reabilitação de obras ligadas à actividade produtiva, que teve uma verba de 113,6 mil milhões de kwanzas, secundado pela habitação com 113,4 mil milhões de kwanzas.

2004

O Governo prestara atenç30 ao sector da saúde, tendo disponibilizado através do OGE, uma verba de 15,9 mil milhões de kwanzas (50 milhões de dólares), além da saúde materno-infantil, à construção, apetrechamento e reabilitação de infra-estruturas de saúde, atribuindo um valor de 6,4 mil milhões de kz.

2008

A nível de projectos, estiveram em evidência os subprogramas de reabilitação de infra-estruturas de apoio às actividades económicas, distribuição de electricidade, construção e reabilitação de estradas e pontes. Grande parte deles já tinha e sido iniciado em anos anteriores.

2005

O foco continuou a ser a dívida pública. Nesse ano, liquidou-se 132,9 mil milhões de kwanzas de dívida externa, que representava 13,91 por cento do OGE e da dívida interna o valor de 31,7 mil milhões de kwanzas (3,33) e o de energia (25,8 mil milhões de kwanzas).

2009

É o período em que se agudizaram os efeitos da bolha imobiliária, iniciada em finais de 2008, nos Estados Unidos da América. Angola não escapou. Apesar da crise 'suprime', o país arregaçou as mangas, intensificando o programa de apoio à produção agrícola, comercial e de exportações

2010

Consolidaram-se os vários investimentos realizados em estádios de futebol e de infra-estruturas aeroportuárias, em virtude do Campeonato Africano que decorreu em Luanda, Cabinda, Benguela e Huíla. Nesse ano, o sector das pescas intensificou o programa de gestão dos recursos pesqueiros.

2014

Registou-se a queda drástica do preço do barril de petróleo, nos mercados internacionais, desde Junho desse ano. Nesse ano, apostou-se em programas como de transportes rodoviários, da actividade económica e construção de infra-estruturas administrativas e autárquicas.

2011

A economia registou alguns avanços. Viu-se intensificar os projectos do sector da habitação de Infra estruturas administrativas.

2015

O país ressentia a crise. Verificou-se a contracção da actividade económica, o aumento exponencial das taxas de inflação, a degradação dos indicadores do sector fiscal, e a redução significativa das Reservas Internacionais Líquidas (RIL).

2012

Ano de eleições gerais. O Governo priorizou a reabilitação das principais rodovias. Concentrou-se igualmente na modernização das forças de defesa e segurança, da actividade económica, dos sistemas urbanos de água e saneamento.

2016

A luz do PND 2013-2017, cumpria-se com as Linhas Mestras que preconizavam o início de um "Novo ciclo de estabilidade não dependente do petróleo", tratando da "Substituição do petróleo como fonte principal de receita", através da "Expansão Controlada do Défice e do Endividamento"

2013

Os investimentos estavam concentrados no sector da segurança, infra-estruturas económicas básicas e na energia e água. Do Orçamento Geral do Estado, que comportava receitas e despesas de 6,63 biliões de kwanzas, estes sectores tinham uma percentagem de 4,24, 4,52 e 4,49 por cento, respectivamente.

2017

Criou-se o Plano Intercalar do Governo como medida para a redução do défice orçamental e recuperar a economia nacional. Entre estas medidas, constavam a continuação da estratégia de redução dos subsídios, com destaque para os da energia eléctrica e água e uma política monetária consistente.

2018

Lançou-se o Programa de Estabilização Macro económica de longo prazo. O PME foi aprovado a 27 de Dezembro de 2017 e só começou a vigorar em Janeiro deste ano, com vista a fazer face aos acentuados desequilíbrios que se evidenciavam nas contas internas e externas de Angola.

4.5 Peso da agricultura no PIB vai atingir 20%

Jornal economia e finanças

5 De Abril de 2019

Texto Vânia Inácio

No quadro da sua estratégia para alavancar este sector o Governo prevê subsidiar os combustíveis e garantir mais oferta

O Executivo angolano pretende nos próximos anos se equiparar a países como a Nigéria e Moçambique Em que o peso da sua agricultura no Produto Interno Bruto (PIB), é superior a 20 por cento.

Segundo o secretário da Sérgio dos Santos, que apresentou, recentemente, em Luanda, às associações empresariais, a estratégia do Executivo para se atingir esta meta, está em carteira um conjunto iniciativo que vai contribuir para que Angola atinja autonomia nos 54 produtos eleitos, para atingir a autosustentação.

"São várias as iniciativas, que vão desde as limitações nos juros para créditos para a actividade económica, ao domínio dos seguros para a agricultura", disse.

Disse também que desde o mês de Janeiro, o Governo deu início à política de priorizando da produção nacional, em que os 54 produtos têm de ser comprados em Angola.

"É um conjunto de medidas que vai de facto alterar a actividade económica nos momentos imediatos", sublinhou. Com 6,2 por cento do Produto Interno Bruto (PIB), em 2018, contra os 6,1 registados em 2016.

Dados de Sérgio dos Santos apontam que em 2018 o país gastou 3,2 milhões de kwanzas em importação de bens alimentares, representando 20 por cento do stock das reservas líquidas.

O referido valor vem completar os 8,6 mil milhões de dólares gastos da importação de bens alimentares nos últimos três anos.

Constam da tabela dos bens prioritários a avicultura, bovinicultura, cultivos de arroz, cana-de-açúcar, feijão e milho, bem com os seus derivados, entre outros.

Subsídio aos combustíveis

Na ocasião, Sérgio dos Santos, anunciou que o Governo está a trabalhar no regulamento para a atribuição do subsídio de combustíveis aos sectores agrícolas e pescas, de modo a evitar desvios dos recursos para outros fins.

A Comissão Económica do Conselho de Ministros aprovou a atribuição de subsídio aos combustíveis para a produção agrícola e pesqueira, com o propósito exclusivo de incentivar e dinamizar a actividade produtiva nestes dois sectores, com a redução dos encargos para os produtores e maior flexibilidade nos preços.

O referido regulamento, além de outros instrumentos que vão apoiar o aumento da produção nacional, poderá estar disponível antes do início da próximo época agrícola 2019/2020, antes de Setembro.

4.6 Plano de desenvolvimento

Jornal economia e finanças
5 De Abril de 2019

01 O Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) preconiza no âmbito da Política Nacional de Promoção do Desenvolvimento Provincial 2018-2022 de todas as províncias e elaboração de 11 Planos de Requalificação Urbana, 53 Planos Directores Municipais (15 provinciais), 73 Planos de Urbanização e de 6 Planos de Requalificação.

02 400 KV é a capacidade de energia planeado para um novo corredor de Alta Tensão do Queve na Direcção Sul, para a Namíbia, passando por Benguela e Lubango (Huila).

03 50 Por cento é a percentagem prevista da taxa de electrificação dos pais contra as actuais 35.

04 7.500 MW é o que se pretende gerar em energia contra os 3.334, dos quais 500 MW a partir de energias novas e renováveis.

05 1 Milhão é a previsão de ligação de energia a cientes, à razão de 200 mil por ano, com ênfase nas sedes de província, suas áreas urbanas, periurbanas e nas sedes municipais.

06 1.100km de estradas é a que o Governo pretende reabilitar adicionando aos 2.843 km de estradas já construídas até 2016. Além disso, 7.083 km de estradas serão reabilitadas, adicionando aos 10.219 já erguidos

07 50 Por cento são o volume dos Centros de Logística (CLODS) a serem operacionais no quadro da rede em parceria com o sector privado.

08 65 Por cento é o que se pretende para elevar o número de utilizadores de telefones fixos, passando de 280 mil para 460 mil. 17,3 Milhões são a estimativa de utiliza dores da rede móvel, dos 13,1 milhões, aumentando para 40 por cento de utentes de telemóvel.

09 30 por cento é a cobertura a ser feita das necessidades domésticas de frango com o desenvolvimento da pecuária e construção de matadouros de abate de animais em pontos estratégicos do país .

10 614.000 Toneladas é o volume de capturas de pescado por ano a serem concretizadas pelo sector até 2022, superando as 528.000. Por outro lado, 160.000/ano de sal é o que se pretende, fazendo com que esteja acima das 97.000 toneladas.

11 1.3 Milhões de toneladas é a previsão anual para se iniciar a produção de fosfato, o ferro gusa (420 mil toneladas), minério de ferro (1.7 milhões) e ouro (25.6 mil onças).

12 20 por cento é o que se vai reduzir na importação de bens e serviços do sector petrolífero. Por outro lado, 40 por cento serão reduzidas a mão-de-obra estrangeira para serviços gerais, 15 da contratação de especialistas estrangeiros, e 30 para inserção de novas empresas nacionais.

13 00 Grandes projectos são o que o Governo pretende financiar até 2022 no âmbito da constituição e operacionalização do Fundo de Investimento para Grandes Empresas e Grupos Económicas Empresariais (FIGEA). 400 Projectos serão financiados no quadro do Fundo de Garantia de Crédito e da Linha de Bonificação de Juros através do Programa Angola Investe.

14 por cento por ano é o que o Governo almeja alcançar no indicador -Doing Business" até 2022.

15 Projecta-se um crescimento económico que deverá registar um desempenho médio real de 3 por cento entre 2018 e 2022.

16 A taxa de incidência da pobreza passa de 36 por cento em 2017 para 25 em 2022.

17 Até 2022, 254 mil pessoas serão formadas pelo Sistema Nacional de Emprego e Formação Profissional.

4.7 Mais de mil alunos deixam de estudar de baixo de árvores

Jornal de Angola

5 De Abril de 2019

Carlos Paulino Menongue

Sector da Educação em Menongue tem mais escolas no primeiro e segundo ciclos, nos quais muitos estudantes ainda frequentam aulas em condições precárias

Mais de dois mil alunos do ensino primário e do primeiro selo, que estudavam debaixo de árvores e em capelas, nos bairros Tchindandi e Cunha, arredores da cidade de Menongue, província do Cuando Cubango, estão inseridos em duas escolas de construção definitiva, inauguradas ontem pelo governador provincial, Pedro Mutindi.

Os dois estabelecimentos, que vão albergar ainda centenas de alunos que se encontravam fora do sistema de ensino, foram reabilitados e ampliados. A Escola Dr. António Agostinho Neto tinha capacidade apenas para pouco mais de três centenas de alunos, agora vai acolher mais de mil.

O complexo escolar do bairro Tchindandi, designado "Tribuna do Povo", que tinha duas salas, passou a ter oito, possibilitando o ingresso de cerca de mil estudantes.

O estudante Lívio Ramos, manifestou, em nome dos colegas da escola do bairro Cunha, satisfação por muitas crianças ingressarem desde ontem no sistema

de ensino e, também, por centenas de alunos deixarem de estudar debaixo de árvores e capelas. "Muitas vezes não assistíamos aulas porque havia activado de nas igrejas onde estudávamos", lembrou com tristeza estampada no rosto. O governador do Cuando Cubango, Pedro Mutindi, apelou aos alunos e aos habitantes das referidas localidades para cuidarem das duas escolas "para que as futuras gerações possam beneficiar" também das infra-estruturas.

"O Governo Provincial vai continuara desenvolver esforços para terminar as obras de construção da escola de 12 salas de aula no bairro Castilho e outra de sete salas no bairro Cazenga, para diminuir o número de crianças fora do sistema de ensino e retirar alunos das capelas e de baixo de árvores" , garantiu Pedro Mutindi.

O governador alertou à população para estar atenta às acções de vandalismo que têm sido muito frequentes em infra-estruturas públicas na província. "Os alunos e todos os habitantes da comunidade têm de estar atentos para que estas escolas não sejam vandalizadas. Devem denunciar às entidades competentes qualquer acção de sabotagem", apelou, para acrescentar: "O Governo do Cuando Cubango está consciente de que ainda não fez tudo para o bem-estar da população, ou seja, ainda tem muito por fazer, mas é notório que as mudanças aconteçam um pouco por toda a província."

O governador adiantou que o seu elenco está a trabalhar também para alargar a rede eléctrica; na medida em que a nova central térmica de Menongue, com capacidade de 50 mega watts, pode beneficiar toda cidade.

4.8 Cidadãos participam na elaboração do OGE

Jornal de Angola

6 De Abril de 2019-04-16

Texto Adelina Inácio

O secretário de Estado para a Reforma do Estado informou que as administrações municipais passam a unidades orçamentais

o Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado está a trabalhar com o Ministério das Finanças no sentido de criar as condições para que os cidadãos participem na elaboração do próximo Orçamento Geral do Estado para os municípios, anunciou. Márcio Daniel, secretário de Estado para a Reforma do Estado.

Em declarações ao Jornal de Angola, à margem das actividades alusivas à fundação da Procuradoria Geral da República, Márcio Daniel explicou que, com essa acção do Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado, as administrações municipais deixarão de ser órgãos dependentes dos governos provinciais e passam, elas próprias, a unidades orçamentais.

"Em Vf2. de o OGE atribuir uma verba indistinta para a província e depois o governo da província distribuir as verbas para as administrações municipais, a ideia é que no próximo orçamento as administrações municipais comecem a exercer a autonomia orçamental, transformando-se de órgãos dependentes para unidades orçamentais", esclareceu.

Para o secretário de Estado para a Reforma do Estado, o processo de institucionalização das autarquias vai muito para além da realização de um acto eleitoral. Do ponto de vista financeiro, o mapa de tarefas a ser implementado pelo Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado é muito vasto. Institucionalizar as autarquias, acrescentou, é a maior reforma administrativa que o país vai fazer no modo de organização da função administrativa e a estruturação dos órgãos que o ponto de vista da Justiça Administrativa.

Márcio Daniel, secretário de Estado para a Reforma do Estado são responsáveis pelo atendimento às populações.

Márcio Daniel defende que cada administração municipal deve ter as ferramentas para poder aproximar os serviços básicos aos cidadãos. "Esta é uma primeira fase, se conseguirmos atingir o nível máximo de desconcentração administrativa e de aproximação dos serviços, quando se falar da institucionalização das autarquias, apenas vamos fazer uma mudança de nome porque teremos a nível local todas as competências, meios técnicos e recursos humanos para a realização dos serviços", disse. •

Segundo o secretário de Estado, um dos desafios a ser enfrentado durante a implementação das autarquias é o da sustentabilidade das autarquias que devem ter receitas próprias.

Márcio Daniel defende uma especialização em Direito Administrativo para dar resposta aos vários desafios que se vão colocar sob Papel da PGR

O jurista Leandro Ferreira disse que a Procuradoria-geral de República (PGR) tem um papel determinante na fase da implementação das autarquias, quer no âmbito do controlo público da riqueza quer na contratação do pessoal e na obrigação de declaração

de bens a que estão obrigados os titulares de cargos públicos.

Leandro Ferreira explicou que o Ministério Público, enquanto órgão da PGR, intervém no contencioso administrativo fiscal, na fiscalização da constitucionalidade e defende o interesse de determinadas pessoas definidas por lei.

O também docente universitário entende que o programa para a implementação das autarquias passa, necessariamente, pela produção do pacote legislativo, a preparação de toda legislação de base, para garantir a execução destas disposições legais, e a criação de meios humanos.

4.9 Disponibilidade de dados não financeiros no OG E aprovado

Novo Jornal

12 De Abril de 2019

Texto: Sérgio Calundungo

Está a crescer o número de cidadãos que se preocupam em aferir se o Executivo está ou não a cumprir de forma progressiva as suas obrigações e responsabilidades em matéria de satisfação das necessidades dos cidadãos e garantia da realização dos seus direitos políticos, económicos e sociais.

Por exemplo, ao nível da educação, usando como referentes o número de crianças matriculadas face ao número de crianças fora do sistema de ensino, o número de professores face ao número de alunos matriculados, o número de desistentes em cada ano lectivo, entre outros, podemos ter uma ideia mais clara acerca do que poderiam representar o volume financeiro dedicado a rubrica da educação.

Claro que o volume da despesa proveniente do orçamento do Executivo para a resolução destes problemas é um elemento central. Mas também existem casos nos quais, independentemente do volume de orçamento dedicado para um determinado sector, não existe uma correlação directa entre o aumento do volume de orçamento e significativas melhorias no sector.

Casos há em que o orçamento pode sim aumentar mas na fase da sua execução as verbas não serem cabimentadas de forma atempada, serem mal direccionadas dentro do mesmo sector ou serem desperdiçadas, ao invés de serem usadas de forma mais eficiente de modo a beneficiar quem mais precisa.

Como cidadãos, temos de poder olhar para o montante de recursos atribuídos aos diferentes programas e também para os resultados.

Por isso, os cidadãos devem sempre estar conscientes de que, embora seja sempre necessário insistir para que haja um aumento nas verbas destinadas ao sector social, com destaque para a educação, saúde e tantos outros, o volume do orçamento aprovado para o sector não deve, por si só, ser visto como o único indicador válido para que se possa aferir se as autoridades estão ou não a cumprir a sua responsabilidade de garantir progressivamente condições para que os direitos das pessoas sejam satisfeitos. Com esta precaução em mente, enquanto cidadãos, temos de perceber que não é suficiente saber qual é o volume de gastos alocados à educação ou à saúde anualmente, é importante que se usem indicadores apropriados, com dados desagregados por níveis de ensino, sexo, localidade, etc. Para termos uma ideia melhor acerca da forma como os problemas estão a ser encarados pelo Executivo.

Não é suficiente dizer que está inscrito no Orçamento Geral de Estado uma rubrica financeira destinada à merenda escolar, é preciso especificar o número de beneficiários que se pretende atingir com tais valores, a localidade onde se encontram e, se possível, as razões que estão por detrás da escolha destes beneficiários e não de outros.

Muitas vezes, registam-se casos em que os dados são de boa qualidade, solidamente recolhidos e até desagregados por género, mas, ao não serem desagregados por região, não demonstram o que acontece com segmentos específicos da nossa população, sobretudo aqueles segmentos mais vulneráveis.

- Por uma questão de maior transparência e entendimento, o Orçamento Geral do Estado deve divulgar não apenas a quantidade de dinheiro que está a ser alocada em um programa, mas também informações que nos permitam analisar a pertinência dessas despesas.

Dados não financeiros, como as metas de desempenho, previstos pelos programas podem ser usados para avaliar o sucesso dos mesmos. Mesmo quando os recursos alocados são gastos de acordo com o previsto no Orçamento Geral do Estado aprovado, resta a questão de se saber se a sua execução financeira alcançou os resultados pretendidos. Como cidadãos, temos de poder olhar para o montante de recursos atribuídos aos diferentes programas e também para os resultados pretendidos. No que diz respeito à educação, os dados não financeiros podem incluir o número de livros a serem

fornecidos por província, o número de beneficiários previstos dos vários programas, etc. Como cidadãos, temos todo interesse em saber um pouco mais o que se pretende em relação aos serviços prestados como resultado de investimentos. Dados como número de beneficiários do Programa de Melhoria da Saúde Materno-Infantil e Nutrição, o número de crianças a serem vacinadas, ou ainda o número de beneficiários de um programa que trata de combate à pobreza, deveriam constar dos documentos orçamentais. Como cidadãos, temos a legitimidade para questionar quais são os objectivos previstos nos vários programas inscritos no orçamento, quais são os impactos pretendidos em função do volume de verbas alocadas, Por exemplo, não basta saber quanto dinheiro se destina ao programa, é preciso saber o que se prevê alcançar com estes: aumento nas taxas de alfabetização entre crianças menores de 10 anos? Ou uma redução nas taxas de mortalidade materna?

4.10 FMI recomenda cautela dívida pública angolana está a sufocar o país

Jornal A República

12 De Abril de 2019

Texto: Mbinza Dikoza

O Fundo Monetário Internacional (FMI) assinalou a necessidade de "muita cautela" na contracção de novas dívidas públicas, devido à tendência de aproximação dos 90% do Produto Interno Bruto de Angola

Na passada sexta-feira, o Fundo Monetário Internacional fez referência à necessidade de "muita cautela" na contracção de novas dívidas públicas, devido à tendência de aproximação dos 90% do Produto Interno Bruto (PIB) de Angola até ao final do ano. A posição foi avançada durante o encontro entre a missão do FMI - que se encontrava em Luanda para a avaliação periódica do programa entre o Governo de Angola e aquela instituição financeira internacional, além da Comissão de Economia e Finanças da Assembleia Nacional.

O chefe da missão do FMI, Mário de Zamaroczy, falando à comunicação social, sublinhou que a dívida pública angolana está "bastante elevada" e que as autoridades estão a trabalhar no sentido de a reduzir, tendo primeiro adoptado "uma abordagem muito prudente e cautelosa" na contratação de dívida adicional, quer no mercado nacional quer no mercado estrangeiro.

"Sabem que a capacidade do serviço da dívida é limitada, que têm de assegurar e que não podem contratar dívida nova", referiu, informando que, brevemente, o Governo angolano vai publicar no portal do Ministério das Finanças uma política para gestão da dívida pública, interna e externa, em que vai explicar como pretendem fazê-lo. "Estou em crer que eles vão publicar este documento já ou dentro dos próximos dias", indicou.

"Pensamos que as dívidas podem existir. Não podem ser nem muito altas nem podem ser persistentes e, por isso, há que ter agora alguma cautela, isso é o que nós vamos transmitir ao executivo", salientou. Apesar de não terem ainda concluído as discussões com as autoridades angolanas, o que já foi analisado até ao momento demonstra que "está tudo no bom caminho", quer nas metas quantitativas que as autoridades deviam alcançar quer nas várias acções que deveriam empreender.

"Sentimo-nos muito optimistas em relação à continuação das discussões", disse, salientando que, à medida que o programa for implementado, serão realizadas visitas a Angola, de seis em seis meses, para avaliação do desempenho do programa. "Se as autoridades continuarem a implementar as reformas e a alcançar as metas do programa então haverá mais desembolsos", explicou.

Por sua vez, a presidente da Comissão de Economia e Finanças da Assembleia Nacional, Ruth Mendes, referiu que um país muito endividado "não é bom nem para o desenvolvimento nem para as gerações futuras". Ruth Mendes concordou que "há que ter, de facto, alguma cautela", quando o país tiver de contrair novos endividamentos, "porque a dívida já está nos 90% do PIB". Realçou também que "isso é, de facto, preocupante para qualquer cidadão. Mas é como ele [o chefe da missão do FMI] disse e muito bem: há um escalonamento para essa dívida até 2022, 2023, e chega aos 65% do PIB. Penso que há solução, a nossa dívida ainda tem solução, ainda não chegamos a uma situação de insolvência, como a Venezuela ou como a Argentina".

Na sua opinião, Angola ainda pode travar essa tendência de dívida crescente com base nas medidas que o executivo tomou e que estão explanadas no Programa de Desenvolvimento Nacional 2018-2022, e que passa pela respectiva redução. "Só assim podemos entender que, no orçamento deste ano, o executivo previu para acima de 50% o reembolso da dívida. Quer dizer que o próprio executivo também está preocupado com o facto de a dívida ser muito elevada", referiu.

4.11 Petróleo bate os usd 70 e abre discussão sobre OGE

Jornal Economia e Finanças

12 De Abril de 2019

Contra os 68 dolares por barril previstos no OGE/2019 em execução, neste momento, o Brent, referência às exportações de Angola, para entrega em

Junho, foi vendido, na última quinta-feira, em Londres por 71,48 dolares.

Ao longo destes três meses de 2019, o preço do petróleo de referência às ramas angolanas não passava a fasquia de 65 dólares, situação que contrariava as opções assumidas na programação financeira anual do Governo.

Os especialistas dos mercados de petróleo e derivados abrem discussão sobre a prudência na revisão ou 'não do OGE, que segundo se diz por alguma imprensa nacional e internacional, estará já em cima da mesa, para dar entrada à Assembleia Nacional.

O JE soube, de certa fonte, que apesar deste cenário de subida, também mais animador, o Governo não vai recuar na sua decisão de rever o OGE que se projectou com base num preço de 68 dólares, e que jamais se atingiu ao longo dos últimos quatro meses.

Muito recentemente, o analista da consultora especializada em energia WoodMackenzie Adam Pollard disse segunda-feira que as companhias petrolíferas "estão novamente a olhar para Angola" devido aos preços do petróleo e às reformas lançadas pelo Governo.

"No último ano Angola virou a página, o país está a tentar atrair mais investimento para evitar o declínio da produção de petróleo, prevista para os próximos anos, e há sinais de que as companhias estão novamente a olhar para Angola e a sentirem-se mais confortáveis em investir no país", disse Adam Pollard.

Sobre a meta de 1,4 milhões de barris por dia, que Angola estabeleceu para este ano, Pollard disse que é "uma meta razoável", explicando que "muitos dos poços estão na fase de maturidade, quando a produção começa a cair, e há novos projectos para aumentar a produção, mas Angola precisa de sancionar mais vários projectos para serem sancionados e começarem a funcionar nos próximos meses".

Os preços do petróleo subiram esta semana para o nível mais alto desde Novembro de 2018, impulsionados pelos cortes de oferta da OPEP, pelas sanções dos EUA contra o Irão e a Venezuela, pelos combates na Líbia e pelos bons resultados na criação de empregos nos EUA.

4.12 Revisão do OGE com corte de 30% nos Projectos de Investimento Público

Jornal Expansão

12 De Abril de 2019

Texto: Joaquim José Reis

A proposta de revisão do Orçamento Geral do Estado (OGE) 2019 que visa baixar os 68 USD de preço médio de referência do barril de petróleo vai dar entrada na Assembleia Nacional até ao final do mês e contempla um corte de 30% nos valores atribuídos a Projectos de Investimento Público (PIP), apurou o Expansão junto de fontes do Governo.

Em Março, o ministro de Estado do Desenvolvimento Económico e Social, Manuel Nunes Júnior, em entrevista ao Expansão, já tinha admitido que o Governo iria mesmo avançar com a revisão do OGE 2019 para adoptar um preço de referência "mais alinhado com a actual tendência" do mercado.

De acordo com fontes do Governo, apesar de o preço do barril se encontrar actualmente acima dos 71 USD, a revisão vai avançar com um preço a "rondar entre os 50 e os 60 USD".

Quanto aos 1,1 biliões Kz previstos no actual OGE para Projectos de Investimento Público, também sofrerão um corte, na ordem dos 30%, de acordo com as fontes, passando para 774 mil milhões Kz, o equivalente a 2 mil milhões USD.

Manuel Nunes Júnior admitiu, em Março, que desde a aprovação do OGE estavam em cima da mesa várias hipóteses, já que em Setembro, quando se preparava o documento, o preço do barril nos mercados internacionais "parecia bastante razoável".

No entanto, em Dezembro, quando o orçamento foi aprovado na Assembleia Nacional, estava já abaixo do preço de referência. "A questão que se colocava era decidir se uma alteração do preço de referência do petróleo se deveria fazer naquela altura ou mais tarde. A posição que acabou por prevalecer e que consta da Resolução aprovada pela Assembleia Nacional a respeito do OGE 2019 é a de que deveríamos acompanhar o comportamento do preço do petróleo

no mercado internacional nos primeiros meses de 2019 e, se o preço se mantivesse abaixo do preço de referência aprovado, então aí far-se-ia a revisão do orçamento", afirmou. No final de Janeiro, o ministro já tinha admitido a possibilidade de, ainda no "primeiro trimestre" do ano, se avançar com a revisão do OGE que estima receitas e despesa em 11,3 biliões Kz. Enquanto não se avança com a revisão, os gestores públicos têm recebido "orientações" sobre políticas a seguir, e foram também "adoptadas algumas restrições sistémicas para conter a despesa".

A última vez que um Orçamento Geral do Estado tinha sido revisto foi em 2016, também motivado pelo preço do petróleo nos mercados internacionais. Na revisão do OGE de 2016, o Executivo tinha descido a previsão do valor médio de cada barril exportado de 45 para 41 USD, cortando igualmente 35 milhões de barris à produção estimada no início do ano.

Queda da produção Especialistas do sector alertam que a revisão do Orçamento Geral do Estado para 2019 deveria ser feita devido à baixa da produção petrolífera e não devido ao preço, já que, para isso, bastava cativar despesa. Segundo alguns especialistas, a queda da produção em Angola atirou o número de barris diários para valores que rondam os 1,4 milhões, cerca de 140 mil a menos que o previsto no OGE.

4.13 Deputados fiscalizam OGE nos municípios

Jornal de Angola

14 De Abril de 2019

Texto: Manuel de Sousa e Lourenço

Bule

Os deputados à Assembleia Nacional pelo círculo provincial do Cuando Cubango vão, nos próximos dias, fiscalizar a execução física e financeira do Orçamento Geral do Estado (OGE), nos nove municípios da província, anunciou, em Menongue, o coordenador adjunto do grupo de deputados, Fernando Mucanda.

Em declarações à imprensa no final da visita de constatação às instalações da Delegação Provincial das Finanças e da Administração Geral Tributária (AGT), Fernando Mucanda salientou que o trabalho de fiscalização vai permitir acompanhar as acções que o governo local está a desenvolver nos nove municípios.

O parlamentar apontou como prioridade do grupo de deputados do círculo provincial eleitoral do Cuando Cubango a fiscalização dos serviços públicos nos

sectores da Educação, Saúde, Saneamento básico, distribuição de energia eléctrica e água potável, construção de infra-estruturas sociais e auscultação permanente das populações.

Acrescentou ser necessário fiscalizar as obras a serem executadas, para se evitar erros do passado e então as riquezas do país serem distribuídas a todos de forma equitativa.

O parlamentar apelou aos órgãos de comunicação social a divulgar os maiores problemas que afligem as comunidades. "A província regista debilidades sérias de assistência médica e medicamentosa nas distintas unidades sanitárias, problemas de seca com realce para os municípios fronteiriços, onde a situação é descrita como sendo caótica, porque as culturas da população ficaram danificadas por falta de água e a fome nestas regiões já é um facto", disse.

Além das instalações da Delegação Provincial das Finanças e da Administração Geral Tributária (AGT), os deputados visitaram igualmente o Comando da 5ª Divisão de Infantaria da Região Militar Sul, a Unidade dos Convalescentes, a Delegação do Ministério do Interior e o Comando Provincial da Polícia Nacional. Dos cinco deputados eleitos pelo círculo provincial do Cuando Cubango nas eleições gerais de 23 de Agosto de 2017, quatro são do MPLA e um da UNITA.

Plano de actividades

No Namibe, os deputados do círculo provincial apresentaram sexta-feira, ao Governo da Província, o plano de actividades a serem desenvolvidas no presente ano legislativo.

Segundo o porta-voz do círculo provincial, deputado José Maria Jamba, o plano inclui visitas de constatação a unidades hospitalares, escolas, entre outras instituições.

"Tivemos um encontro com o governador do Namibe, com propósito de apresentar o programa de actividades que temos para o presente ano legislativo, que passa essencialmente pela constatação, auscultação do funcionamento das instituições hospitalares e escolares, sabendo que as mesmas vivem dificuldades que podem ser diminuídas com a nossa intervenção junto das autoridades competentes", sublinhou.

4.14 FMI obriga Governo a cortar investimento público para não aumentar dívida

Jornal Expansão

18 De Abril de 2019

Texto: Joaquim José Reis

O Fundo Monetário Internacional (FMI) está a obrigar o Governo a cortar no investimento público para não aumentar a dívida, devido à revisão ao crescimento económico este ano, que põe a economia angolana quase estagnada, em 0,4%, depois de três recessões, apurou o Expansão.

Esta medida de contenção que resulta da previsão de uma diminuição na captação de receitas fiscais já estará presente na revisão ao Orçamento Geral do Estado para 2019, que deverá dar entrada na Assembleia Nacional até ao final do mês, que contempla um 'corte' de 30% nos Programas de Investimento Público (PIP), e obriga também a uma revisão às metas do Programa de Financiamento Ampliado.

"As revisões obrigavam obrigatoriamente a um ajustamento de algumas metas, como, por exemplo, as que dizem respeito à política fiscal. Há ainda a questão da consolidação da dívida, pois o Fundo está a obrigar a que todas as poupanças adicionais sejam canalizadas para pagamento da dívida, em vez da aposta no investimento, e daí o corte de 30% no PIP, na revisão do OGE 2019", disse uma fonte do Governo ao Expansão.

Menor crescimento da economia representa menos receita fiscal o que, por sua vez, representa mais défice, caso esta quebra de receita não seja compensada por redução de despesa. E é aqui que entra a revisão das metas entre o FMI e o Governo, já que ou o Governo reduz despesa, ou aumenta a dívida para fazer face a diminuição das receitas. Para não aumentar as despesas, o FMI impõem cortes nos investimentos públicos.

Mais uma vez, a 'culpa' é do petróleo. A revisão em baixa do crescimento do PIB, de acordo com o cenário macroeconómico que serviu de base à estratégia de endividamento de médio prazo 2019-2021, divulgado este mês no site do Ministério das Finanças, coloca a economia praticamente estagnada,

depois de três recessões em três anos (ver página 8). No cenário macroeconómico que serviu de base ao OGE 2019, o crescimento económico de 2,8% resultava da média ponderada de um crescimento de 3% do PIE petrolífero e de 2,6% do PIE não petrolífero. Agora, o novo cenário aponta a um crescimento económico de apenas 0,4%, com o PIB petrolífero a quebrar 2,2% e o não petrolífero apenas a crescer 1,5%. O FMI também reviu em baixa a taxa de crescimento para 0,4%.

A equipa do Governo que esteve presente nas reuniões da Primavera do FMI e do Banco Mundial, que decorreram em Washington, nos EUA, até 14 de Abril, liderada pelo ministro das Finanças, Archer Mangureira, esteve reunida com departamentos especializados do Fundo Monetário para avaliação das metas do programa, bem como para um ajustamento a algumas das metas e compromissos que constavam no acordo para efeitos da segunda avaliação ao País, agendada para Setembro. Isto, numa altura em que os resultados à primeira avaliação só deverão ser conhecidos em Junho, apurou o *Expansão*, quando se reunir, em Washington, o 'board' do FMI, data em que será decidido o desbloqueio da segunda tranche do financiamento de 3,7 mil milhões USD a Angola no âmbito do Programa de Financiamento Ampliado.

Governo e FMI revêm metas Entre as metas a rever encontram-se os valores impostos pelo FMI (ver tabela) sobre a diminuição do crédito do Banco Nacional de Angola ao Governo central, mas também do défice orçamental primário não petrolífero, apurou o *Expansão*. "Não serão revistas as datas, mas sim os valores em causa", admite uma fonte do Governo.

De acordo com O documento onde está consagrado o acordo, o financiamento do Fundo prevê o desbloqueio faseado de verbas consoante o cumprimento de metas e compromissos por parte do Executivo. A primeira e segunda revisão estavam programadas para o final de Março de 2019 e final de Setembro de 2019, com base nas metas quantitativas para o final de Dezembro de 2018 e final de Junho de 2019, respectivamente, e as metas estruturais (ver tabela).

Os objectivos a cumprir para a primeira avaliação do Fundo a Angola, que decorreu até ao fim de Março, tinham como base medidas a implementar até Dezembro, que passavam pela eliminação dos pedidos não atendidos de compra de divisas, mas também o cumprimento de outros requisitos, como o esclarecimento da existência de garantias soberanas dadas pelo Governo Central, bem como informação "detalhada sobre possíveis garantias de dívida da

Sonangol (por exemplo montantes, natureza da garantia, termos contratuais).

Quanto à segunda revisão, agendada para final de Setembro' o Governo comprometeu-se a avançar com a "publicação anual de uma Estratégia de Gestão da Dívida e de um Plano Anual de Endividamento", que incluía a criação de títulos de referência, a redução da frequência dos leilões e uma proporção crescente de financiamento interno através de leilões competitivos. Deve ainda submeter uma lei sobre o Combate ao Branqueamento de Capitais e contra o Financiamento ao Terrorismo (CBC/FT) com especial atenção a Pessoas Politicamente Expostas, entre outras medidas.

4.15 FMI obriga Governo a cortar investimento público para não aumentar dívida

Jornal Expansão

18 De Abril de 2019

Texto: Joaquim José Reis

O Fundo Monetário Internacional (FMI) está a obrigar o Governo a cortar no investimento público para não aumentar a dívida, devido à revisão ao crescimento económico este ano, que põe a economia angolana quase estagnada, em 0,4%, depois de três recessões, apurou o *Expansão*.

Esta medida de contenção que resulta da previsão de uma diminuição na captação de receitas fiscais já estará presente na revisão ao Orçamento Geral do Estado para 2019, que deverá dar entrada na Assembleia Nacional até ao final do mês, que contempla um 'corte' de 30% nos Programas de Investimento Público (PIP), e obriga também a uma revisão às metas do Programa de Financiamento Ampliado.

"As revisões obrigavam obrigatoriamente a um ajustamento de algumas metas, como, por exemplo, as que dizem respeito à política fiscal. Há ainda a questão da consolidação da dívida, pois o Fundo está a obrigar a que todas as poupanças adicionais sejam canalizadas para pagamento da dívida, em vez da aposta no investimento, e daí o corte de 30% no PIP, na revisão do OGE 2019", disse uma fonte do Governo ao *Expansão*.

Menor crescimento da economia representa menos receita fiscal o que, por sua vez, representa mais défice, caso esta quebra de receita não seja compensada por redução de despesa. E é aqui que entra a revisão das metas entre o FMI e o Governo, já que ou o Governo reduz despesa, ou aumenta a

dívida para fazer face a diminuição das receitas. Para não aumentar as despesas, o FMI impõem cortes nos investimentos públicos.

Mais uma vez, a 'culpa' é do petróleo. A revisão em baixa do crescimento do PIB, de acordo com o cenário macroeconómico que serviu de base à estratégia de endividamento de médio prazo 2019-2021, divulgado este mês no site do Ministério das Finanças, coloca a economia praticamente estagnada, depois de três recessões em três anos (ver página 8). No cenário macroeconómico que serviu de base ao OGE 2019, o crescimento económico de 2,8% resultava da média ponderada de um crescimento de 3% do PIE petrolífero e de 2,6% do PIE não petrolífero. Agora, o novo cenário aponta a um crescimento económico de apenas 0,4%, com o PIB petrolífero a quebrar 2,2% e o não petrolífero apenas a crescer 1,5%. O FMI também reviu em baixa a taxa de crescimento para 0,4%.

A equipa do Governo que esteve presente nas reuniões da Primavera do FMI e do Banco Mundial, que decorreram em Washington, nos EUA, até 14 de Abril, liderada pelo ministro das Finanças, Archer Mangureira, esteve reunida com departamentos especializados do Fundo Monetário para avaliação das metas do programa, bem como para um ajustamento a algumas das metas e compromissos que constavam no acordo para efeitos da segunda avaliação ao País, agendada para Setembro. Isto, numa altura em que os resultados à primeira avaliação só deverão ser conhecidos em Junho, apurou o Expansão, quando se reunir, em Washington, o 'board' do FMI, data em que será decidido o desbloqueio da segunda tranche do financiamento de 3,7 mil milhões USD a Angola no âmbito do Programa de Financiamento Ampliado.

Governo e FMI revêm metas Entre as metas a rever encontram-se os valores impostos pelo FMI (ver tabela) sobre a diminuição do crédito do Banco Nacional de Angola ao Governo central, mas também do défice orçamental primário não petrolífero, apurou o Expansão. "Não serão revistas as datas, mas sim os valores em causa", admite uma fonte do Governo.

De acordo com O documento onde está consagrado o acordo, o financiamento do Fundo prevê o desbloqueio faseado de verbas consoante o cumprimento de metas e compromissos por parte do Executivo. A primeira e segunda revisão estavam programadas para o final de Março de 2019 e final de Setembro de 2019, com base nas metas quantitativas para o final de Dezembro de 2018 e final de Junho de 2019, respectivamente, e as metas estruturais (ver tabela).

Os objectivos a cumprir para a primeira avaliação do Fundo a Angola, que decorreu até ao fim de Março, tinham como base medidas a implementar até Dezembro, que passavam pela eliminação dos pedidos não atendidos de compra de divisas, mas também o cumprimento de outros requisitos, como o esclarecimento da existência de garantias soberanas dadas pelo Governo Central, bem como informação "detalhada sobre possíveis garantias de dívida da Sonangol (por exemplo montantes, natureza da garantia, termos contratuais).

Quanto à segunda revisão, agendada para final de Setembro' o Governo comprometeu-se a avançar com a "publicação anual de uma Estratégia de Gestão da Dívida e de um Plano Anual de Endividamento", que incluía a criação de títulos de referência, a redução da frequência dos leilões e uma proporção crescente de financiamento interno através de leilões competitivos. Deve ainda submeter uma lei sobre o Combate ao Branqueamento de Capitais e contra o Financiamento ao Terrorismo (CBC/FT) com especial atenção a Pessoas Politicamente Expostas, entre outras medidas.

4.16 OGE para 2019 é revisto em baixa

Jornal de Angola
27 De Abril de 2019

A Comissão Económica do Conselho de Ministros apreciou ontem, em Luanda, a proposta de Lei que aprova o Orçamento Geral do Estado (OGE) revisto para 2019, com receitas estimadas em dez biliões, trezentos e setenta e dois mil milhões, oitocentos e sessenta e quatro milhões, seiscentos e setenta e quatro mil, cento e doze kwanzas e noventa e dois cêntimos (10.372.864.674.112,92). As despesas estão fixadas em igual montante, com base no preço de referência de 55 dólares por barril de petróleo, segundo o comunicado saído da 4ª reunião ordinária, orientada pelo Presidente João Lourenço.

A revisão do OGE-2019, acrescenta o documento, decorre da necessidade do ajustamento do actual montante de receitas e despesas a nova realidade económica, consubstanciada numa redução da receita fiscal, motivada pela intensificação da volatilidade do preço do petróleo no mercado Internacional.

A volatilidade do preço do crude, refere a nota, tem criado desequilíbrios macroeconómicos, prejudicando a execução do Orçamento Geral do Estado e pondo em perigo o alcance dos objectivos estratégicos macro executivos.

O OGE para 2019, aprovado em Dezembro do ano passado, contempla receitas e despesas no valor de 11,2 biliões de kwanzas. O montante tinha sido projectado com base no preço do barril de crude a 68 dólares.

Durante a sessão, foi aprovado o relatório de balanço do Programa de Estabilização Macroeconómica referente a 2018, documento que reporta o ponto de situação sobre a execução das medidas adoptadas pelo Executivo, visando ultrapassar os constrangimentos e desequilíbrios existentes em diversos sectores da economia e propiciar a melhoria dos indicadores macroeconómicos.

No essencial, explica o comunicado, o balanço do Programa de Estabilização Macroeconómica aponta para uma recuperação, mesmo que ainda tímida, dos principais indicadores macroeconómicos da economia nacional.

No domínio das finanças públicas, foi aprovado o relatório de balanço da execução do OGE referente ao IV trimestre de 2018, documento que apresenta dados sobre a execução do Orçamento Geral do Estado, incluindo os balanços orçamental, financeiro e patrimonial e a demonstração das variações orçamentais.

Durante o período em referência foram arrecadadas receitas no valor de 2.664,775 milhões de kwanzas, realizadas despesas no valor global de 2.832.342 milhões de kwanzas, tendo resultado num défice global de 167.587 milhões de kwanzas. A reunião aprovou, de igual modo, a programação financeira do Tesouro para o II trimestre de 2019, documento que apresenta os fluxos de entrada de recursos, de pagamentos, as operações de financiamento e os riscos associados à execução financeira durante período em referência.

A reunião aprovou também o relatório de balanço do Plano de Caixa do Tesouro Nacional, referente ao mês de Fevereiro de 2019, onde está reflectido o desempenho dos principais pressupostos que estiveram na base da sua elaboração, os fluxos de entrada e saída de recursos e a execução da despesa com e sem incidência de tesouraria.

Seguro de Importação

A Comissão Económica do Conselho de Ministros aprovou também o decreto presidencial que regulamenta a Contratação do Seguro de Importação de Bens, com vista a colocar em prática uma das recomendações da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (CNUCED).

A intenção do CNUCED é de que todos os países em vias de desenvolvimento, essencialmente importadores, devem tornar obrigatória a contratação dos seguros de importação de mercadorias com seguradoras dos seus próprios Estados, evitando, deste modo, a fuga de capitais para o estrangeiro.

No domínio da Economia e Planeamento, a Comissão Económica aprovou o Cronograma e Plano de Acção para a revisão da estratégia de desenvolvimento de longo prazo "Angola 2025" para o horizonte 2050, documento que vem estabelecer um modelo de governação que garanta uma supervisão adequada e um acompanhamento regular da implementação da mesma estratégia, de modo a produzir os resultados esperados.

O documento propõe que a supervisão geral seja trimestral e exercida pelo Conselho de Ministros e suas comissões especializadas, e que o acompanhamento seja regularmente efectuado pelo Ministério da Economia e Planeamento, através de uma unidade técnica.

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 ADRA pede calma aos partidos políticos e promete não concorrer as eleições autárquicas

Jornal: Novo jornal

3 De Abril de 2019

Texto António Gaspar

A Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA) pediu «calma» aos membros dos partidos políticos, garantindo que a sua organização não vai propor candidatos, nem apoiará candidaturas às eleições autárquicas do próximo ano.

Em causa estão as inquietações apresentadas pelos partidos em relação às estratégias de actuação e dinamização de acção social que a ADRA tem levado a cabo nas comunidades rurais, permitindo dessa forma uma relação de "grande" confiança com os cidadãos.

O director-geral da ADRA, Belarmino Jelembi, referiu que a sua organização tem estado apenas a participar activamente no debate nacional e a desenvolver acções de educação que visam a capacitação das comunidades e das instituições municipais, no âmbito local e

Políticos que a nossa intenção não é o poder. O foco do nosso trabalho sempre irá resumir-se em matérias educativas, nomeadamente debates, discussões,

Comunicação com a sociedade para que se perceba os objectivos e as implicações das autarquias".

Acrescenta ainda que "a ADRA adquiriu tem vindo a constituir um importante capital de conhecimentos na relação com as instituições do Estado e outros actores no sentido de apoiar processos de transformação nos municípios".

Por último, Belarmino Jelembi destacou também o contexto actual político do país: "Registaram-se importantes avanços no domínio dos direitos políticos e cívicos, traduzidos fundamentalmente no alargamento da liberdade de expressão, assim como de manifestação

5.2 APROVADOS RELATORIOS SOBRE PACOTE LEGISLATIVO AUTARQUICO

JORNAL: Novo jornal

3 De Abril de 2019

Os deputados à Assembleia Nacional aprovaram esta semana, por unanimidade, os relatórios pareceres conjunto na generalidade do pacote legislativo, prosseguir à discussão e votação na reunião plenária marcada para o dia 18 de Abril.

Trata-se de nove diplomas legais concernente ao pacote legislativo autárquico, dois dos quais são de iniciativa legislativa do Grupo Parlamentar da UNITA.

Segundo a Angop, foram aprovados relatórios pareceres conjuntos dos projectos de lei da tutela administrativa sobre as autarquias locais e das finanças locais (UNITA), das propostas de lei orgânica sobre as eleições autárquicas, transferência de atribuições e competências do Estado para as autarquias e sobre a organização e funcionamento das autarquias locais.

Durante o acto, foram igualmente aprovados os relatórios pareceres conjuntos das propostas de lei sobre o regime financeiro das autarquias locais, regime geral das taxas das autarquias locais, da tutela administrativa sobre as autarquias locais e a proposta de lei sobre a institucionalização das autarquias locais.

O deputado do MPLA, Tomás da Silva, aplaudiu a forma como se deu o tratamento do pacote autárquico submetido pelo titular do Poder Executivo ao Parlamento.

Por outro lado, a deputada da UNITA Mihaela Weba aplaudiu o relatório, considerando tratar-se de um exercício louvável, pelo facto de os documentos terem sido aprovados por consenso.

5.3 Conformação da figura político-constitucional das Autarquias Locais na Constituição angolana

Jornal Manchete

4 De Abril de 2019

Texto: Diavita Alexandre Jorge

O Estado angolano que vem de um período de instabilidade política e institucional, marcada desde a sua criação (11 de Novembro de 1975), inaugurado com o advento da paz e estabilidade político-militar e instauração do processo de reconciliação nacional efectiva (em 2002), um período visto como de progressiva normalidade institucional e, a realização das eleições legislativas (em 2008) e aprovação da Constituição (em 2010), passou então a ser um marco, isto na medida em que não apenas institui, como sistematiza a descentralização administrativa e os órgãos do Poder Local em Angola. Embora de haver já entre nós, previsões constitucionais anteriores sobre a temática das autarquias locais. A discussão sobre a efectivação deste processo conta já com importantes passos marcados desde os anos de 2008 e 2009 para o reforço da capacidade da gestão administrativa e qualificação do seu quadro técnico, como pode-se notar a criação e a implementação do Fundo de Gestão Municipal (FGM), a transferência permanente de competências dos órgãos da Administração Central para os órgãos da Administração Local do Estado, o reforço da capacidade institucional dos municípios, a permanente capacitação e actualização de conhecimentos sobre as mais diversas matérias dos responsáveis e quadros da Administração Local, bem como os diferentes instrumentos normativos aprovados, nomeadamente a Lei n.º 17/10, de 29 de Maio, que revoga o Decreto-Lei n.º 2/07, de 3 de Janeiro, da «Organização e do Funcionamento dos Órgãos de Administração Local do Estado»; Lei n.º 15/17, de 8 de Agosto, sobre a «Orgânica do Poder Local»; a Lei n.º 13/16, de 12 de Setembro, a «Lei de Bases da Organização Administrativa do Território» e o Decreto Presidencial n.º 30/10, de 9 de Abril, sobre «o Regime Financeiro Local».

Estes instrumentos jurídico-legais estabeleceram uma delimitação de competências entre Administração Central e a Administração Local. Obviamente que, estes instrumentos ou diplomas legais, simbolizaram passos inequívoca da manifestação de vontade de pôr em marcha o processo que culminará com a efectivação de Autarquias Locais de modo gradual, responsável e eficiente no nosso país. É "mister" e de conhecimento geral que, com a proclamação da independência nacional em 11 de Novembro de 1975, implantou um regime político de inflexão

Marxista - Leninista de inspiração soviética. Ora, o primeiro texto constitucional estabelecia o desenvolvimento dogmático do centralismo democrático, invocações da unidade, da descentralização e da iniciativa local como princípios orientadores da Administração Local do Estado e da Administração Local Autárquico. Este texto constitucional ia mais longe no artigo 46.º/LCRPA, que para além da divisão administrativa do Estado em circunscrições, designadamente em Províncias, Concelhos, Comunas, Círculos, Bairros e Povoações, foi-se ao ponto de reconhecer a existência de Autarquias Locais com personalidade jurídica e gozando de autonomia administrativa e financeira (art. 51.º/LCRPA). Apesar da Lei-Constitucional de 1975 estabelecer estes princípios fundamentais na arquitectura de organização político-administrativa angolana, este desiderato constitucional viria perder a sua forma material com a adopção do Marxismo-Leninismo que descoloriu a sua perspectiva original, adoptado pela revisão constitucional de 7 de Fevereiro de 1978 pelo Comité Central do MPLA-PT. A teoria Marxista-Leninista na sua essência, sobre o Estado não admitia a existência de outra pessoa colectiva pública distinta do Estado, muito menos territoriais, "in concreto" as autarquias locais (Carlos Feijó, 2001: 140). Portanto, existia uma contradição patente na própria Lei, isto fruto do contexto Marxista-Leninista e da disciplina partidária instituída pelo MPLA à sociedade na qualidade de partido-Estado na altura, que baseava-se no sistema de Partido Único e, perante esta realidade, o legislador ordinário ignorou a existência constitucionalmente do Poder Local, reduzindo-a às Comissões Populares, sob um sistema unitário centralista aparentemente binário, isto é, Poder igual para Assembleias Populares - órgãos deliberativos - e os Comissariados - órgãos executivos (Lazarino Poulson, 2009: 48-49). Em «sumo rigore», se formos a analisar, as Assembleias Populares e os Comissariados não eram órgãos do Poder Local. Embora a Lei-Constitucional de 1975 no artigo 54.º, estabelecer que a «Administração Local nas suas relações com os organismos centrais orienta-se pelos princípios do centralismo democrático» e no artigo 55.º, estatuir que os «Comissários nomeados para as províncias e para os municípios são os órgãos do Poder Local e de Administração e representam o Governo nas suas respectivas circunscrições». Estes artigos não fazem concretamente referência ao Poder Local como tal, porque a Autonomia Local, na perspectiva político-administrativa, corresponde a capacidade das Autarquias Locais na qualidade de pessoas colectivas territoriais dotadas de órgãos representativos que visam a prossecução de interesses próprios das populações respectivas, prosseguirem livremente a realização das suas atribuições através dos seus

próprios órgãos e sob sua inteira responsabilidade. Isto inclui a autonomia administrativa, autonomia financeira e a autonomia regulamentar.

A Lei-Constitucional de 1975 fazia menção, aos órgãos desconcentrados do Estado, que são unidades administrativas locais do Poder Central (Províncias, Municípios, Comunas, Bairros e Povoações) que visam assegurar a nível local a realização das atribuições específicas da Administração Estatal, que têm como objectivo, orientar o desenvolvimento económico e social e assegurar a prestação dos serviços comunitários da respectiva área geográfica e não as Autarquias Locais. A incoerência e incongruência jurídica pautada na Lei-Constitucional de 1975 veio a ceder mais cedo, dando lugar à primazia das opções político-ideológica, as Autarquias Locais foram substituídas por mais consentâneos Órgãos do Poder Popular (Lei n.º 1/76 de 5 de Fevereiro), o processo evoluindo no sentido de uma muito marcada centralização administrativa (Armando Marques Guedes, Carlos Feijó et. al., 2003: 54-55). Desse modo, o Poder Local ficou reduzido às Comissões Populares de Bairro e os comissários (interpretação contrário sensu) passaram a ser considerados, simultaneamente, como Órgãos de Poder Local e Órgãos da Administração. A Lei n.º 1/76, previa a divisão do território nacional para fins político-administrativo e o número, denominações e limites das divisões territoriais (art. 53.º/LCRPA). Nesta lei estava equacionada de maneira explícita, uma lógica centralizadora (art.54.º/LCRPA). Assim sendo, o artigo 57,o/LCRPA, estabelecia explicitamente que estes órgãos (Órgãos de Poder Local e da Administração), no exercício das suas funções, actuariam em estreita conformidade e coordenação com as organizações de massas do MPLA.

Com as reformas político-constitucionais efectuadas em 1989/1991, a primeira revisão constitucional com a Lei n.º 12/90 de 6 de Maio, não trouxe mudanças e inovações que se esperava no plano da divisão do território, isto é, de organização administrativa do Estado e da sua implantação a nível Local. Já a segunda revisão constitucional aprovada através da Lei n.º 23/92 de Setembro representou uma viragem e ruptura com o sistema anterior do Partido Único. A Lei-Constitucional consagrou expressamente os princípios majestosos do Estado unitário descentralizado e desconcentrado (art.5.º, alínea e do art. 54.º, art. 145.º; art.146.º/LCA). A revisão constitucional ocorrida em 1992 com a Lei n.º 23/92, nos dois processos constituintes inconclusivos, que apenas iniciou em 2009, cujas comissões constitucionais encarregues de procederem aos trabalhos preparatórios de revisão constitucional,

aprova, em matéria atinente ao Poder Local, os seguintes princípios: o princípio da autonomia local; da descentralização administrativa; da desconcentração administrativa; da descentralização e desconcentração financeira; do Estado unitário; do exercício harmonioso do Poder e a promoção e consolidação da unidade nacional; e por último, o princípio da eleição por sufrágio universal, livre, directo, secreto, igual e periódico dos órgãos representativos do Poder Local. Embora de estabelecimento destes princípios (Virgílio de Fontes Pereira, 1997: 25-28), até exacto momento não houve, não há grandes divergências quanto a concepção do Poder Local com base nestes princípios, mas a questão real assenta mais nos aspectos e ópticas político-partidárias, em detrimento do rigor técnico-jurídico-politológico. Em 2002, com a expansão do aparelho ou a máquina administrativa do Estado, deu-se a marcha interrupta constitucional e o processo da consolidação da democracia representativa e participativa, com a realização das eleições legislativas em 2008, que aprovaram a nossa «Lex Mater» (Carta Magna) em 2010, onde o legislador constituinte, com a Constituição, inaugurou o Direito Constitucional Autárquico e, fê-lo, de forma auto-suficiente. A Direito Autárquico na Constituição está constitucional bem pensada e serve desta forma de "estrada" dispensando qualquer manifestação superveniente do Poder Constituinte. A Constituição no que concerne ao Poder Local reforça os princípios atinentes e fundamentais de estruturação, tais como: o princípio do Estado democrático de direito; do pluralismo de organização e de centros de decisão administrativa; do Estado unitário e da autonomia local. Isto na qualidade de princípios essenciais para a estruturação administrativa de um Estado moderno (Estado democrático e de direito). E quanto aos princípios fundamentais do modelo de Poder Local Autárquico, a Constituição estabelece os princípios da representatividade dos órgãos autárquicos; da divisão territorial; da legalidade; da protecção legal da autonomia local; das finanças e património e da autonomia administrativa (art. 213.º à 225.0/CRA). E à institucionalização das Autarquias deve obedecer ao princípio do gradualismo, que segundo a Constituição, os órgãos competentes do Estado determinarão por lei, a oportunidade da sua criação, o alargamento gradual das atribuições, o doseamento da tutela de mérito e a transitoriedade entre a Administração Local do Estado e as Autarquias Locais (n.º 1 e 2 do art. 242.º/CRA).

O self-government, não deve ser concebida e discutida de uma forma colorada como temos visto nos últimos dias, a partir do momento do "despoletamento" por parte do Mais- Alto-

Magistrado Administrativo do País, João Gonçalves Lourenço, com a realização das eleições Autárquicas em 2020, transparecendo que, a gradualização sendo um problema de entrave para efectivação material do processo de institucionalização. É evidente que as Autarquias Locais, representam entre uma realidade já familiarizada, embora jurídico-constitucional formal, portanto, não deixa de ser de suma importância, percebemos que a sua materialização, requer entre nós, uma discussão técnica e a compreensão de todas as "nuances" para melhor compreendemo-lo de forma qualitativa e progressiva. O gradualismo, na qualidade de um princípio fundamental estabelecida na Lei de upra-Ordenação a ter em conta no processo de institucionalização (n.º 1 e 2 do art. 242.0/CRA), apela a necessidade de cautela e desaconselha os ânimos politizados que podem provocar uma abrupta institucionalização que não tenha ou leve em consideração os aspectos importantes que "dão vida" a complexidade funcionamento de uma Autarquia «in concreto». Estes aspectos gravitam na questão dos recursos humanos qualificados e disponíveis, condições de asseguramento de uma paz social local e de um sistema administrativo inteligente que possa facultar aos administrados; progresso, crescimento e desenvolvimento local sustentável (uma Administração Local inteligente que assegure a mudança progressiva e necessária).

5.4 Autarquias votação na generalidade com II leis mas podem ser mais

*Jornal: Novo jornal
4 De Abril de 2019*

O Pacote Legislativo sobre as Autarquias Locais vai à votação, na generalidade, no próximo dia 18 de Abril, após aprovação dos relatórios pareceres esta semana nas comissões competentes (de Assuntos constitucionais e Jurídicos e de Administração do Estado e Poder Local).

Ao todo, serão nove a n leis que deverão ser discutidas, havendo margem para que este número possa sofrer alteração devido a outras propostas que devem ser acrescentadas neste processo, tais como a Lei das Taxas Locais, das Finanças Locais, do Estado dos Eleitos Locais e a Lei do Património, que deverá estar adstrita às autarquias.

Em relação ao último ponto, o Novo Jornal apurou de fonte parlamentar que ainda não está definido o que virá a ser considerado como património das autarquias e o que se vai manter como património do Estado.

Desconhece-se se o Ministério da Administração do Território e Reforma de Estado (MAT) já terá ou não procedido ao levantamento de todo o património que

se pretende delimitar como uma pertença do poder autárquico.

Entretanto, a aprovação na generalidade do pacote legislativo das autárquicas manterá os dois pontos fracturantes em que a oposição parlamentar afirma discordar da ideia defendida pelo MPLA, do «gradualismo geográfico» e da «tutela de mérito».

Para a oposição, nenhum angolano deve ser deixado à margem do processo de votação nas autarquias. Para isso, defende um modelo em que todos os municípios sejam contemplados.

Dos 164 municípios do país, prevê-se que seja intenção do MPLA realizar de eleições em apenas 45. Para a oposição e alguns sectores da sociedade civil angolana, as autarquias devem ser implementadas ao mesmo tempo em todo o país.

O Bureau Político do MPLA recomendou, durante a sua 4.ª Reunião Ordinária, realizada no passado, que a nível das discussões na especialidade na Assembleia Nacional sejam aclaradas as dúvidas

passíveis de interpretações diferentes e de criarem alguma confusão, aquando da institucionalização do poder local autónomo.

O Executivo defende um modelo baseado no gradualismo territorial ou geográfico, numa fase experimental, cujos critérios de selecção dos municípios será feito pela Assembleia Nacional, com uma lei própria a ser criada para o efeito.

"Os cidadãos querem eleições autárquicas simultâneas em todo o país e nós estamos a sentir que há uma dificuldade de o Executivo manter a sua posição radical de fazer escolhas de alguns municípios. [João Lourenço] veio dizer-nos que está disposto a reduzir em cerca de cinco anos, isto não é nada", reagiu o líder do grupo parlamentar da UNITA, Adalberto da Costa Júnior, ao pronunciamento do Presidente da República.

O Executivo submeteu à consulta pública, até 31 de Julho de 2018, o pacote legislativo sobre o processo autárquico em Angola, que suporta seis diplomas legais, que teve como principal ponto de divergência o modelo de implementação proposto pelo MPLA.

"A nossa missão principal é dialogar, ouvir as diferentes opiniões, sem prejuízo, naturalmente, de termos opinião própria, embora sendo ela flexível. E o sinal que aqui foi dado já é um de grande

flexibilidade, na diminuição do período de institucionalização", disse na altura o ministro Adão de Almeida, a respeito do processo.

5.5 Mulheres apoiam candidatura de David Mendes para autarquia do Cazenga

Jornal OPAÍS

5 De Abril de 2019

Texto: Ireneu Mujoco

Um grupo de mulheres, de três denominações religiosas cristãs do município do Cazenga, manifestou apoio a uma candidatura do político e advogado David Mendes nas eleições autárquicas de 2020, segundo fonte familiarizada com o assunto.

A fonte informou que recentemente o político se reuniu com este grupo de mulheres de algumas igrejas sedeadas no Cazenga, onde apresentou um projecto denominado "Salvar Cazenga".

A ideia, de acordo com a fonte, foi bem acolhida e as mulheres garantiram prestar todo o seu apoio a David Mendes, que é natural deste município.

Este jornal apurou ainda que, para além das mulheres religiosas, a LIMA, organização feminina da UNITA, de que David Mendes é deputado independente, também vai apoiá-lo.

Para além das mulheres, há vários jovens que decidiram também apoiar a candidatura de David Mendes, cujos núcleos estão espalhados em alguns distritos desta circunscrição.

Francisco Correia é um dos rostos visíveis deste grupo de jovens, aliás, foi o seu grupo que sondou David Mendes para concorrer para a autarquia do Cazenga.

Os deputados à Assembleia Nacional Makuta Nkondo e Sediangani Mbimbi, segundo fontes deste jornal, manifestaram também o interesse de apoiar o político.

Recentemente, o próprio candidato disse a este jornal que alguns partidos na Oposição apoiam também a sua candidatura.

Trata-se dos partidos integrados na coligação CASA-CE (PADDA- AP, PALMA, PPA, PNSA, PDP-ANA, e BD), UNITA, a FNLA e o PRS, e APN, este último extra-parlamentar.

David Mendes falava à margem de um encontro recentemente realizado no Cazenga com um grupo de jovens proponentes da sua candidatura.

Disse que a sua intenção de concorrer para a autarquia do Cazenga já é do conhecimento do líder do Grupo Parlamentar da UNITA, Adalberto Cosa Júnior,

Informou. que contactará Isaiás Samakuva quando estiver consolidado o apoio de que necessita do povo do Cazenga. "Aí avançarei para pedir o apoio formal da UNITA", sublinhou.

5.6 Adão de Almeida está em Portugal

Jornal de Angola

10 De Abril de 2019

O ministro da Administração do Território e Reforma do Estado, Adão de Almeida, afirmou, segunda - feira, em Lisboa, que o Governo angolano está a preparar um novo modelo de gestão do território, daí a necessidade de conhecer a experiência de Portugal, no domínio da descentralização.

Adão de Almeida falava à imprensa, à margem de um encontro com o ministro português da Administração Interna, Eduardo Cabrita, no quadro da visita de uma semana a Portugal. O ministro declarou que Angola se encontra "num momento de viragem no que respeita ao modelo de gestão do território". Adão de Almeida disse ser uma viragem que passa pela introdução de dinâmicas de descentralização, tendo sublinhado que, em breve, (2020) o país vai acolher as primeiras eleições autárquicas. Neste quadro, considerou o calendário desta visita a Portugal "bastante oportuno".

O foco da visita de uma semana, segundo Adão de Almeida, é tirar do papel os acordos rubricados em Luanda, por altura da última visita a Angola do Presidente Marcelo Rebelo de Sousa.

Durante este mês, a Assembleia Nacional vai iniciar o debate sobre o essencial da legislação autárquica. Daí que o ministro entenda que, do ponto de vista prático, as experiências e informações a serem recolhidas vão "influenciar" o processo decisório angolano.

Adão de Almeida sublinhou' no entanto, que a delegação por si encabeçada não está em Portugal para fazer a "importação de modelos". "Estamos a

construir um modelo angolano, bebendo das outras experiências, aspectos como os das finanças ou do endividamento público locais", esclareceu.

A experiência portuguesa no domínio da transferência de competências para as autarquias é outra das questões com um alcance prático importante, para as quais Angola quer olhar, acrescentou o ministro.

Para Adão de Almeida, que encabeça uma delegação com 14 membros do seu Ministério, Angola precisa de ter o máximo de informação sobre o assunto.

5.7 Angola prepara novo modelo de gestão do território com visita a Portugal

Jornal Expansão
12 De Abril de 2019

Deputados debatem este mês o essencial da legislação autárquica, naquele que será um "modelo angolano", mas que contará com a experiência de outros países.

Angola está a preparar um novo modelo de gestão do território e quer conhecer a experiência portuguesa no domínio da descentralização, disse esta semana, em Lisboa, o ministro da Administração do Território e Reforma do Estado, Adão de Almeida.

Angola encontra-se "num momento de viragem no que respeita ao modelo de gestão do território, através da introdução de dinâmicas de descentralização", para além de que, "muito em breve, serão realizadas as primeiras eleições autárquicas no país". Por esse motivo, disse, o calendário desta visita é "bastante oportuno".

"Estamos a começar o debate parlamentar - durante o mês de Abril- sobre o essencial da legislação autárquica", Daí que, "do ponto de vista prático", as experiências e informações que serão recolhidas em vários domínios "vão seguramente influenciar muito o processo decisório angolano", sublinhou o ministro, salvaguardando que a delegação que dirige não se desloca a Portugal para "fazer uma importação de um modelo".

As primeiras eleições autárquicas em Angola, que ainda não foram formalmente convocadas, estão previstas para 2020. "Nós estamos a construir um modelo angolano, mas esse modelo é construído também conhecendo outras experiências", sublinhou. "A complexidade do processo impõe-nos que, entre

outras acções, nós possamos compreender e até aprender com realidades mais próximas, ou menos próximas, mas sempre experiências únicas", acrescentou.

O governante diz estar particularmente interessado em "conhecer" aspectos como os das finanças locais ou do endividamento público local.

A experiência portuguesa no domínio da transferência de competências para as autarquias é outra das "questões com um alcance prático importante", para as quais Angola quer olhar. "E quem vai iniciar um caminho, como nós vamos começar, seguramente precisamos de ter o máximo de informação possível", reforçou Adão de Almeida.

Em declarações à Lusa, o ministro português Eduardo Cabrita sublinhou "a fase muito positiva de aprofundamento das relações ao nível do Governo e dos povos entre Angola e Portugal", considerando "muito importante (...) aprofundar a cooperação" com as autoridades angolanas nesta área da Administração do Território e da Reforma do Estado.

"Trocar experiências, aprender com as experiências dos outros, é essencial. E ao longo de toda esta semana, num vasto conjunto de reuniões de trabalho na área da Administração Local, com autarquias, mas também na área da administração eleitoral, iremos trocar experiências e aprofundar práticas de consolidação da democracia, e sobretudo da democracia local", disse.

Agência Lusa

5.8 Projecto AGIR discorda de normas da proposta de lei

Novo Jornal
12 De Abril de 2019
Texto: António Gaspar

A organização não-governamental Projecto AGIR fez saber esta semana que discorda de dois preceitos que constam da proposta de lei sobre o pacote legislativo autárquico apresentada pelo Executivo através do Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado (MAT) por apresentarem alguns "equívocos".

Entre os equívocos estão as normas que afastam a questão remuneratória do presidente da Câmara Municipal e o controlo de hospitais municipais e escolas do I e II Ciclos sob o domínio dos autarcas.

Hitler Samassuku, co-fundador do Projecto AGIR, salientou que o facto de o representante máximo da Câmara Municipal não usufruir de qualquer tipo de remuneração fará com que este perca a pretensão de participar no processo autárquico, por entender que o seu esforço de "nada valerá".

"Não acredito que no país haja um político que vá aceitar trabalhar numa câmara Municipal de forma voluntária sem contar com alguma remuneração. Penso que essa proposta de lei é intencional e desestimulante na medida em que o cidadão abdicará de participar na vida pública através das autarquias", disse em entrevista ao Novo Jornal.

Acrescentou ainda que o representante da Câmara Municipal tem equivalência aos deputados da Assembleia Nacional (AN): "uns defendem apenas os interesses dos municípios e outros asseguram interesses nacionais, mas os objectivos são comuns".

"Se os deputados à Assembleia Nacional recebem remunerações, como é possível que o presidente da Câmara Municipal não venha a ganhar salário?", questionou, acrescentando que "ninguém é capaz de defender os interesses dos munícipes durante cinco anos por apenas gostar".

Um outro aspecto, segundo Hitler, tem a ver com as atribuições no domínio da saúde e escolas do I e II Ciclos de ensino, as quais o activista considera ser fundamental estarem sob tutela dos autarcas para um controlo efectivo.

"A proposta de lei vem dizendo que os autarcas terão apenas sob o seu domínio a responsabilidade dos centros médicos e das creches. Sabemos que actualmente os administradores geram os hospitais entre outros sem qualquer problema, e o autarca, que será uma figura eleita pelo povo, devia ter sob seu controlo toda a linha sanitária que está nos municípios" referiu.

Por último, considera mesmo a proposta de lei sobre as autarquias "viciada", referindo que tem um propósito de dar a entender que existirá um poder autárquico quando na realidade os autarcas não "vão ter a autonomia desejável".

"O Executivo tem de ter noção daquilo que pretende para o bem de todos, porque podemos ser testemunhas de uma autarquia fracassada e as pessoas poderão vir a arrepende-se.

Saliente-se que os membros afectos ao Projecto AGIR vão manifestar-se no dia 18 do mês em curso na Assembleia Nacional para pedir esclarecimentos sobre a proposta de lei sobre o pacote legislativo das autarquias apresentado este ano pelo MAT.

5.9 Projecto de lei pretende contrapor gradualismo geográfico

Novo Jornal

12 De Abril de 2019

Alexandre Sebastião André, membro do colégio presidencial da Convergência Ampla de Salvação de Angola-Coligação Eleitoral, garantiu nesta quinta-feira, 11, que o projecto de lei que o seu partido propõe - baseado na institucionalização das autarquias, sua organização e funcionamento - vai "categoricamente" contrapor a "todo o custo" a não aplicação do chamado gradualismo geográfico defendido pelo MPLA.

Em declarações ao Novo Jornal, Alexandre André disse que o gradualismo geográfico ou territorial defendido pelo Executivo angolano e do partido que o sustenta corresponde a um atentado aos princípios basilares da constituição contra a República e fere "gravemente" os direitos fundamentais dos cidadãos porque "caem na discriminação".

"As autarquias devem ser realizadas de forma universal. Entendemos que, com a não aceitação do gradualismo funcional, estaríamos a confrontar os princípios basilares da Constituição e os direitos fundamentais consagrados", salientou, acrescentando que é tarefa do Estado angolano propiciar o desenvolvimento sustentável no país e não a discriminação dos cidadãos.

O político disse ainda que o diploma vai contrapor também a tutela de mérito que o MPLA defende. "Tornar-se gigante do ponto de vista do controlo dos actos em função do mérito estaríamos a tomar as autarquias como um mero órgão desconcentrado, e não descentralizado como deve ser. Não pode haver um poder de uma hierarquia do tutelar sobre as autarquias", referiu.

5.10 MPLA capacita quadros para eleições autárquicas

Jornal de Angola

16 De Abril de 2019

Texto: Adelaide Mualimusi

O MPLA no Cunene está a promover a capacitação dos seus dirigentes responsáveis quadros militantes e organizações associadas para disputar e vencer as eleições autárquicas, previstas para o próximo ano.

O primeiro secretário do Cunene do MPLA. Virgílio Tyova, disse ontem na abertura da X reunião extraordinária do comité provincial que o objectivo é

preparar os quadros para os novos desafios com vista a materialização do programa de governação e o alcance da vitória nas eleições autárquicas previstas para o próximo ano.

Virgílio Tyova sublinhou que o MPLA sempre se antecipou na formação e preparação dos seus militantes para os grandes desafios do país o que lhe tem permitido alcançar vitórias retumbantes em diversas esferas.

O encontro também serviu para a aprovação e apreciação dos documentos para a realização da VIII conferência provincial extraordinária do MPLA convocada pelo Comité Central no âmbito da preparação do VII Congresso Extraordinário.

5.11 Autarquias: interesse nacional acima das agendas partidárias

Jornal de Angola

17 De Abril de 2019

Texto: Adebayo Vunje

John Maynard Keynes dizia que a maior dificuldade do ser humano é sempre, não tanto compreender as ideias, mas a de se libertar das ideias velhas. E no nosso caso, não é apenas das ideias, é mesmo das velhas práticas que nos levaram a um Estado absolutamente centralizador, dando pouco espaço ao cidadão longe dos grandes centros urbanos, para expor, desenvolver e para a afirmação plena da sua cidadania.

Foi este centralismo que nos levou ao estado actual, com falência das políticas públicas onde se notam assimetrias gritantes, tornando o país a várias velocidades. E isso é assim na administração pública, na economia, até na imprensa notamos estas disparidades entre as regiões (litoral e centro) ou especificamente entre províncias, com Luanda num patamar incontestavelmente diferente das demais.

É numa realidade dessas que reconhecemos todos a necessidade de avançarmos para as autarquias locais, como um projecto nacional que permita resolver questões ainda básicas que não conseguimos dar cobro cabalmente depois do fim da guerra. Refiro-me ao acesso a água potável, ao saneamento básico, a energia eléctrica e a iluminação pública, as vias e os arruamentos, a educação elementar para todas as crianças e o apoio social, a valorização da cultura e da identidade, a diversificação da economia, entre outros desideratos que enchem os discursos mas estão longe da vida real.

Se há uma convicção de que as autarquias não são a panaceia para os nossos problemas, não é menos verdade que o País inteiro deposita uma grande esperança no sentido em que este processo traga maior eficiência na gestão das comunidades, maior responsabilização, maior inclusão e participação mais directa e próxima dos próprios cidadãos. É essa esperança que se nota nos trabalhos desenvolvidos pelo Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado que procedeu já a consulta pública sobre o pacote legislativo que vai a discussão na Assembleia Nacional esta semana. No plenário, os deputados irão analisar cinco propostas de lei, a saber: Lei sobre a Institucionalização das Autarquias Locais; Lei da Tutela Administrativa; Lei da Transferência de Atribuições e Competências do Estado para as Autarquias; Lei Orgânica sobre a organização e funcionamento das autarquias; Lei das Finanças Locais; e a Lei Orgânica sobre as Eleições Autárquicas.

Agora, os nossos deputados terão a responsabilidade de discutir o quadro legal e institucional subjacente à institucionalização e ao funcionamento das futuras autarquias, materializando o espírito constitucional sobre esta matéria. O que esperamos é que este pacote não venha acirrar divergências nem tornar-se num tema fracturante, não obstante ser salutar o debate de ideias, abertura e espírito verdadeiramente democrático. Ao contrário, dado que todos os partidos estão interessados em avançarmos rapidamente com este processo é normal e é expectável que a sua discussão e aprovação esteja, por via disso, facilitada. Esperamos todos, francamente, que o debate não se esgote no tema do gradualismo. De resto, o relatório que citamos, nas suas setecentas páginas acaba involuntariamente por ditar a pauta do que efectivamente está aqui em causa.

E, são por isso lapidares as palavras do Ministro Adão de Almeida durante a apresentação do Relatório do Processo de Auscultação Pública, numa sessão que teve lugar na Mediateca Zé Dú, no Cazenga. O governante lembrou o sentimento e a mensagem que recebeu dos populares durante a consulta pública: «As pessoas disseram-nos "não pensem nos partidos. Pensem no País" para nos recordar de algo tão simples e elementar. O País está antes e acima dos partidos. Os partidos existem para o País e não o País para os partidos».

No fundo, devemos acompanhar com absoluta atenção o que está por cima da mesa. Há uma reforma profunda na estrutura e no modo de funcionamento do Estado que terá de libertar protagonismo para este novo ente que são as autarquias.

O quadro legal e institucional começa a ser definido nesta quinta-feira quando o MAT proceder a apresentação do pacote legislativo para as autarquias locais e o debate parlamentar que se lhe sucederá nos dias subsequentes. Por exemplo, no tocante ao financiamento das autarquias, a Lei das Finanças Locais apresenta três caminhos: por um lado estão as receitas próprias derivadas da colecta de impostos e taxas da prestação de serviço das próprias autarquias. A regra internacional é que os impostos que incidem sobre o património sejam alocados cabalmente para o poder local. Connosco não será diferente e a receita do IPU será adjudicada às autarquias, tal como a taxa de circulação e SISA. Claro que podemos abrir a discussão sobre as taxas que são pagas hoje em sede do IPU e a sua universalização, ou seja, quiçá a redução do regime de isenções.

Como estes valores podem não atender cabalmente as necessidades de funcionamento e investimento que deve ser feito, a Lei das Finanças Locais contempla igualmente a Fundo de Equilíbrio Nacional com uma percentagem do que é arrecadado ao nível central (IRT, Industrial, IVA, Imposto Especial de Consumo). Este fundo servirá justamente para corrigir as assimetrias de que nos referimos anteriormente e reflecte o valor que o Estado central irá alocar ao poder local. Há também em vista a discussão dos níveis e modalidades de endividamento das autarquias como terceiro caminho.

Ora, se os recursos financeiros são um pressuposto importante para a materialização e os resultados palpáveis das autarquias, a componente dos recursos humanos é quanto a mim um dos maiores desafios. E não falo apenas da quantidade em si, na medida em que existirão muitos casos de mobilidade na administração. O que me preocupa mais é a eficiência e a qualidade do serviço. O sentido de missão, a busca pela excelência, as práticas corrosivas a moral e ética do servidor público. E nisso, nas autarquias como nos demais sectores, precisamos melhorar para que o investimento privado floresça também ao nível local e a sociedade possa sentir-se motivada a participar, responsabilizar e cobrar de modo mais efectivo.

5.12 Jovens incentivados a aderir às autarquias

Jornal de Angola
17 De Abril de 2019
Texto: Kayila Silvina

O vice-governador para o sector Político Social e Económico do Zaire, António Félix Kialungila,

exortou os jovens a participarem no processo de preparação das eleições autárquicas, previstas para 2020.

Félix Kialungila, que falava segunda - feira durante o encontro com os membros do Conselho Provincial da Juventude' no âmbito da jornada "Abril Jovem", disse que o envolvimento dos jovens passa pela participação activa em todo o processo que conduzirá às eleições, para as disputar e vencer.

"Os jovens devem ser os potenciais candidatos para conduzir os destinos dos municípios no futuro", disse o vice-governador, que pediu aos jovens para se dedicarem aos estudos e à formação técnico-profissional, para aumentarem o nível académico e a cultura jurídica.

Félix Kialungila aconselhou os membros do Conselho Provincial da Juventude no Zaire no sentido de apostarem nos programas que promovem a melhoria da saúde reprodutiva, visando a redução das taxas de mortalidade materno-infantil e a gravidez precoce.

O vice-governador mostrou-se preocupado com fenómenos sociais como a delinquência juvenil, vandalização dos bens públicos e falta de regras no uso das redes sociais, entre outros males que afectam a sociedade angolana.

As eleições autárquicas estão marcadas para 2020. O processo de implementação das autarquias locais decorre até 2030, por decisão do Executivo.

5.13 Legislação sobre autárquicas concluída no ano das eleições

Jornal de Angola
17 De Abril de 2019
Texto: Adelina Inácio

O pacote legislativo eleitoral das autarquias fica concluído no primeiro trimestre de 2020, ano marcado para as eleições autárquicas, anunciou ontem, em Luanda, o ministro da Administração do Território e Reforma do Estado, Adão de Almeida.

Os primeiros sete diplomas deste conjunto de leis começam a ser discutidos, na generalidade, amanhã na Assembleia Nacional.

Adão de Almeida, que falava durante o encontro regular com jornalistas denominado "MATbicho", indicou que, posteriormente, devem ser discutidos mais 15 diplomas do processo de implementação das autarquias no país, que vai até 2030.

"Provavelmente, faremos uma discussão pública, para abranger a participação dos cidadãos", disse.

Adão de Almeida anunciou a aprovação, nos próximos tempos, do Plano Integrado de Implementação das Autarquias, que deve ser sancionado tão logo a legislação de base seja aprovada e as linhas principais estejam definidas no quadro da aprovação parlamentar.

O plano, segundo o ministro, prevê vários domínios de intervenção no quadro da preparação dos municípios para a autonomia. A ideia, acrescentou, é permitir que os municípios possam encontrar espaços financeiros para a admissão de alguns quadros e reforçá-los em algumas áreas específicas e consideradas críticas.

Adão de Almeida anunciou para a próxima semana, o início de uma acção de formação de quadros para as autarquias.

"Vamos identificar áreas críticas daquilo que vai ser o trabalho das autarquias e permitir que aqueles que, no futuro, vão desenvolver essas tarefas tenham as ferramentas necessárias para o exercício delas", disse.

O ministro falou da necessidade de reestruturação do registo eleitoral para o desafio das autarquias. "O que vai ser feito é que a infra-estrutura eleitoral esteja ao dispor de outros serviços para a unificação desta prestação. Temos exemplos de muitos serviços que têm grandes dificuldades de chegar ao cidadão. Chegar a todo país nas mais diferentes localidades com grande pressão populacional é sempre uma tarefa difícil", disse.

Adão de Almeida adiantou que o MAT vai começar a implementar o registo eleitoral oficioso para acabar com o registo presencial, "Os dados dos cidadãos que completaram 18 anos, em 2017, e têm o dados dos cidadãos maiores e, a partir daí, o cidadão considera-se registado para o efeito eleitoral", disse.

Cartão do município

O cartão de município vai substituir o cartão de eleitor e o atestado de residência. As administrações municipais, comunais e distritais vão deixar de emitir estes documentos, anunciou o ministro Adão de Almeida.

O cartão de município, com emissão gratuita, vai ser o mecanismo através do qual cada administração terá o controlo dos seus municípios e vai ajudar na definição e aprovação de políticas públicas ligadas aos municípios.

Adão de Almeida disse que o documento que vai permitir um controlo maior dos cidadãos e deve ser emitido para todos os municípios a partir dos 6 anos. Numa primeira fase, vai ser para cidadãos maiores e estrangeiros.

5.14 80% dos municípios não conseguem ser autónomos financeiramente

Jornal Expansão

18 De Abril de 2019

Texto: Nelson Francisco Sul

Um estudo elaborado pelo Executivo, mas que não foi disponibilizado publicamente, revela que 80 por cento dos 164 municípios que compõe as dezoito províncias do País não conseguem ser autónomos do ponto de vista financeiro, o que significa que o funcionamento destes e a implementação dos seus projectos estará dependente do apoio e das transferências financeiras do Orçamento Geral do Estado (OGE), assim como dos projectos especiais do Governo central.

Em causa, segundo o ministro Adão de Almeida, concorrem o facto de que, em muitos destes municípios, além da actividade rural, é quase inexistente a actividade económica ou financeira. Ou seja, 80% dos municípios dependem hoje de verbas que vêm de fontes externas à sua arrecadação.

Há, inclusive, municípios que não têm dependências bancárias ou postos de atendimento fiscais, para arrecadação de receitas, e outros serviços públicos. Alguns cidadãos e pequenos comerciantes precisam de percorrer longos quilómetros a cidades vizinhas ou até as capitais das respectivas províncias.

Para contornar esta situação, o Governo prevê dois cenários: a primeira fase das autarquias vai arrancar com alguns municípios desenvolvidos e com os menos desenvolvidos. "Queremos com a implementação faseada compreender, primeiro, a dinâmica da autonomia local em vários cenários. Um cenário com muita população e outro com menos população; o mais de vocação rural e mais de vocação urbana", diz o titular do Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado, acrescentando que, "o objectivo não é só realizar eleições autárquicas, mas fazer algo minimamente em condições".

Para já, o Governo e a UNITA submeteram ao Parlamento as suas propostas sobre as finanças locais que prevêem a criação de dois fundos de equilíbrio financeiro, com natureza de conta, domiciliada numa

instituição financeira legalmente autorizada, cujas dotações anuais inscritas no Orçamento Geral do Estado através da transferência de um montante, terá como objectivo assegurar justa repartição dos recursos a correcção de desigualdades entre as autarquias.

A UNITA propõe ainda a criação de um Fundo de Coesão Autárquico (FCA), visando reforçar a coesão autárquica, fomentando a correcção de assimetrias, em benefício das autarquias menos desenvolvidas.

Para fazer face a dificuldades correntes de tesouraria, as autarquias podem, mediante autorização tutelar, recorrer a empréstimos de quaisquer instituições financeiras nacionais, desde que, de acordo com o projecto do Governo, os empréstimos a contrair anualmente não excedam 30% da média da receita própria arrecadada nos três exercícios anteriores, relativamente ao ano do orçamento corrente.

Ao todo, são nove projectos sobre a institucionalização e financiamento das autarquias que estão em discussão na Assembleia Nacional.

N.F.S.

5.15 Deputados discutem leis sobre autarquias Adelina Inácio

Jornal de Angola
18 De Abril de 2019

Os deputados iniciam hoje a discussão do pacote de leis sobre a implementação das autarquias locais, previstas para o próximo ano.

Os parlamentares agendaram para a discussão dez propostas do pacote legislativo, que deve ser concluído no primeiro trimestre do próximo ano.

Antes da discussão no Parlamento, os diplomas de suporte à implementação das autarquias foram à consulta pública.

Segundo a proposta do Executivo, as autarquias serão realizadas em três fases, a primeira em 2020, em municípios a serem definidos pela Assembleia Nacional, a segunda em 2025 e a terceira em 2030.

Entre as propostas a serem discutidas, na generalidade, constam o Projecto de Lei da Tutela Administrativa sobre as Autarquias Locais, Projecto de Lei das Finanças Locais, Proposta de Lei Orgânica sobre as Eleições Autárquicas e a Proposta de Lei da Transferência de Atribuições e Competências do Estado para as Autarquias Locais.

Constam igualmente do pacote a Proposta de Lei Orgânica sobre a Organização e Funcionamento das Autarquias Locais, Proposta de Lei que aprova o Regime Financeiro das Autarquias Locais, Proposta de Lei da Tutela Administrativa sobre as Autarquias Locais e a Proposta de Lei sobre a Institucionalização das Autarquias Locais.

Devem ser discutidos mais 15 diplomas do processo de implementação das autarquias. Para os próximos tempos está prevista a aprovação do Plano Integrado de Implementação das Autarquias, que deve ser sancionado tão logo a legislação de base seja aprovada e as linhas principais estejam definidas no quadro da aprovação parlamentar.

A ideia é permitir que os municípios possam encontrar espaços financeiros para a admissão de alguns quadros e reforçá-los em algumas áreas específicas.

5.16 Governo defende eleições autárquicas graduais e nesta fase apenas ao nível municipal

Jornal Expansão
18 De Abril de 2019
Texto: Nelson Francisco Sul

'Com a discórdia em relação ao modelo a adoptar ainda na ordem do dia, a Assembleia Nacional começa a debater, nesta quinta-feira, 18 de Abril, na generalidade, as propostas de lei sobre as autarquias locais, visando a sua institucionalização a partir de 2020, prevendo-se que a conclusão do processo em todos os municípios do País ocorra num prazo de 10 anos.

Uma coisa parece clara, o Governo apenas pretende avançar com eleições ao nível municipal, deixando para "um dia" mais tarde eventuais eleições para autarcas ao nível comunal ou de distrito urbano, ou mesmo para o nível supra-municipal, categorias previstas na Constituição.

A pretensão do Governo de João Lourenço baseia-se numa recomendação do Conselho da República, reunido a 22 de Março de 2018, a que se juntam já nove projectos de lei sobre a institucionalização e funcionamento das autarquias locais, do Executivo e da UNITA

Caberá aos parlamentares definir a calendarização do processo e do número' de autarquias a criar numa primeira fase, com a aprovação de uma lei própria para o efeito, explica o ministro da Administração do

Território e Reforma do Estado (MATRE), Adão de Almeida.

"É mesmo exclusivo trabalho parlamentar (a definição dos primeiros municípios). Não só porque a lei assim o impõe, no quadro das competências parlamentares, mas achamos que esta é uma matéria que deve ser objecto de discussão entre as diferentes forças políticas no Parlamento", disse o ministro Adão de Almeida, na habitual "conferência-café" com jornalistas, denominada 'Mata-bicho', avançando que espera ter o processo legislativo concluído no primeiro trimestre do próximo ano. Câmaras e Assembleias apenas ao nível municipal Localmente, entre outras atribuições, as autarquias serão responsáveis pelos sectores da educação e ensino, saúde, ambiente, água e saneamento básico, transportes públicos, turismo, habitação e protecção civil. Está ainda em perspectiva a criação de uma polícia municipal, conforme já estabelecido na Constituição.

De acordo com o previsto numa das propostas do Governo, o País poderá contar com as três categorias de autarquias locais também previstas na Constituição: a autarquia do nível municipal; se a mesma for ao nível do município; a autarquia comunal ou de distrito urbano, se a autarquia for infra-municipal; e a autarquia supra-municipal, se a mesma resultar da fusão de dois ou mais municípios.

No papel, ficará em aberto a possibilidade de numa única circunscrição territorial um autarca ser eleito para dirigir o município e, entretanto, nela existir um autarca eleito para dirigir uma determinada comuna ou distrito urbano.

Confrontado com esta hipótese com potencial de geração de conflitos político-administrativos, o ministro da Administração do Território e Reforma do Estado entende que, embora seja esta uma exigência da Constituição (e a lei deve estar de acordo com a Constituição), a visão e estratégia do Executivo é evitar que se misturem as coisas num primeiro momento de estágio. "Isto é, devíamos começar com a autarquia de nível municipal, maturar este estágio e, depois, um dia, pensar noutros níveis de autarquias", justifica.

Gradualismo divide MPLA, oposição e analistas

O MPLA e o seu Governo defendem o modelo gradual, com as eleições de forma faseada, nunca em simultâneo nos 164 municípios que compõem as dezoito províncias do País, em linha com o artigo 242.º da Constituição da República.

Interpretação diferente tem o grosso da oposição angolana, que critica o modelo de gradualismo territorial proposto pelo MPLA. A UNITA, o maior partido na oposição, chega mesmo a considerar ser esta uma desculpa do Governo para "manter a centralização da governação e da delapidação do erário público".

No entanto, juristas e analistas de todo o País também estão divididos nesta matéria. Albano Pedro é peremptório: "não deve haver gradualismo nenhum. Na verdade, ao fazermos um processo autárquico gradual, nós é que estamos a ser a excepção. Repare que, no mundo actual, do que se conhece em termos de institucionalização das autarquias, só Moçambique é que lançou um processo faseado e nós estamos exactamente a seguir um exemplo insólito que não teve sucesso", diz o jurista.

Sérgio Calundungo, coordenador do Observatório Político e Social de Angola (OPSA), considera que, mais do que discutir o gradualismo funcional ou geográfico, Angola deve olhar para a falta de capacidade para avançar com as eleições autárquicas em todos os municípios.

"Preocupa-me a transparência, em que moldes será a participação dos cidadãos junto dos órgãos locais, e de que forma será a fiscalização das autarquias", disse Calundungo, questionando se o País tem capacidade para avançar com as autarquias em todos os municípios.

Contudo, numa 'coisa Albano Pedro e Sérgio Calundungo convergem: a redução das assimetrias regionais não dependerá da institucionalização das autarquias.

5.17 MPLA e o Gradualismo Geográfico: Razões do seu Ser e Entendimento

Jornal Manchete

18 De Abril de 2019

Texto: Diavita Alexandre Jorge

A discussão sobre a regra à observar no processo de institucionalização das Autarquias locais em Angola como observa a Carta Magna da República (n.º 1 e 2 do art. 242.º/CRA) vai ganhando proporções e mudanças de tons e, as interpretações vão transformando-se no elemento de discórdia e bloqueio ao processo. As principais forças políticas e tradicionais do país: MPLA (gradualismo geográfico) e UNITA (gradualismo territorial) colocaram as cartas à mesa, de acordo às suas interpretações jurídico constitucionais, propuseram modelo a

observar. Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado (MATRE), no âmbito das suas responsabilidades, promoveu debates e recolheu informações e contribuições de vários segmentos que corporam a sociedade angolano. Como resultado final, produziu a "Proposta de Leis do Pacote Legislativo Autárquico", que já na próxima Reunião. Plenária da 2ª Sessão Legislativa da IV Legislatura da Assembleia Nacional, os Comissários do povo angolano (Deputados) representados na "Casa das Leis", como parte da sua Agenda laboral, vão discutir o pacote legislativo sobre as Autarquias Locais, dentro do espírito e corpo das reformas do Estado que visa a concretização de um imperativo constitucional.

Dado a importância capital que reveste o processo da autorização no país, cogitou-se a necessidade e o fomento de um debate alargado, inclusivo, responsável, inteligente e acima de tudo, assente nos cânones pedagógicos. O debate sobre as Autarquias, engloba-se no pacote de discussão sobre o Poder local em Angola, que compreende as três formas organizativas infra-estadual, as autarquias locais, as instituições do poder consuetudinário e as outras modalidades específicas de participação dos cidadãos (n.º 2 do art. 213.º/CRA). Portanto, revela-se cada vez mais imperioso e um desafio envolvente, na medida em que conflui os paradigmas distintos da interdisciplinaridade.

A Carta Magna angolana é das Cartas Magnas conhecidas que mais valoriza o princípio da Autonomia Local (José de Melo Alexandrino, 2010: 6-7), como mostra, elevou este princípio a limite material de revisão constitucional. O que significa, uma garantia tácita de não retrocesso das instituições autárquicas no nosso ordenamento jurídico. O legislador constituinte optou claramente a adoptar pela configuração do poder local como um poder político que envolve a organização democrática do Estado angolano, através dos três elementos espelhados.

Aqui, a posição do Estado em relação a cada um destes elementos e formas organizativas, estabelece o compromisso: no que concerne às autarquias locais, o Estado tem o dever de as criar, de as prover de meios e de respeitar as garantias constitucionais que as protegem. Relativamente às instituições do poder consuetudinários, sendo elas, figuras históricas e pré-coloniais, o Estado tem o dever de as reconhecer e de configurar as relações recíprocas e; quanto às modalidades de participação dos cidadãos, o Estado a luz dos princípios da democracia representativa e participativa, deve criar/criou por lei condições e mecanismos no sentido de apoiar-los no presente e no futuro. E, no sentido de materializar estes

pressupostos, a Carta Magna elege gradualismo como princípio que deve presidir e orientar o processo de institucionalização efectiva das Autarquias locais em Angola. E, a Lei Ordinária no seu art. 2.º/Lei sobre a Institucionalização das Autarquias Locais (LIAL), no tange aos princípios que "a selecção de municípios para efeitos de institucionalização efectiva das Autarquias locais observa, entre outros, o princípio da objectividade, da eficiência administrativa e do gradualismo".

Em termos de enquadramento doutrinário (político-administrativo), a devolução de poderes á entes locais no âmbito da descentralização territorial, assenta numa óptica ou método que consiste, em entregar a gestão de certos serviços ou interesses colectivos á um ente autónomo; isto é, um ente infra-estadual. E, este terá uma Autonomia local, Administrativa e Financeira. Evidentemente terá os seus órgãos próprios (caso seja imperioso), à efectivação da democracia local, um órgão colegial onde tenha representação dos utentes dos serviços públicos, os comissários da advocacia dos interesses dos administrados locais ou daquela circunscrição administrativa. Para dissipar as dúvidas e reticências, a descentralização territorial afirma a teoria e doutrina do Direito Administrativo, Ciência Política e Direito Autárquico, visa descongestionar ou permitir descongestionar as responsabilidades que estavam na alçada da Administração central para Administração local, a lei aqui, limita-se apenas a devolver os poderes que a princípio são da entidade supra, o Estado, as pessoas colectivas do direito público a nível infra-estadual que o exercem ou exercerão através dos órgãos próprios onde o Estado na qualidade de entidade supra, exercerá apenas uma acção tutelar. As responsabilidades são confiadas a uma pessoa colectiva distinta do Estado que representa uma tendência de afastamento do poder do centro para a periferia. Isto representa, não mais do que, o desdobramento da personalidade do Estado.

É possível observar-se que, este princípio realiza-se mediante a transferência de atribuições e competência do Estado para entes locais e tendem por finalidade assegurar o reforço da coesão nacional e da solidariedade inter-regional, a promoção da eficiência e da eficácia da gestão pública, garantindo deste modo, a prevalência dos direitos e interesses dos administrados. No fundo, a efectivação das Autarquias locais em Angola, não implicação só, a auto-administração (autarquias e outros entes locais) possuírem atribuições próprias, mais acima de tudo, se reforce a transferência de atribuições do Estado para estes entes numa acção que corresponda ao núcleo de interesses verdadeiramente inspiradas pelas

populações locais e de que serão exercidas de uma forma mais eficiente e eficaz.

A difusão das tarefas públicas mediante a devolução das atribuições e de poderes às entidades autónomas sediadas abaixo do Estado, onde podem delegar nos termos da lei sempre que se revelar necessárias as suas competências em ou para os órgãos hierarquicamente dependentes para o aumento da eficiência, celeridade, qualidade e aproximação dos seus serviços às populações (art. 9.º/Lei n.º 15/17, de 8 de Agosto).

O princípio da autonomia local, a luz desta dinâmica, deve ser entendido como o direito e a capacidade efectiva de as organizações infra-estaduais, neste caso, as autarquias locais e outros entes públicos descentralizados gerirem e regulamentarem nos termos da Constituição e da lei sob a sua responsabilidade e no interior das respectivas circunscrições administrativas os assuntos públicos locais. A perspectiva legal adoptado pelo legislador angolano, compreende o direito e a capacidade efectiva da "Administration locale", Autarquias, gerirem e regulamentarem, nos termos da Carta Magna e da lei ordinária sob sua responsabilidade e no interesse das respectivas populações, os assuntos públicos locais (n.º 1 do art. 7.º/Lei n.º 15/17, de 8 de Agosto).

No plano político-administrativo, pode ser vista como órgãos das pessoas colectivas do direito público autónomos que são (ou devem ser) livremente eleitos pelas respectivas populações ou pelos seus associados, quando a lei os considere independente na órbita das suas atribuições e competências. Isto quando estiverem também sujeitos a formas atenuadas de tutela administrativa em regras restritas ao controlo da legalidade. Visualizando o princípio da descentralização administrativa, transparece a ideia de devolução de atribuições, que concretiza-se efectivamente com a transferência de atribuições e competências.

O Estado como é sabido, prossegue atribuições que pela sua natureza e generalidade, não devia prosseguir, porque não correspondem aos interesses nacionais ou global da sociedade. Com isso, compete-lhe transferi-las para a Administração local (Autarquia) que deve naturalmente prosseguidas por corresponderem a interesses das populações da respectiva circunscrição administrativa. Na realidade, o princípio da descentralização administrativa exige mais do que a mera eficiência, dado o seu cerne estar preso a natureza dos interesses que se prosseguem e não da sua realização. É mister que, os interesses locais não têm que corresponder exactamente aos pequenos interesses meramente localizados, mas pelo

contrário, devem corresponder a interesses das populações locais ou da respectiva circunscrição administrativa que se torna diferenciado dos interesses nacionais, dado a escala em que são exercidos e que se encerra.

5.18 Parlamento discute leis autárquicas

Jornal Expansão
18 De Abril de 2019

01. Quando serão realizadas as primeiras eleições autárquicas?

Segundo uma decisão do Conselho da República, de 22 de Março de 2018, reunida na primeira sessão da presidência de João Lourenço, as primeiras eleições autárquicas no País poderão ter lugar em 2020.

02. Quem convoca e marca a data das eleições?

A convocação e marcação das eleições autárquicas competem ao Presidente da República, após ouvir a Comissão Nacional Eleitoral e o Conselho da República. O Executivo propõe que as eleições sejam convocadas até 120 dias antes do termo do mandato dos órgãos das autarquias e realizem-se até 30 dias antes do fim do mandato.

03. As autárquicas poderão arrancar em todo território nacional?

O Governo e o partido que o sustenta, o MPLA, são defensores do gradualismo territorial, ou seja, que as eleições autárquicas ocorram de forma faseada. É isto o que diz o artigo 24V da Constituição. No entanto, o maior partido na oposição, a UNITA, considera ser esta uma desculpa do MPLA e do seu Governo, acusando-os de pretenderem manter "a continuação da centralização da governação e da delapidação do erário público".

04. Quais os critérios de selecção de municípios para a primeira fase da criação de autarquias locais?

Segundo a proposta do Executivo, poderão ser abrangidos:

- Alguns municípios com grande expressão e particularidades culturais, tendencialmente do interior do País, independentemente da sua capacidade de arrecadação de receita e independentemente da sua população;
- Alguns municípios com menos de 50 000 habitantes, que apresentem segmentos de economia local específicos, e estruturados e um historial de

arrecadação de receita de pelo menos 5% face à média da despesa pública orçamental nos últimos três anos;

- Alguns municípios com fraca capacidade de arrecadação de receita, que possuem um mínimo de 100 000 habitantes;
- Alguns municípios que apresentem níveis de desenvolvimento socioeconómico e de infra-estruturas expressivos no quadro da respectiva província;
- Alguns municípios eminentemente rurais, que disponham de um mínimo de população de 100 000 habitantes, desenvolvimento socioeconómico e um historial de capacidade de arrecadação de receita de pelo menos 15% face à média da despesa pública orçamental nos últimos três anos;
- Alguns municípios do interior do País, com dinâmicas de desenvolvimento local assentes na agricultura e pecuária, independentemente da sua capacidade de arrecadação de receita.

05. Os municípios seleccionados estarão automaticamente aptos a participar no primeiro acto eleitoral autárquico?

Não. Os municípios e demais circunscrições seleccionados têm de passar por um conjunto de trabalhos preparatórios de adaptação, a serem assegurados pelo Executivo, nomeadamente: devem ter instalado o sistema de administração fiscal, um Tribunal de Comarca, equipamentos essenciais ao funcionamento dos órgãos executivo e deliberativo das autarquias locais, pelo menos uma agência bancária, e uma rede de telecomunicações que permitam o acesso às Tecnologias de informação e comunicação.

06. Quanto tempo levará para a sua institucionalização em todo País?

O processo de institucionalização das autarquias locais em todos os municípios do País deverá ser concluído num período não superior a 10 anos após a realização das primeiras eleições autárquicas, ou seja, até 2030, caso as primeiras eleições autárquicas tenham lugar no próximo ano. É isto que prevê a proposta do Executivo sobre a institucionalização das autarquias.

07. Quem pode concorrer?

Poderão concorrer a membros da Assembleia das autarquias locais e em listas plurinominais, os partidos políticos, coligação de partidos políticos e grupos de cidadãos eleitores.

08. Como estará organizado o poder local?

Os órgãos representativos das autarquias locais são uma Assembleia dotada de poderes deliberativos, um órgão executivo colegial e o presidente da autarquia. A proposta do executivo privilegia o sistema de base presidencial ao nível local, consagrando a figura do Presidente da Câmara como órgão autónomo face ao órgão executivo a que preside - a Câmara; já o órgão deliberativo, será a Assembleia da autarquia, que mantém competências exclusivas e exerce o poder de fiscalizar a actuação do executivo local. Esse poder de fiscalização decorre da opção por um sistema eleitoral em que o presidente da autarquia será o cidadão que encabeça a lista mais votada para a eleição da assembleia da autarquia.

09. Eleição do Presidente da Câmara

À semelhança do que acontece com as eleições gerais, onde o candidato a Presidente da República é identificado, no boletim de voto, como o cabeça de lista do partido político ou de coligação de partidos políticos, o mesmo ocorrerá com a eleição do Presidente da Câmara, Apenas uma diferença: nas autarquias haverá candidatos independentes que devem ser apoiados por grupos de cidadãos.

Será eleito Presidente da Câmara o cabeça de lista de partido político, coligação de partidos políticos ou grupo de cidadãos eleitores, mais votada na eleição para a Assembleia.

10. Como será constituído o 'Parlamento' local?

A Assembleia da autarquia será constituída por representantes locais, eleitos por sufrágio universal, igual, livre, directo, secreto e periódico dos cidadãos eleitores na área da respectiva autarquia, segundo o sistema de representação proporcional. A proposta do Executivo prevê três tipos de autarquias: a de nível municipal, comunal/Distrito Urbano e a supra-municipal (abrange mais de um município).

11. Composição da Assembleia da autarquia local

O número de assentos na Assembleia local dependerá do número de eleitores nas circunscrições. Segundo a proposta do Executivo, um município com mais de 500 mil eleitores irá eleger 55 membros, enquanto um município com menos de 50 mil eleitores terá uma Assembleia com apenas 25 elementos, estando previstos outros dois níveis com 35 e 45 membros.

Segundo a proposta do Executivo, além dos membros eleitos, participam como convidados permanentes das Assembleias das autarquias locais, sem direito a voto, um representante das autoridades

tradicionais, caso existam no município, e três representantes das comissões de moradores.

12. Que responsabilidades governativas terão as autarquias?

Entre outras atribuições, a autarquia será responsável, localmente, pelos sectores da educação e ensino; saúde; ambiente, água e saneamento básico; turismo, recreação e desporto; habitação e protecção civil. A autarquia terá ainda uma Polícia municipal.

13. Como será feita a gestão financeira?

As autarquias locais terão património e finanças próprias, cuja gestão competirá aos respectivos órgãos, designadamente no exercício dos poderes tributários; a arrecadar e dispor de receitas que por lei lhes forem destinados; elaboração, aprovar e modificar as opções do plano, orçamentos e outros documentos previsionais. Competirá, igualmente, da respectiva autarquia, elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas.

14. Qual será a fonte das receitas?

As receitas das autarquias provirão da cobrança dos impostos locais, nomeadamente o Imposto autárquico sobre imóveis (IAI), o imposto autárquico sobre as transmissões onerosas de imóveis (IAT) e o imposto autárquico sobre veículos (IAV). Constituirão, também, fonte de receita das autarquias os produtos da cobrança de derramas lança das e o produto da cobrança de taxas e preços resultantes da concessão de licenças e da prestação de serviços pela autarquia local, entre outros.

15. Como será feita a transferência financeira do OGE para as autarquias locais?

Os montantes correspondentes à participação das autarquias locais nas receitas anuais inseridos no Orçamento Geral do Estado (OGE), com excepção da relativa ao Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), são inscritos nos orçamentos autárquicos como receitas correntes e transferido por duodécimos até ao dia 15 do mês correspondente. As autarquias locais devem informar anualmente, até 30 de Junho anterior ao ano a que respeita o orçamento, qual a percentagem do FEF que deve ser considerada como transferência corrente, na ausência da qual será considerada a percentagem De 60%.

16. O que esta proposto para municípios não seleccionados?

O Executivo propõe que os municípios não seleccionados na experiência inicial "não fiquem executados do processo gradual de transferência de

competências, meios técnicos, humanos e financeiros, no quadro da desconcentração administrativa e financeira". Segundo a proposta, "com as necessárias adaptações, o regime financeiro das autarquias locais é igualmente aplicável aos municípios com gestão não descentralizada."

17. Quem será o "fiscal" das contas da autarquia?

As contas das autarquias locais, e das respectivas associações, no caso de municípios supra-municipais, são remetidas pelo órgão executivo, ao Tribunal de Contas, até 15 de Maio, independentemente da sua apreciação pelo órgão deliberativo.

Assembleia Municipal

O Presidente (eleito pelo plenário na primeira sessão da Assembleia)

A Mesa (inclui o presidente, dois vice-presidentes e dois secretários eleitos pelo plenário na primeira sessão da Assembleia)

O Plenário (composto de 25 a 55 membros consoante o numero de eleitores da autarquia)

Câmara Municipal

Secretários Comunsais ou Distritais (nomeados pelo presidente da Câmara)

11 a 15 Secretários (consoante número de eleitores, nomeados e exonerados, livremente pelo Presidente da Câmara).

Órgãos Desconcentrados: Secretariado Comunal ou de Distrito Urbano

Órgãos Consultivos: Conselho Municipal de Auscultação da Comunidade e Conselho Municipal de Vigilância Comunitária.

5.19 Manifestação contra o "gradualismo"

Jornal de Angola

19 De Abril de 2019

Texto: Adelina Inácio

Um pequeno grupo de activistas das associações "Plataforma do Cazenga em Acção" (PLACA), "Agir" e "Cidadãos Independentes" realizaram ontem, defronte à Assembleia Nacional, uma manifestação para protestar contra a implementação gradual das autarquias no país.

Os jovens reuniram-se defronte ao Parlamento, na altura em que os deputados discutiam, para a aprovação na generalidade, as propostas que conformam o Pacote Legislativo Autárquico.

Os manifestantes empunhavam cartazes com dizeres como “Queremos autarquias em todos os municípios”, “Gradualismo geográfico não!” e “No meu município ninguém me representa”. Estes dizeres eram evocados, com gritos, durante a manifestação.

O docente e activista cívico Fernando Gomes, um dos organizadores da manifestação, foi o porta-voz do grupo de manifestantes, que defende a implementação das autarquias em todos os municípios do país.

“Não existem razões económicas para nos anularem este direito”, disse o activista, para quem “as garantias constitucionais não se experimentam, efectivam-se”.

5.20 Manifestantes invadem sede do parlamento por discordarem do gradualismo geográfico

Jornal o país

19 De Abril 2019

Texto Neusa Filipe

A manifestação coincidiu com a discussão na generalidade das propostas de lei sobre o Pacote Legislativo Autárquico.

Os manifestantes concentraram-se na entrada da Assembleia Nacional exibindo cartazes com dizeres "Autarquias em todo território nacional, justiça ao artigo 218", e foram impedidos de entrar pela Polícia Nacional.

Gritando ainda "queremos autarquias, gradualismo não", alegraram ter sido esta forma pacífica que encontraram para manifestar o seu descontentamento contra o gradualismo geográfico.

A Polícia Nacional impediu que os jornalistas tivessem contacto com os manifestantes, para deles ouvir mais sobre este acto, o primeiro em frente ao parlamento angolano, desde a instauração do sistema democrático em Angola, que remonta a 1992.

Projectos de lei da UNITA aprovada por unanimidade

A 6ª Reunião Plenária Ordinária ficou marcada pela aprovação' por unanimidade, de dois projectos de lei de iniciativa do Grupo Parlamentar da UNITA.

Trata-se do projecto de lei da Tutela Administrativa sobre as autarquias locais e do projecto de lei das Finanças Locais.

O momento foi considerado histórico, o grupo parlamentar da UNITA foi felicitado pela iniciativa. Esta 6ª reunião, discutiu e aprovou também a proposta de lei Orgânica sobre as Eleições Autárquicas, uma iniciativa do Executivo angolano, que resulta da necessidade de se estabelecer os princípios e as regras estruturantes relativas às eleições autárquicas, uma vez que a lei nº 36/11, de 21 de Dezembro, Lei Orgânica sobre as Eleições Gerais, não é aplicável às eleições locais.

As referidas propostas de lei vão agora à discussão na especialidade.

5.21 Proposta de Lei sobre as Eleições Autárquicas passa na generalidade

Jornal de Angola

19 De Abril de 2019

Texto: Adelina Inácio

A Assembleia Nacional aprovou ontem, na generalidade, a Proposta de Lei Orgânica sobre as Eleições Autárquicas, diploma que vai disciplinar todo o processo das eleições autárquicas no país.

O documento, apresentado pelo ministro da Administração do Território e Reforma do Estado, foi aprovado com 179 votos a favor dos deputados do MPLA, UNITA, PRS e parte dos parlamentares da CASA-CE, enquanto seis dos chamados independentes desta coligação abstiveram-se.

Segundo o ministro Adão de Almeida, com a Proposta de Lei, pretende-se definir as regras estruturantes relativas à eleição dos órgãos executivo e deliberativo das autarquias e garantir o efectivo respeito ao princípio da autonomia local e do Estado. Ao todo, disse, foram ontem apresentadas à Assembleia Nacional nove diplomas, sendo sete propostas e dois projectos de leis sobre as autarquias, que conformam assim o Pacote Legislativo Autárquico.

Numa clara resposta à oposição, que defende a implementação simultânea das autarquias em todos os municípios, o ministro Adão de Almeida esclareceu que o Pacote Legislativo das Autarquias parte do pressuposto de que a implementação repentina e inesperada das autarquias pode ser um factor fomentador ao aprofundamento das assimetrias regionais.

O responsável pela Administração do Território e Reforma do Estado garantiu que nenhum município vai ficar para atrás ou ser prejudicado. O que há é uma implementação faseada. Adão de Almeida deixou igualmente claro que os diplomas apresentados ontem pelo Executivo ao Parlamento observam o disposto na Constituição e não violam o princípio da igualdade.

O Executivo, adiantou, tem desenvolvido um conjunto de tarefas com vista à institucionalização das autarquias. “Cumprimos o Plano de Tarefas Essenciais aprovado pela Assembleia Nacional, realizamos um amplo diagnóstico que nos dá a posição actual dos municípios contra vários aspectos essenciais, como recursos humanos, potencial económico e financeiro, os municípios, as infra-estruturas municipais, democracia, entre outros”, disse Adão de Almeida.

O ministro clarificou que as propostas apresentadas ontem pelo Executivo fazem parte da primeira fase do Pacote Legislativo Autárquico e outros diplomas estão em preparação. O responsável do MAT adiantou que estão em curso trabalhos para a regularização da divisão política e administrativa para evitar eventuais problemas na implementação das autarquias sobre os limites legais entre os municípios.

Adão de Almeida disse que os municípios estão já a ser adaptados ao funcionamento das finanças a nível local, de modo a estarem preparados para os novos desafios a nível orçamental e financeiro.

Diálogo para consensos

O ministro da Administração do Território e Reforma do Estado garantiu que o Executivo está aberto ao diálogo para o alcance de maior consenso nas discussões das propostas do Pacote Legislativo Autárquico.

“Acreditamos que o consenso é possível tendo por base a Constituição, não ignorando a nossa realidade, definindo claramente o caminho a percorrer até à transição completa para um Estado descentralizado e colocando os cidadãos no topo das prioridades”, afirmou.

Quanto às candidaturas para as eleições autárquicas, previstas para o próximo ano, Adão de Almeida explicou que as mesmas podem ser apresentadas por partidos políticos, coligação de partidos ou grupos de cidadãos eleitores.

A composição das assembleias das autarquias varia em função do número de eleitores residentes nos respectivos territórios. Os municípios com menos de 50 mil eleitores terão uma assembleia de 25

membros, enquanto os de 500 mil eleitores vão ter 55 membros.

A campanha para as eleições autárquicas tem a duração de 20 dias, gozando as candidaturas de igual tratamento. O financiamento da campanha eleitoral assenta nas contribuições próprias das candidaturas e candidatos, além de outras formas previstas nas propostas de leis.

Projectos da UNITA

Os primeiros diplomas a serem aprovadas na generalidade e por unanimidade foram as do grupo parlamentar da UNITA. Trata-se do Projecto de Lei da Tutela Administrativa sobre as Autarquias Locais e o Projecto de Lei das Finanças Locais.

O primeiro vice-presidente do grupo parlamentar da UNITA, Estêvão José Pedro Kachiungo, que apresentou o projecto de Lei da Tutela Administrativa sobre as Autarquias Locais, disse que o exercício do poder autárquico por representantes eleitos dos cidadãos concretiza, inequivocamente, o princípio da separação vertical do poder e garante a partilha de direitos e obrigações entre o Poder Central do Estado e o poder local dos cidadãos.

Para o parlamentar a tutela administrativa sobre as autarquias consiste na verificação do cumprimento da Lei por parte dos órgãos autárquicos. O Projecto de Lei, segundo o deputado, ao ser aprovado não representará encargos para o Estado no presente ano económico, muito menos um incremento de recursos humanos.

José Kachiungo disse que, nos termos da proposta, o exercício do poder político administrativo sobre o território e suas populações é partilhado entre o ente (poder executivo) e o poder autónomo dos cidadãos, que é não soberano. Esta partilha, segundo o deputado deve, entre outras acções promover a igualdade de oportunidades entre os angolanos, o desenvolvimento harmonioso e integral das crianças e jovens.

O presidente da comissão de Administração do Estado e Poder Local da Assembleia Nacional, Tomás da Silva, considerou o Pacote sobre as Autarquias Locais estruturante para a participação da democracia participativa e descentralização administrativa e financeira no país. Tomás da Silva espera que os deputados alcancem o maior consenso possível.

O presidente do grupo parlamentar da UNITA, Adalberto Costa Júnior, afirmou que, se dependesse do seu partido, o país teria implementado há muitos anos as autarquias. “Sempre foi nosso entendimento

e convicção de que a implementação das autarquias é um poder autónomo e complementar aos órgãos do Poder Central”, disse. A implementação das autárquicas, acrescentou, aproxima os governantes locais das populações.

O presidente do grupo parlamentar da CASA-CE, André Mendes de Carvalho, saudou a iniciativa legislativa da UNITA, mas alertou para a necessidade de uniformidade no tratamento daquilo que deve ser a tutela administrativa. “O documento faz referência à tutela administrativa do Estado e a tutela administrativa do Executivo”, sublinhou.

O também líder da CASA-CE chamou a atenção para a parte que trata da questão da perda do mandato e da dissolução da própria Assembleia. “O documento da UNITA atribui esta responsabilidade de decisão ao Titular do Poder Executivo”, referiu.

Durante o debate da sessão de ontem foi realçada a importância da implementação das autarquias na consolidação da democracia.

Para o deputado Victor Kajibanga, do MPLA, “não é a vontade dos partidos políticos que nos interpela para as autarquias, mas a suprema vontade popular”, que impõe a realização das autarquias, para potenciar a vocação natural e activa dos cidadãos para o exercício da democracia participativa, de forma pedagógica e dinâmica.

Na óptica do deputado do partido maioritário, a proposta de Lei Orgânica sobre as Eleições Autárquicas reflecte a ideia da liberdade, através da devolução de poderes ao povo e às comunidades locais.

O deputado Bendito Daniel, do PRS, disse que aprovação do Pacote Legislativo, na generalidade, marca um avanço significativo na vida dos cidadãos e na implementação, consolidação e desenvolvimento do processo democrático.

O também presidente do PRS acredita que a institucionalização das autarquias vai mudar a vida da população, “mesmo nas coisas que aparentemente não tenham importância, mas condicionam a vida dos cidadãos”, disse.

Makuta Nkondo, da CASA-CE, defendeu que “as autarquias devem ser dirigidas pelos donos da terra, independentemente de ter escolaridade ou não”.

5.22 Autonomia financeira local

Jornal economia e finanças

19 de Abril de 2019

Texto Sabino da Conceição

A proposta da Lei das Finanças Locais no seu artigo 30 no primeiro ponto faz menção que:

“As autarquias locais têm património e fianças próprias, cuja gestão aos respectivos da no mesmo artigo ponto referência que: a financeira das autarquias assenta designadamente seguintes poderes:

a) Aprovar os documentos modificar os orçamentos e outros documentos previsionais; b) aprovar documentos de prestação de contas c) arrecadar e dispor de receitas as das taxas, tarifas cobrados; d) dispor das receitas fiscais próprias e das consignadas nos termos da lei) ordenar e processar as despesas legalmente autorizadas adquirir, administrar e alienar o seu próprio património, bem e que lhes for afecto.

Pese embora o monopólio político e jurídico do processo em alusão, a palavra autarquia tem origem grega *arkhé*, com a significação a, que do ponto de vista jurídico consiste nas pessoas colectivas publicas dotadas de órgãos representativos próprios que visam a prossecução dos interesses das populações do ponto de vista económico de uma região s próprios recursos.

A autarquia e a condição fundamental para a materialização da descentralização das atribuições dos poderes e dos recursos.

A análise objectiva da implementação as autarquias fundamentadas na visão económica e financeira apresenta-se distanciada da dicotomia instado poder autárquico.

Os factores críticos do processo de implementação das autarquias dependem do nível das Infra estruturas existentes no município, o grau de qualificação do capital humano e o da aplicabilidade económica da localidade, as vias de comunicação, etc. Tal como definiu o professor João- Caupers:

“Existe um denominador comum em relação a todas as definições das autarquias pelo facto de perseguirem o objectivo inerente à satisfação dos

interesses dos cidadãos locais, através de dois princípios fundamentais, nomeadamente: o princípio da autonomia administrativa e o princípio das finanças e património local".· Afinal de contas que tipo de autarquias locais a população pretende que se implemente em Angola?

O modelo de autarquias sustentável económico e financeiramente sem depender maioritariamente do Governo central ou um modelo de autarquias insustentável económico e financeiramente com dependência financeira elevada do Governo central?

É preciso chamar atenção que o país se encontra numa situação económica preocupante, pois a estagnação económica que muitos economistas advogam que foi causada pela queda do preço de petróleo pode evoluir para uma depressão económica consubstanciada em três anos consecutivos de recessão económica, o que significa que o nível de produção do país está aquém do seu potencial, e com agravante da população apresentar uma taxa de crescimento superior ao da economia, ou seja, a riqueza que se cria actualmente não é suficiente para satisfazer as necessidades sociais das populações.

A sustentabilidade que se pretende na implementação do processo autárquico em Angola não deve ser apenas político ou jurídico, mas sim deve contemplar igualmente os fundamentos económicos para evitar dissabores futuros, como se diz na gíria "numa casa que faltar pão todos ralham, mas ninguém tem razão".

É preciso que as autarquias locais a serem implementadas em Angola não se limitem apenas em instituições de assistencialismos e fornecimento de serviços públicos, mas sim devem também estar unidos de competência para promoção de investimento privado, melhoria do ambiente de negócio local, gestão participativa e eficiente.

Em suma, é alinhada a criação de riqueza a nível local, porque só assim teremos municípios com prosperidade económica e financeira, de contrário, entraremos num modelo autárquico insolvente

5.23 "Poder local vai ser revolução na vida das pessoas"

Jornal de Angola

22 De Abril de 2019

Texto: Catarina Carvalho

O ministro angolano Adão de Almeida ainda não tem 40 anos e já está a ajudar a fazer uma revolução em Angola. É o líder, no ministério da Administração do

Território e Reforma do Estado, da mudança do poder local com vista ao estabelecimento de autarquias. Pela primeira vez vai haver poder regional eleito em Angola - até agora gerida através do estado central. Nesta entrevista, o ministro explica os desafios e como esta mudança está a mudar a política, o desenvolvimento e a democracia.

Especialista em direito, Adão de Almeida chegou à política com longa tradição da sua família - onde constam nomes importantes do histórico MPLA como a activista Deolinda Rodrigues e o ex-vice presidente do partido Roberto de Almeida, seus tios que tomaram conta dele depois da morte do pai, por razões políticas.

Esteve em Lisboa no âmbito de um acordo de cooperação assinado durante a visita de Marcelo Rebelo de Sousa a Angola.

Vai haver autarquias em Angola. Isto é uma outra revolução?

É uma reforma estruturante. Nós somos independentes há quase 44 anos e há dois factores que determinaram, ao longo do nosso percurso, muito do que somos hoje. O primeiro é a opção político-ideológica que fizemos na independência - um Estado de direcção centralizada da economia, socializante. Era a opção ideológica, o que, tradicionalmente, movimenta no sentido da concentração e centralização de poderes. Por outro lado, nós nascemos e crescemos em conflito militar. Tendencialmente, em momentos de conflito, o controlo e o comando também se centralizam. A acrescentar a isso temos o facto de muitas das nossas instituições da administração local - o que nós hoje chamamos administração municipal - não se poderem instalar durante o período do conflito militar. Portanto, no fundo, as nossas opções ideológicas e a nossa circunstância determinaram que tivéssemos nascido e crescido como um Estado com uma forte tendência centralizadora.

É isso que vai mudar...

Desde que assumimos a paz, o país assumiu um conjunto de objectivos relevantes: a reconstrução nacional, a reconciliação nacional, a vida democrática, começando pelas instituições de âmbito nacional, e a própria conclusão da transição constitucional. No plano da arrumação da vida democrática realizámos já vários actos eleitorais. Normalizada no plano nacional, as eleições em 2008, 2012 e em 2017, é chegado o momento de passar ao nível local.

Porquê só agora?

A História que eu acabei de lhe contar permite facilmente compreender a razão do momento em que nos encontramos e o facto de ser esse o momento adequado para fazer essa transição. Não era possível fazer tudo ao mesmo tempo. Agora sim, achamos que temos as condições necessárias para dar o passo seguinte e aí entra a grande reforma. Ela não se confina na realização de um acto eleitoral, não é isso que nós desejamos. Ambicionamos mesmo a institucionalização de um poder local forte, diminuir a intervenção do Estado central. Estamos todos convencidos de que há tarefas que são mais eficientes quando levadas a cabo por quem está próximo das populações. Essa transformação de um Estado fortemente centralizador para um Estado descentralizado é uma transição que tem de ser feita com cautela, com rigor, porque só assim vamos conseguir produzir os resultados esperados.

Fazer isto neste país que descreveu há pouco é complexo. Tira-lhe o sono?

Tudo isso me motiva para acordar todos os dias e dar o máximo, com uma forte equipa que é liderada pelo presidente da República, este é um dos eixos fundamentais do seu mandato.

Em que ponto é que estão agora? O que é que já foi feito e o que é que vão fazer?

A estratégia que o governo aprovou sobre essa matéria define três fases principais. Uma primeira, que é a fase em que nos encontramos, a fase preparatória com o reforço da desconcentração administrativa que, numa palavra, se resume a começar já a retirar competências da administração central e colocá-las na administração local - claro que num quadro em que ainda não há autonomia local -, começar já a fazer com que os nossos municípios façam mais do que faziam até há pouco. Aí, há medidas também no domínio financeiro para fazer com que eles tenham um desempenho maior.

Mas, por enquanto, ainda nem sequer existem os municípios, certo?

Vai chegar esse momento, não estamos lá ainda, mas a primeira fase integra também essa tarefa. Agora vamos aprovar no parlamento nove propostas de leis que vão reger todo este processo. Uma delas tem que ver com a institucionalização das autarquias e que propõe um conjunto de critérios que vão presidir ao processo de selecção dos municípios. Isto tem um pressuposto muito importante que é a opção constitucional que foi feita em 2010. Duas das cinco forças políticas que estavam na altura no parlamento, o MPLA e a UNITA, apresentaram a implementação gradual das autarquias. A constituição, por força

dessa orientação, optou por fazer isso de modo faseado.

Como?

Um primeiro momento, que é uma espécie de experiência-piloto, em que são seleccionados alguns municípios e neles se faz essa experimentação e, depois, o alargamento gradual até chegarmos a todo o território nacional. Essa proposta de lei pretende definir critérios. Para que consigamos ter um exercício experimental nos mais diferentes municípios, quer os municípios mais populosos quer os menos populosos, de interior, do litoral, de fronteira, com mais capacidade de arrecadação e receita quer os com menos capacidade de arrecadação e receita.

Ou seja, vão fazer uma espécie de panorama?

Exatamente, para que essa experiência inicial nos permita verificar a dinâmica.

No mês de Abril teremos um plano de formação de quadros da administração local. No domínio das infra-estruturas administrativas dos municípios, onde também temos fragilidades consideráveis. E reformas do nosso sistema financeiro, do sistema fiscal, do sistema orçamental, para preparar os municípios para essa realidade.

Mas vai haver eleições reais em 2020?

Naturalmente, naturalmente. Temos é de trabalhar e criar as condições para isso. Como eu dizia, depois dessa fase em que vamos entrar agora, o parlamento selecciona então os municípios. Isso vai definir o conjunto de tarefas que vamos desenvolver nos mais variados municípios para criar então as condições finais para a autonomia que eles vão receber. Vamos ter de reforçar os municípios com quadros e capacitar. No mês de Abril teremos um plano de formação de quadros da administração local. No domínio das infra-estruturas administrativas dos municípios, onde também temos fragilidades consideráveis. E reformas do nosso sistema financeiro, do sistema fiscal, do sistema orçamental, para preparar os municípios para essa realidade.

O que está a descrever é, de facto, uma revolução...

É uma reforma profunda, talvez prefira essa expressão que é um pouco mais suave. Eu permito-me fazer um breve parêntesis para dizer que a construção desse processo deve também prosseguir um outro objectivo fundamental que é a construção da unidade nacional. Nós temos de ter a cautela necessária para que a criação do poder local não seja

um elemento que jogue contra o processo de construção da nação e da unidade nacional.

O poder e a democracia andam de mãos dadas. Vai haver mais poderes, poderes diferentes. Que poderes terão as autarquias?

Começámos um processo de transferência de competências que vão desde o domínio da educação - e temos já os municípios a trabalhar no pré-escolar e primário -, a construção e reabilitação de escolas, a gestão dos equipamentos de educação e na saúde - postos de saúde e centros de saúde. Nalguns casos até com alguma intervenção no domínio da aquisição de medicamentos. Estamos agora a falar também da reparação de estradas secundárias e terciárias. No comércio - licenciamento, publicidade, gestão de um conjunto de equipamentos urbanos, desde cemitérios a espaços verdes. Portanto, estamos a ensaiar já um conjunto de acções que vão ser importantes mais adiante. Quando chegarmos a 2020 vai ser uma espécie de consolidação dessas acções, garantindo sempre, e esse é um desafio importante, coordenação institucional entre tarefas da administração central e tarefas da administração local.

Tem falado de construir um modelo angolano autárquico.

Construir um modelo angolano é incontornável.

O que é que isso quer dizer exactamente?

Temos um conjunto de especificidades e de particularidades que não podem ser ignoradas na construção do processo. Vou elencar algumas: o statu quo, isto é, o momento em que nos encontramos. Fizemos, durante o ano de 2018, a actualização do nosso diagnóstico municipal que nos dá uma fotografia do que são os nossos municípios dos mais diferentes pontos de vista - recursos humanos, equipamentos sociais, ter ou não agências bancárias, ter ou não um serviço da administração fiscal. Esse levantamento está feito e hoje sabemos qual é o ponto de partida.

Esse diagnóstico mostra que há muitas falhas básicas?

Mostra-nos que os municípios são diferentes e isso não é novidade, e mostra-nos sobretudo onde é que temos mais fragilidades e onde é que temos de trabalhar mais para que a solução de autonomia funcione. Mas outros aspectos importantes são relevantes nessa construção do modelo angolano, um deles é o papel das autoridades tradicionais - o poder tradicional -, e aqui com uma particularidade à partida: o nosso conceito constitucional de poder local é um conceito com uma tripla vertente, envolve autarquias locais, o poder tradicional e o que a

Constituição designa por outras formas de participação como comissões de moradores. Portanto, o desafio é, sobretudo porque eles convivem no mesmo espaço territorial, encontrar uma solução que permita a convivência de um modo saudável entre poder autárquico e poder tradicional.

Também não há muitas experiências neste domínio...

Exactamente. Fizemos um amplo processo de auscultação pública dos cidadãos, bastante abrangente, bastante participada; os relatórios estão hoje publicados e nós pudemos medir a sensibilidade das pessoas nos mais diferentes grupos. Um deles influenciou muito a decisão intermédia, que é fazer com que uma representação das autoridades tradicionais seja parte da assembleia municipal. Vai integrar membros eleitos directamente pelos cidadãos e uma representatividade das autoridades tradicionais designada pelas próprias. Esta é uma solução angolana.

Isso também funciona para vos facilitar o processo, porque se não fosse feito poderia haver grande oposição.

Poderia haver domínios de contrapoder. Aliás, outro aspecto importante que sentimos na auscultação é o aspecto da novidade, isto é uma coisa muito nova para as pessoas, vamos ter de fazer um trabalho profundo de explicação, de formação das mentalidades. Esperamos que após a aprovação da proposta de base iniciemos esse trabalho, mas sentimos, por exemplo, muitos receios da parte de cidadãos, sobretudo à medida que vamos saindo dos meios urbanos. Tipicamente, as pessoas em ambiente rural têm muitos receios da realidade autárquica. Do que podemos sentir, os receios andam muito fundados em experiências que, sobretudo, os mais velhos terão vivido no período colonial e essencialmente ligadas à dimensão tributária, a dimensão da contribuição do cidadão para a autonomia do seu município. Portanto, é um domínio importante que carece de estudo e de adopção de soluções correctas, sob pena de depois, ao nível local, serem encontradas algumas fragilidades por força dessa compreensão.

Temos noção de que este é um processo complexo que envolve uma mudança profunda. Não sabemos tudo e queremos conhecer os percursos dos outros - e os erros.

Haver uma fragmentação do poder significa que vão surgir novos líderes, que vai ser uma rampa de lançamento para líderes locais e regionais, dentro do partido, fora do partido. A democracia angolana está madura para acolher esta mudança?

Eu creio que sim. A experiência que temos das eleições nacionais demonstrou já alguma solidez bastante apreciável da nossa democracia. Claro que isso é um estágio diferente do aprofundamento, mas os sinais que temos à nossa disposição são optimistas quanto a este domínio. É uma realidade nova, aliás já sentimos iniciativas importantes de participação. Hoje não temos processo sequer montado, mas já há nas comunidades gente que se apresenta como futuro candidato.

Qual é o título, é presidente da câmara?

Sim, o que consta da proposta de lei é presidente da câmara.

Esteve uma semana em Portugal, o que veio apreender - erros a não fazer, lições históricas no poder local?

Três ou quatro aspectos essenciais. O primeiro deles é tirar do papel um acordo recentemente celebrado aquando da visita do Presidente da República Portuguesa, a Angola. O segundo aspecto é: nós temos noção de que este é um processo complexo que envolve uma mudança profunda, e embora estejamos muito empenhados, muito determinados a dar o nosso máximo, temos consciência de que não sabemos tudo e de que conhecer os percursos dos outros - e os erros -, por muito diferentes que sejam os percursos, pode ser útil para a construção do nosso processo. Porque não aproveitar essa dimensão? É o que vimos fazer, para além de abrir espaço para futuras acções de cooperação noutros domínios que passarão muito pela disponibilização de quadros para processos de formação. Bem como para que nós possamos, eventualmente, ter quadros dos nossos municípios a trabalhar com os municípios, as câmaras, em Portugal em domínios que nós consideramos sensíveis e que vão ser autênticas revoluções na vida dos nossos munícipes. O que estamos a fazer com Portugal faz parte de um plano que passa pelo conhecimento de várias realidades diferentes. Já tivemos trabalhos com a República do Ruanda e com Cabo Verde.

Em Portugal, uma das questões que se coloca sempre ao nível do poder local e das autarquias é um tema que é caro a esta administração angolana neste momento, que é a corrupção. Quando se dissemina poderes e capacidade de decisão, dissemina-se também a possibilidade de haver mais corrupção. Existe alguma preocupação vossa neste sentido?

Naturalmente. A problemática do combate à corrupção é um aspecto relevante da actual governação em Angola e ela deve estar presente nos mais diferentes projectos e programas que nós

tenhamos que implementar durante o mandato e não só. O que nós pensamos é que o processo de implementação das autarquias não deve estar desalinhado com todo o esforço que tem estado a ser feito para reduzir a níveis residuais e insusceptíveis de pôr em causa o normal funcionamento do Estado no domínio do combate à corrupção.

Até que ponto é que Portugal pode ajudar e aproveitar deste momento de construção do poder local em Angola?

As relações entre Portugal e Angola, entre Angola e Portugal, são hoje relações de excelência nos mais diferentes domínios e creio que só há a ganhar na perspectiva do relacionamento recíproco, quer a favor de Portugal quer a favor de Angola. Nós pensamos que há aqui também um espaço relevante de cooperação que pode ser bastante útil para nós, e acredito que pode ser igualmente útil para Portugal. É isso que também nos move na nossa presença aqui neste momento, tendo todo o apoio e toda a colaboração das diferentes instituições portuguesas com quem temos estado a trabalhar.

Sendo novo, sendo um ministro novo, e alguém que é apontada por várias entidades como uma grande esperança da política angolana, sente que este pode ser o seu papel fundamental na construção desse novo país?

[Risos] Está a dizer-me uma novidade. Não, não. Animam-nos muitos factores, o principal dentre eles talvez seja o sentir que estamos num momento de viragem que é relevante e que pode ser decisivo para o nosso presente e para o nosso futuro. Anima-nos o facto de sentirmos que há da parte das mais altas instâncias angolanas, nomeadamente o senhor Presidente da República, um desejo e uma vontade incansáveis de trabalhar para fazermos mais pelo nosso país e mais pelo nosso povo, e é isso que nos move. O que nós temos transmitido a todos os nossos colaboradores é essencialmente esta mensagem: estamos numa missão, num momento difícil, mas temos a obrigação não só de transmitir esperança para o presente, mas fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para que quem seja o beneficiário do nosso trabalho sinta o resultado positivo da nossa acção. Alguns resultados não chegam hoje, mas para que eles cheguem precisamos de tomar as medidas correctas hoje e empenharmo-nos em direcção a esses grandes objectivos nos quais nós acreditamos.

Como é que responde às críticas da oposição e de algumas áreas, de que o governo provavelmente irá escolher as autarquias que sejam mais influenciáveis para as eleições legislativas dois anos depois?

Há comentários de alguns partidos políticos da oposição sobre isso como um elemento para fundamentar a não implementação gradual das autarquias.

Para ser tudo ao mesmo tempo?

Sim. Do nosso ponto de vista é infundado. É, digamos, uma suspeição política para fundamentar uma opção política. Quem faz a opção pelos municípios é o parlamento, não é o governo, não é nenhum partido, é o parlamento que deve encontrar lá dentro os mecanismos adequados para fazer a selecção dos municípios. Por outro lado, essa crítica também não tem sustentação noutra domínio. Vou dar um exemplo simples, mais na perspectiva de análise de resultados eleitorais: Angola tem 164 municípios, o único referencial que nós temos de resultados é de eleições nacionais, e podemos verificar qual é a preponderância de cada uma das forças políticas nos municípios. O partido do governo em Angola, tomando por referência as últimas eleições, não ganhou em seis municípios dos 164, ganhou eleições em 158 dos 164 municípios, portanto não há razão para esse receio no processo de selecção dos municípios. Mas o mais importante, e é isso que nós gostávamos sempre de reiterar, há domínios de intervenção na vida pública em que o fundamento exclusivamente partidário não se pode sobrepor às opções nacionais, e não há muitas dúvidas de que a profundidade da transformação que nós queremos fazer e a nossa grande inexperiência nesse capítulo, nos aconselha cautela. Diz-se, de várias formas e por vários ditos populares, que devagar se vai ao longe, portanto cautela e caldos de galinha nunca fizeram mal a ninguém. É um pouco isso que nos inspira: a vontade não apenas de fazer alguma coisa, mas a vontade de fazer bem alguma coisa num momento e para um povo que bem precisa de coisas bem feitas.

"A História de Angola está cheia de exemplos em muitas famílias e acho que mais do que sonho de familiares, há um sonho nacional que vem das gerações mais antigas que nos deixaram num lugar difícil."

Falou de coesão nacional e eu falo também de desenvolvimento regional. Do ponto de vista da economia real e da vida das pessoas, onde é que acha que as autarquias vão ter mais influência?

É um desafio bastante importante, aliás infelizmente pouco referido no quadro dos nossos principais debates políticos, porque tem de estar sobre a mesa entre muitos assuntos o assunto das desigualdades e a necessidade de nós termos uma agenda de correcção dessas desigualdades. É uma agenda seguramente de

médio a longo prazo, é uma agenda que requer um conjunto de medidas - provavelmente a implementação de autarquias será uma delas. Alguns exemplos daquilo que consideramos relevante: em primeiro lugar, os grandes investimentos nacionais, cruciais para levarmos o desenvolvimento para certas localidades - estradas nacionais, ligação entre as várias províncias e municípios, energia eléctrica, nalguns casos mediante grandes projectos de construção de barragens, de transporte de energia para certas localidades, bem como investimento em tarefas típicas de ambiente rural, onde há menos população e onde se sentem mais as dificuldades, nomeadamente no domínio da agricultura. Estes sectores são estruturantes para que consigamos criar condições mínimas para que em qualquer parte do território nacional, cada cidadão se sinta capaz de realizar o seu sonho, e esse é um objectivo fundamental. Nós achamos que neste processo de institucionalização das autarquias locais não devemos perder de vista a necessidade de ele ser acompanhado de várias medidas, para que uma vez institucionalizadas as autarquias elas não sejam um elemento ainda mais fomentador de desigualdades. Porque vários municípios podem estar numa competição desigual se nós não formos capazes de introduzir dinâmicas com vista à correcção de desequilíbrios, e isso, o Estado pode fazer.

A política não era exactamente a sua vocação de juventude. O que é que mudou e como é que hoje vê essa forma de honrar a tradição da sua família?

É muito difícil, não há assim um momento em que fazemos uma transição, acho que é fruto de um processo. A vida, o desenvolvimento da vida foi-nos chamando para diferentes desafios e estes, aos poucos, colocaram sobre nós responsabilidades e sentimentos e alguns deles motivaram paixões. Portanto, sinto-me bem fazendo o que faço. Gosto do que faço e, cada vez mais, sou apaixonado por sentir que com o pouco que eu faço posso ajudar a fazer um país melhor.

Quando pensa nisso acha que "está a cumprir os sonhos que eles tiveram"?

Os nossos sonhos são comuns e são nacionais. A História de Angola está cheia de exemplos desses em muitas famílias e acho que mais do que sonho de familiares directos, há um sonho nacional que vem das gerações mais antigas que nos deixaram num lugar difícil, na medida em que são gerações que deram tudo o que tinham, inclusive a própria vida, para nos deixar num lugar a que nós pudéssemos dar continuidade. Acho que é essa a nossa obrigação histórica e geracional, pegar nesse legado e levá-lo ao sítio mais distante e mais positivo possível para, um

dia, também o transmitirmos a outras gerações e, nessa altura, podermos sair de cabeça erguida e com a consciência da missão cumprida.

5.24 Executivo rejeita preferências por municípios desenvolvidos

Jornal de Angola

23 De Abril de 2019

Texto: Adelina Inácio

O Executivo esclarece que não seleccionou município algum para o processo de institucionalização das autarquias locais, esclareceu ontem, em Luanda, o ministro da Administração do Território e Reforma do Estado, Adão de Almeida.

A Proposta de Lei sobre a Institucionalização das Autarquias Locais, que prevê a implementação gradual do processo, foi aprovada ontem, na generalidade, com 152 votos a favor (incluindo da UNITA e FNLA). Houve seis votos contra (UNITA e CASA-CE), e seis abstenções de alguns deputados da UNITA, CASA-CE e do PRS.

O ministro Adão de Almeida, que falava na Assembleia Nacional durante a apresentação da referida Proposta de Lei, esclareceu que o processo está a ser preparado para todos os municípios do país, e não apenas para alguns, de forma gradual.

"Os municípios não seleccionados para a experiência inicial não ficam esquecidos nem os cidadãos neles residentes ficam abandonados", disse, adiantando que o Executivo vai criar as condições de infra-estruturas e de serviços para garantir o desenvolvimento harmonioso do território nacional e prepará-los para a sua autonomia.

Adão de Almeida afastou a ideia segundo a qual o processo está a ser preparado para que, na primeira experiência, sejam seleccionados apenas municípios mais desenvolvidos.

Segundo o ministro, compete à Assembleia Nacional criar as autarquias locais e a aprovação da lista dos municípios para a experiência inicial com os critérios definidos.

Adão de Almeida indicou que há um conjunto de tarefas no âmbito do processo de institucionalização das autarquias com o objectivo de preparar os municípios para melhor enfrentarem os desafios decorrentes da autonomia local.

Calendário do processo Quanto à calendarização do processo de institucionalização das autarquias locais, o ministro Adão de Almeida indicou que o Executivo

pretende concluir o processo num período não superior a dez anos.

"Não temos dúvidas de que precisamos de reformar a nossa Administração Pública é evidente que o próximo salto exige a descentralização que visa aproximar ainda mais os serviços aos cidadãos", disse o ministro.

O ministro disse que, na proposta que vai agora ser discutida na especialidade, o Executivo propõe critérios para a criação das autarquias locais que procuram abranger o máximo possível das realidades municipais de modo que o exercício inicial permita compreender a dinâmica funcional da autonomia local e maior diversidade de municípios.

Para Adão de Almeida, "construir a autonomia local num Estado que nasceu e cresceu descentralizado é muito mais do que realizar eleições" .

O ministro disse que, apesar dos receios e incompreensões, a sociedade acompanha o processo com expectativa e elevada esperança. Por isso, Adão de Almeida defende a realização de um trabalho profundo de educação cívica.

"Não teremos um poder local forte se não tivermos cidadãos preparados", disse.

Tutela administrativa

Os deputados aprovaram ainda ontem, com 162 votos a favor do MPLA, UNITA e FNLA, votos contra de seis deputados da CASA-CE, e duas abstenções do PRS, a Proposta de Lei da Tutela Administrativa sobre as Autarquias Locais.

O diploma, apresentado aos deputados pelo ministro da Administração do Território e Reforma do Estado, Adão de Almeida, visa definir o quadro normativo da tutela administrativa sobre as autarquias locais, permitindo ao Estado exercer o poder de controlo, fiscalização, inquirição e do respectivo quadro sancionatório sobre as autarquias locais.

O presidente do grupo parlamentar da CASA-CE, André Mendes de Carvalho, saudou a iniciativa do grupo parlamentar da UNITA e a do Executivo pela apresentação dos diplomas sobre a tutela administrativa.

Ao fazer uma comparação entre os dois diplomas, o deputado sublinhou que o documento proposto pelo Executivo possui, do ponto de vista da CASA-CE, uma inconstitucionalidade em relação à tutela de mérito (oportunidade / conveniência das decisões).

A Constituição) acrescentou, diz que a tutela administrativa é uma tutela de legalidade (legalidade das decisões) e não de mérito.

"Embora reconheça que a proposta de lei está devidamente elaborada, contém essa inconstitucionalidade no nosso ponto de vista que, se não for corrigida, teremos de agir em conformidade", disse o deputado, ressaltando que a autarquia deve obedecer ao princípio da autonomia e não uma interferência "grosseira" do Estado, que pretende reduzir a autarquia a um órgão do aparelho do Estado.

A deputada Mihaela Weba, da UNITA, disse que o país enfrenta vários desafios sociais e defendeu a necessidade de reduzir a fome e a pobreza, e promover a descentralização da governação, para torná-la mais eficaz e mais participativa e fiscalizada pelo cidadão a todos os níveis.

O ministro, ao responder às preocupações dos deputados da CASA-CE, esclareceu que não há descentralização sem tutela administrativa. "Não há excesso de intervenção, há tutela administrativa, e ela faz -se através de sindicâncias, inquéritos e inspecções", esclareceu.

Adão de Almeida disse que o Executivo não tem a intenção de intervir no lugar das r autarquias locais. "A tutela de mérito não significa intervenção do Executivo", esclareceu o ministro.

Regime financeiro aprovado por unanimidade

Os deputados aprovaram, por unanimidade, a proposta de Lei que aprova o Regime Financeiro das Autarquias Locais e o Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais, diplomas apresentados pela secretária de Estado do Orçamento e Investimento Público.

Aia Eza da Silva esclareceu que "o não pagamento' de taxas autárquicas constitui fundamento para a recusa de qualquer serviço solicitado à autarquia, rejeição de emissão de autorizações, determinação da cessação de utilização de bens do domínio público ou privado autárquico.

A secretária de Estado disse que a Proposta do Regime Geral das Taxas das Autarquias vai delimitar as taxas livres do Governo central e a legislação que já existe sobre impostos e taxas.

Na elaboração da proposta, acrescentou, o Executivo teve em consideração o Código Geral Tributário, o Código do Processo Tributário, o Código das Execuções Fiscais, a Lei das Transgressões Administrativas, a Lei da Transferência de

Atribuições e Competências do Estado para as Autarquias Locais, a Lei de Base do OGE e a legislação sobre o procedimento administrativo.

A responsável esclareceu que as cobranças das taxas autárquicas devem estar assentes na prestação concreta de um serviço local, na utilização privada de bens, do domínio público e privado, e podem ser cobrados tributos para as autarquias locais.

O deputado Joaquim David, do MPLA, espera que a aprovação do pacote autárquico resulte numa melhoria das condições de vida das populações, com destaque para os sectores da Saúde, Educação e das infra-estruturas.

Para Eduardo Nelumba, também do MPLA, a instalação do poder autárquico exige que sejam acautelados todos os pressupostos que irão reger a vida das comunidades. As normas que criam as taxas, disse, devem ser claras e não devem deixar dúvidas.

5.25 A vitória do bom senso e do realismo

Jornal de Angola

24 De Abril de 2019

A votação da Proposta de Lei sobre a Institucionalização das Autarquias Locais, em que se prevê a materialização gradual do processo, aprovada segunda-feira na generalidade, inclusive com votos da oposição, constitui uma vitória do bom senso e do realismo. Os legisladores souberam elevar os interesses de Angola acima de quaisquer outros, numa altura em que não estiveram em causa as diferenças ideológicas e políticas que separam a oposição do poder, mas Angola.

Quando os actores políticos são capazes de "dar lições" de boas práticas, da busca de consenso e realisticamente fazerem jus às expectativas da larga maioria, é a cultura do "bota abaixo" que começa a ser relegada para o segundo plano. A experiência inicial com as autarquias requer algum realismo na abordagem em detrimento de considerações meramente políticas, não raras vezes, eivadas de um radicalismo que explora mais as diferenças e menos os pontos convergentes. Em todo o caso, o processo de votação na generalidade da Proposta de Lei sobre a Institucionalização das Autarquias Locais constitui um avanço significativo para os propósitos que tenham que ver com a preparação do quadro legislativo que vai guiar a implementação do Poder Local.

Vale enaltecer o papel da oposição, no acto de votação que representa igualmente um sinal de abertura que, como acreditamos, vai servir de mensagem positiva à maioria parlamentar detida pelo partido no poder, para alargar, como sempre, o quadro de discussões, cedências e concessões.

"O grupo parlamentar da UNITA votou a favor, mas nós não renunciamos e nunca renunciaremos ao debate por autarquias autênticas e plenas de conteúdo. O nosso sentido de voto, caros angolanos, é um sinal de abertura ao debate. Buscamos, com esse sentido do voto, apenas, assegurar que todas essas matérias sejam admitidas na especialidade e ali podermos aprofundar o debate e encontrar a satisfação da expectativa do cidadão, que é o de se realizar as autarquias em simultâneo e em todos os municípios do país", disse oportunamente Adalberto da Costa Júnior.

De facto, depois da votação na generalidade, em que se destaca o papel jogado pela oposição, independentemente de algumas abstenções, temos fundadas expectativas de que muitas das diferenças, eventualmente verifica das, poderão ser exaustivamente esbatidas na próxima sessão, a da votação na especialidade.

O importante é que, como tem acontecido noutras matérias, a abertura para aprofundar nunca fique prejudicada pelas diferenças políticas e ideológicas e que todos os partidos, inclusive a formação política no poder e a sua maioria, demonstrem sentido de compromisso. A democracia é também parte desse importante processo em que o binómio cedências e concessões, tendo sempre como base o realismo, sejam as chaves para o sucesso da democracia. Por isso, a votação, na generalidade, da Proposta de Lei sobre a Institucionalização das Autarquias Locais, que teve lugar nesta segunda-feira na Assembleia Nacional, foi, sobretudo, a vitória do bom senso e do realismo.

5.26 "Sobas sem povo" com os dias contados

Jornal de Angola

25 De Abril de 2019

Texto: Lourenço Bule

A Associação Angolana das Autoridades Tradicionais (ASSAT) está a definir estratégias que visam combater, em todo o país, a situação de "sobas sem povo", que normalmente são escolhidos entre pequenos aglomerados populacionais ou familiares, para se beneficiarem do subsídio pago pelo Estado.

Durante um encontro que elegeu o núcleo local da ASSAT no Cuando Cubango, o vice-presidente da referida agremiação, Miguel Matias, explicou que actualmente, em vários pontos do país, com realce no meio rural, muitas famílias estão a desintegrar-se das suas aldeias para criarem pequenos aglomerados de pessoas, onde escolhem um mais velho como soba, para que possam receber apoio do Governo.

"Este fenómeno tem os dias contados", alertou o vice-presidente da ASSAT, acrescentando que os sobas não devem preocupar-se muito com a questão dos subsídios mas assumirem o papel de orientadores das populações e servirem de elo de ligação com as autoridades administrativas dos seus municípios para transmitirem os problemas que afligem as comunidades.

Citou, como exemplo, as próximas eleições autárquicas, onde os sobas deverão exercer um papel fundamental e cooperar com as autoridades na escolha dos candidatos às autarquias.

É um trabalho sério, que deve ser conduzido por pessoas igualmente sérias e não por elementos preocupados apenas com o seu bem-estar", enfatizou.

Miguel Manas salientou que as autoridades tradicionais devem ser conhecedoras da História, hábitos e costumes dos seus povos, ser incorruptíveis, combatendo todas as práticas e comportamentos negativos que enfermam a sociedade.

Disse que a ASSAT tem, ainda, como pretensões trabalhar para acabar com o surgimento de novos aglomerados populacionais, valorizar os bairros históricos já existentes, bem como cuidar da figura dos líderes tradicionais, de acordo com a realidade de cada região.

Miguel Matias apelou às autoridades presentes no encontro a juntarem-se ao esforço do Governo na implementação das eleições autárquicas, em 2020, visto que tal desiderato vai contribuir de forma significativa para o desenvolvimento de todos os municípios do país.

A vice governadora do Cuando Cubango para o Sector Económico, Político e Social, Sara Luísa Mateus, apelou às autoridades tradicionais a participarem no grande desafio de combate à corrupção e nepotismo, denunciando todas as práticas, para o desencorajamento e responsabilização criminal dos transgressores.

Explicou que o país executa um conjunto de reformas nos métodos de governação, com o

combate cerrado à corrupção, nepotismo, bajulação, entre outros males que enfermam a sociedade.

Disse que as autoridades tradicionais devem continuar a desempenhar o papel de vigilantes das comunidades, para se evitar invasões de indivíduos estranhos e ilegais no território nacional.

Sara Mateus salientou que o papel exercido pelas autoridades tradicionais é funda mental no que concerne à restituição da justiça perante casos que acontecem nas comunidades e que são solucionados através da sapiência e maturidade das mesmas.

O Governo Provincial vai continuar a contar com o apoio dos líderes tradicionais, como fiéis parceiros, apresentando propostas concretas para a resolução dos problemas das comunidades e participar em todas as acções que visam promover a justiça social e o resgate dos valores morais, para o desenvolvimento sustentável e melhoria das condições de vida das populações", disse.

Sara Mateus acrescentou que as autoridades tradicionais continuam, por mérito próprio, a jogar um papel digno de reconhecimento nas variadas esferas sociais, fazendo o acompanhamento da implementação de projectos voltados para o bem-estar da sociedade e apontando soluções para vários problemas.

5.27 Sociedade Civil está favorável ao gradualismo

Jornal de Angola
29 De Abril de 2019

A implementação das autarquias de forma gradual é o melhor caminho, pelo facto de muitos municípios do país não apresentarem condições suficientes para a sua autonomia financeira, afirmou o representante do Gabinete Provincial da Cultura, Turismo e Juventude e Desporto no Moxico, Fortunato Bonifácio Luís.

Numa palestra dirigida a representantes de várias Igrejas reconhecidas, Fortunato Bonifácio Luís disse que a maior fonte de financiamento para o funcionamento das autarquias são o impostos e no seu entender muitos município não terão capacidade de e auto u tentar.

Sociedade reflecte sobre as vantagens das autarquias Fortunato Bonifácio Luís acrescentou que o país terá, a partir do próximo ano, um novo paradigma que vai mexer com as estruturas políticas em todos os sentidos.

“As autarquias pressupõem autonomia de um determinado território cujas decisões, até então, eram tomadas pelas estruturas centrais, que muitas vezes não satisfazem as necessidades de uma determinada região”, salientou.

As autarquias, indicou, vão atribuir responsabilidades acrescidas aos munícipes, pelo facto de serem eles os responsáveis na escolha dos futuros autarcas que vão dirigir as localidades durante um tempo estabelecido por lei.

Mulheres nas autarquias

O Secretariado Provincial da OMA no Cunene vai intensificar as acções de sensibilização e formação dos seus membros para garantir uma participação activa das mulheres no processo de preparação e realização das eleições autárquicas, previstas para 2020 no país.

A garantia foi dada, em Ondjiva, pela secretária provincial da OMA, Madalena Ndafuluma, quando discursava na cerimónia de abertura da IV reunião ordinária da organização na região.

A responsável sublinhou que este desafio exigirá mais empenho na mobilização da população sobre as vantagens das eleições autárquicas. Citada pela Angop, a responsável considerou ser imperioso que as mulheres promovam campanhas de mobilização.

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 País precisa de renovar cartografia com urgência

Jornal de Angola

26 De Abril de 2019

Texto: João Dias

O país precisa produzir cartografia actualizada nos próximos quatro anos, uma vez que a existente está completamente "fora de prazo", dadas as mutações de ordem biofísicas e humanas que se operaram no território, revelou ontem, ao Jornal de Angola, o secretário de Estado do Ordenamento do Território, Manuel Marques Pimentel.

Para fazer face ao quadro, Manuel Marques Pimentel revelou que o Instituto Geográfico e Cadastral de Angola (IGCA) precisa produzir 472 cartas actualizadas até 2022, de acordo com as metas a alcançar no âmbito do Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2017-2022.

O secretário de Estado adiantou que, para a produção da cartografia, serão necessários, por estimativa, mais de 900 milhões de kwanzas. Em função da mobilização dos recursos, as cartas podem ser produzidas antes de 2022.

Presente, ontem, no evento "Abordagem sobre Smart City e Cooperação com Smart City Expo World", realizado pelo Ministério do Ordenamento do Território e Habitação, o secretário de Estado afirmou que, com três milhões de kwanzas, pode ser feita a cartografia de base que o país precisa, lembrando que esta actividade é fundamental, por representar, graficamente, uma área geográfica ou uma superfície plana e actuar na concepção, produção, divulgação, representação e todo o processo dos mapas.

Além da representação física, a cartografia é utilizada para ilustrar a realidade social, económica, histórica e cultural. A cartografia desempenha um importante papel na compreensão de fenómenos sociais e geográficos, no uso da terra, na previsão do tempo, na gestão florestal e, até, na construção de estradas e ordenamento urbano e do próprio território.

Enquanto não se actualiza a cartografia, o secretário de Estado, embora não tenha entrado em detalhes, disse haver a possibilidade de recorrer-se às cartas produzidas pelo Plano Nacional de Geologia

(Planageo), que pretende, entre outros aspectos, fornecer dados sobre o potencial mineral do país.

Para Manuel Marques Pimentel, sem cartografia actualizada, não se pode saber sobre a situação actual do território, o que tem em termos de potencial de recursos naturais ou minerais e como estão distribuídas. "Só sabendo o que o território tem, através da cartografia, é possível fazer uma planificação adequada. Se não tivermos uma cartografia actualizada, pode-se planear muito mal", sublinhou.

No rol de consequências pela falta de cartografia actualizada, o secretário de Estado do Ordenamento do Território, apontou ainda a possibilidade de haver dificuldades na realização do cadastro (registo de ocupação de terra). "É com o cadastro que se sabe quem ocupa a terra e como é ocupada. É difícil fazer uma gestão adequada do território com uma cartografia desactualizada", insistiu.

O director - geral adjunto do IGCA, Silva Venâncio, explicou que o país precisa actualizar toda a sua cartografia, desde a de base até à de grande escala, esclarecendo que a cartografia de base gera as de menor escala (250 mil, 500 mil e 1 milhão). "A cartografia de base nos permite construir as cartografias menores, Quanto menor for a escala, maior é a área representada. Quanto maior for a escala, menor é a área representada. A cartografia de maior escala é mais cara de ser produzida do que a cartografia de escala menor", disse, ao apontar as vantagens. Silva Venâncio explicou ainda que a cartografia para as cidades é a de escala, que é geralmente a mais cara e exige levantamento com drones.

Transportes em Luanda

O director nacional do Ordenamento do Território e Urbanismo, Cristino Deitunga, falou sobre o Plano Director Geral de Luanda (PDGL). Cristino Deitunga disse ser propósito o PDGL reduzir a pressão automóvel sobre a futura rede rodoviária, ao eliminar, até 40 por cento, as deslocações que seriam realizadas por veículos privados.

O responsável sublinhou que mais de cinco milhões de deslocações diárias seriam fornecidas por um sistema de transportes públicos formal e integrado com múltiplos níveis, como 207 quilómetros de comboio suburbano, 44 de comboio de alta velocidade, 207 de sistemas totalmente segregados, 317 de sistemas parcialmente segregados e sistemas de ferry.

Para o efeito, a sua concretização até 2030, exige investimento público e privado, dado o montante necessário para o desafio que se pretende em 15 anos, que é o de assegurar que 80 por cento da população tenha acesso conveniente ao transporte público da rede metropolitana de transportes públicos de Luanda.

6.2 Postos de média tensão podem desabar no bairro das Lagostas

Jornal de Angola

26 De Abril de 2019

Texto: Maiomona Artur

Três postos eléctricos, dos quais dois de baixa tensão e um de média, podem desabar a qualquer momento no bairro do Farol das Lagostas, Distrito Urbano do Ngola Kiluanji, no município de Cacucaco, devido à progressão das ravinas, situação que coloca em risco a vida de centenas de habitantes da circunscrição.

Populares contactados pelo Jornal de Angola afirmaram haver negligência por parte das autoridades do município que, mesmo a verem o perigo, fazem vista grossa até que um dia venha a acontecer o pior. Agastados, lembram que a situação já se arrasta há anos e não encontram uma possível saída para a resolução do problema.

Angelina Fernandes, 54 anos, moradora do bairro há já alguns anos, corre o risco de perder a qualquer momento a casa devido ao avanço das ravinas, situação que, segundo ela, tem constituído um grande pesadelo para a família.

"Espero que as autoridades trabalhem no sentido de estancar a ravina, no sentido de se evitar o pior. As fortes chuvas que se abateram em Março contribuíram para o desabamento de uma parte da sua residência, o que provocou enormes constrangimentos", precisou.

A moradora contou que, muito recentemente, um vizinho partiu a perna a escassos metros da sua residência, quando regressava do serviço no período nocturno, por ter tropeçado num buraco profundo que surgiu do nada.

"A ravina tem tirado a nossa paz de espírito. Se cair mais uma chuva, será um desastre total, visto que, diariamente' desaba sempre uma parte da terra. Por exemplo, às noites prefiro passá-las em casa de vizinha, pois me sinto mais segura", lamentou.

A jovem Engrácia Adão, 18 anos, reconheceu ser difícil caminhar no período chuvoso pelo bairro, com agravante de as casas não oferecerem segurança devido às ravinas

Dada a gravidade da situação' explicou que na semana passada um grupo de técnicos da Administração do Distrito Urbano do Ngola Kiluanje trabalhou na zona, mas não houve grandes resultados.

"Estamos cansadas com as promessas do Governo. O problema das ravinas é antigo e se houvesse interesse, acredito que há muito estaria resolvido", disse, lamentando que o bairro não tem merecido atenção por parte das autoridades, uma vez que, além das ravinas, há também problemas de saneamento básico, energia eléctrica e de centros médicos.

As fortes chuva que se abateram na capital em Março arrastaram um jovem do bairro da Sucanor. O seu corpo esteve desaparecido durante quatro dias.

Para Teresa Manuel, as noite tornaram se um pesadelo' por temer que haja mais deslizamentos de terra. "A administração local demonstra pouca vontade em resolver a situação, por se tratar de assunto antigo. Já houve várias visitas de constatação. mas de concreto nada foi feito."

Disse que, por exemplo, no bairro Uíge, junto a uma farmácia, existe um buraco que acumula bastante água, o que faz com que os moradores a retirem com moto-bombas, desviando-o para outras zonas, afectando negativamente residências e vários bens. Angelina Lucas, 48 anos, moradora do bairro Farol das Lagostas disse que um outro problema que aflige a população está ligado à falta de contentores para o depósito de resíduos sólidos.

Com a inexistência de contentores de lixo no bairro, infelizmente, este é depositado por baixo da ponte. O cheiro nauseabundo que sai da pequena lixeira invade boa parte das residências das redondezas e os moradores estão expostos a várias doenças.

Uma outra situação que perturba o dia-dia da população está ligada ao índice de delinquência, pelo que, para a resolução do problema, é necessário que a policia coloque um posto móvel.

"Há muitos roubos à mão armada. Os assaltos têm sido nas residências e nas ruas, por causa da escuridão que e faz sentir na zona. Os moradores conhecem bem os jovens que praticam esta acção", disseram os residente.

Trabalhos de contenção

O administrador adjunto para a Área Técnica e Infra estruturas do Distrito Urbano do Ngola Kiluanje, António Teixeira, disse ter sido feito um trabalho para a contenção do poste de média tensão, que estava na iminência de desabar. Relativamente às ravinas com 20 metros de comprimento, dois de profundidade e igual número de largura, o responsável explicou que foi já contactada uma empresa especializada, que está em negociações com a Comissão Administrativa de Luanda.

Dada a falta de recursos, disse que a administração local havia feito apenas trabalhos paliativos nas ravinas, acção que contou com apoio 'de uma empresa que disponibilizou, na altura, duas basculantes para acudir à situação das fendas.

"Feito o trabalho, infelizmente, voltou a chover bastante o que veio a piorar a situação' mas a administração vai criar formas para facilitar o escoamento das águas", adiantou. A falta de escoamento da água e a construção desordenada de casas contribuem, em grande medida, para a progressão das ravinas na zona. Esclareceu que em relação ao saneamento básico' é uma realidade, mas este problema não se coloca apenas nesta zona.

Quanto à delinquência, António Teixeira diz ter mantido um encontro com a população, onde foi abordada a questão, apelando aos moradores para denunciarem os prevaricadores, para facilitar o trabalho da Polícia Nacional

6.3 Urbinvest de Isabel Dos Santos desalojada do estádio II de Novembro

Novo Jornal

26 De Abril de 2019

Texto: Eduardo Gito

Por despacho da ministra do Ordenamento do Território e Habitação, Ana Paula de Carvalho, ao qual o Novo Jornal teve acesso, foi retirado o título de superfície à urbinvest - Promoções e projectos Imobiliários, S.A., propriedade da empresária Isabel dos Santos.

A medida surge um ano depois de uma comissão interministerial se ter deslocado ao distrito urbano da Cidade Universitária, com a finalidade de avaliar a forma como foram ocupados os terrenos adjacentes ao estádio 11 de Novembro.

No mesmo documento, Ana Paula de Carvalho justificou que a decisão se deve ao facto de não haver aproveitamento útil e efectivo de uma boa parte dos espaços adjacentes ao estádio 11 de Novembro, a actual e maior catedral do futebol angolano.

"Em função da extinção do título de superfície n.º 94 a folhas n.º 89-DII, reverte-se a favor do Estado a posse do terreno, bem como todas as benfeitorias incorporadas no referido terreno", lê-se ainda no despacho.

Aquando da visita interministerial, a empresa de Isabel dos Santos alegou ter documentos em sua posse que atestavam o direito de superfície que possui sobre os terrenos do perímetro do estádio, mas esses documentos referem a titularidade do espaço desde 2015, enquanto o projecto do estádio 11 de Novembro data de 2008.

Provas existentes confirmam que o estádio foi inaugurado em Dezembro de 2009, para que o mesmo albergasse, em Janeiro de 2010, o Campeonato Africano das Nações em futebol, que Angola organizou pela primeira vez.

A forma como a Urbinvest obteve o espaço suscita algumas questões, disse um jurista ouvido pelo Novo Jornal.

"Quem terá concedido o direito de superfície em 2015, quando o estádio já tinha sido inaugurado anos antes?", questionou.

O mesmo jurista concorda com o despacho da ministra Ana Paula de Carvalho, por entender que, para o "bem do interesse público, o investidor privado foi despojado por justa razão do Estado"

6.4 "Respeitem os moradores eles são zangados"

Jornal de Angola

28 De Abril de 2019

Texto: César André

Chegou a ficar muito popularizado o adágio que dizia que "quem nunca comprou uma cama e um colchão em Luanda, não conhece a Rua da Brigada". Devido a instalação de colchoarias e marcenarias, aquela rua tomou-se numa das coqueluches da circunscrição.

O Zangado é um bairro cheio de histórias por contar. Foi aqui, no longínquo ano de 1963, que foi fundado o emblemático Clube Escola do Zangado, onde foi forjado o melhor futebolista angolano de todos os tempos. Estamos a falar de Joaquim António Dinis (Nito), popularmente conhecido por "Brinca na

Areia", que passou classe e prestigiou o nome do país na Europa e no mundo, sempre ao mais alto nível.

Reza a história que Joaquim Dinis saiu do Académica Social Escola do Zangado, passou pelo ASA e rumou a Portugal, tendo militado sucessivamente no Sporting Clube de Portugal, Futebol Clube do Porto e União de Leiria.

Além de Dinis, o Académica Social Escola do Zangado foi berço de outros influentes jogadores: Lourenço Bento, Pedro Neto, Alberto de Sousa "Beto Jime" e Antoninho "Parte-os-Cornos", entre outros. O clube chegou a ser considerado rico, sendo nos anos 1960 e 1970 referência obrigatória nos musseques de Luanda. O seu nome ficou definitivamente gravado no imaginário de várias gerações de luandenses.

O Zangado viu nascer, em Março de 1933, Mateus Jorge António, de seu nome de registo, que viria a ser carinhosa e popularmente conhecido por Mateus Pelé do Zangado, nome que com que entrou nos anais da música, da dança e da boémia angolanas. O Centro Recreativo Kilamba era o local onde o exímio bailarino esbanjava charme e espalhava' o seu perfume, ao lado da sua inseparável companheira Joana Pernambuco. Mateus Pelé do Zangado foi durante muitos anos considerado o melhor passista do país, tendo se notabilizado sobretudo nas farras de quintal, desde os anos 1950 até a sua morte em 2012.

O passista teve outras valências. Teve um notável envolvimento com a política e como jogador de futebol era mesmo considerado craque. Nos rectângulos onde jogou notabilizou-se pela forma singular como tratava a bola e ultrapassava os defensores directos, motivo pelo qual, aliás, lhe foi atribuído o nome Pelé, em alusão ao genial brasileiro Edson Arantes do Nascimento "Pelé", o melhor futebolista de todos os tempos no planeta Terra.

Zangado: origem do nome

Relatos indicam que o nome do bairro surgiu devido à agressividade com que os moradores reagiam quando fossem atacados por indivíduos de bairros vizinhos. "Não vale apenas arranjar confusão com os moradores deste bairro. Vamos respeitá-los porque eles são muito zangados. Era assim que os agressores comentavam, diante da reacção dos moradores do bairro", explica Garcia António Paulino, o kota Kaissara, que vive no bairro há 72 anos.

"Como a Rua da Brigada era a única que dava acesso

a outras localidades, eles (os intrusos) tinham medo de arranjar problemas, porque sabiam que iriam receber resposta imediata", diz o kota Kaissara.

Quando alguém fosse atacado noutras localidades, os vizinhos esperavam para dar a resposta, em jeito de retaliação, quando os provocadores passassem pelo bairro.

"As pessoas começaram a ter medo de fazer mal às gentes do bairro. Quem morasse no Rangel e quisesse ir para o São Paulo tinha de passar por aqui. Nós esperávamos que passassem por aqui e lhes dávamos surra. Daí que diziam 'Eles são mesmo zangados, não vale a pena Lhes provocar:", conta Kaissara, um kota "muito Vivo" desde o antigamente.

Em relação à designação Rua da Brigada, o kota Kaissara diz que existia estacionada no local, nos anos 1950, uma brigada da Junta Autónoma de Estrada de Angola (JAE), de onde equipas se deslocavam, com regularidade, para o Sul e o Norte do país, para reparar as vias. "Depois de ter asfaltado a rua principal, as pessoas falavam constantemente desta brigada e do seu trabalho. Daí, a rua ganhou o nome Brigada", garante Kaissara, com a autoridade da sua idade e da experiência de vida vivida no bairro.

As casas do Bairro Zangado começaram a ser erguidas no longínquo ano de 1930. As casas construídas com paredes de madeira ou tijolos tinham de ser registadas na Fazenda e Contabilidade, ao passo que as de pau-a-pique estavam isentas de tais procedimentos. Os que pagavam impostos na Fazenda e Contabilidade posteriormente ganhavam a possibilidade de ter acesso à energia eléctrica e água canalizada.

Garcia António Paulino, o nosso Kota Kaissara, afirma que a casa do seu progenitor era a terceira a ser construída no bairro. Por ser feita de pau-a-pique, o pai não pagava imposto pela mesma. "Eram tempos de 'outra' senhora", diz Kaissara, com uma ênfase enigmática e muito especial. "Havia um comerciante chamado Luís, que tinha uma janela que dava para o meu quintal, e, quando houvesse um telefonema para a minha família, ele chamava-me 'Oh senhor Lino, vem cá atender o telefone'. E eu desatava a correr para atender o telefone" recorda, pensativo.

Nessas correrias para atender o telefone o kota Kaissara aproveitava o ensejo para solicitar fiado ao comerciante. "Como éramos clientes assíduos e ao mesmo tempo vizinhos, ele não vacilava, atendia - nos de imediato".

Figuras memoráveis

Elísio Marcolino, que vive no bairro há 56 anos, conta que além do comerciante Luís havia também o Rosa Lopes, o Catabai, o Afonso, a Dona Alfa, o Senhor Fernandes, e a Dona Aurora, entre tantos outros.

As tabernas vendiam peixe, azeite e outros produtos. Havia também as lojas comerciais tradicionais, como a Casa Estrela, que tinha em anexo um clube, assim como a Casa Verde. Dos ditos comerciantes tradicionais Elísio Marcolino lembra-se ainda dos senhores Mota, Pernis, Manuel e Antero.

Estão na origem do bairro populações provenientes de várias regiões, como maior incidência para os ambrizetas, malanjinos e calulenses. No espaço geográfico do bairro viveu também uma comunidade de cabo-verdianos.

"Nenhum morador do Bairro Zangado foi inquilino dos nativos de Luanda, pois eles sempre construíram as suas próprias moradias", jura a pés juntos o kota Elísio Marcolino.

Reza a história que os terrenos da circunscrição eram, originariamente, património da família Assis. "Todos os moradores pagavam o foro do terreno à família Assis, até ao ano 1975. Depois da proclamação da independência, a terra passou a ser propriedade do Estado" salienta Elísio Marcolino.

"Naquele tempo a família Assis variava as equipas que iam fazer as cobranças mensais. Às vezes vinham os netos para serem apresentados ao pessoal, de modo a não haver desconfiças. Todos os netos colaboravam na cobrança", informa o kota Marcolino. Elementos populacionais fornecidos pelo Censo de Setembro de 1964, promovido pela Comissão Administrativa do Fundo dos Bairros Populares de Angola, do então governo colonial português, indicavam que o Zangado possuía 3.198 habitantes. Localizado num pequeno pedaço de terra da comuna do Marçal, o bairro tem uma única rua principal (a Rua da Brigada) e umas quantas artérias terciárias.

A antiga escola Emídio Navarro (actual Ngola Mbande), a Coubel, o depósito de artigos do Banco Nacional de Angola e os CTT são algumas das estruturas que dão brilho à circunscrição. No tempo colonial circulava bairro adentro um autocarro que rasgava a Rua da Brigada e tinha como término o Bairro Sambizanga. Havia também o autocarro do munhungo, que partia do Largo Maria da Fonte (Kinaxixi) e seguia em direcção ao Sambizanga. Este machimbombo depois passou a chamar-se número

19. Para além destes meios de transporte público, havia também o autocarro das lavadeiras, que só levava as senhoras deste ofício e que trabalhavam na parte baixa da cidade.

Às segundas-feiras havia rusgas aos bêbados, organizadas pela polícia colonial. Quem não fosse trabalhar nesse dia apanhado em casa a descansar, era detido 'Ninguém às segundas-feiras podia faltar ao serviço; quem fosse apanhado estava sujeito a prisão porque era considerado bêbado e vadio. Ficava dois a três dias detidos. Para ser libertado tinha de pagar uma caução. Para controlar melhor os nativos e evitar constrangimentos à acção policial, a administração colonial começou a asfaltar as ruas terciárias.

Dançar com o eco

Quanto às actividades recreativas, juventude do Zangado dependia do Salão de Festas da Idalina, no Marçal. "A partir deste local, aqui na minha casa, conseguíamos dançar ao ecoar das músicas que vinham do salão da Idalina", diz Kaissara ..

Conta o ancião que havia pessoas que iam a sua casa para aprender a dançar, aproveitando o som da música que soava a partir do Salão da Idalina. Havia no bairro, na década de 1960, dois salões: o Mário Cabo-verdiano, o Salão Rosa de Zangado, o Janguito e o Salão do Visgo, que era composto pelo Mandrak e pelo Escondidinho do Zangado, cujo proprietário era o cunhado do Jaquinito, que fez ali um bar do género "manda fama".

Dos agrupamentos musicais em voga destacam-se os conjuntos Goma jazz, Ngola Ritmos, Uanga e o do mais velho Zé Maria.

"Muitos jovens daquele tempo, como eu, não deram para a delinquência graças à educação que recebemos dos vizinhos, como por exemplo o kota Kaissara. que interferia na nossa educação", reconhece Elísio Marcolino.

Além do Mateus Pelé do Zangado o bairro teve outras figuras lendárias, com destaque para o Nelito Senda, Lourenço Bento, tio Marcolino, Paulo Kuerra e a tia Cristina do Matete, que cozinhava como ninguém o famoso prato que se tomou "sagrado" para várias gerações e passou a ficar ligado para sempre ao seu nome.

A tia Cristina tinha a sua receita secreta para fazer o matete. Ela não contava o segredo a ninguém, os jovens quase ficavam loucos de gula com o sabor característico do coco ralado que ela introduzia na papa. Era tanta a clientela que estes às vezes engalfinhavam-se em pelejas renhidas.

O entretenimento para a juventude contava ainda com o Kutonoca e a exibição de cinema no campo adjacente aos CTT (vulgo campo dos Correios).

Os jovens tinham como "Mutamba da Tradição" o Depósito de Pão que se situa defronte à Rua da Brigada. "Na década de 1960 tínhamos a frondosa mulembeira onde íamos ter com o tio Cavelo para jogar a dama. Do outro lado tinha a figueira do tio Marcolino, onde íamos jogar a sueca. E às vezes fomos a casa do Mourão e do Geny jogar o "Não te irrites", desenterra das suas memórias de juventude Elísio Marcolino." Jogámos muito.

'Não te irrites' com o malogrado kota Zeca Matateu, finado pai da ex- Primeira Dama da República,' Ana Paula dos Santos. Ela também é filha do Zangado, nasceu e cresceu aqui no bairro, juntamente com as suas primas, as filhas da tia Bia", acrescenta.

6.5 Casas estão desabitadas por falta de compradores

Jornal de Angola

3 De Abril de 2019

Texto: Adolfo Mundombe

Pelo menos 200 casas, construídas no âmbito do Plano de Habitação Social para a Juventude, no município do Mungo, província do Huambo, encontram-se desabitadas devido à falta de condições financeira por parte de muitos jovens na região, o que tem inviabilizado as intenções em adquiri-las, mesmo na modalidade de renda resolúvel.

Segundo o responsável municipal da Cultura e Desportos do Mungo, Menezes Pires, os jovens do município não têm capacidade financeira para aderir à venda de casas sociais, porque a maior parte vive da agricultura.

"São poucos os jovens que trabalham na Função Pública e empresas privadas. Por isso, pouca gente tem condições para pagar uma casa mesmo no sistema de renda resolúvel. É urgente a criação de mais postos de empregos e cursos profissionais", disse Menezes Pires.

Entretanto, as referidas residências têm sido alvos de vandalismo, pois muitas das quais já estão sem portas, janelas, mobiliário sanitário, entre outros acessórios do interior da residência.

Menezes Pires informou que Administração Municipal está a lotear terras para distribuir aos jovens, no âmbito do Projecto de Construção Dirigida. "Temos uma área onde vão ser construídas

casas de adobe para a juventude da região", disse o responsável.

6.6 Mediação imobiliária é regulada em breve

Jornal de Angola

3 De Abril de 2019

Texto: João Dias

As actividades de mediação e angariação imobiliária podem ser regulamentadas em breve, volvidos sete anos desde a aprovação da Lei 14/12, de 4 de Maio, assegurou o Director geral adjunto do Instituto Nacional da Habitação.

Em declarações ao Jornal de Angola, David Andala sublinhou que a regulamentação da lei vai permitir que o Instituto Nacional de Habitação passe a exercer o seu papel de licenciar e inscrever os profissionais que estiverem interessados em operar no ramo da mediação imobiliária e angariação imobiliária.

Para o efeito, o Instituto Nacional de Habitação, do Ordenamento do Território e Habitação, realiza hoje, em Luanda, o acto de apresentação da proposta de Regulamento Geral de Licenciamento e Inscrição para o exercício das Actividades de Mediação Imobiliária e Angariação Imobiliária (Regulamentação da Mediação Imobiliária).

A decorrer no Memorial Dr. António Agostinho Neto, o acto prevê a apresentação de alguns decretos executivos conjuntos que permitirão a operacionalização e aplicação, tanto da própria lei, como das matérias constantes do regulamento.

Segundo David Andala, este acto servirá, também, de consulta pública, tendo em conta a importância que estes instrumentos representam para as dinâmicas do mercado imobiliário e a necessidade da sua regulação. "Neste encontro, vamos levar ao conhecimento público a proposta do regulamento geral da mediação imobiliária e outros regulamentos que a lei da mediação imobiliária prevê, adiantou.

David Andala informou que no encontro deve ser abordada, com grande ênfase, a importância da regulamentação destas actividades, bem como do impacto que trará para a sociedade com a sua aprovação pelo Titular do Poder Executivo. O responsável realça o facto da Lei datar de 2012 e até agora nunca ter sido objecto de regulamentação. "A lei impõe requisitos e condições para o exercício destas actividades. Refiro-me as de mediação e angariação imobiliária", frisou.

6.7 Governo prepara lei para disciplinar intermediação

Jornal de Angola

5 De Abril de 2019

Texto Vitorino Joaquim

O Projecto de Regulamento Geral da Lei de Mediação Imobiliária, apresentado quarta feira ao público, em Luanda, propõe que a actividade seja exercida apenas por operadores autorizados, que tenham contrato de prestação de serviço com uma imobiliária e seguro de responsabilidade civil, informou o chefe de Departamento de Apoio ao Director-geral do Instituto Nacional de Habitação (INH).

Ary Araújo, que falava à imprensa à margem da cerimónia de apresentação pública do projecto de regulamento, considerou que a actividade de mediação acarreta vários riscos, o que levou os legisladores a decidirem que seja introduzido o seguro de responsabilidade civil obrigatório, para acautelar eventuais situações de dolo.

Citando o documento, o responsável deixou claro que a actividade de mediação e angariação imobiliária apenas deve ser exercida por particulares e empresas que estejam licenciados e inscritos no INH, havendo 50 operadores com essas condições a operar no mercado.

O projecto de lei também previne que o sector imobiliário seja utilizado para o branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo, como forma de tornar lícito o dinheiro adquirido de forma ilícita.

"A lei de branqueamento de capitais impõe ao INH a responsabilidade de efectuar a supervisão do sector imobiliária, visando combater o mal. Não existindo o licenciamento, não temos como controlar a actividade, e muito exigir o cumprimento rigoroso da lei", lamentou.

O contrato de prestação de serviços com uma imobiliária devidamente licenciada junto do INH previsto no projecto, é mais exigido aos angariadores devido à imputação de responsabilidades e outras situações de natureza jurídica, avançou Ary Araújo, acrescentando que o documento prevê ainda a imposição de mecanismos de aferição da idoneidade comercial e da capacidade profissional.

Director nacional adjunto do Instituto Nacional de Habitação

O licenciamento preconizado no projecto de lei tem o pendor de elevar os níveis de formalização do mercado da mediação imobiliária, propondo-se,

também, apagamento de taxas, formação contínua dos agentes e sanções para os que cometerem infracções, que vão do cancelamento da inscrição ou da licença à aplicação de multas e suspensão da actividade, notou o director -geral adjunto do INH.

David de Oliveira reconheceu que devido à falta de regulamentação' o Estado tem vindo perder dinheiro que poderia ser arrecadado no sector imobiliário com os processos de compra e venda de imóveis.

Mas, anunciou, já está em CUIISO a adopção de um decreto executivo aprovado pelos titulares dos Ministérios do Ordenamento do Território e Habitação e das Finanças com vista à fixação do valor das taxas e impostos para a mediação imobiliária.

Ao intervir na abertura do acto, a ministra do Ordenamento do Território e Habitação declarou que a actividade de mediação e angariação imobiliária está em contínua expansão, realçando necessidade de se aprimorar a disciplina jurídica. "A situação impõe que se proceda ao correspondente enquadramento regulamentar, de modo a que se possa dar resposta às crescentes expectativas dos consumidores destes serviços", referiu a ministra.

6.8 Casas por concluir há anos

Jornal de Angola

13 De Abril de 2019

Texto: Matias da Costa e Delfina

Victorino

As obras de casas sociais, pertencentes ao projecto habitacional "Aldeamento Ki-cuia", para os agricultores no município do Chinguar, estão paralisadas há mais de três anos, segundo o vice-governador do Bié para a Área Técnica e Infra-estrutura, José Fernando Chatuvela.

O vice-governador do Bié garantiu, entretanto, que dentro de alguns dias vão ser retomados os trabalhos para a conclusão das casas.

José Fernando Chatuvela sublinhou ser um projecto de impacto social, pelo que houve a necessidade de se trabalhar com a empreiteira, bem como com a empresa promotora do financiamento, para que as obras sejam concluídas o mais rápido possível.

"A instalação de redes de distribuição de água potável e de energia eléctrica, incluindo os serviços de caixilharia, são as etapas que faltam para concluir o projecto habitacional "Aldeamento Ki-cuia", disse

José Fernando Chatuvela, que lembrou ser possível concluir a obra em curto espaço de tempo.

A ministra da Acção Social, Família e Igualdade do Género, Faustina Fernandes Alves, mostrou-se preocupada com a paralisação das obras do "Aldeamento Ki-Cuia" e garantiu trabalhar para a sua conclusão.

Faustina Fernandes Alves explicou aos agricultores presentes na sua recepção a importância da conclusão do projecto, para o bem-estar das famílias camponesas. "Com a conclusão deste projecto será possível exercerem o vosso trabalho com mais dignidade e responsabilidade".

6.9 Ex-militares são inseridos em projectos habitacionais

Jornal de Angola

18 De Abril de 2019

Quinhentas e 77 famílias de ex - militares foram inseridas em projectos de agricultura e habitação na localidade dos Paranhos, município do Dande, província do Bengo.

Trata - se de famílias de ex-militares desmobilizados no âmbito do protocolo de Bicesse, Lusaka e de entendimento de Luena. A informação foi avançada ontem, à Angop, em Caxito, pelo chefe dos serviços provinciais do Instituto de Reintegração Social dos Ex-militares (IRSEM) do Bengo, Izequiel Paulo, durante a visita da ministra da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, Faustina Fernanda Inglês.

O Irsem, de acordo com o responsável, perspectiva, durante o quinquénio 2018- 2022, atender 694 ex - militares. Durante a Visita, a ministra da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, Faustina Pemandá Inglês, inspeccionou a obra de construção do Centro de Acção Social Integrado (CASI) do Dande, em fase conclusiva.

A infra-estrutura terá por finalidade o atendimento de pessoas vulneráveis e resolução de vários problemas, com destaque para o registo de nascimento, bilhete de identidade e apoio social condigno. Sobre o processo de municipalização da acção social no Bengo, Faustina Inglês, disse que será feita uma melhor avaliação, para além de outras questões que estão a ser tratadas.

No Bengo, a ministra visitou, a loja de Caxito, que neste momento está a beneficiar 76 famílias com crianças portadoras de deficiência, a loja do Úcua, que atende 144 idosos cadastrados, bem como a

aldeia Kikuia, na comuna de Quicabo, município do Dande.

Em relação aos preçários aplicados na loja de Caxito, destinado ao atendimento as pessoas vulneráveis, a ministra afirmou que de momento não é oportuno fazer um estudo comparativo em relação os preços aplicados em outros estabelecimentos do género. Perspectiva para 2019 a melhoria do programa.

6.10 Esquecidos em casebres desde 2007 nos fundos do golfe II

18 De Abril 2019

Novo jornal

Conhecido como campo dos sinistrados «da Maná». o espaço fica localizado no município do Kilamba Kiaxi.

Há sensivelmente 12 anos que desalojados dos bairros Neves Bendinha, Palanca, Havemos de voltar, vila Estoril, Golfe I e Camama (fruto de fortes chuvas que ocorreram em Janeiro de 2007) foram colocados em casebres num campo de sinistrados, localizado no município do Kilamba Kiaxi, nas imediações da Igreja Maná, de onde aguardam por moradias condignas prometidas pelo Governo provincial de Luanda (GPL). A promessa que estava prevista para ser cumprida num espaço de seis meses, já dura mais de uma década.

Desprovidos de serviços básicos como energia da rede pública, água canalizada, escolas, casas condignas, latrinas e saneamento básico, as 360 famílias que se encontram confinadas naquele local, dizem-se esquecidos pelas autoridades e pedem com urgência por habitações condignas.

O campo está «escondido» por trás do supermercado Angomart, com as vias de acesso esburacadas, comer constatou a equipa de reportagem deste semanário, apesar das dificuldades no acesso ao recinto devido ao charco que lá se encontra.

De um lado o bairro apresenta estradas asfaltadas, grandes superfícies comerciais, universidades e duas grandes igrejas, do lado oposto tem uma pequena "vila", feita de chapas onde várias famílias reclamam, desde 2007, da falta de quase tudo.

"Estamos cansados de viver nessas condições. Banhamos nas bacias dentro das nossas casas e as necessidades fisiológicas são feitas em sacos de plástico e depois jogados na lixeira a escassos metros dos casebres, o que constitui um atentado à nossa saúde", é o desabafo de João Jorge, um dos moradores com quem a equipa do NJ conversou .

Sentado à porta do seu casebre, de onde observava a esposa que grelhava peixes num fogareiro feito de ferros - comida que serviria para o almoço do casal e seus oito filhos, cinco dos quais nascidos no local João Jorge definiu o local onde se encontram como lugar de sobrevivência.

"Os bate-chapas são muito pequenos, vivo com os meus filhos em situação precária, dividimos a cama com a esposa e os filhos. É lastimável, ao mesmo tempo vergonhoso", lamentou o jovem de 34 anos que antes vivia na zona do Calemba 2.

Sob olhar atento dos filhos que interromperam as brincadeiras e tentavam entender o que se passava, Jorge acrescentou que muitas crianças naquele local, além da falta de registo de nascimento, se encontram fora do sistema de ensino.

"Coitadas, não sabem o que é ver televisão, passam o dia todo deambulando de um lado para o outro", lamentou. 'o espaço fica localizado no município do Kilamba Kiayi.

"Os bate-chapas são muito pequenos, vivo com os meus filhos em situação precária, dividimos a cama com a esposa e os filhos. É lastimável, ao mesmo tempo vergonhoso", lamentou o jovem de 34 anos que antes vivia na zona do Calemba 2.

Sob olhar atento dos filhos que interromperam as brincadeiras e tentavam entender o que se passava, Jorge acrescentou que muitas crianças naquele local, além da falta de registo de nascimento, se encontram fora do sistema de ensino.

"Coitadas, não sabem o que é ver televisão, passam o dia todo deambulando de um lado para o outro", lamentou.

Casas onde não cabem todos do agregado familiar

Em poucos minutos, os vizinhos, apercebendo-se do que se passava, juntaram-se à conversa, cada um reclamando, à sua maneira, das condições de vida.

Teresa Dala, também moradora, acrescenta na lista de preocupações.

"Mana jornalista ainda não viu nada.

Existem quartos habitados por 12 famílias. Assim mesmo estamos a viver?", questionou.

A jovem, de 26 anos, à espera do seu quarto filho, convidou a equipa do NJ a conhecer a sua «humilde» casinha. pelo" GPL.

Entre casebres, becos e um cheiro nauseabundo que exalava o pequeno larejo, por conta de vários

amontoados de lixo e águas paradas, a equipa Legou à cabana de Teresa.

Acendendo uma lanterna, reclamou: 'orno podem ver, a ENDE também nos esqueceu, não temos energia da rede pública, usamos lanternas, velas e candeeiros a petróleo para iluminar tanto no período nocturno como no coturno. Aqui é tudo escuro. As nossas conseguimos ficar todos dentro de casa porque o espaço é pequeno e aquece muito»

casas não possuem janelas e aquecem muito", revelou. A equipa do NJ não conseguiu permanecer muito tempo dentro da cabana por causa do calor. Por decisão da equipa, a conversa continuou no lado de fora.

"Não conseguimos ficar todos dentro de casa porque o espaço é pequeno e aquece muito, principalmente quando estou a cozinhar, e agora que terei o meu filho não sei como será", lamentou a mulher, gestante de seis meses.

6.1.1 Cidadãos recusam aderir à aquisição de moradias

Jornal de Angola

22 De Abril de 2019

Marcelo Manuel

Mais de 700 casas construídas no âmbito do programa de fomento habitacional, destinadas a jovens e funcionários públicos, em sete dos dez municípios da província do Cuanza-Norte, na sua maioria concluídas em 2014, estão desabitadas por falta de pessoas interessadas a comprá-las.

As casas, construídas no âmbito do projecto dos 200 fogos habitacionais, com o propósito de mitigar a carência habitacional no seio da população, encontram-se na sua maioria em zonas sem acesso a energia eléctrica e água potável, a par da falta de esquadras policiais, escolas e postos de saúde.

De acordo com o director do Gabinete Provincial das Obras Públicas, Dongala Mpindi, a região conta com 714 casas do tipo T-3, das quais 205 inacabadas, das 2.000 previstas para os dez municípios da província do Cuanza-Norte.

Lucala e Golungo Alto são as municipalidades onde cerca de 70 por cento das residências já possuem arrendatários, que pagam 11.750 kwanzas por mês.

Em Samba Caju, Ambaca e Quiculungo os imóveis estão abandonados e rodeados de capim, desde 2014, facilitando a vandalização e roubo de alguns meios,

como tomadas, louça sanitária, portas e janelas, além do surgimento de fissuras.

Em Quiculungo, por exemplo, o Jornal de Angola apurou que a população recusa-se a aderir ao processo de compra das casas, alegando falta de empreendimentos sociais, como escolas, posto de saúde, água, luz, bem como a distância de cinco quilómetros que separa a localidade da sede municipal, agravada pela falta de transportes públicos.

As mesmas dificuldades registam-se na maior parte dos projectos, com excepção do Golungo Alto, onde já está acautelado o consumo de energia e água potável. Os moradores do Lucala contam apenas com o fornecimento de energia. O director do Gabinete de Estudos, Planificação e Estatística do Governo Provincial, Edinildo Teixeira, revelou que a nível da região foram apenas cabimentadas verbas para a construção da primeira fase dos 200 fogos, que contempla 100 casas, no valor de 400 milhões de kwanzas, por cada município.

Edinildo Teixeira disse que em algumas municipalidades já foram pagos os valores globais da empreitada, enquanto em outras foram liquidados apenas 50 por cento dos orçamentos combinados, razão pela qual há algumas casas inacabadas.

A ministra do Ordenamento do Território e Habitação, Ana Paula de Carvalho, durante a recente visita de trabalho ao Cuanza-Norte, orientou o Governo Provincial a responsabilizar os empreiteiros incumpridores, visando a conclusão das casas já pagas pelo Estado.

De acordo com a responsável, as administrações municipais devem encontrar soluções urgentes para a venda das casas.

O governador provincial do Cuanza-Norte, Adriano Mendes de Carvalho, considera inconcebível o abandono das casas construídas no âmbito dos 200 fogos habitacionais, pelo facto de existirem a nível da circunscrição necessidades gritantes.

6.12 Mais de 120 mil habitações em construção em todo o país

Jornal de Angola

25 De Abril de 2019

Texto: Manuela Gomes

Um total de 122 mil habitações sociais está a ser construídas pelo país, no âmbito do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, para o

quinquénio 2018/2022, deu a conhecer ontem, em Luanda, o director nacional da Habitação.

Ao intervir na conferência sobre o "Modo de atribuição da quota de 30 por cento aos jovens nos projectos habitacionais estatais e as oportunidades para auto-construção dirigida", Adriano Silva esclareceu que o encontro serviu para dissipar as dúvidas dos jovens quanto ao acesso à habitação e à auto-construção dirigida.

Adriano Silva informou que, das 122 mil habitações em construção, 80 mil estarão sob gestão da imobiliária Imogestin e 42 da empresa Kora-Angola. Explicou que o regime de aquisição obedecerá a determinadas regras a serem definidas em diploma específico, como no caso da venda livre, renda resolúvel e arrendamento.

Neste campo de acção, disse, estão igualmente em curso as obras de construção das novas urbanizações (sete centralidades) de Malanje, Cuanza-Norte, Zaire, Lunda-Sul, Cuando Cubango, Bengo e Cunene, localidades que, segundo o responsável, não foram contempladas no passado por falta de verbas.

Outros projectos habitacionais integrados no programa também estão em curso em 130 municípios.

Para Adriano Silva, o Programa Nacional de Urbanismo e Habitação tem definidos, no seu mapa de reservas fundiárias, 220.771,62 hectares para fins habitacionais. Informou que, deste número, 12 por cento estão delimitados para o interesse público, 11,5 destinados para o público e privados, oito para as cooperativas, 68, 5 à auto-construção dirigida e 200 fogos por cada município do país.

Do programa, fazem parte a requalificação e ou renovação urbana, a regularização fundiária e aldeamentos rurais auto-sustentáveis. A implementação do Programa Nacional de Desenvolvimento para o quinquénio 2018/2022, no domínio do Ordenamento do Território e Habitação, contempla a disponibilização de lotes de terreno para habitação e serviços de proximidade, como forma de promover o ordenamento e a qualidade das novas áreas residenciais.

A ideia, de acordo com o director nacional da Habitação consiste em impulsionar a habitação social e a auto-construção dirigida, através da participação do sector público e do privado, das cooperativas pessoas particulares, principalmente das de menor poder aquisitivo.

"Pretende-se disponibilizar fogos em condições especiais de preços e financiamento, celebrando

contratos em regime de arrendamento, propriedade resolúvel, permuta e venda livre", disse.

Quanto à autoconstrução dirigida, explicou que, para o processo de concessão de terras, existe um subprograma que reserva um espaço de 68,5 por cento. Tal programa, continuou, irá assegurar a disponibilização de lotes infra-estruturados e material de construção a preços acessíveis para beneficiar cerca de 685 mil famílias, sendo 420 mil nas zonas urbanas e 265 mil na zona rural.

Manter o diálogo

A ministra da Juventude e Desportos, Ana Paula Neto, disse que a ideia é manter viva a cultura do diálogo, afirmando ser fundamental actualizar os jovens sobre matérias ligadas às infra-estruturas habitacionais.

"É importante ouvir a opinião da juventude sobre a melhor forma de aquisição de espaços para a autoconstrução dirigida", disse, para quem o sonho da casa própria é uma preocupação legítima, na medida em que o acesso a uma habitação tem grande incidência no bem-estar das famílias e, em particular, da juventude.

De acordo com Ana Paula Neto, o reconhecimento dessa matéria pelo Executivo levou o Estado a elevá-la a direito institucional. Com efeito, a Constituição da República, no seu artigo 85 estabelece que todo o cidadão tem direito à habitação e à qualidade de vida adicionalmente.

Lembrou que o artigo 81 da Constituição assegura que o Estado deve garantir a protecção especial para efectivação dos direitos da juventude, onde a questão da habitação é sublinhada.

A governante sublinhou que, no âmbito do Programa Nacional de Habitação, foi definido que 30 por cento das residências são reservadas à juventude.

"Cabe a nós, Ministério da Juventude e Desportos, trabalhar com os diversos departamentos ministeriais na materialização dos direitos dos jovens, previstos na Constituição da República", precisou.

A ministra reiterou a aposta do Executivo na valorização dos jovens, através da sua inclusão na vida económica e social do país, que se reflectirá na melhoria da qualidade de vida, que passa pela melhoria da saúde, do acesso à habitação e outros.

6.13 Luanda vai ter regime de «renda» nos projectos habitacionais do Estado

Novo Jornal

26 De Abril de 2019

Texto: Faustino Diogo

O director Nacional da Habitação, Adriano Silva, garantiu que Luanda passa a contar este ano com o regime de arrendamento nos projectos habitacionais do Estado, à semelhança do que acontece em outras regiões do país.

"Infelizmente, até ao ano passado, a única província que não tinha regime de arrendamento era Luanda. O acesso às centralidades era feito pela venda livre e renda resolúvel", explicou o responsável que falava na conferência sobre o modo de atribuição da quota de 30% aos jovens nos projectos habitacionais estatais e as oportunidades para a autoconstrução dirigida, realizada quarta-feira, 24.

Adriano Silva afirmou que, em Luanda, o arrendamento não será a única "novidade" na reabertura do processo de venda de casas nos projectos habitacionais do estado, avançou que este vai ser acompanhado pelo aumento da quota nesta modalidade, que antes previa apenas 10% do total de habitações disponíveis.

Apesar desta garantia, por definir está a maneira como o regime de arrendamento vai funcionar em Luanda. Embora o processo de venda já tenha iniciado no ano passado com a entrega de apartamentos aos trabalhadores da função pública, na modalidade de renda resolúvel como garante o Instituto Nacional da Habitação -, para a venda livre ainda não há certezas.

"Ainda não está definido como as coisas irão correr na totalidade. As candidaturas para as centralidades vão continuar a ser feitas online. Mas o resto pouco se sabe", disse uma fonte do Ministério do Ordenamento do Território e Habitação

"Este processo deverá ser dirigido pelo Fundo de Fomento Habitacional e o Instituto Nacional da Habitação, mas ainda há muitas incertezas. Está-se a trabalhar no dossiê, assim que as coisas estiverem definidas serão anunciadas e acredito que até o segundo semestre do ano teremos novidades", concluiu a fonte.

O Programa Nacional de Urbanismo e Habitação prevê também venda de terrenos para autoconstrução dirigida em regiões urbanas e rurais.

"As reservas fundiárias deverão estar localizadas o mais próximo possível dos últimos pontos de infra-estruturas, água, energia e outros, para reduzir o custo das habitações. Os lotes vão ser titulados logo após a transferência do direito público para facilitar outros investimentos ou operações que o cidadão entender fazer", explicou o director nacional da Habitação, Adriano Silva.

6.14 E nasceu a "Jesus e Francisco"

Jornal de Angola
27 De Abril de 2019

Depois da construção da primeira casa de madeira no Mussulo, Francisco começa a receber várias solicitações. Mas nem tudo foi um mar de rosas. Por exemplo, um dos clientes recusou-se a pagar a adenda do contrato, depois de a sua esposa ter feito várias alterações ao projecto inicial. "Comecei a obra sem problemas.

A esposa começou a alterar o projecto inicial. O dono da obra disse que não havia problemas. Quando chego para cobrar a adenda do contrato, pura e simplesmente, o senhor não aceitou e tivemos sérios problemas. A partir daquele dia, decidi não receber mais obras de ninguém", disse.

Francisco Silva pensava em desistir, mas a mãe aconselhou-o a não fazer isso, pois devia sempre acreditar que, com Deus, tudo é possível.

"A minha mãe disse que era de Deus e andava com Deus. Trabalha com Jesus. Quando disse isso, surge a ideia de criar a Jefran, acrónimo de Jesus e Francisco. Então, eu trabalho com' Jesus", justifica.

Depois disso, compra um terreno de 20/30 na zona verde do Benfica, divide ao meio e faz duas casas. Também foi difícil vender as casas, outra vez por causa do preconceito. "As pessoas chegavam e perguntavam quem é você? quem é o dono destas casas?' quem fez estas casas? Respondia 'sou eu'. Mas diziam não ser possível", explica.

Conta que, num belo dia, chegou um senhor e adquiriu uma das casas. Desse dinheiro, comprou mais terrenos junto ao cemitério do Benfica e começou a construir casas para vender. Surge então a ideia de construir vilas baptizadas com nome de cidades bíblicas, como judá, Jericó, Nínive, Hebron,

Israel, Nazaré, Belém, Canaã, Batel, Emaus, Jerusalém, Sinai, Jordão, Damasco, Roma, Jubileu, Patriota, entre outras. Além de Luanda, a Jefran está representada nas' províncias de Cabinda, Huíla e Benguela. Entre os clientes, estavam alguns funcionários do Banco Sol, que o aconselharam a dirigir-se a essa instituição financeira para solicitar um crédito bancário. "Foi o único banco do qual consegui um empréstimo para começar a trabalhar", reconhece. Diz ter sentido na pele o que ' ser empresário em Angola. Já tentou desistir várias vezes, mas a persistência e o grande apoio da mãe fazem com que continue no mercado.

6.15 Obras embarcadas e reclamação de clientes

Jornal de Angola
27 De Abril de 2019

Hoje, a Jefran possui mais de 50 condomínios e acima de cinco mil casas construídas. Em tempo de crise, diz ter sido o único empresário a vender casas a renda resolúvel. Mas esta decisão, confessa, trouxe-lhe muitos problemas. Garante que mais de 170 famílias não conseguem pagar a renda resolúvel.

"Tenho a certeza absoluta de que se começar a tirá-las, vou provocar outro problema social. Foi o maior erro que cometi", considera.

Os problemas começaram a surgir de todos os lados. Teve uma obra embargada, porque o terreno que havia comprado e onde já estava a construir as habitações, já pagas, era, supostamente, de um general.

"Ele apresentou documentos legais da administração iguais aos meus. A administração tinha dois processos legais. Os meus eram mais antigos. O tribunal decidiu embargar a minha obra", lamenta.

Como solução, diz, propôs aos clientes a devolução do dinheiro ou que aguardassem pela resolução do litígio. Uns, desgastados com a demora na resolução do conflito, aceitaram receber as casas inacabadas e concluíram as obras. "Outros não aceitaram a minha proposta. Este caso até hoje está por resolver, em tribunal", explica.

Por via extrajudicial, disse ter tentado resolver o litígio com o general, mas este exigiu o pagamento de dois milhões de dólares pelo terreno. "Não aleitei", afirma, acrescentando que não correspondem à verdade as denúncias de que terá entregue casas da Vila Jericó, já pagas pelos clientes, ao Ministério do Interior.

"Prova é que já há famílias a viver nesta vila, mas que não pertencem ao Ministério do Interior. São clientes com quem negociámos, já à luz da actualização da moeda", esclarece.

"Portanto, a denúncia não corresponde à verdade. Nós recebemos dois oficiais da Polícia Nacional, que, a título individual, compraram casas num dos nossos projectos. Eles, por sua vez, convidaram um dos comandantes a conhecer as habitações e este gostou. Conta que aqui começou o interesse na aquisição de habitações para efectivos da Corporação."Depois de oito meses de negociações, conseguimos celebrar o contrato com o Ministério do Interior. Deste contrato, construímos novas habitações na vila Jericó, para a Polícia Nacional. Os primeiros clientes entenderam que se tratava das suas casas, mas não. Na vila Jericó, estamos a construir casas do Ministério do Interior e dos primeiros clientes que pagaram a renda resolúvel", explicou.

Mais polémica

Entretanto, o empresário nega polémica com 3 cooperativa Ondjango Yetu, que solicitou um determinado número de casas para os seus associados. Francisco Silva garante que a Ondjango Yetu recebeu as primeiras casas, estando a aguardar pelas outras.

"Muitos dos seus filiados já receberam as casas. Hoje, faltam ser entregue apenas 20 ou 25 habitações", garante.

Sobre os clientes que apresentaram reclamações ao INADEC, Francisco Silva explicou que, devido à desvalorização do kwanza, tentou renegociar o contrato com eles. Uns aceitaram, outros não.

"Uma casa que custava 100 mil dólares, antes da crise, baixou para casa na altura, precisava de três milhões de kwanzas. Com a crise, precisava de 15 milhões. Não sou culpado desta crise", defende-se, esperando que os clientes e as pessoas em geral não o condenem por isso. As dificuldades foram generalizadas, desde a inflação à escassez de cimento. Foram os piores momentos. Para a Construção Civil. Prova é que poucas empresas sobreviveram".

Por outro lado, queixa-se da atitude dos bancos, que não disponibilizam os recursos financeiros à medida do cronograma da empresa. "Como consequência, a empresa vê-se obrigada a alterar constantemente a programação, o que abre incumprimentos consecutivos dos contratos", explica.

O responsável lamenta ainda a postura do INADEC, da qual se diz injustiçado. "Um órgão do Estado, que conhece a realidade do país e da qual esperamos uma

mediação equilibrada. Pelo contrário, o INADEC tem um discurso de anjo, mas uma atitude de demónio, fazendo com que muitos empresários encontrem dificuldades desnecessárias ou até desistam do negócio. Os seus funcionários pessoalizam as coisas. Já recebi chamadas destes a exigir pagamentos para ser levantado o embargo. Recusei", denuncia.

"Eles embargaram uma empresa como se fosse uma cantina com produto expirado. Embargaram-nos durante oito meses, mas, mesmo assim, pretendiam que resolvêssemos os problemas dos clientes. Não tiveram em conta a existência de outros clientes com contratos em vigor, que acabaram prejudicados, sem falar já dos transtornos para os trabalhadores e famílias".

A Jefran, segundo o seu mais alto responsável, chegou a ter 1.520 trabalhadores. Hoje conta apenas 200, o que lamenta.

"Não entendo que política o Estado tem para o empresariado, que tem responsabilidades na criação de empregos. Uma empresa como a nossa, neste momento difícil, nunca recebeu o apoio ou a visita de um membro do Governo para se inteirar das nossas necessidades. Apenas recebemos pré-julgamentos e incompreensões", desabafou.

6.16 A história da ascensão de um jovem empresário

Jornal de Angola

27 De Abril de 2019

Texto: Amilda Tibéria

Segundo filho de nove irmãos, Francisco Silva nunca pensou ser empresário. O seu grande sonho era comprar uma casa para a mãe. Hoje, tem empresas, com destaque para a Jefran (acrónimo de Jesus e Francisco), a clínica Anjos da Guarda e mais de 50 condomínios que muita gente não acredita lhe pertencerem.

Já foi conotado como "testa de ferro" de altas figuras do país (com algumas lhe foi atribuído, inclusive, parentesco). Nega ter ligações com esses personagens e diz ser vítima de preconceito, por ser "jovem e negro". Não acreditam que um jovem, que um dia era escravo, possa ser rei no meio de príncipes. Este é o meu caso", sublinha.

A sua história de vida começa em Malanje, onde nasceu em 1978. No início dos anos 1990, devido à guerra, os pais decidem deixar a terra natal e fixam-se no bairro Prenda, em Luanda. Apesar do conflito

armado, a mãe deslocava-se quase sempre à terra da Palanca Negra Gigante, para comprar produtos do campo e revendê-los em Luanda e assim sustentar a família.

"No Prenda, vivíamos no décimo andar do lote 7. Depois, o meu pai construiu uma pequena casa junto ao Centro Recreativo Bela Vista, por detrás do Instituto Médio Simione Mucune. Mais tarde, a minha mãe tomou-se peixeira", recorda.

Então com sete ou oito anos, Francisco começa a ajudar a mãe na venda de peixe. O pai, por seu lado, ganhava pouco com o trabalho de carpintaria. Por isso, a família viveu imensas dificuldades.

O ensino primário fez na chamada escola Branca e no posto 15, ambas no Prenda. O secundário foi na Ngola Kanini, com passagem pelo Ngola Kilwanje. Quando terminou o secundário, pretendia ingressar no Instituto Médio de Economia de Luanda (IMEL), mas as dificuldades da vida fizeram-no desistir.

"Tinha de ajudar a minha mãe no mercado, porque não tínhamos grandes condições de vida", justifica.

Aos 12 anos, começa a vender bolos feitos por si. Além disso, foi "roboteiro" e ajudou a construir muitas casas anárquicas que surgiram no bairro. O objectivo, reforça, era ajudar a mãe. Um dos momentos mais críticos, recorda, foi quando a mãe adoeceu.

No hospital, depois de feito diagnóstico, o médico disse-lhe que era urgente ela fazer a medicação receitada, caso contrário, morreria.

Sozinho, sem a irmã mais velha, que tinha ido às Lundas fazer negócio e por lá ficou vários anos, sendo dada como morta, Francisco decidiu fazer alguma coisa para comprar os medicamentos para a mãe.

"Naquela altura, éramos apenas três irmãos: eu, a minha irmã mais velha e o recém-nascido", esclarece.

A solução foi vender água fresca no mercado do Banga Sumo, no bairro Prenda. Desta forma, conseguiu o dinheiro para comprar a medicação da mãe. A partir daquele momento, Francisco Silva diz ter chegado à conclusão de que não dependia de ninguém para sobreviver.

Só de si mesmo. Daí para frente, não mais parou. "A partir daí, sustentei a casa, enquanto a minha mãe

esteve doente. Depois, ela ficou boa e retomou o seu negócio de quitandeira", disse.

A vida por um fio Determinado a continuar a fazer pequenos negócios para sobreviver, começa a comprar fardo para revender na província do Huambo, onde foi enganado depois de ter sido envolvido num negócio de diamantes. Apesar disso, no regresso a Luanda, trazia frutas para vender. "Foi uma aventura; não sabia o que era diamante", reconhece.

Apesar de ter sido burlado, Francisco Silva regressa ao Planalto Central. Já no Huambo, decide ir ao Cuito, no Bié. Nessa viagem, por pouco não perdeu a vida. Recorda que, para chegar ao Bié, pediu boleia ao motorista de uma carrinha que ia ao Cuito levar tijolos. A cabine, iam, além do motorista, o ajudante e mais uma senhora, Francisco ia atrás no meio dos tijolos.

A viagem para o Bié corria tranquilamente, quando foram interceptados por um grupo armado. Pala não chamar a atenção, conta, o grupo desviou a carrinha para o matagal e, depois de breve conversa com os ocupantes da cabine, matou a sangue frio o motorista, feriu a perna do ajudante e tentou violar sexualmente a senhora.

"Assisti a tudo. Estava na carroçaria e o grupo não deu pela minha presença. Não sei, mas, naquela hora, os outros ocupantes da viatura esqueceram-se de mim". Explica que ficou em estado de choque. Só levantou a cabeça quando, mais tarde, apareceram os capacetes azuis da Missão de Paz das Nações Unidas, que retiraram a viatura do matagal.

"Daí apanhei uma outra coluna que me levou até ao Cuito, onde cheguei doente. Foi um momento emocionante da minha vida", sublinha.

Traumatizado, Francisco Silva volta a Luanda. Aqui, junta-se a um amigo pedreiro e a uma senhora, já falecida, e criam a empresa de construção civil Dizima Perfil. Segundo ele, o amigo era bom técnico, mas não tinha visão de negócio. "Eu, na altura, junto-me a ele para arranjar clientes. Eu virei ajudante dele", diz.

Para conseguir clientes, Francisco pegava em folhas A4, cortava ao meio e escrevia: "Faz-se aplicação de mosaico e pintura", Com esses anúncios em mão, ia de casa em casa e deixava por baixo das portas, para os moradores.

"Antigamente, não havia telemóveis. Depois de deixar os anúncios, voltava para saber se precisavam de algum trabalho", lembra. Numa das casas, conta,

encontrou uma senhora que precisava fazer obras numa campa no cemitério da Sant'Ana.

Durante quatro anos, trabalhou nos cemitérios da Sant'Ana e do Alto das Cruzes' só a construir campas. "A mesma senhora contratou a nossa empresa para remodelar a sua vivenda. Surgiram depois alguns trabalhos de construção civil, mas eram coisas pequenas", refere.

Sempre a pensar em grande, Francisco Silva propõe aos sócios a aposta na construção de casas de madeira na ilha do Mussulo. Sem dinheiro para fazer anúncios, arranja uma fotografia de casas de madeira no Brasil, de autoria de Jorge da Costa, e foi ter com o director de um semanário privado, para fazer anúncio nesse jornal.

"Ele perguntou - me como ia pagar o anúncio. Disse que não tinha dinheiro, mas, como pagamento, podia pintar as instalações do semanário. Ele aceitou", recorda.

Três dias depois do anúncio ser publicado, Jorge da Costa contactou-o, reclamando a autoria da fotografia. "Disse que a foto era dele e questionou por que estava a fazer publicidade dela? Eu respondi que nunca disse que a foto era minha, mas que podia fazer a casa da foto. A partir daquele momento, ficámos amigos, até hoje".

Encontrar clientes não foi fácil, devido, segundo ele, ao preconceito de que era vítima. Revela que houve quem recusasse que ele construísse a casa de madeira

no Mussulo , pelo simples facto de "ser angolano, miúdo e negro". Embora insatisfeito com a recusa, Francisco não desistiu. Conta que foi a uma instituição em Luanda, procurou um senhor branco e propôs-lhe um acordo.

"Disse que lhe pagava 200 dólares e comprava um fato completo se ele aceitasse ir comigo a uma reunião, onde devia fazer-se passar por meu patrão. Aceitou. Fomos à Samira na Comercial e comprámos um fato de 80 dólares", descreveu.

Francisco, acompanhado do suposto patrão, procurou novamente a pessoa, que, ao vê-lo com um "branco todo barrigudo", sem delongas, aceitou assinar o contrato e pagou numa única tranche o valor total da casa.

"Eram mais de 200 mil dólares. Pagou em dinheiro, sem conhecer o senhor branco. Mas só o facto de ele dizer que era o dono da empresa foi o suficiente para o homem lhe dar o dinheiro", recorda.

Depois de conseguir o contrato, tal como combinado, Francisco Silva pagou os 200 dólares ao "patrão" de ocasião e colocou mãos à obra. Construiu a casa de madeira do senhor, cujo nome não quis revelar." o dia da entrega' da casa, o cliente perguntou pelo senhor branco. Respondi -lhe que era eu o patrão e não aquele a quem tinha dado o dinheiro", revelou.

Pai de dois filhos, Francisco Silva lamenta que em Angola seja mais fácil o empresário estrangeiro falar com um governante do que um nacional. "Estamos diante de uma situação em que não acreditamos em nós mesmo", considera.

7. TERRA

7.1 Bairro há muito esquecido

Jornal de Angola

7 De Abril de 2019

Texto Augusto Cuteta

Os moradores dos bairros kitondo I e II, os primeiros a contactados para negociar as lavras, nunca beneficiaram de casas. Ao contrário dos que viviam na Caseta, Zango Zero, no Zango Um, Velho Lima, Kidirna uengui, Havemos de Voltar, terra Nova, Bairro 40, hoje zango Quatro e. Calumbo

O zango tem aqui muitos projectos habitacionais, alguns dos quais abandonados. Por que razão não nos dão essas casas ou terrenos?", questiona Joana da Silva, de 61 anos, dos quais mais. De 30 anos a viver naquela região de Viana.

Contrariamente às acusações de que são alvo, Joana nega que os moradores do bairro Kitondo tenham recebido casas, como a Administração faz crer. "É uma pura mentira eles tem os nossos cadastros e se alguém tem casa, a partir do registo, eles podem localizar as pessoas", acentua.

Em relação aos perigos que correm por viverem dentro da. Linha de água, Joana da Silva lamenta o facto de a Administração Municipal de Viana construir a vala, mesmo sabendo que habitava pessoas. "Essa obra já nos encontrou aqui. Ajudem-nos. Não nos condenem mais a isso, pois somos humanos e não bichos, desabafa

7.2 Casotas do kitondo I demolidas e moradores estão sem direcção

Jornal de Angola

07 De Abril de 2019

Texto Augusto Cuteta

Ontem, foram demolidas 16 casotas e nos próximos dias a acção vai prosseguir para SI destruídos perto de trezentos casebres. Os afectados pela medida dizem ser os proprietários dos terrenos e acusam o Governo de estar a agir de má-fé.

Mamã Lemba tem as mãos cruzadas sobre o joelho esquerdo dobrado. A perna direita tem - na esticada para frente de si, sentada que está num amontoado de chapas velhas. Lâminas de zinco, meio enferrujadas, são vestígios do que sobrou da sua casinha, de quarto, sala e casa de banho, demolida ontem, por ordem da Administração Municipal de Viana.

As casas estão a ser demolidas por, segundo a Administração Municipal, serem construídas sobre uma linha de água. Esta corre da zona do Zango 8 até ao Zango Zero. O trecho que falta concluir é exactamente onde estão as habitações agora demolidas

Sobre os escombros, Esperança Domingos, de nome próprio, parece ter perdido a fé de possuir, a qualquer altura, a casa condigna que há mais de 20 anos lhe tinha sido prometida pelo Governo, ao ouvir, da boca do administrador André Soma, que "não terão casa nenhuma. Devem voltar de onde vieram".

As palavras de André Soma são fortes para Mamã Lemba, de 66 anos, que diz não entender a atitude do administrador, por ser uma autoridade pública que tem a missão de cuidar dela e de outras 300 famílias que vivem no Kitondo I, bairro de lata, localizado junto à estrada principal de calumbo, no Distrito Urbano do Zango.

Durante a conversa, interrompida, muitas vezes, pela agitação de dezenas de pessoas, que lançam gritos de socorro, as lágrimas apossam-se de Mamã Lemba, viúva do antigo soba do bairro,

— António Manuel "Cavuanza", falecido há uns três anos, deixando a "velha" a cuidar de 11 filhos. Desses, Mamã Lemba viu partir, no ano passado, duas filhas adultas.

Enquanto decorre a entrevista, a idosa leva as mãos à cabeça, em sinal de desespero. "O que vou fazer da minha vida, se este era o único lugar que tinha para viver?", Questiona-se, para criticar a forma como estão a ser desalojadas, até agora, cerca de 16 famílias.

Moradora daquela zona do Zango, município de Viana, desde finais dos anos 70, a idosa diz estar a ser injustiçada, quando afirma que "fomos nós que demos esses terrenos para serem construídos os bairros que surgiram depois".

Um dos equipamentos sociais do Zango, construído graças à sua amabilidade, conta a anciã, é o famoso tanque da Empresa Pública de Águas (EPAL), situado a escassos metros da sua cubata, já demolida. A "velha" afirma que esse terreno é dela, também.

Como esse, Mamã Lemba salienta que ajudou outras dezenas de famílias que ajudaram o bairro a crescer, depois de, numa negociação, o Estado pediu que cedessem as antigas lavras, o garante do seu sustento, para que fossem erguidos projectos habitacionais ao longo dos conhecidos Zangos.

Num desses projectos, "velha" Lembra e outras centenas de famílias esperavam receber uma casa. Os

anos passam e, volvidos mais de 15 anos, a promessa não se cumpre.

"O que acontece é que essa gente vem agora aqui, depois de nos enganarem, para nos receber o pouco que temos", queixa-se a anciã. A casota de Mamã Lembá está no chão, desde ontem. A presença de agentes da polícia nacional e dos serviços de fiscalização além de funcionários dos serviços comunitários

Horas depois de terem sido demolidas 16 casotas a chuva começa com intensidade e encontra ao relento mama Lembá e seus vizinhos inclusive uma dezenas de crianças das quais uma bebe de três meses que por pouco perdia a vida quando a cubata da mãe foi demolida

Em breve, o martelo da demolição avança para outras casotas daquela área do Zango, anuncia Fernando Binge, administrador municipal adjunto de Viana para a Área Técnica. "Vamos acabar com essas cubatas. Não há recuo", declara Fernando Binge.

Quanto ao processo de realojamento dos moradores que perdem as casas de chapas, Fernando Binge assegura que a Administração não tem qualquer projecto nesse sentido. "Não há casas nem terrenos para ninguém. Essa gente deve regressar de onde saiu", reafirma o responsável.

Em relação ao facto de a linha de água ter sido construída depois de a população já ali viver, o administrador diz que "isso é uma ladainha antiga. Não ligue essa gente, senhor jornalista", finaliza.

7.3 Grandes fazendas chegam à fase de privatização

Jornal de Angola
10 De Abril de 2019

O ministro da Agricultura e Florestas de Angola, Marcos Nhunga, anunciou ontem a abertura, ainda este mês, do concurso para a privatização de fazendas agrícolas criadas com fundos do Estado.

Marcos Nhunga disse que está a ser finalizado pelo Ministério das Finanças o processo de avaliação do custo desses empreendimentos para se avançar para o processo de concessão.

Em Outubro de 2018, o Presidente da República, João Lourenço, autorizou a abertura de concurso público para a privatização de 24 empreendimentos agro-industriais, medida destinada a promover o sector privado e diminuir o peso do Estado na economia.

"Acredito que, dentro de mais 15 a 20 dias, esse processo termina e vai lançar-se exactamente um concurso para o efeito", disse o ministro da Agricultura e Florestas, em declarações à Rádio Nacional de Angola (RNA).

O governante sublinhou que, a par desse processo, está a ser estruturado o crédito ao sector empresarial, salientando que já foram aprovadas pelo Executivo as linhas de orientação do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Agrário (FADA) para o financiamento à agricultura familiar e pequenos agricultores.

Outra boa nova, disse, está no facto de os bancos reservarem agora 2,00 por cento dos seus activos para apoio ao investimento na economia nacional, num quadro que abrange 13 produtos do sector. O ministro da Agricultura e Florestas referiu a existência de indicadores que dão conta do crescimento da produção e da produtividade, tanto a nível do sector familiar como no do sector empresarial.

"Todos nós temos estado envolvidos nesse esforço para o desenvolvimento da nossa agricultura", disse.

Dos 24 empreendimentos agrícolas, seis vão ser objecto de concursos públicos internacionais e, de acordo com o despacho Presidencial nº 132/18 de 01, neles figuram a Fazenda do Longa (província de Cuando Cubango), Cuimba (Zaire), Camacupa (Bié), Sanza Pombo (Uíge), Camaiangala (Moxico) e Manquete (Cunene).

Um outro diploma, de 3 de Outubro, especifica os restantes 18 empreendimentos a privatizar. A nível nacional, a medida abrange sete complexos de silos, quatro matadouros, três entrepostos frigoríficos, uma fábrica de latas e três unidades de processamento (uma de tomate, outra de banana e outra de tomate e banana), de acordo com o despacho assinado igualmente pelo Chefe de Estado. Em ambos os diplomas, o Executivo encarregou o ministro das Finanças para constituição de uma comissão de avaliação exclusiva para este processo que deve verificar a "validade e legalidade de todos os actos praticados".

A celebração dos contratos de privatização total ficará a cargo dos ministros das Finanças e da Agricultura e Florestas.

7.4 Indemnizações a ex-fazendeiros começam a ser pagas em Maio

Jornal Expansão

12 De Abril de 2019

Texto: Isabel Costa Bordalo

O Governo do Zimbabué anunciou que vai começar a pagar em Maio indemnizações aos milhares de fazendeiros brancos, que perderam as suas terras, durante a reforma agrária do Presidente Robert Mugabe, tendo reservado 17,5 milhões USD no orçamento deste ano para esse fim, mas a declaração foi recebida com cepticismo por representar a repetição de uma promessa.

O Governo, numa declaração conjunta dos ministérios da Agricultura e das Finanças, divulgada no domingo, dia 7, assegurou ainda estar em conversações com instituições financeiras internacionais para avaliar opções que permitam aumentar o montante para pagar aos ex-fazendeiros, culminando desta forma um processo considerado essencial para o levantamento de todas as sanções internacionais ao país,

O pagamento de compensações aos fazendeiros brancos expropriados em 2000, com a Reforma Agrária, é uma das condições para o restabelecimento das relações com alguns países, nomeadamente os EUA, que renovaram as sanções por mais um ano, em Março. Mas, segundo o grupo de defesa denominado SADC Tribunal Rights Watch, que em 2007 acionou um processo no tribunal da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) contra o Zimbabué, o Governo "não está em condições de cumprir" essa promessa.

"Cada propriedade precisa de ser avaliada individualmente. Os valores precisam de ser justos, baseados em parâmetros internacionais", explicou Bem Freeth, porta-voz do SADC Tribunal Rights Watch ao jornal zimbabueano News Day.

Ben Freeth, que ganhou visibilidade internacional, quando processou Robert Mugabe, no Tribunal da SADC, por violação da lei e dos direitos humanos durante os despejos, lembra que a mesma promessa foi feita no ano passado, altura em que o Governo se comprometeu a pagar compensações até Setembro.

O processo judicial, que resultou em várias decisões favoráveis aos antigos proprietários, levou à suspensão do Tribunal da SADC, em Agosto de 2010, altura em que os membros da comunidade ordenaram a revisão do papel do tribunal, numa

cimeira de chefes de Estado e de Governo na Namíbia, mantendo-se até hoje inoperacional.

O processo de registo e de elaboração da lista de agricultores a indemnizar "deve estar concluído até final de Abril", segundo a declaração dos ministérios das Finanças e da Agricultura, findo o qual os pagamentos começarão a ser feitos directamente aos ex-fazendeiros. Os 17,5 milhões USD destinam-se a pagamentos iniciais direccionados aos que enfrentam dificuldades financeiras, sendo liquidado o restante, posteriormente, com o recurso a instituições financeiras internacionais.

O registo dos agricultores está a ser feito pela União dos Fazendeiros Comerciais (CFU, na sigla em inglês) e um comité, que representa os ex-proprietários. Os dois organismos farão a avaliação das melhorias realizadas nas fazendas, para determinar o valor devido a cada agricultor.

As compensações terão em conta apenas as infra-estruturas e as melhorias feitas nas fazendas e não as terras, consideradas como propriedade do Governo.

O processo de reforma agrária, realizado há duas décadas, resultou na expulsão de 4 500 fazendeiros brancos das suas terras para as entregar a 300 mil famílias negras. Robert Mugabe justificou a retirada das terras com o argumento de que estava a corrigir desequilíbrios da era colonial, comprometendo-se a indemnizar os fazendeiros brancos. Mas o pagamento de compensações nunca foi feito.

7.5 João Baptista Kussumua: O Comediante da corrupção

Jornal A República

12 De Abril de 2019

Os cidadãos do Huambo estão revoltados com João Baptista Kussumua, que foi demitido do cargo de governador em Setembro passado, e com a continuação dos actos de rapina na província.

A última desfaçatez do ex-governador foi a apropriação de um terreno no tradicional Largo Saily Míngas, um local histórico e simbólico da cidade, acerca do qual se diz, tal como de Roma, que «todos os caminhos vão dar ao Saily Míngas". Agora, também a escolta do ex-governador vai lá dar, depois de este, da forma mais absurda e cómica, ter passado a ser detentor da maior e mais privilegiada parcela do Largo.

Este acto abusivo levou um grupo de cidadãos a preparar uma Petição Pública para a Defesa de Interesses Colectivos dos habitantes locais, dirigida

ao procurador provincial. Espera-se que as autoridades judiciais ajam em conformidade. Entretanto, contamos aqui a história: uma comédia triste.

João Baptista Kussumua nasceu no Huambo e é um velho apparatchik do MPLA, tendo desempenhado variadas funções políticas, entre as quais a de ministro da Assistência e Reinserção Social.

Em Setembro de 2016, o presidente José Eduardo dos Santos nomeou-o governador do Huambo.

Ora, a 2 de Agosto de 2017, Kussumua apresentou-se na cidade do Huambo como cidadão residente em Luanda e assinou, com Guilherme Tuluca, intitulado governador provincial do Huambo em exercício, um contrato de concessão de direito de superfície. Por esse contrato, o governador em exercício (Tuluca) concede um direito de superfície ao governador não em exercício (Kussumua), que por acaso é um cidadão residente em Luanda. Essa concessão era relativa a um terreno urbano com a área total de 9896 m², e Kussumua iria aí construir um edifício de escritórios (cláusula 1 do contrato). O contrato será válido pelo prazo de 60 anos (cláusula 3) e foi estipulado um prazo curto para o início das obras (cláusula 4).

O preço por metro quadrado da concessão era de 176 kwanzas (cláusula 5), totalizando assim 1 741 845,6 kwanzas. Não há grande dificuldade em perceber que atribuir este valor a um terreno urbano pronto a construir no centro da cidade, na sua mais emblemática praça, não configura uma venda, mas sim uma doação encapotada.

O contrato está devidamente assinado por ambas as partes. Primeiro a comédia, depois a lei. No governo provincial, por uns minutos, João Baptista Kussumua deixou de ser governador e tomou-se cidadão residente em Luanda. Nesses mesmos minutos, o seu adjunto Guilherme Tuluca tornou-se governador em exercício. E assim o cidadão de Luanda assinou com o governador em exercício do Huambo um contrato que confere ao verdadeiro governador, quase de graça, a melhor parcela de terreno da cidade.

Mas como pode o governador que está no Huambo deixar de ser governador e nomear um governador em exercício? Entra por uma porta, tira o chapéu de governador, e sai por outra porta com o chapéu de cidadão? E depois de assinar o contrato volta a colocar o chapéu de governador? A figura do governador em exercício só existe quando o titular está ausente ou incapaz, o que não é de todo o caso, pois Kussumua estava presente e muito capaz. Tão

presente e tão capaz, que assinou o contrato com a sua própria mão.

Estamos então perante uma verdadeira comédia de troca de personagens, onde se destaca a figura do comediante K. O problema é que a comédia configura uma fraude à lei. O comediante K firmou um negócio consigo mesmo envolvendo bens públicos, acto proibidíssimo pela Lei da Probidade Pública. Além disso, ocorreu ainda uma violação das regras de incompatibilidade da lei. Por fim, este contrato ainda preenche tipos criminais penais. Começamos pelos negócios. Espanta sempre a forma desabrida como titulares de cargos públicos se dedicam às mais variadas actividades comerciais sem qualquer pudor. A lei é absolutamente clara e inequívoca: o exercício de funções públicas rege-se pelo princípio da exclusividade (artigo 10.0 da Lei n.º 17/90 de 20 de Outubro), apenas se admitindo em geral como excepção o exercício de funções docentes ou de investigação científica. Consequentemente, Kussumua não podia ser simultaneamente governador do Huambo e construtor civil... no Huambo. Este é um primeiro ponto a sublinhar, o qual, como sabemos, tem sido atropelado constante e consistentemente pelos titulares de cargos e funções públicas.

O segundo e chocante aspecto do comportamento de Kussumua, mesmo para os mais incautos, é a manifesta fraude à lei com a «troca de chapéus» entre governador, governador em exercício e «cidadão de Luanda». A lei proíbe expressamente a intervenção em negócios nos quais o agente público tenha interesse (artigo 28.º da Lei da Probidade Pública). Ora, para fingir que tal não aconteceu, Kussumua limitou-se a fingir que não era governador quando assinava o contrato, aparecendo Tuluca como governador em exercício.

Mas como é possível ser-se governador em exercício, quando se tem o próprio governador a escassos centímetros de distância e cheio de saúde? É evidente a fraude à lei, definida como uma conduta substanciada no contorno de uma norma jurídica mediante a adopção de um meio ou procedimento aparentemente lícito com o intuito de não cumprir substantivamente a referida norma. Quanto a isto, não há quaisquer dúvidas.

Até ao momento, no comportamento do cidadão de Luanda governador João Baptista Kussumua, há a registar o incumprimento das regras de exclusividade da função pública e a fraude à lei. Falta-nos ainda referir os crimes que poderá ter cometido com os seus actos. Em primeiro lugar, há o crime de prevaricação, previsto no artigo 33.0 da Lei da Probidade Pública, que consiste em praticar, com o

intuito de obter um benefício, actos que lhe são proibidos. E, além disso, há o crime de abuso de poder, previsto no artigo 39.º da mesma Lei e que corresponde ao abuso da lei para obter vantagens próprias.

Compete agora ao Ministério Público, que está na posse da Petição muito bem elaborada pelos cidadãos do Huambo, proceder às necessárias investigações e fazer justiça no caso do deste triste comediante K.

Rui Verde

7.6 Privatização das seis fazendas arranca este mês

Jornal Expansão
12 De Abril de 2019
Texto: Alexandre Lourenço

O concurso vai começar quando terminar o processo de avaliação do custo dos empreendimentos realizado pelo Ministério das Finanças.

Depois de o Governo resgatar as seis fazendas da gestão da Quantum Global, o ministro da Agricultura e Floresta, Marcos Nhunga anunciou, esta semana, que o concurso para privatização das fazendas vai arrancar este mês.

De acordo com o ministro, o processo de avaliação do custo dos empreendimentos está ser finalizado pelo Ministério das Finanças para se avançar para o processo de concessão.

Trata-se das fazendas do Longa (na província do Cuando Cubango, anteriormente concedida à Sociedade Kacaduiwa) Cuimba (no Zaire, que estava atribuída à Sociedade Kacayama), Camaiangala (no Moxico, antes pertencia à Sociedade de Exploração Agrícola de Kadianga), Manquete (no Cunene, anteriormente concedida à Sociedade Makunde), fazenda da Camacupa (no Bié, entregue a Sociedade Agrícola Cakanguka) e Sanza Pombo (no Uíge que estava nas mãos da Sociedade Cakanyama).

Marcos Nhunga sublinhou que, a par desse processo está ser estruturado o crédito ao sector empresarial, e que já foram aprovadas pelo executivo as linhas de orientação do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Agrário (FADA) para o financiamento à agricultura familiar e pequenos.

"Há também uma boa nova: há facto de os bancos reservarem agora 2% dos seus activos para apoio ao investimento da economia nacional e, nesse quadro, estão envolvidos 13 produtos do sector da agricultura", frisou.

O titular da pasta da Agricultura e Florestas de Angola referiu a existência de indicadores que dão conta do crescimento da produção e da produtividade, tanto a nível do sector familiar como no do sector empresarial.

"Todos nós temos estado envolvidos nesse esforço para o desenvolvimento da nossa agricultura", disse.

As seis fazendas faziam parte dos activos de private equity do Fundo Soberano de Angola gerido pela Quantum Global. Estavam inseridas no Fundo Quantum Global África Agriculture, que tinha, aquela data, investido 62,5 milhões USD nas seis fazendas.

A.L. com Lusa

7.7 Esquecidos em casebres desde 2007 nos fundos do golfe II

18 De Abril 2019
Novo jornal

Conhecido como campo dos sinistrados «da Maná». o espaço fica localizado no município do Kilamba Kiaxi.

Há sensivelmente 12 anos que desalojados dos bairros Neves Bendinha, Palanca, Havemos de voltar, vila Estoril, Golfe I e Camama (fruto de fortes chuvas que ocorreram em Janeiro de 2007) foram colocados em casebres num campo de sinistrados, localizado no município do Kilamba Kiaxi, nas imediações da Igreja Maná, de onde aguardam por moradias condignas prometidas pelo Governo provincial de Luanda (GPL). A promessa que estava prevista para ser cumprida num espaço de seis meses, já dura mais de uma década.

Desprovidos de serviços básicos como energia da rede pública, água canalizada, escolas, casas condignas, latrinas e saneamento básico, as 360 famílias que se encontram confinadas naquele local, dizem-se esquecidos pelas autoridades e pedem com urgência por habitações condignas.

O campo está «escondido» por trás do supermercado Angomart, com as vias de acesso esburacadas, comer constatou a equipa de reportagem deste semanário, apesar das dificuldades no acesso ao recinto devido ao charco que lá se encontra.

De um lado o bairro apresenta estradas asfaltadas, grandes superfícies comerciais, universidades e duas grandes igrejas, do lado oposto tem uma pequena "vila", feita de chapas onde várias famílias reclamam, desde 2007, da falta de quase tudo.

"Estamos cansados de viver nessas condições. Banhamos nas bacias dentro das nossas casas e as necessidades fisiológicas são feitas em sacos de plástico e depois jogados na lixeira a escassos metros dos casebres, o que constitui um atentado à nossa saúde", é o desabafo de João Jorge, um dos moradores com quem a equipa do NJ conversou .

Sentado à porta do seu casebre, de onde observava a esposa que grelhava peixes num fogareiro feito de ferros - comida que serviria para o almoço do casal e seus oito filhos, cinco dos quais nascidos no local João Jorge definiu o local onde se encontram como lugar de sobrevivência.

"Os bate-chapas são muito pequenos, vivo com os meus filhos em situação precária, dividimos a cama com a esposa e os filhos. É lastimável, ao mesmo tempo vergonhoso", lamentou o jovem de 34 anos que antes vivia na zona do Calemba 2.

Sob olhar atento dos filhos que interromperam as brincadeiras e tentavam entender o que se passava, Jorge acrescentou que muitas crianças naquele local, além da falta de registo de nascimento, se encontram fora do sistema de ensino.

"Coitadas, não sabem o que é ver televisão, passam o dia todo deambulando de um lado para o outro", lamentou. ' o espaço fica localizado no município do Kilamba Kiayi.

"Os bate-chapas são muito pequenos, vivo com os meus filhos em situação precária, dividimos a cama com a esposa e os filhos. É lastimável, ao mesmo tempo vergonhoso", lamentou o jovem de 34 anos que antes vivia na zona do Calemba 2.

Sob olhar atento dos filhos que interromperam as brincadeiras e tentavam entender o que se passava, Jorge acrescentou que muitas crianças naquele local, além da falta de registo de nascimento, se encontram fora do sistema de ensino.

"Coitadas, não sabem o que é ver televisão, passam o dia todo deambulando de um lado para o outro", lamentou.

Casas onde não cabem todos do agregado familiar

Em poucos minutos, os vizinhos, apercebendo-se do que se passava, juntaram-se à conversa, cada um reclamando, à sua maneira, das condições de vida.

Teresa Dala, também moradora, acrescenta na lista de preocupações.

"Mana jornalista ainda não viu nada.

Existem quartos habitados por 12 famílias. Assim mesmo estamos a viver?", questionou.

A jovem, de 26 anos, à espera do seu quarto filho, convidou a equipa do NJ a conhecer a sua «humilde» casinha.pelo"GPL.

Entre casebres, becos e um cheiro auseabundo que exalava o pequeno larejo, por conta de vários amontoados de lixo e águas paradas, a equipa Legou à cabana de Teresa.

Acendendo uma lanterna, reclamou: 'orno podem ver, a ENDE também nos esqueceu, não temos energia da rede publica, usamos lanternas, velas e candeeiros a petróleo para iluminar tanto no período nocturno como no coturno. Aqui é tudo escuro. As nossas conseguimos ficar todos dentro de casa porque o espaço e pequeno e aquece muito»

casas não possuem janelas e aquecem muito", revelou. A equipa do NJ não conseguiu permanecer muito tempo dentro da cabana por causa do calor. Por decisão da equipa, a conversa continuou no lado de fora.

"Não conseguimos ficar todos dentro de casa porque o espaço é pequeno e aquece muito, principalmente quando estou a cozinhar, e agora que terei o meu filho não sei como será", lamentou a mulher, gestante de seis meses.

7.8 Pinda Simão desaconselha construções em reservas fundiárias e em zonas de risco

Jornal de Angola
19 De Abril de 2019

O governador do Uíge, Pinda Simão, desaconselhou a população da província a abster-se de construir anarquicamente nas reservas fundiárias do Estado e nas zonas de risco, para não prejudicarem os projectos do Governo e evitar situações desastrosas. O conselho surgiu após a visita à Reserva Fundiária situada na povoação do Quilomosso.

8. SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 Corte de energia faz reduzir fornecimento de água

Jornal de Angola
2 De Abril de 2019
Texto Pereira Dinis

As restrições no abastecimento de água potável registadas até ontem em algumas zonas da província de Luanda tiveram a' com o corte de energia eléctrica ocorrido quinta-feira e não com a greve dos trabalhadores da empresa; esclareceu., ontem, o porta-voz

Vladimir Bemardo. Empresa Pública de Águas (EPAL) está a trabalhar 24 sobre 24 horas e não cinco horas, como havia notificado um órgão de comunicação social, adiantou o porta - voz da instituição, que convidou a imprensa para passar por alguns dos centros de distribuição e estações de tratamento de água para constatar que a EPAL está a trabalhar em pleno.

"Os trabalhadores afectos a essas áreas estão a funcionar. Normalmente" , acentuou Vladimir Bemardo, que disse' ser a normalidade dos serviços extensivo aos 24 balcões de atendimento ao público, que "estão também em pleno funcionamento".

Vladimir Bernardo, que falava à comunicação social no Centro de Distribuição de Agua do Camama, acentuou que o referido centro dispõe de três reservatórios, que fornecem 10 mil metros cúbicos de água à Residencial Camama e aos bairros Soba Kapaça, Jardim do Éden, Simione I e 11, Nzinga Mbandi, Angola Jovem e Maria Eugénia.

"Algumas zonas estão a sentir hoje algumas restrições, fruto de um problema ligado à corrente eléctrica, ocorrido nas estações de tratamento de água de Lunda-Sul, Luanda Sudeste, Kikuxi, Calumbo, Kifangondo e Candelabro", salientou Vladimir Bernardo, que disse estarem Candelabro e Kifangondo a funcionar normalmente, enquanto as restantes funcionam com fontes alternativas.

O porta - voz da Empresa Pública de Águas (EPAL) adiantou que alguns centros de distribuição "estão a fazer níveis", pelo que "a distribuição só vai voltar à normalidade quando tiverem os níveis satisfatórios" .

A uma pergunta sobre a má qualidade da água que os moradores da cidade do Kilamba e da urbanização KK- 5.000 estão a receber, o porta- voz da EPAL

reconheceu haver uma alteração na característica da água proveniente do Centro de Captação do Bita.

"Reduzimos os grupos de bombagem e os técnicos estão engajados para solucionar o problema", informou Vladimir Bernardo, que deu ênfase ao facto de a Empresa Pública de Aguas estar a reforçar o abastecimento de água através da Estação do Camama.

Vladimir Bem at d , reconheceu que o Centro de D; atribuição do Golfe, no município do Kilamba Kiayi, não funciona a 100 por cento, PU/- que parte da infra-estrutura foi vandalizada.

Sobre a greve, o porta I voz da EPAL disse que a direcção da empresa continua aberta ao diálogo. ma não está em condições de 1 aumentar os salário em 200 por cento, assim como o I subsídios de transporte e de - alimentação em 100 por cento, por ter dificuldades de ordem financeira. "Esta mos no mês da paz, pelo que acredito que vai haver um consenso entre os grevistas e a direcção da EPAe, admitiu Valdirnir Bernardo, que confirmou estarem os ser viços mínimos garantido.

8.2 Moradores privados de energia eléctrica

Jornal de Angola
2 De Abril de 2019

Mais de dez mil clientes da Empresa Nacional de Distribuição Electricidade (ENDE) no Zango Um, Dois e Três, no município de Viana, em Luanda, encontram -se privados, desde domingo, do fornecimento de energia eléctrica, devido ao mau tempo.

O porta-voz da ENDE, Pedro Bila, disse ontem à Angop que devido os fortes ventos, acompanhados de chuva, ficou afectada a linha de transmissão de 60 quilowatts da Rede Nacional de Transporte de Energia (RND).

Por ser um alinha de capacidade elevada, os trabalhos de reposição já iniciaram m no domingo e devem ser cluídos nas próximas horas é uma preocupação e temos de resolver rapidamente a situação", sublinhou.

Devido ao fenómeno, seguiu o responsável, r tararam - se o corte de electricidade no condomínio Pacifica, parte' da Zona económica Especial, bem (no Distrito Urbano do r Kiluange.

8.3 Consumo de água impropria constitui um crime a saúde pública

Jornal: República
05 De Abril de 2019

Mais de 3 mil comunas localizadas no município do Kuito, província do Bié, continuam a consumir água imprópria, facto trazido à superfície pelos populares residentes naquele município, em declarações à imprensa nacional a 30 de Março deste ano. Os mesmos ainda afirmaram que o consumo de água imprópria tem estado na base do surgimento de doenças, como diarreia e vómito, etc.

;'É preciso que Programa Água para todos, que teve início em 2007, seja estendido a nível nacional, uma vez que o consumo de água imprópria constitui um atentado à saúde pública, pois há maiores possibilidades de contraírmos várias doenças': disseram.

De destacar que a imprensa nacional avançou em Fevereiro deste ano, que a população ri- beirinha de Icolo e Bengo, província de Luanda, ainda consome água saída diretamente do rio, hábito resultante da falta de fontenários e de distribuição de água potável por camiões-cisternas em várias povoações do município que está a menos de 60 quilómetros da cidade de Luanda, capital angolana.

Os casos de doenças transmitidas pelo consumo de água imprópria são recorrentes em várias áreas residenciais do município de Icolo e Bengo, constituindo um atentado à saúde pública, alertou a encarregado pelo sector da Saúde, Alexandrina Fernandes, que defendeu a instalação de chafarizes ou a distribuição de água potável, em camiões-cisterna, nas zonas ribeirinhas.

"Só assim a população vai deixar de beber água do rio e evitar outras doenças': avisou Alexandrina Fernandes, que informou ser frequente a distribuição de hipoclorito para o tratamento da água e a realização de palestras, nas quais a população é alertada para a importância de ferver água antes de a beber.

"Nem sempre somos ouvidos" quanto à necessidade de a população ferver a água por causa dos riscos para a saúde pública resultantes da falta de desinfecção: disse. O rio, de onde sai a água para o consumo doméstico, é utilizado também para urinar, defecar e lavar roupa.

8.4 Localidade de txinguvo e txamba tem água potável pela primeira vez

Jornal de Angola
6 De Abril de 2019
Texto Armanda Sapalo Dundo

As localidades de Txinguvo e Txamba Centro, município do Chitato, província da Lunda

Norte, beneficiam desde ontem, pela primeira vez, de água potável, com a entrada em funcionamento dos sistemas de furos artesianos. Os habitantes das comunas, estimados em mais de 13 mil, consumiam, até então, água dos rios, cacimbas e lagoas.

Os trabalhos estiveram a cargo da empresa Muconda Trading. O responsável de obras desta empreiteira, Maurício Sérgio, disse ao Jornal de Angola que os empreendimentos custaram 17 milhões de kwanzas. "Cada sistema possui quatro tanques reservatórios' com capacidade de 40 mil litros, assegurados por dois furos artesianos de 77 e 74 metros de profundidade", informou.

Segundo o técnico, a bombagem de cada sistema está concebida para três metros cúbicos de água por hora, asseguradas por electrobombas que funcionam com placas solares. "Além da instalação de seis chafarizes em cada localidade, foram feitas quatro Ligações domiciliares, concretamente em residências dos re ore, centros médicos' posto policial e em escolas. Estas obras foram executadas em quatro meses", disse Maurício Sérgio.

Desenvolvimento social

O administrador municipal do Chitato, Alberto Muquendi, que procedeu à inauguração dos referidos sistemas, por ocasião das festividades do Dia da paz e da Reconciliação Administrador municipal do Nacional, assinalado no passado dia 4 , explicou que Oi projectos foram erguidos no âmbito do Programa de Desenvolvimento Social, que visa levar água potável à! comunidades afastadas dai zonas urbanas.

O projecto, segundo o administrador, contempla a construção de furos artesanais de água potável a 151ocalidade~ do município, que têm milhares de habitantes.

Das 154ocalidades, segundo Alberto Muquendi, cinco têm água potável, concretamente Txinguvo, Txamba Calumbia, Canzololo e Cand chitato, Alberto

Muquendi, procedeu à inauguração de chafarizes em Txamba e Txinguvo

Jamba. Estas duas últimas têm sistemas de 20 mil litros de água, avaliados em 12 milhões de kwanzas cada.

"A dimensão das infra-estruturas é feita de acordo coma densidade populacional de cada localidade", disse o administrador municipal, assegurando que se pretende, com isso, "alcançar as metas das premissas dos desafios de desenvolvimento do milénio, com vista à promoção da saúde preventiva nas comunidades, por via do abastecimento de água potável às famílias."

O responsável informou que estão em curso obras para a instalação de sistemas de captação e distribuição de água nas localidades do Txamba Mendes e Caíra, "Nos próximos meses, as populações dessas localidades vão deixar de consumir água retirada directamente dos rios, lagoas e cacimbas", asseverou.

O administrador municipal adiantou que o projecto de fornecimento de água potável às comunidades rurais vai abranger, na fase seguinte, as localidades de Cambinza., Chíssanda, Munana e mais outras dncocommlidades localizadas ao longo da estrada nacional 225, com realce para Sailenga,

Sapiri, Caibitxie e aldeias próximas do rio Txicapa. Satisfação popular

O regedor da comunidade do Txinguvo, Francisco Satxombo, disse ao Jornal de Angola que, com a entrada em funcionamento das infra-estruturas, a população deixará de percorrer longas distâncias para consumir água potável.

"Estes sistemas de captação e distribuição de água vão melhorar a vida dos habitantes das comunidades rurais. As mulheres e crianças, particularmente, vão deixar de percorrer longas distendas em busca de água em rios e lagoas, que muitas vezes provocam doenças como diarreia e malária, entre outras" , frisou.

O regedor admitiu que os empreendimentos inaugurados "representam o ponto de partida para a melhoria das condições de vida daquelas comunidades rurais."Infra-estrutura escolar

A comunidade do Txíngewo conta, desde Fevereiro último, com uma escola primária de construção definitiva com três salas de aula, que acolhe 246 alunos.

O regedor disse que, devido ao crescente número de pessoas que estão fora do sistema de ensino, solicitou às entidades competentes para aumentarem o número de salas de aula e de professores. "Milhares de pessoas aqui perderam muito tempo no garimpo, mas, felizmente, muitos estão a mostrar interesse em estudar, dai a minha iniciativa de solicitar a construção de mais escolas e, conseqüentemente, a vinda de mais docentes", justificou.

A localidade do Txilguvo não tem posto de saúde nem estabelecimentos comerciais suficientes.

Os doentes em estado grave, segundo o regedor, são evacuados ao Centro de Saúde de Txarnba ou às unidades sanitárias de referência da sede municipal do Clhitato.

O regedor manifestou a sua satisfação pelo inicio dos trabalhos de instalação da rede de telefonia móvel, iniciativa que considerou "importante para a inclusão social e aprovação da comunidade às famílias e amigos."

8.5 Aldeões consomem água de tom verde

Jornal de Angola

11 De Abril de 2019

Texto: Adelaide Muallimusi

As populações das localidades da Via e de Vime, a 35 e 49 quilómetros da sede do município da Cahama, na província do Cunene, estão a consumir água esverdeada retirada de poços, constatou o Jornal de Angola, durante uma visita do governador Virgílio Tyova, com o objectivo de constatar a situação da seca que afecta a população e o gado na região.

Num dos poços da povoação da Via, também denominados chimpacas, a delegação composta por responsáveis de distintos sectores confrontou -se com um cheiro nauseabundo da água, disputada por populares e pelo gado.

A equipa de técnicos do comando do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros fez a recolha de amostras do referido líquido, para testagem em laboratório, a fim de determinar o grau de perigosidade.

Os populares explicaram que estão a consumir aquela água acumulada, resultante das chuvas do ano passado, por falta de outras fontes.

A anciã Miquelina Tchifunga, da localidade de Vime, disse à nossa reportagem que a sua área nunca beneficiou de um sistema de água feito pelo Governo e que as pessoas e o gado têm de recorrer às chimpacas.

Miquelina Tchifunga explicou que a cor verde que a água tomou deve-se às raízes das árvores das redondezas, assim como aos bois que se introduzem no espaço para beber.

Durante a visita, o governador do Cunene colocou a primeira pedra para a construção de novos furos de água e reabilitação de outros há muito inoperantes, assim como reuniu-se com o seu elenco, para encontrar soluções para a reabilitação de represas das localidades afectadas pela seca.

8.6 Doenças hídricas no Kilamba devido à má qualidade da água

Jornal de Angola

11 De Abril de 2019

Texto: Helma Reis

Infecções urinárias, alergias e disenteria são doenças que estão a afectar moradores da Cidade do Kilamba, província de Luanda; por estarem a consumir, há cerca de dez dias, água sem qualidade.

A informação foi avançada por moradores num encontro que mantiveram, sábado último, na agência da Empresa Pública de Águas (Epal) na cidade do Kilamba, com responsáveis da empresa, aos quais manifestaram descontentamento com a má qualidade da água, que está a sair acastanhada das torneiras.

O espaço da agência da Epal foi pequeno para albergar o número de moradores, alguns em representação da Comissão de Moradores da Cidade do Kilamba, que quiseram apresentar reclamações, e muitos ficaram no exterior do estabelecimento.

Na reunião, os moradores queixaram-se da má qualidade da água, da existência de facturas com valores que não correspondem à quantidade de água consumida e da má qualidade do atendimento à população pela agência da Epal na Cidade do Kilamba. Foram colocados também muitos casos pontuais, anotados pelos responsáveis que estiveram presentes na reunião, convocada pela empresa pública.

Ontem, o porta-voz da Empresa Pública de Águas, Vladimir Bernardo, confirmou ao Jornal de Angola, por telefone, a realização do encontro, que serviu para auscultar as reclamações e inquietações dos

moradores sobre o fornecimento de água potável à Cidade do Kilamba, habitada desde 2012.

Vladimir Bernardo explicou que a má qualidade da água se deveu à junção das águas dos rios Bengo e Kwanza, facto que está na origem das restrições ocorridas no abastecimento àquela nova urbanização da província de Luanda.

A alteração registada na característica da água bruta foi detectada pela Epal no dia 29 de Março, na Estação de Bombagem do Kilamba, acentuou o porta-voz, que disse ter havido restrições, durante uma semana, no abastecimento de água à Cidade do Kilamba e à Urbanização KK 5000.

Durante esse período, os moradores da Cidade do Kilamba e do KK 5000 passaram a receber água do Centro de Distribuição do Camama, que não tem capacidade para atender às necessidades dos moradores das duas áreas habitacionais do município de Talatona.

Sobre as reclamações relacionadas com a cobrança, o porta-voz da Epal assegurou que, para a Cidade do Kilamba, o método de facturação é por leitura dos contadores, enquanto na Urbanização KK 5000 é por estimativa.

O porta-voz da Epal tranquilizou os moradores da Urbanização KK 5000 com a promessa de instalação, nos próximos meses, de contadores. "Estamos a criar as condições para a instalação de contadores", acentuou o porta-voz da Epal.

Vladimir Bernardo acrescentou que, por pagarem pelo consumo de água através do método por estimativa, os moradores do KK 5000 vão ser alvo de avaliação de facturas referentes ao mês de Abril, por terem ficado três dias com "restrição total" no abastecimento de água. Até ontem, moradores da Cidade do Kilamba ainda reclamavam da má qualidade da água, problema que já não ocorre no KK 5000.

8.7 Braço-de-ferro entre empresa e sindicato pode aumentar crise de água em Luanda

Jornal A República

12 De Abril de 2019

A direcção da Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL), manifestou a sua disponibilidade para negociar com os trabalhadores em greve, há cerca de duas semanas, depois de inicialmente ter minimizado as restrições provocadas pela paralisação e os seus

efeitos sobre a população da capital angolana. O director dos Recursos Humanos, Domingos Januário, disse, entretanto, que a empresa mantém a sua posição de reajustar o salário apenas em 36 por cento, contra os 200 por cento exigidos pelos grevistas.

O aparente recuo da direcção da EP AL surge depois de o sindicato ter anunciado que vai retirar o pessoal que garantia os serviços mínimos de abastecimento de água dos centros de tratamento e distribuição.

A medida, que pode aumentar as restrições de abastecimento da água, foi justificada à VOA pelo porta-voz dos grevistas, Bernardo Tungo, com a necessidade de "proteger os trabalhadores das constantes ameaças e da pressão psicológica a que estão ser vítimas" por parte da entidade patronal e Polícia. O sindicalista disse que, até ao momento, não recebeu qualquer sinal da entidade patronal para uma eventual retoma das negociações.

A greve, por tempo indeterminado, que mobilizou mais de 300 trabalhadores, não conta com a adesão dos funcionários da empresa filiados na União Nacional dos Trabalhadores de Angola (UNTA-CS), que exige um aumento salarial em apenas 36 por cento contra os 200 exigidos pela CGSILA.

Os sindicalizados exigem ainda um aumento do subsídio de alimentação e transporte, bem como seguro de saúde para os trabalhadores e os membros do seu agregado familiar.

VOA Português

8.8 Falta de água moradores pensam manifestar-se junto da Administração

Jornal A República

12 De Abril de 2019

Texto: José Gabriel

Os moradores dos bairros Neves Bendinhas e Golf 1 estão a consumir águas impróprias, razão pela qual levantam a hipótese de manifestar-se diante da administração local. A constatação foi feita por este semanário há mais de dois meses, através dos habitantes dos locais referidos, não observam o precioso líquido a jorrar nas suas torneiras

No distrito urbano do Neves Bendinhas, o clima é de crispação entre os moradores e a administração porque, segundo os mesmos, nada se tem feito para reverter o quadro que só piora dia após dia, como informou a moradora Beleza do Carmo: "aqui estamos a sofrer muito, nunca mais correu água,

somos obrigados a comprar nos kupapatas, água sem qualidade e cada bidom a cem kwanzas. A administração não faz nada de realce, nem conheço a administradora ... ", disse a cidadina.

No bairro Sujo, conhecido como "Sujito", a falta de água é enorme; os habitantes asseguram que em pleno 2019, ainda não viram as suas torneiras a jorrar água, os mesmos dizem que as baratas têm sido as actuais "moradoras" das torneiras.

"Este ano ainda não vimos água a sair nas torneiras, temos visto sim baratas diambulando dum lado para o outro, mas água mesmo que é boa não; os moços das motas têm nos safado, mas não tem sido fácil todas as semanas gastar três mil kwanzas em água", assegurou António Miguel.

Já no bairro do Golf 1 a situação é idêntica. Os moradores têm recorrido aos kupapatas para obterem água e com isso satisfazerem as suas necessidades, os mesmos dizem que muitas ruas encontram-se sem o sistema de canalização montado em suas residências, estando dependentes de chafarizes e kupapatas, estes últimos que têm sido o abono das famílias.

"Cá a situação é bem complicada. Os chafarizes que existiam há muito que não brotam água, muitas das casas nesta zona não estão canalizadas, estamos mesmo a passar por muitas dificuldades, mas fazer o quê se o governo não olha por nós?", lamentou uma residente do Golf 1.

Hoje, com a nova divisão política e administrativa de Luanda, conforme a Lei n.º 18/16 de 17 de Outubro de 2016, a província de Luanda, com sede na Cidade de Luanda, conta com nove (9) Municípios. Entre eles: Município de Luanda, Icolo e Bengo, Quiçama, Cacuaco, Cazenga, Viana, Belas, Kilamba Kiaxi e Talatona. Sendo assim, o município de Luanda tem 7 distritos urbanos: Sambizanga, Rangel, Maianga, Ingombota, Samba, Neves Bendinha e Ngola Kiluanje.

8.9 Greve na EPAL pode cortar fornecimento de água na capital

Novo Jornal

12 De Abril de 2019

Texto: Dulcineia Lufua

Cerca de 900 trabalhadores afectos à Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL-EP) que há cerca de 14 dias se encontram em greve por tempo indeterminado acusam a direcção daquela empresa pública de estar a proferir ameaças e intimidações aos grevistas.

A denúncia é da Central Geral de Sindicatos Independentes e Livres de Angola (CGSILA), que já anunciou o encerramento total do fornecimento de água em toda a extensão da província de Luanda.

Em declarações ao Novo Jornal, o secretário da comissão sindical da EPAL afecta à CGSILA, António Domingos Martins, disse que até ao momento não houve consenso entre o sindicato e direcção da empresa. Denunciou haver ameaças por parte da direcção a alguns trabalhadores que aderiram à greve.

"Estamos a receber ameaças de despedimento por parte da entidade empregadora. A polícia também tem andado em cima do pessoal nas estações de tratamento de água obrigando-nos a trabalhar de forma integral, ou seja, estão a exigir que os operários trabalhem a 100 por cento", denunciou o secretário da comissão sindical.

Entre as exigências constantes no caderno reivindicativo dos grevistas (na sua maioria operários) apresentado há cerca de três meses à direcção da EPAL estão o aumento de salário na ordem dos 200 por cento, o seguro de saúde para os trabalhadores e seus familiares e o aumento de 100 por cento no subsídio de transporte e alimentação".

Actualmente o salário mínimo naquela empresa pública é de aproximadamente 60 mil kwanzas e os subsídios de alimentação e transporte é de 22 mil kwanzas.

Por sua vez, o presidente do Conselho de Administração da EPAL, Diógenes Diogo, minimizou o impacto da greve na vida das famílias, assim como as acusações e reivindicações dos grevistas, dizendo que "a mesma [greve] não está a influenciar negativamente na distribuição de água [em Luanda] porque dos 1.706 operários da EPAL apenas 100 são os que se decidiram pela paralisação dos trabalhos", contrariando o sindicato, que aponta para cerca de 900 trabalhadores em greve.

Falando após um encontro que manteve com o governador provincial de Luanda, o PCA da EPAL garantiu que não haverá paralisação das actividades da empresa porque, no seu entender, o número de grevistas (cerca de 100, na sua versão, correspondente a apenas 5 por cento do total) é muito insignificante em relação ao total de operários (1.706).

"A EPAL não parou e nem vai parar por causa de 80 ou 100 trabalhadores que exigem um aumento de salário na ordem dos 200 por cento, seguro de saúde do trabalhador e dos familiares e 100 por cento de

subsídio de transporte e alimentação", garantiu o PCA da EPAL.

De acordo com Diógenes Diogo, os grevistas não estão a ser justos, uma vez que exigem um aumento que considera fora do normal.

"Apesar das exigências, a entidade empregadora está aberta ao diálogo a qualquer momento", referiu o presidente do Conselho de Administração daquela empresa pública.

8.10 Inspeção sanitária põe em dúvida a qualidade actual da água potável

Jornal de Angola

17 De Abril de 2019

Texto: Helma Reis

A água tem chegado ultimamente aos bairros da zona norte da província de Luanda com uma cor estranha, problema que a Empresa Pública de Aguas (Epal) está a desdramatizar com o argumento de que, apesar do actual aspecto visual, o líquido está em condições de ser consumido, porque passa pelo processo de cloração e desinfecção.

Embora a Epal esteja a tranquilizar a população, certo é que já há pessoas, entre as quais moradores das centralidades Vida Pacífica, Sequele e Kilamba, que dizem ter sido vítimas de alergia, disenteria e infecção urinária, resultantes da água que estão a consumir.

O porta-voz da Epal, Vladimir Bernardo, disse, ontem, ao Jornal de Angola ter a empresa pública feito oportunamente um comunicado, no qual esclarece que o actual aspecto visual da água potável se deve à alteração da característica da água bruta no rio Lwei, afluente do rio Kwanza, onde é captada pela Estação de Bombagem do Bita, que a fornece à Estação de Tratamento do Kilamba.

A alteração da água bruta no rio Lwei, de acordo com Vladimir Bemardo, chegou ao conhecimento da Epal no dia 28 de Março e foi causada pelas "fortes chuvas" que caíram sobre a província de Luanda.

Também pelas mesmas razões, está a ocorrer, desde o dia 11 deste mês, uma alteração da característica da água bruta no rio Bengo, onde o líquido é captado para as estações de tratamento de água do Candelabro e Kifangondo, estando assim o fenómeno igualmente na origem das reclamações de clientes de outros pontos da parte norte da província de Luanda. Os moradores da cidade do Kilamba

foram os primeiros a reclamar da má qualidade da água potável.

"Até agora, não estamos a conseguir eliminar o aspecto visual da água, mas ela está em condições de ser consumida", reiterou Vladimir Bernardo, para quem "resolver o problema da cor é a luta que temos."

As fortes chuvas arrastam pântanos e lixo resultante da queimada de árvores, um facto que está na origem da alteração da água bruta do rio Bengo, de onde sai água para o Centro de Tratamento de Kifangondo, que abastece vários bairros da zona norte de Luanda, e do rio Lwei, que fornece água aos moradores da cidade do Kilamba, através da Estação de Tratamento do Kilamba.

"Não há um horizonte temporal, para a reposição da cor normal da água, mas tudo está a ser feito para que seja o mais breve possível", adiantou Vladimir Bernardb, que disse estarem entre as áreas afectadas os bairros Cazenga, Marçal, Bairro Operário, Sambizanga, Vila Alice, São Paulo, Boavista (áreas que dependem dos centros de Distribuição do Marçal, Cazenga e Mulemba), assim como a urbanização Vida Pacífica e as cidades do Sequele e Kilamba.

"Estão a ser tornadas medidas correctivas para ultrapassar o aspecto visual da água, mas asseguramos que a água passa por todo o processo convencional de tratamento", declarou o porta-voz da Empresa Pública de Aguas, que assegurou não haver escassez de produtos químicos para o tratamento da água.

O porta - voz adiantou que "todos os armazéns existentes em cada estação de tratamento de aguarem stock suficiente de cal, cloro gasoso, sulfato de alumínio e hipoclorito de cálcio para atender à produção de água até ao final do ano."

O armazém central da Epal, cuja missão é garantir a manutenção do stock nos armazéns das estações de tratamento de água e centros de distribuição, também tem reservas suficientes, acrescentou Vladimir Bernardo.

O responsável informou ao Jornal de Angola que equipas técnicas da empresa estão a fazer a monitorização da qualidade da água, a montante e a jusante da rede de distribuição, para a certificação dos parâmetros de qualidade e, posteriormente, de forma gradual, o restabelecimento dos níveis até à normalização completa.

O porta - voz da Epal aproveitou a ocasião para informar que a empresa pública realiza, desde 20 de Março, uma campanha de sensibilização, cobrança e cortes selectivos no Distrito Urbano do Zango, devendo o trabalho estender-se até 30 deste mês de Abril.

A campanha visa ainda sensibilizar os moradores dos Zangos III e IV para a racionalização do consumo de água, uma vez que se regista um elevado desperdício nas duas áreas habitacionais.

8.11 População é aconselhada a ferver a água que recebe

Jornal de Angola

17 De Abril de 2019

Texto: Helma Reis

A chefe de departamento de Inspeção Sanitária do Ministério da Saúde, Luísa Hamuyela, informou estar prevista, para os próximos dias, uma visita de técnicos de saúde à Epal para a verificação das tubagens e de todo o sistema de tratamento de água.

A visita é resultante da actual coloração da água que está a chegar a vários bairros da província de Luanda. Luísa Hamuyela afirmou que, pela forma como a água se apresenta, não garante potabilidade para o consumo humano, a não ser que passe pelo processo de decantação ou de fervura.

A funcionária do Ministério da Saúde alertouque, se não estiver devidamente tratada, a água pode tornar-se um líquido nocivo à saúde humana, aumentando assim o número de doentes com diarreias agudas.

"Vamos testar a qualidade da água com análises em laboratórios, porque as características que a mesma apresenta não oferecem garantias", alertou ainda Luísa Hamuyela, acentuando que "os parâmetros a serem avaliados são microbiológicos, físicos, químicos e radioactivos, padrões que atestam a potabilidade da água que, se forem alterados, não dá a qualidade que se pretende."

Luísa Hamuyela adiantou que tem acompanhado o problema da mudança de corda água potável que está a ser consumida em Luanda, por meio dos órgãos de comunicação social e das redes sociais e renovou o conselho: "a população deve ferver a água ou submetê-la ao processo de decantação, antes de a usar, quer para beber, quer para tomar banho."

8.12 Epal limpa tanques de água no Kilamba

Jornal de Angola

22 De Abril de 2019

Texto: Roque Silva

A Empresa Pública de Águas (EPAL) começa hoje, na cidade do Kilamba, província de Luanda, a limpar os reservatórios adstritos aos sistemas de bombagem, para melhorar a qualidade da água, informou, ontem, o responsável pela direcção de Comunicação e Marketing.

Domingos Paciência, que falava ao Jornal de Angola, adiantou que o trabalho de limpeza de reservatórios, feito de seis em seis meses, é destinado aos prédios com mais de seis andares, onde se encontram instalados sistemas de bombagem auxiliares, designados por 'booster', que servem para fazer chegar a água para os andares mais altos.

O responsável explicou que o trabalho não abrange os edifícios com menos andares por receberem água a partir do momento em que os grupos de bombagem da estação de tratamento o fazem para a rede de distribuição.

"Para os edifícios com menos andares, a 'água não sobe por sistema de bombagem, designados 'booster', e não possuem reservatórios ao contrário dos edifícios altos", explicou Domingos Paciência, que respondeu, via WhatsApp, a um breve questionário enviado pelo Jornal de Angola, depois de ter anunciado, para hoje, o início do programa de manutenção e limpeza de 'reservatórios na cidade do Kilamba, habitada desde 2012.

A limpeza de reservatórios' vai decorrer até quinta feira e os quarteirões contempla- dos, na primeira fase, são os A, B, J e T, estando um dia dedicado para cada um. Este ano já foram feitos trabalhos de limpeza nos reservatórios do Cazenga, Maianga, Viana, Projecto Morar e Zango III

8.13 Apenas 30% da população tem acesso à água potável

Jornal de Angola

24 De Abril de 2019

Texto: Carlos Paulino

Dos cerca de 700 mil habitantes do Cuando Cubango só 30 por cento têm acesso ao fornecimento de água potável, informou ontem, na cidade de Menongue, a coordenadora provincial da comissão de gestão dos sistemas de abastecimento de água às populações.

Adélia Muambeno explicou que, dos nove municípios que compõem a província, só o de Menongue, Cuito Cuanavale e Calai possuem centrais de captação, tratamento e distribuição de água potável, construídas no quadro do programa "Água para todos".

Recordou que o município de Menongue ganhou uma central de captação, tratamento e distribuição de água potável, com capacidade para bombear 11 mil metros cúbicos por hora, com quatro mil ligações domiciliare.

O Cuito Cuanavale beneficiou d um sistema com capacidade para bombear 7.200 metros cúbicos por hora e duas mil ligações domiciliare, ao passo que o município do Calai foi contemplado com um sistema de captação, tratamento e distribuição de água potável, que pode bombear 5.040 metros cúbicos por dia, o que permitiu 139 ligações domiciliare.

Adélia Muambeno sublinhou que as populações dos demais municípios, nomeadamente, Nancova, Mavinga, Rivungo, Cuchi, Dirico e Cuangar, ainda enfrentam muitas dificuldades em termos de fornecimento de água potável, sendo obrigadas a recorrer aos rios, cacimbas e riachos.

Realçou que as pessoas que consomem água, tirada directamente dos rios, sofrem de ataques de jacarés e doenças, como diarreias agudas, cólera, febre tifóide e infecções na pele.

Para inverter o actual quadro' a coordenadora da comissão de gestão dos sistemas de abastecimento de água às populações do Cuando Cubango disse que está em curso a nível da província o programa "Água para todos", que prevê a construção de 50 pequenos sistemas de abastecimento de água potável, em todas as comunas e aldeias com mais de dois mil habitantes. Adélia Muambeno fez saber que o projecto arrancou no ano passado e já permitiu a construção de 12 sistemas de abastecimento de água potável, em algumas comunas e aldeias dos municípios de Menongue e Cuangar.

"Com a concretização deste projecto, em todos os municípios da província, vamos dar grande resposta no que toca ao fornecimento da água potável, em mais de 50 por cento da população do Cuando Cubango", disse.

Casos de vandalização

Adélia Muambeno lamentou o facto de se registarem na província do Cuando Cubango casos de vandalização de chafarizes, situação que contribui, também, para o fraco fornecimento de água potável às populações.

A coordenadora provincial da comissão de gestão dos sistemas de abastecimento de água às populações referiu que a instituição que dirige está a trabalhar com as autoridades tradicionais e com os responsáveis dos bairros, para que haja um melhor controlo e preservação de chafarizes.

"A construção de chafarizes, no casco suburbano, deve ser substituída por ligações domiciliárias, porque as pessoas têm mais cuidado ao controlar ou preservar um bem, quando está em sua residência", concluiu.

8.14 Distribuição de água potável com restrições programadas

Jornal de Angola

24 De Abril de 2019

A urbanização Vida Pacífica, o Pólo Industrial de Viana e a Zona Económica Especial (ZEE) vão estar, durante três dias, a partir de hoje, sob restrições no fornecimento de água potável, informa, num comunicado, a Empresa Pública de Águas (Epal). No documento, enviado ontem ao Jornal de Angola, a Epal adianta que as restrições são resultantes da realização de trabalhos de limpeza e de manutenção do reservatório de água do Centro de Distribuição do Pólo Industrial de Viana.

A limpeza e a manutenção do reservatório de água vão ser feitas em colaboração com a Unidade Técnica de Gestão e Saneamento de Luanda, lê-se no comunicado.

A Empresa Pública de Águas pede compreensão pelos transtornos causados e acentua que os trabalhos visam melhorar e manter o nível da qualidade da água a distribuir. Trabalho idêntico a Epal está a efectuar em quatro quarteirões da Cidade do Kilamba.

8.15 Malária mata 90 pessoas em três meses no Lubango

Jornal O PAÍS

26 De Abril de 2019

Texto: João Katombela

O director municipal da Saúde no Chipindo, Candeiro Caivala, informou que os níveis da doença no município têm crescido em função da falta de saneamento básico e não uso de mosquiteiros. É preocupante, porquanto morre uma pessoa diariamente, no município de Chipindo, por malária.

O responsável informou que de Janeiro a Abril foram registado um total de 8436 casos positivos de malária. "É praticamente um surto de malária, que estamos a viver, a ver pelos dados estatísticos. Infelizmente, diariamente uma pessoa perde a vida com malária, numa das unidades sanitárias do nosso município", disse.

Já o director clínico do Hospital Municipal do Chipindo, Egas Jacob, revelou que por dia são atendidos de 200 a 250 casos de malária, com maior incidência em crianças menores de 15 anos de idade. Daquele número atendido, 15 terminam em óbitos, pelo facto de muitos dos casos chegarem em estado avançado da doença.

Por outro lado, o responsável clínico disse existirem muitas dificuldades no combate à doença, naquele município, que vão desde a falta de medicamentos até aos reagentes para os laboratórios.

O director clínico do Hospital Municipal do Chipindo disse ainda que os meses de Fevereiro e Março foram os mais críticos, pois registaram mais casos de malária que terminaram em óbitos.

A presença de capim e água estagnada junto a algumas residências são alguns dos factores apontados por Egas Jacob como causa que contribuem para a propagação da doença através da proliferação de mosquitos.

Falta de medicamentos preocupa familiares de pacientes.

A falta de medicamentos no Hospital Municipal do Chipindo está a preocupar os familiares de pacientes internados naquela unidade sanitária. Segundo contam alguns familiares ouvidos pela nossa reportagem, do Hospital Municipal só saem receitas para a aquisição dos fármacos no mercado informal.

Alberto Nhime está com a sua filha internada a uma semana e apesar de ter tido um bom atendimento médico não diz a mesma coisa quanto ao atendimento medicamentoso. "Aqui somos bem atendidos, o problema é que só passam receitas, e muitas vezes não temos dinheiro para comprar medicamentos. Como se não bastasse, aqui, no Chipindo, os medicamentos são muito caros", lamentou.

Já Alberta Tchomessa, que tem as duas filhas internadas por malária, informou que os medicamentos comprados no mercado informal, nem sempre apresentam boa qualidade. "Aqui o medicamento é mesmo comprar na praça e num preço muito alto porque aqui não tem farmácias, se

tiveres sorte é que te dão medicamentos no hospital", contou.

Apesar do elevado número de mortes, o director Municipal da Saúde no Chipindo garantiu que a situação está controlada pelas autoridades sanitárias locais. A Direção Municipal da Saúde recebe mensalmente cerca de 4 milhões de Kwanzas, que no entender de Candeiro Caivala é ainda um valor irrisório para cobrir as necessidades do sector.

A rede sanitária do município é composta apenas por sete hospitais e para a transferência de pacientes graves o município do Chipindo conta com quatro ambulâncias.

O município do Chipindo acolheu o acto central das celebrações do dia dedicado ao combate da malária, na província da Huíla, assinalado ontem 25 de Abril. Para saudar a data foram distribuídas 6 mil redes mosquiteiro para a população da localidade.

8.16 EPAL tem dificuldade em distribuir água

Jornal de Angola

10 De Abril de 2019

Texto: Mazarino da Cunha e Carla Bumba

A província de Luanda, com aproximadamente dez milhões de habitantes, tem um défice diário de 710 mil metros cúbicos de água potável, face às necessidades de consumo de 1.200.000 metros, informou ontem, o presidente do Conselho de Administração da EPAL.

Diógenes Diogo, que falava à imprensa, após encontro como governador de Luanda, Sérgio Luther Rescova, disse que por falta de financiamento dos grandes projectos da empresa, Luanda recebe apenas 490 mil metros cúbicos de água por dia e de forma alternada.

O responsável da Empresa de Distribuição de Água de Luanda (EPAL) frisou que a não conclusão dos projectos Bitá e Kilongo (cada um com capacidade de 500.000 metros cúbicos de água) tem influenciado no défice que se regista na capital do país.

Em relação à greve, Diógenes Diogo frisou que a mesma não está a influenciar negativamente na distribuição da água, porque dos 1.706 operários da EPAL, apenas 100 são os que se decidiram pela paralisação do trabalho.

Diógenes Diogo disse que "a EPAL não parou e nem vai parar por causa de 80 ou 100 trabalhadores que exigem um aumento de salário na ordem dos 200 por cento, seguro de saúde de trabalhador e dos familiares e 100 por cento de subsídio de transporte e alimentação".

No entender do presidente do Conselho de Administração da EPAL, os grevistas não estão a ser justos, pelo facto de exigirem um aumento fora do normal. "Apesar das exigências, a entidade empregadora está aberta ao diálogo a qualquer momento", referiu.

O governador de Luanda, Sérgio Luther Rescova, considerou importante o encontro com o presidente do Conselho de Administração da EPAL, sublinhando que lhe permitiu conhecer as dificuldades e projectos a serem desenvolvidos tão logo sejam canalizadas as verbas. "Há necessidade de se investir mais no sector das Águas, de modo a diminuir o grande défice que a capital tem", disse Sérgio Luther Rescova, que defendeu o controlo da qualidade do precioso líquido transportado em cisternas. Sérgio Luther

Rescova apelou à EPAL e ao sindicato que continuassem a dialogar de modo a se encontrar uma solução imediata, que faça regressar os grevistas aos postos de trabalho, obedecendo às leis vigentes.

Os trabalhadores da EPAL estão em greve há cerca de duas semanas.

A paralisação deve - se à não satisfação, pela entidade empregadora, das exigências de melhoria de condições de trabalho e de um aumento salarial imediato na ordem de 200 por cento.

O caderno contempla também o pagamento do décimo quarto salário (base) e a promoção dos trabalhadores em três categorias simultaneamente.

8.17 Água de cor castanha jorra nas torneiras de Ondjiva

Jornal de Angola

19 De Abril de 2019

Texto: Adelaide Muallimusi

A qualidade da água que está a jorrar nas torneiras na cidade Ondjiva, há mais de um mês, está a causar muitos questionamentos por parte dos consumidores, devido à coloração castanha que apresenta.

Efigénia Tânia, doméstica, moradora do bairro Castilhos, arredores da cidade de Ondjiva, disse que a qualidade da água que chega à sua casa é duvidosa. “Acredito que esta água está na origem das constantes dores de barriga que têm assolado todos os membros da minha família nos últimos dias”, sublinhou.

“Esta água”, prosseguiu Efigénia Tânia, “não é potável, está turva e visivelmente castanha. Quando metemos o líquido num recipiente transparente, horas depois, verificamos um pequeno acúmulo de barro no fundo, o que nos faz crer que as queixas de dores de barriga têm a ver com sujeira que a água denota.”

Fernanda Bando, moradora do bairro Pioneiro Zeca, disse que a sua família não está a consumir a água da torneira “por temer” contrair alguma doença: “temos preferido comprar água mineral, apesar de acarretar muitos gastos, mas não temos outra alternativa”, frisou.

8.18 Água potável chega à localidade do Tchituto

Jornal de Angola

23 De Abril de 2019

Texto: Estanislau Costa

Mais de cinco mil populares residentes no bairro Tchituto, arredores da cidade do Lubango, estão, desde a semana finda, a consumir água potável fornecida por dois novos sistemas de captação e distribuição com uma capacidade de bombear três mil metros cúbicos.

Orçados em mais de 21 milhões de kwanzas, financiados pelo Programa de Investimentos Públicos e Combate à Pobreza, os dois sistemas estão equipados com dois reservatórios metálicos de dez mil litros cada e painéis solares que geram corrente eléctrica para as bombas de sucção da água.

A construtora local Selagroup executou as obras, tendo colocado arame farpado para reforçar a segurança do imóvel, assim como evitar que o gado bovino e caprino circule na área dos novos equipamentos implantados. O administrador municipal do Lubango, Armando Vieira, que procedeu à entrega do sistema aos populares de Tchituto, aconselhou aos pais para manterem a preferência pelo consumo de água potável “por ser a melhor para o bem-estar das famílias e prevenir o contágio de certas doenças.”

“Reconhecemos o esforço de certas mães percorrerem longas distâncias para acarretar água apropriada para o consumo”, sublinhou, para descrever que o novo sistema de abastecimento de água está agora mais próximo das famílias e com uma área para as senhoras cuidarem da higiene do vestuário e não só.

Os dados atestam que até 2002 existiam apenas 250 fontanários na província. A implementação com êxito das acções já referidas culminou na construção de mais de 2.300 pontos de água equipados com bombas manuais e eléctricas, reservatórios modernos.

A água potável também já jorra nalgumas casas da periferia do Lubango fruto das duas fases do Programa de Desenvolvimento Institucional do Sector das Águas, financiado pelo Banco Mundial (EM).

Orçada em mais de dois mil milhões de kwanzas, acção contemplou cerca de 20 mil residências na cidade do Lubango.

Foram abrangidos os bairros Comandante Cowboy e Nzaji, Helder Neto, Ferrovia, Patrice Lumumba, Luta Continua, Benfica e Agostinho Neto, entre outros. A empreiteira Elecnor executou as obras, tendo instalado 140 quilómetros de condutas de distribuição com diâmetros de 63 a 400 mm.

8.19 Água rara

Jornal de Angola

23 De Abril de 2019

Texto: Osvaldo Gonçalves

A água para beber é rara. Mas, não é só por ser escassa o precioso líquido é raro até por ser diferente. Para lavar a roupa, só dá para a escura e para tomar banho, tem de ser depois de ficar muito tempo a decantar. Se na Páscoa, estamos assim, adivinha-se que pelo Natal será pior. No princípio, era uma gota de Lixívia por cada litro de água, depois eram duas e agora já são quatro.

Pelo andar da carruagem, ainda vão ser quatro gotas de água por cada litro de lixívia. O porta-voz da EPAL diz que o líquido é potável e nas redes sociais os internautas desafiam-no a ir à televisão em horário nobre e bebê-la ao vivo para toda a gente ver. Há já paciência! Aprende-se na escola que a água pura é insípida, incolor e inodora!

Falta água nas torneiras, falta electricidade nas casas e nas ruas, à noite, é só negrura. Ninguém vê nada. Ninguém ouve nada.

Dizem que é por causa das bruxas que andam por aí a pulular. Fazem-lhes companhia os larápios, que procuram deitar mão a tudo, sejam galinhas, sejam ovos de ouro cá de casa, levaram a minha mangueira azul novinha.

Ficou estendida na rua a correr água para o tanque novo. De manhã, em plena Sexta-feira Santa, lá estão duas mangueiras no lugar de uma. Foi como reagi à perda do material, pois já o meu Velho assim alertava quando algo era deixado assim à mão de semear.

Na vizinhança, ninguém viu nem ouviu o que quer que seja. Como só me restava rir, liguei ao meu compadre e lembrei-lhe do azar que lhe bateu à porta quando, há alguns anos, teve, primeiro a botija de gás e depois o fogão roubados.

Segundo me contou, as coisas aconteceram assim: de manhã cedo, quando se preparava para seguir para o trabalho, disseram-lhe que não havia café porque tinham roubado a garrafa de gás, que na casa de aluguer, ficava ligada ao fogão na cozinha construída no quintal.

Passou a recolhê-la de noite e a deixá-la ficar na sala, com os riscos que isso representava para a família, sobretudo, com crianças pequenas. Passaram-se alguns dias até que, numa manhã, descobriu que lhe tinham levado o fogão!

De tão caricato, esse episódio só pode ser comparado ao do rapaz que, tendo levado a namorada ao cinema Miramar, deixou a motorizada Simpson acorrentada a um poste de luz. Terminada a soirée, encontrou duas correntes no lugar. Foi a casa a pé buscar um serrote de cortar ferro, mas quando voltou só lá estava a roda da "turrú". Disseram-nos que aconteceu um caso idêntico no Cine Atlântico.

Às tantas, foi o mesmo. Mudou é de cinema. Era assim com as fitas dos filmes nos tempos da Edecine: primeiro rodavam no asfalto e aí permaneciam semana após semana até irem parar à periferia. Por mais insolente que fosse, Trinitá levou algum tempo até se aventurar no areal e Lena primeiro procurou o pai na zona urbana antes de bater latas no musseque.

Pois bem, roubaram-nos a mangueira nova. Alguém disse que tivemos sorte em não nos terem levado os tanques, o novo e o antigo. Foi por isso que pensamos no caso do compadre. Num dia de manhã, não há café porque alguém "vungumunou" a botija do gás. No outro, o gatuno disse: "Ai é, estão a se achar?" E pôs o fogão às costas. Bem, quer dizer, só não nos levam a cabeça porque essa, de alguma forma, está presa ao corpo.

Outro amigo quis saber a cor da dita cuja porque tal poderia indiciar o clube de futebol do larápio. Assim sendo, quem a levou não pode ser do Benfica, porque ela é azul.

8.20 MINEA está a reabilitar todos sistemas de água

Jornal de Angola
23 De Abril de 2019

O Ministério da Energia e Águas (Minea) está a trabalhar na reabilitação e expansão dos sistemas de abastecimento de água das 18 províncias, indica um programa que retrata a situação do sector citado pela Angop.

O programa, que apresenta os valores financeiros dos projectos inscritos no Orçamento Geral do Estado.

(OGE) para 2019, precisa o ponto de situação de cada projecto a nível das províncias.

Para a província do Cuando Cubango, por exemplo, prevê-se a reabilitação e expansão do sistema de abastecimento de água do Cuchi, no município com o mesmo nome, orçada em 320,6 milhões de kwanzas.

Outro projecto é a reabilitação e expansão do sistema de abastecimento de água de Calai, avaliado em 2,60 mil milhões de kwanzas.

Ainda na província do Cuando Cubango está em curso a reabilitação e expansão do sistema de abastecimento de água do Cuango, cujo orçamento ronda os 263,2 milhões.

Na província de Cabinda, está em curso a reabilitação e expansão de sistemas de abastecimento de águas da localidade de Bucu Zau, avaliado em 423,5 milhões de kwanzas.

No Bié, decorre a reabilitação e expansão do sistema de abastecimento de água do Andulo, calculado em 792,8 milhões. Está ainda em curso a reabilitação e expansão do sistema de abastecimento de água do Cuemba, na mesma província, no valor de 216,9, sendo que 9,5 milhões já foram pagos. Em termos de projectos, existe ainda a reabilitação e expansão do sistema de abastecimento de Água do Cunhinga, também no Bié, com orçamento de 18,3 milhões, dos quais nove milhões já foram pagos.

Ainda no Bié, está inscrito o projecto de reabilitação e reforço de sistema de abastecimento de Água do Cuito (2ª fase), orçado em 39,2 milhões, estando já pago 10,3 milhões.

No Bengo está em curso a reabilitação e expansão do sistema de abastecimento de água do Ambriz, no valor de 339,6 mil, a reabilitação e expansão do Sistema de Abastecimento de Água de Bula Atumba, no valor de 9,1 milhões. Na mesma província, nos Dembos, decorre a reabilitação e expansão do Sistema de abastecimento de água de Quibaxi, no valor de 557,8 milhões.

Recentemente, o ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, disse que os projectos em curso visam aumentar e melhorar a oferta de água tratada em todo o país, e garantir que a maior parte das famílias angolanas tenha acesso à água tratada, de modo a evitar doenças.

8.21 Especialistas defendem apoio social às 800 mil pessoas afectadas

Novo Jornal

26 De Abril de 2019

Texto: Ernesto Gouveia

A seca - que afecta algumas províncias na região Sul do país, desde 2012, com destaque para a província do Cunene, onde se estima que 800 mil pessoas tenham sido afectadas - pode ser solucionada com aposta na introdução de estruturas de retenção de águas, criação de projectos estruturantes de médio e longo prazo de construção de infra-estruturas de aproveitamento de águas dos rios e com apoio social às famílias afectadas. Essas soluções foram apresentadas por alguns representantes da sociedade civil ouvidos, pelo Novo Jornal. Os interlocutores são unânimes quanto às soluções para o problema. Por exemplo, pensam que as mesmas deveriam ser há muito equacionadas por não se tratar de um fenómeno novo.

Belmiro Jelembi, director da Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiental, diz não fazer sentido que o Governo actue como se estivesse diante de um facto desconhecido e nunca antes vivido.

"Curiosamente, a reacção é sempre de surpresa diante da penúria alimentar. Ao equacionar o problema da água nos municípios, há que observar, entre outros, o modelo de prestação de serviços sociais para atender as comunidades locais compostas por três a cinco agregados familiares", disse.

Jelembi alerta que, pela dimensão do problema da seca, a solução não passaria apenas pela construção de chimpacas (reservatórios de água), pois, frisou, viriam a revelar-se insuficientes.

Por sua vez, o ambientalista Vladimir Russo explica que este assunto não se resolve com medidas paliativas, uma vez que se trata de uma realidade daquela região.

"Haverá anos em que a precipitação média anual será melhor que a actual, que varia geralmente entre 500 e 600 milímetros cúbicos", disse.

O especialista realça ainda que são esperados períodos de estiagem com maior frequência. Contudo, sugere que sejam feitos investimentos em estruturas de retenção de água e regulação de caudais.

Relativamente ao número de vítimas, coordenador da Associação Construindo Comunidades, o bispo Pio wacussanga, que há longos anos acompanha a situação da fome na região Sul do país, calcula que "mais de um milhão de pessoas podem ser afectadas de forma directa".

"Há necessidade de se criar uma cesta básica para minimizar o problema da fome que afecta várias famílias naquela região", sublinhou.

8.22 EPAL

Jornal Manchete

25 De Abril de 2019

A população de Luanda consome água imprópria para consumo, há mais de um mês, designadamente, nos municípios do Cazenga, Viana e Cacucaco, sendo os mais afectados. O facto é atribuído à paralisação das actividades laborais pelos trabalhadores da EPAL, na sequência da greve que têm vindo a levar a cabo desde Março último. Mas os responsáveis da empresa minimizam o assunto, dizendo que a péssima qualidade do precioso líquido não tem nada a ver com a paralisação do trabalho, mas sim as intensas chuvas que caíram nas últimas semanas em Luanda. Atendendo o tempo já vencido, a empresa pública já deveria ultrapassar este problema, pois é a saúde dos consumidores que estão em risco.

8.23 Angola energia 2025 vai facilitar acesso as populações

Jornal economia e finanças

5 De Abril de 2019

Texto Adérito Veloso

Governo angolano, através do sector da Energia e Águas, tem vindo a empreender um significativo esforço, desde 2002, com projectos ligados a reabilitação e construção de novas infra-estruturas.

Nos últimos 17 anos, as prioridades têm sido o melhoramento da qualidade do serviço de abastecimento de água tanto nas zonas urbanas e rurais, assim como o desenvolvimento institucional do sector de modo a assegurar uma eficiente gestão na exploração dos sistemas e a continuação da criação de entidades vocacionadas para o efeito.

Segundo o Plano de Acção, que será desenvolvido até 2022, o sector eléctrico está numa fase importante de transição e de saída de um longo período marcado pelo défice de geração e por um fornecimento não fiável e com constantes "apagões". De 2015 a 2018, foram empregues para o programa "Água para Todos" 46,6 mil milhões de kwanzas, para electrificação rural 4,9 mil milhões e distribuição de energia eléctrica 461,9 mil milhões de kwanzas.

No âmbito da estratégia "Angola Energia 2025", prevê-se que 60 por cento da estimativa de 31 milhões de habitantes, equivalente a 18,6 milhões de pessoas tenham acesso à energia eléctrica.

A entrada em exploração do aldeamento de Cambambe, da central do Soyo e de Laúca, com mais de 3.5 Gigawatt (GW), constituem um reforço fundamental que permite perspectivar um fornecimento de energia mais estável.

O Governo que passar de uma taxa actual de electrificação do país de 42 por cento para 50. O projecto tem como missão aumentarem 150 por cento a capacidade actual de geração de energia, passando dos 3.334 MW para 7.500, Soos dos quais a partir de energias novas e renováveis.

Até 2022 prevê-se ligar mais de um milhão de novos clientes (200 mil por ano), ao nível de todo o território nacional com ênfase nas sedes provinciais, áreas urbanas, periurbanas e sedes municipais.

A prioridade assumida no programa de Governo é de garantir o acesso à água e levar a energia eléctrica produzida a partir do rio kwanza e do gás natural do Soyo com qualidade a pelo menos metade das famílias e empresas angolanas até 2022.

A acção urgente para o sector eléctrico destaca-se a mobilização de financiamento para permitir a conclusão da Central Hidroeléctrica de Laúca nos prazos previstos.

Electrificação das capitais

As acções a serem desenvolvidas a curto prazo a prioridade recaí para a electrificação de capitais de províncias, com realce para as intervenções recentes, ligadas ao sistema Norte ou que receberam reforços

de geração, fio Namibe, Menongue, Saurimo, Dundo, Sumbe, Uíge e Ndalatando.

Em 2018, o Plano de Acção do sector previa, para o segmento eléctrico o início do programa de conversão de avenças em pré-pago, sendo necessária a mobilização de financiamento para a instalação de mais de 1 milhão de contadores pré-pago.

Pouca Água

Apesar de abundantes recursos hídricos, Angola com quase 30 milhões de habitantes, apenas 52 por cento da população angolana têm acesso à água potável.

A região Sul, em particular na província do Cunene, em virtude da prolongada seca que se regista na região, tem um défice acentuado de falta de água potável.

O Executivo angolano assegura que o compromisso é o de garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todos até 2030.

A nível deste importante segmento, destaca-se a expansão do abastecimento de água, gestão sustentável do sector e "reabilitação/expansão dos sistemas de recolha e tratamento de águas residuais.

No actual programa 2018/2022, o Governo prevê avultados investimentos em sistemas de abastecimento de água de modo a que se chegue à taxa de cobertura de 80 por cento no meio rural e 84 no urbano.

8.24 Ganhos da paz ainda insuficientes na melhoria da vida dos cidadãos e na vertente económica

Jornal economia e finanças

5 De Abril de 2019

Texto Regina Handa

O angolano deve preservar no quotidiano a paz, conquistada a 4 de Abril de 2002, para alcançarem o desenvolvimento sustentável nos mais variados domínios e proporcionar cada vez mais melhorias nas suas condições de vida.

Ontem, Angola comemorou 17 anos de paz e reconciliação nacional. Nesta senda, o Jornal de Economia & Finanças saiu à rua para ouvir dos cidadãos o que mudou na vertente económica.

Nos anos de 2003 a 2018, segundo o empreendedor Orlando Bimbala, foram marcados por uma profunda

revolução ria economia angolana e pelo fim da guerra civil que perdurou mais de duas décadas, mas de 2014 a 2018, viu-se a economia a afundar e a vida do cidadão cada vez mais precária.

Afirmou que os recursos e os financiamentos foram mal geridos, apenas um grupo de indivíduos se beneficiou dos bens do país. "Não podem ser os mesmos grupos a terem acesso aos financiamentos e há informações que dão conta de oportunidades que o próprio Estado pode criar, porque, além de desincentivar o funcionamento das economias, é tremendamente injusto do ponto de vista social, desabafou, para quem a Constituição da República diz que o acesso às oportunidades é democrático, tem que ser facilitado para toda gente. na agricultura, pois ela é a base de desenvolvimento de um país.

Ressaltou que o processo de diversificação da actividade económica e a dinamização da produção nacional são questões que devem estar na agenda como prioritárias, por serem determinantes para o futuro risonho do país.

O arquitecto Feliciano Menezes disse que no campo económico, sobretudo a gestão macroeconómica, tem sido conduzida com a devida atenção, para se garantir o cumprimento dos indicadores estabelecidos no Orçamento Geral do Estado.

No que diz respeito à Saúde e Educação, que são sectores chaves para o bem-estar de uma população, continuam precários.

"O Estado tem que olhar mais para estes sectores, porque antes, a desculpa era que o país encontrava-se em guerra, mas passados 17 anos de paz é uma vergonha ver o que se assiste nos nossos hospitais", disse.

O funcionário público, Luís Nicolau afirmou que não se pode continuar a dar oportunidades a um grupo de pessoas ligadas ao poder político. "É importante que o sector público crie as condições necessárias para que o investimento privado flua e para que as iniciativas empresariais nacionais resultem na geração de rendimentos, mas para que isto aconteça tem que se ultrapassar o problema da burocracia e da corrupção.

O sector energético é uma componente fundamental para o sistema produtivo nacional. Reconhece-se que avultados investimentos têm sido feitos. Porém, é na distribuição e na disponibilidade para a indústria onde reside o maior problema, e sem indústrias não há progresso económico. Neste aspecto, o contabilista Garcia Alfredo é de opinião que a paz é boa, uma vez que fortifica o espírito dos cidadãos. Aponta como

grande problema a situação económica que ainda é precária. "há estabilidade política, mas não há estabilidade social".

Ele diz considera que o povo está a sofrer, pois há áreas ainda muito precárias, visto que lá não existe a produção nacional porque as vias estão deterioradas. os sectores da Saúde e Educação não houve melhorias, o Estado deve criar políticas para incentivar a produção familiar que é a base", disse.

O funcionário público José Manaças afirmou que o "calar das armas" foi a principal conquista, porque para se pensar em progresso, tem que se avaliar primeiramente em manter a nossa existência. Isso só é possível sem guerra. Só depois poderemos falar no que a economia angolana atingiu com o final da guerra, que fez com que muitos angolanos pudessem sair da situação de indigência em que se encontravam".

Mesmo não havendo pesquisas que o atestem com dados preciosos, ele arrisca em afirmar que nos últimos anos boa parte dos angolanos viu aumentar grandemente o seu volume de rendimento, e a esperança de vida aumentou de 40 para 51 anos

8.25 Cidades do litoral reforçadas com meios de recolha de lixo

Jornal de Angola

1 De Abril de 2019

Texto António Gonçalves

As cidades de Benguela, Baía Farta, Catumbela e Lobito contam com mais equipamentos para a recolha de resíduos sólidos, entregues pelo Governo Provincial às administrações municipais.

Em cerimónia orientada pelo governador Rui Falcão, foram entregues dois camiões compactadores e um basculante' três tractores, 100 contentores metálicos, 25 plásticos e 30 barcas igualmente metálicas, num investimento avaliado em 241 milhões de kwanzas.

De acordo como vice-governador de Benguela para a Área Técnica e Infra-estruturas, Leopoldo Muhongo, a entrega dos meios visa melhorar o Para Leopoldo Muhongo, os meios entregues vão ajudar a mitigar os problemas com que ainda se debatem as cidades do litoral da província, aos quais se associarão iniciativas das próprias administrações municipais, "que cornos seus recursos também vão continuar a proceder a aquisição de meios, para que possam ter uma prestação melhor".

"E um esforço que tem que ser continuado. Há a necessidade de, com as próprias administrações, continuarmos a buscar soluções que permitam com menos fazer muito mais do que se fazia anteriormente", esclareceu o governo

Os meios vão ajudar na melhoria do saneamento basicamente. que lembrou tratar - se de uma ocupação outrora atribuída a prestadores de serviço, mas que actualmente está a ser transferida para as administrações municipais, que estão a ser dotadas de capacidade para o efeito. O governante, que reconhece haver um défice de pessoal para o manuseamento dos meios e para os trabalhos de limpeza, bem como de estivadores para o carregamento dos resíduos sólidos, considera tratar-se de um exercício que tem que continuar na perspectiva de se ir dando mais competências e capacidades às administrações municipais.

O facto de nas quatro cidades do litoral se concentrar a maior parte da população da província de Benguela, haver mais empresas e consequentemente maior produção, constituiu a justificação dada à continuada atenção que está a ser prestada, enquanto os municípios do interior constituem prioridade do governo para os próximos tempos, tendo em atenção ao facto dos equipamentos para esses locais necessitarem de ser ajustados as suas necessidades, concluiu o vice-governador de Benguela.

8.26 A minha rua e "a mega drenagem"

Jornal: novo jornal
3 De Abril de 2019

Há 7 anos, escrevi um "papel" sobre "a minha rua", afinal são duas: a casa onde resido está na esquina. Essa crónica foi o desabafo sobre o destapamento de uma fossa colectora cujas consequências foram a cratera que se foi criando com o movimento contínuo de viaturas e o fedor das pútridas águas que dali extravasavam e a irregularidade do piso asfáltico que ainda se mantém.

Mas qual o motivo que me leva, hoje e aqui, a escrever sobre "a minha rua"? Trata-se de um fenómeno que desde há algum tempo vem ocorrendo aqui no nosso bairro: camiões cisterna (um deles com a sugestiva inscrição "Chupadinha da Ilha") carregados de dejectos humanos, de merda prosaicamente falando, que tiram das fossas de restaurantes da Ilha de Luanda para o verterem nas condutas colectoras da nossa área; o fedor que paira no ar tem sido tanto que alguém no "D'Agosto" mandou soldar as tampas das condutas procurando

assim parar a operação do vazamento; foi em vão: os "operativos" dos "chupadinhos" dessoldaram as tampas e continua tudo como antes.

Será que os mandantes dessa operação a decidiram antecipando-se ao desígnio-objectivo do jovem e novo Governador da nossa Capital que, aquando do seu ernpossamento, apresentou a "Mega-Drenagem" como uma das suas prioridades para resolver os inúmeros e aparentemente insolúveis problemas de saneamento básico da cidade? Pode bem que o seja. Mas, lá para trás no tempo, foram feitos em alguns bairros da nossa urbe canais e valas de escoamento e drenagem de águas fluviais e de outras residuais; e o que tem sido feito dessas obras, verdadeiras "macro-drenagem"?

Depósitos de lixo de toda a ordem e quantas vezes de latrina para os residentes próximos e também para transeuntes cujos esfíncteres apelam a premente evacuação. E o famoso "rio seco" que drena as águas sujas dos bairros Alvalade e Maianga é já um rio "caudaloso".

Mas na minha rua, outrora limpa, organizada, tranquila e onde os nossos miúdos ocupavam os momentos livres jogando futebol ou basquetebol com "redes" improvisadas, no que ainda havia de espaços livres; onde os antigos estudantes de Coimbra tinham a sua Associação, transformada depois na sede do Clube 1º de Agosto, em cujo recinto alguns dirigentes e ex-combatentes entre os quais, os na altura jovens (Zedu, Kabulo, Kito, Kasesa e outros) jogavam futebol de salão. Isso foi nos tempos do "kaparandanda", ou seja, há mais de 40 anos; hoje, o meu bairro, a Maianga, está completamente descaracterizado: como já o escrevi numa outra crónica, a minha rua, que é "uma alameda", está transformada em estacionamento das viaturas de funcionários de repartições circunvizinhas que, desde há já algum tempo, se instalaram nas imediações; lanchonetes aportaram ali e fazem negócio vendendo cachorro- quente e sandes várias, o que é natural não fosse o barulho que fazem ao longo da noite, até ao amanhecer, em conluio com automóveis e motorizadas com escapes rotos ou "abertos", perturbando o sono e o descanso dos moradores da vizinhança; e não aparece polícias que os admoestem ou multem!

Mas o que digo sobre a minha rua acontece certamente em milhentas outras nesta megalópole em que estamos transformados como uma das consequências da longa guerra fratricida em que nos envolvemos e de que resultou (e continua a resultar) uma paulatina "urbanização" da capital de que não nos soubemos precaver ou controlar. Dos cerca de meio milhão de habitantes em 1975, Luanda deve ter

hoje entre sete a oito milhões de cidadãos. E com muitas das estruturas encontradas na independência, no que se refere principalmente às redes de distribuição de água, de energia eléctrica, de drenagem de líquidos, esgotos, de recolha e tratamento de resíduos sólidos, foram sendo atabalhoadamente, remendadas ou substituídas; mas não acompanharam o desordenado e invasivo crescimento de uma população que, oriunda de áreas rurais, não tinha o hábito, melhor dizendo a "cultura", de viver em grandes cidades como a nossa cidade-capital que tem crescido "à toa", "ao deus dará", "sem rei nem roque".

Urbe difícil senão quase impossível de ser governada nos moldes actuais. Nestes 44 anos de independentes que somos e estamos, quantos governadores foram indigitados e nomeados para tal cargo e função? Muitos mesmo; mas poucos governaram ou estiveram nessa função por períodos de 4 anos e "desconseguraram" de cumprir o mandato, porquê? Por incompetência? Por insuficiência ou ausência de directivas de controlos e prestação de contas regulares? Pode ser que sim, como no geral, entre nós, tem sido hábito.

Essas escolhas parecem ter tido em conta, apenas ou pelo menos, o grau de militância activa, demonstrada fervorosamente, sobretudo durante as assembleias de "militantes simpatizantes e amigos" nas grandes reuniões e manifestações comiciais do partido; e mais: os governadores são quase sempre cooptados da safra partidária, de entre os membros do CC e do BPC e, tacitamente, escolhidos e votados como primeiro secretário do Comité Provincial do MPLA, pereneando-se assim a "partidarização" do Estado: governante e dirigente do partido.

Recentemente, houve mudanças de Governador em três províncias: Luanda, Kwanza-Sul e Kwanza-Norte: um deles (antes Administrador de Icolo-e-Bengo) saiu de Luanda para o Kwanza-Norte, outro para o Kwanza-Sul, foi em tempos Governador de Luanda de triste memória, e para aqui foi nomeado o ex. Primeiro Secretário da JOTA. Dos nomeados, o único neófito nesse mister de governação é o para Luanda; os outros dois têm tarimba; mas esses que provas provadas deram, objectivadas em relatórios e outras informações, para serem de novo chamados a tão altos cargos e funções? Foram periodicamente escrutinados pela hierarquia e pelos seus governados? Se o foram, os resultados não chegaram ao conhecimento dos cidadãos.

Tenho andado por esta nossa enorme cidade, vasta, extensa, sobre povoada. E fico sempre embaçado com o seu tamanho, a sua cosmopolita paisagem humana, o contraste entre a cidade do asfalto (dos

prédios de vinte ou mais pisos sem espaços verdes nem jardins, o trânsito caótico) e os arredores (a periferia, o chamado musseque) onde o casario se apresenta, na sua maioria, desordenado e miserável, sujo, em que o saneamento básico deixa muito a desejar ou não existe de todo, com lixo acumulado e disperso por tudo que é canto, pior ainda se e quando chove. Comercialmente, e por quase todo o lado, os distritos urbanos encontram-se anarquicamente povoados de supermercados e "shoppings", lojas, lojecas, restaurantes, cantinas, lanchonetes, e outros quejandos, muitos deles de nível e qualidade mais que duvidosos; sem esquecer as mamãs e "quitadeiras/zungueiras" contra quem se vem combatendo agressivamente, com um "resgate" já antes tentado e sem sucesso pois elas batem-se, lutam corajosa e abnegadamente, pela sobrevivência das famílias cujos chefes não têm emprego. Será que o ordenamento preconizado é o melhor? E, perante tudo isso e muito mais, compreende-se o corrupio de governadores ao longo dos anos desde que somos independentes, e o pouco tempo que foram mantidos no posto (com excepção do Governador Aníbal Rocha que cumpriu um mandato completo). Conseguirá o recém-nomeado governador para Luanda cumprir o tempo de mandato? Oxalá. Mas que vá de mansinho e evite "entrar de leão" para não "sair de sendeiro" como sucedeu a um seu antecessor, conhecido como "o peito alto".

Estamos aqui, nós os cidadãos, para ajudar o novo governador de Luanda no que for preciso e estiver ao nosso alcance, inclusive o de o elogiar e criticar quando for "caso disso. Que o novo edil siga, pois, em frente com as "mega drenagens", pequenas ou médias, que constituem uma pequena parte das inúmeras e hercúleas tarefas que o esperam e que "deitaram abaixo" os que o antecederam.

8.27 Seis mil toneladas de lixo por dia

Jornal. Novo jornal

3 De Abril de 2019

Texto: Hélder Caculo

O Relatório Económico e Social de Angola, produzido pela Universidade Católica (UCAN), referente a 2016, apontavam que anualmente o país produzia 3,5 milhões de toneladas de lixo. Deste número, 1,3 milhão é produzido em Luanda, com uma taxa diária de 6 mil toneladas, sendo que cada cidadão produz, em média, 0,65 kg diariamente.

Actualmente, a taxa de lixo em Luanda para os agregados familiares está fixada em 2.500 Kz para a zona urbana e 1.500 Kz para as áreas suburbanas, O

GPL arrecada, em média, 100 milhões Kz por mês. Entretanto, Governo gasta 70 vezes mais com pagamento às operadoras de limpeza (7 mil milhões) no mesmo período, uma realidade que pode ser corrigida com o Novo Modelo de Recolha de Lixo, que prevê a participação, «em grande», das empresas privadas, porém ainda não sem data para a sua implementação.

8.28 GPL coloca novo modelo de limpeza em «stand-by»

Jornal. Novo jornal

3 De Abril de 2019

Texto: Hélder Caculo

A implementação do Novo Modelo de Limpeza Pública e Gestão de Resíduos Sólidos para a capital do país - cujo início estava previsto para o primeiro trimestre deste ano (Janeiro a Março) - foi adiada, por decisão do governador provincial de Luanda.

Ponte do GPL revelou ao Novo Jornal que o atraso verificado na implementação do referido programa (aprovado quando ainda era governador Adriano

Mendes de Carvalho), que vem substituir o actual Plano de Limpeza urbano de Luanda, em vigor desde 2016, se deve às recentes mudanças que se verificam no Palácio da Mutamba com a entrada de Sérgio Luther Rescova.

Ouvido pelo NJ, o porta-voz do GPL, Sebastião José, explicou que por enquanto "as prioridades do governo de Luanda estão voltadas para as consequências das chuvas, que já vitimaram mortalmente muitos cidadãos e desalojaram centenas de famílias".

Sem avançar datas para a entrada em vigor do Novo Modelo de Limpeza Pública e Gestão de Resíduos sólidos, Sebastião José garantiu um pronunciamento do GPL nos próximos tempos a respeito.

Entre as novidades do novo modelo está a recolha à porta em horários preestabelecidos, a repartição das responsabilidades entre o Estado, operadoras e utentes e a diferenciação do serviço de limpeza em função da caracterização urbana de cada município.

Reduzir significativamente a participação do Estado nos encargos financeiros com limpeza pública é outro propósito que justificou a criação do novo modelo.

cálculos deste semanário, já publicados em edições anteriores, estimam que a implementação do novo modelo de recolha de lixo poderá reduzir pela metade o custo mensal do sistema de resíduos, actualmente avaliado em 30 milhões de dólares (cerca de 9,2 mil milhões de kwanzas).

De acordo com o plano estratégico definido pelo GPL consultado pelo NJ, o novo modelo vai adoptar dois sistemas de financiamento para os custos com o lixo: o sistema público, correspondente a 70% do volume total de resíduos produzidos. na capital e que será financiado pelo Estado, uma medida que visa à recolha dos resíduos produzidos pelos utentes domésticos; o sistema por contratação directa, que responderá por outros 30% do total dos resíduos e será da responsabilidade das grandes superfícies comerciais, mercados, parques industriais, portos, aeroportos e de produtores de eventos.

8.29 Aterro sanitário Em fase conclusiva

Jornal de Angola

07 De Abril de 2019

As obras do aterro sanitário na cidade do Huambo, no Planalto Central, estão na fase final, mas o estado degradado da via de acesso ao local apresenta-se como obstáculo ao seu funcionamento.

A informação foi prestada na abertura do Conselho provincial de Auscultação Comunidade, pela chefe do Departamento do Gabinete Provincial do Ambiente, Gestão de Resíduos e Serviços Comunitários, Vânia Vaz

Segundo a responsável, os trabalhos de construção do aterro sanitário, localizado a 20 quilómetros do centro da cidade, estão a decorrer lentamente devido ao mau estado da estrada por onde passam os camiões que transportam os materiais de construção.

Vânia Vaz apresentou ao evento uma proposta para que as despesas do lixo sejam com- participadas com os habitantes da cidade, avançando que cada morador do casco urbano poderia pagar uma taxa no valor de 300 kwanzas os das zonas suburbanas 150,00 Kz.

8.30 «Coloco sacos para pagar as minhas propinas»

Novo Jornal

12 De Abril de 2019

Texto: Álvaro Victória

Naumi, de apenas 13 anos, é uma adolescente que partilha com outros jovens o concorrido «mercado» de colocação de sacos pretos nas pernas de quem pretende fazer a travessia de acesso ao mercado do Kikolo.

Ao contrário do aluguer das botas, «negócio do saco» é mais económico (custa 100 kwanzas), porém menos seguro. "Com tanta água e lixo, o saco quase sempre fura. Mas gastar 200 kwanzas nas botas fica muito difícil para mim", queixa-se Domingos, usuário dos meios, sempre que recorre ao mercado do Kikolo.

Naumi diz ser a primeira vez que se envolve no «negócio» e teve o aval dos pais.

"Hoje mesmo não fui à escola porque devo as propinas. Por isso, com o consentimento dos meus pais, coloco sacos para pagar as minhas propinas da escola", informa, com simpatia, a aluna da 4.^a classe, moradora do bairro Kikolo.

Sacos pretos e fitas-cola são os materiais de trabalho de Naumi «colegas». Diariamente, os que operam neste segmento de «negócio das chuvas» chegam a acumular rendimentos entre os 1000 e os 1500 Kz.

"Não ganhamos tanto assim. Cobramos 100 kwanzas para a colocação de um par de sacos. Em cada embalagem, que contém 50 sacos, e que compramos a 100 kwanzas, pode 'sair' uns 1500 ou 2000 Kz de lucro. Há também custos com as fitas-colas. É um dinheiro que dá para comprar comida e cobrir pequenas despesas", informa Severino, de 15 anos, oriundo de Benguela, e que opera no mercado dos Kwanzas, município do Cazenga.

8.31 Desabafo «Este dinheiro é uma miséria para tanto esforço e risco»

Novo Jornal

12 De Abril 2019

Texto: Álvaro Victória

São vários os segmentos que operam no «negócio das chuvas». No mercado do Kikolo, há jovens que se submetem às águas sujas e ao acumulado de lixo para facilitar a travessia de acesso ao mercado a várias pessoas.

Ismael ostenta um corpo forte, altura média. De calções e pernas descobertas, o jovem confessa à reportagem do NJ que convive largas horas em contacto directo com águas sujas e muito lixo.

"Como não podemos roubar, vamos sobrevivendo disso [levar pessoas às costas para a travessia]. Este dinheiro é uma miséria para tanto esforço e risco", lamenta Ismael.

Admite que conhece os riscos do trabalho, mas diz que o corpo já se acostumou com o contacto permanente com o lixo. "Chega uma altura em que o nosso corpo já não teme bactérias. Fazemos esta travessia todos os dias em épocas de chuva, e, graças a Deus, estamos saudáveis", desafia, sorridente, o pai de dois filhos.

Ao contrário de Ismael, outros poucos jovens que operam no referido segmento de «negócio das chuvas» negaram-se a prestar declarações ao NJ, alegando tratar-se de "um trabalho de vergonha".

«Fugimos de algumas pessoas corpulentas»

Ismael desconhece quanto pesa. Mas sabe que já carregou nas costas pessoas com um peso maior que o seu. Confessa que houve vezes que desistiu de carregar pessoas corpulentas, não obstante a tentação da oferta.

"Também escolhemos pessoas para levar. Fazemos por travessia 50 kwanzas, mas há quem, por simpatia, dê 100 kwanzas. Mas tudo tem limites. Por exemplo, normalmente nós fugimos de algumas pessoas corpulentas", observa.

"Nem todo o mundo gosta de botas ou sacos. Alguns fogem por causa do calor e da possibilidade de contraírem doenças da pele, e, então, recorrem aos nossos serviços. Já várias vezes pessoas corpulentas nos aliciaram com um bom valor, mas negámos. Não podemos destruir as costelas por causa do dinheiro", declara, com ares de convicção, Ismael.

Uma limpeza que custa 100 Kz Há mais «agentes» a operarem no «negócio das chuvas». Entre tanto lamaçal nos acessos aos mercados do Kikolo e dos Kwanzas, há quem precise de uma limpeza no fim da jornada.

Josefina, de 30 anos, troca de negócio sempre que chega a época chuvosa. A mãe de quatro filhos é uma das ocupantes de um longo passeio que dá acesso ao mercado, fazendo serviços de lavagem das pernas e de calçados.

"Tanto as botas como os sacos sujam as pernas, por isso as pessoas depois lavam as pernas ou os

calçados. Cobramos apenas 100 kwanzas por lavagem", informa.

Josefina assume que torce pela regularidade da chuva. "Precisamos das chuvas para levar algum dinheiro para a casa. Por dia, podemos conseguir cerca de 2000 a 4000 mil kwanzas. Mas se tirarmos os valores gastos na água, no detergente e na esponja, não sobra grande coisa. Isso é um negócio de sobrevivência", sublinha, com uma voz fraca.

8.32 Um «ganha-pão» que emerge dos estragos das chuvas

Novo Jornal

12 De Abril de 2019

Texto: Álvaro Victória

Da janela de madeira de uma casa sitiada de águas das chuvas, Paulo Kissoko, jovem morador do bairro Chendovava, distrito do Kikolo, município de Cacuo, olha, com preocupação, as nuvens cinzentas que prognosticam estar a caminho mais cargas pluviométricas.

A apreensão visível no rosto de Kissoko é transversal a milhares de luandenses que olham para as chuvas como um fenómeno ameaçador, arrasador, fértil na produção de casos de desabamentos, trânsito caótico, travessia condicionada, doenças e mortes.

Porém, há quem, ainda em Luanda, saúde a chegada da época chuvosa. Entretanto, não são apenas os agricultores que assim procedem. A menos de um quilómetro da sitiada casa de Kissoko, está dona Morassa, que não esconde a euforia de vislumbrar os sinais de chuva que as nuvens cinzentas e o vento forte emitiam na manhã de terça-feira, 09.

"Não me 'amarrem' [sentido de travar] a chuva", atira, em voz alta e ar de simpatia, dona Morassa, de pele escura, voz grossa e corpo forte. Está sentada sobre uma banheira suja carregada de botas, num dos mais frenéticos passeios que dão acesso ao mercado do Kikolo.

É aí onde a dona Morassa e centenas de «colegas» encontram o sustento das suas famílias. O «negócio» é instantâneo, vive das cargas pluviométricas. É um sentido de oportunidade imposto pelas condições degradantes que apresentam os acessos ao mercado.

A escassos metros, é visível uma extensa zona com águas sujas - de cor escura - e muito lixo a emergir. O cenário espelha um problema de saúde pública, um atentado ao meio ambiente. Aliás, no corredor, estão

várias bancadas, com diversos produtos à venda, inclusivamente bens alimentares.

A travessia é feita de forma muito apertada, o que impõe um compasso lento. Há uma multidão a fazer o vaivém. São estas pessoas a clientela de Morassa e centenas de jovens e senhoras que facilitam a travessia naquele cenário de grave condição higiénica.

Morassa faz aluguer de botas a quem queira, de forma mais ou menos segura, atravessar a zona e chegar propriamente ao gigante mercado, repartido entre zona a céu aberto e um vasto compartimento já coberto.

. O aluguer das botas, que cobrem e protegem as pernas da água suja e do imenso lixo, custa 200 kwanzas. Mas há alternativas mais económicas para quem

queira proteger-se da acentuada degradação higiénica que a travessia apresenta.

No mesmo momento que anuncia aos transeuntes os seus serviços, Morassa conta à reportagem do NJ que o «negócio» serve de sustento para a família, particularmente para os seus quatro filhos, que percorrem a idade escolar.

"Quando chove muito, conseguimos 'facturar' cerca de 7 mil kwanzas diariamente", informa, numa altura em que coloca um saco de plástico nos pés de um cliente, antes de este calçar as botas.

"É muita gente que usa estas botas. Então, é necessário proteger as pessoas de doenças da pele", explica Morassa, após receber de um antigo cliente 150 Kz.

"Nem sempre cobramos 200 kwanzas. Isso é como tudo. É um negócio, meu irmão. Há também 'batimento' [redução do preço por meio do diálogo], sobretudo para os nossos habituais clientes", esclarece a cidadã de 41 anos.

Com risco de perdas

Isabel partilha o mesmo espaço e «negócio» com Morassa. De 33 anos, Isabel sustenta, na época chuvosa, os seus quatro filhos através do aluguer de botas.

Isabel descreve o «negócio» como "arriscado", porquanto, várias vezes, foram vítimas de infidelidade por parte de clientes que se apoderaram das botas.

"Este é um negócio arriscado, colocamos as botas e ficamos com os calçados das pessoas. Nem sempre elas voltam. Muitas vezes, vão de vez. E, nestes casos,

deixam-nos sempre calçados em péssimas condições", lamenta Isabel, informando que a caixa de botas, contendo doze pares, custa 15 mil kwanzas.

8.33 Nenhum trabalhador ficou sem receber salário

Jornal novo jornal
18 de Abril

A direcção da empresa Kiaxi Waste afirma que, "felizmente, nenhum trabalhador ficou sem receber salário".

Ao Novo Jornal, Cesaltina Pedro, PCA da Kiaxi Waste, informou que o processo está em análise no Tribunal Supremo, depois de a sua instituição ter recorrido da sentença do TPL a favor dos trabalhadores.

"Os documentos foram todos entregues, os justificativos [dos pagamentos dos salários] foram todos entregues [ao Tribunal Supremo]. As pessoas, às vezes, querem ser um pouco oportunistas, mas os documentos foram todos entregues ao juiz, foi ao Tribunal Supremo. Estamos à espera da resposta", referiu.

Cesaltina Pedro foi quem informou ao NJ que, devido ao incumprimento do Estado quanto ao pagamento às operadoras de limpeza, a direcção viu-se forçada a encerrar as portas da empresa.

"A Kiaxi Waste já não funciona, já fechou há muitos anos, porque não havia condições. O governo não tinha condições de pagar, para quê estar a trabalhar com dívidas, não vale a pena", observou.

"Nós sempre dialogámos com os trabalhadores. De um dia para o outro, acharam que não deveriam trabalhar, mesmo sabendo que o Governo da Província tinha, na altura, seis ou oito meses de salários em atraso. Mostrámos [os papéis], não quiseram considerar. Pararam, [o que] prejudicou a empresa", lembrou Cesaltina Pedro, remetendo o assunto ao advogado, para mais esclarecimentos.

O NJ tentou, sem sucesso, por telefone, ouvir o advogado da Kiaxi Waste.

8.34 O saque e os abusos do PCA da ELISAL

Jornal Manchete
25 De Abril de 2018
Texto Moreira Mário

O presidente do conselho de administração da Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda (ELISAL), Manuel Caterça, é acusado de pilhagem, desvios de equipamentos e abuso de poder, contra os trabalhadores desta empresa pública. De igual modo, é ainda acusado de práticas de corrupção, negócios proibidos, nepotismo e tráfico de influência.

No cargo de PCA da ELISAL desde Junho de 2017, Manuel Caterça substituiu Pedro Samuel John Júnior, que foi nomeado para o cargo de vice-governador para as infra-estruturas da província do Cuanza Norte.

Assim, fazem igualmente parte do actual conselho de administração, Raimundo Lobato Pires, administrador para área de finanças, Garcia Alberto de Almeida, administrador executivo para área de operações, José Manuel Marta, administrador para área de engenharia e máquinas, Ana Maria Bento Jeremias, administradora para área de fiscalização e ambiente.

Sem demora, tão logo Manuel Caterça assumiu o conselho de administração, fez a aquisição de mais de uma dezena de viaturas de luxo para o seu elenco, com o dinheiro deixado na empresa pela anterior direcção. Embora as nossas fontes não adiantam o montante que foi gasto com a compra dos veículos, alegam que, provavelmente, dava para cobrir despesas salariais dos trabalhadores, num período máximo de cinco a seis meses.

De entre as viaturas adquiridas destacam-se cinco lexus, carros que deram muito que falar em 2017, quando o Governo tencionava gastar mais de 77 milhões de dólares na compra destas viaturas, para oferecer aos deputados da Assembleia Nacional. Justamente nessa altura, Manuel Caterça gastava mais de 20 milhões de kwanzas em cada carro, para os membros do seu conselho de administração.

No entanto, nesta senda de ofertas, comprou também um Toyota Prado, que ofereceu à directora de gabinete, chamada Jandira. Actualmente a mesma já não trabalha na ELISAL e levou consigo a viatura. Adquiriu um Kia Sportage para a sua secretária, de nome Tatiana, e ainda seis carrinhas Toyota Hilux, sendo que uma ficou na posse do próprio PCA, outra com o administrador Lobato Pires e outra ainda com o administrador José Manuel Marta, enquanto as restantes Venão chegaram a entrar na empresa, desconhecendo-se o paradeiro das mesmas. Estas viaturas, segundo as nossas fontes, serviriam para trabalhos de supervisão na empresa. Outro caso gritante, o PCA fez abate de mais de 80 veículos alegadamente em estado obsoleto, tais como turismos, camiões basculantes, autocarros, tractores, máquinas escavadoras, entre outros, tendo posteriormente levado para a Barra do Dande, província do Bengo. O trabalho teve o conluio do conselho fiscal da ELISAL, que acompanhou a transportação do equipamento para aquela região, onde supostamente, foi vendido a uma empresa vocacionada ao negócio de transformação de aço.

Na mesma esteira, foram desviadas várias viaturas em estados operacionais, algumas se encontram em parte incerta e outras em mãos de particulares. Foi, então, que a 17 de Janeiro de 2018, três membros da comissão sindical foram presos, por denunciarem o caso junto do departamento de furtos e roubos do Serviço de Investigação Criminal (SIC) da Divisão Municipal de Viana, da Polícia Nacional, chefiada pelo superintendente-chefe Francisco Baptista "Notícia".

Os queixosos terão localizado no município de Viana uma das viaturas compactadora que, ao que disseram, passou a ser carrinha às mãos de um particular. O comandante "Notícia" ligou para Manuel Caterça, dando a conhecer sobre o sucedido, e este o mandou prender os sindicalistas. "Isso significa que a justiça em Angola continua uma autêntica baixaria. Mesmo depois de termos alertado o governador de Luanda, na altura, Adriano Mendes de Carvalho, mas nada fez sobre o caso!: lamentaram, denunciando, de igual modo, o desvio de um outro camião basculante de marca Dong-Feng e que foi localizado no Cazenga, a realizar trabalhos de sucção, a mando de um alto funcionário da ELISAL, cujo nome não revelaram.

SALÁRIOS DOS TRABALHADORES NO NEGÓCIO

Desde que o actual conselho de administração tomou posse, a vida na ELISAL já não é a mesma, afirmam as fontes deste jornal, acusando que Manuel Caterça, coadjuvado pelo administrador para área de finanças, Lobato Pires, passou a fazer negócios ilícitos com o

salário dos trabalhadores, por intermédio de um convénio com o banco BIC.

Trata-se, porém, de um esquema que permite uma margem de lucro aos seus intervenientes. Fruto deste negócio ilícito, os salários na ELISAL não são pagos a tempo e hora. Todavia, os trabalhadores lutaram para que os seus ordenados fossem pagos no banco BPC, onde, alegadamente, é feito nos dias úteis, mas foi em vão, porque surgiram divergências no seio dos membros de direcção da comissão sindical, o que levou a anulação da organização por força da direcção da empresa.

E não é tudo. Os membros do conselho de administração são denunciados de auferir salários avultados, tendo os nossos interlocutores destacado o caso da secretaria do PCA, dona Tatiana, que ganha cerca de 400 mil kwanzas. Segundo consultas do Manchete sobre a nova tabela salarial na função pública, em condições normais, este valor é auferido por funcionários com cargo de chefia. Assim sendo, a direcção da ELISAL viola o princípio legal que estabelece os salários da função pública de acordo às categorias.

SUBORNO À COMISSÃO SINDICAL

Este organismo tem como secretário-geral, Ventura Luciano. O mesmo é suspeito de ter recebido subornos em valores monetários da direcção da empresa em troca de uma viagem a Índia, onde alegadamente se encontra a fazer uma formação. As nossas fontes duvidam que o mesmo tenha ido a uma formação, visto que neste momento não existe um plano de formação na ELISAL.

"Na verdade, trata-se de aliciamento, porque muito antes de o Ventura viajar, fomos informados que a direcção está a agradecer com dinheiro aos membros da comissão sindical, por impedirem os trabalhadores de exigirem a transição dos seus salários para o banco BPC", declararam.

Outra questão tem a ver com verbas que a ELISAL recebe, trimestralmente, do Governo Provincial de Luanda, presumivelmente um total de 24 bilhões de kwanzas. Este valor é usado em pagamentos ilegais de empresas fantasmas, como são os casos da Digitex e da Texlai. Os interlocutores que atribuem a propriedade de umas das empresas ao general Higinio Carneiro, explicam que as mesmas prestam serviço de recolha de resíduos passivos, em algumas artérias da capital, e não reúnem mais de cinco camiões basculantes, e o contrato firmado com a ELISAL é quase o total do salário dos seus trabalhadores, que ronda acima dos 300 milhões de kwanzas.

A ELISAL tem ainda contratos com o restaurante Lumier e a Organização Escolha Certa. A Lumier, por sua vez, funciona dentro da base central da ELISAL e transformou o seu refeitório em restaurante. Entretanto, as duas empresas fornecem sopa para os trabalhadores, mas estes garantem que não recebem mais de 40 pratos diários, o que não justifica cabalmente os pagamentos avaliados em 12 milhões kwanzas, mensalmente, pela empresa pública.

Manuel Caterça e Lobato Pires são os que mandam no conselho de administração, ao ponto de usurparem as competências dos outros administradores. Recentemente, os dois aliados afastaram os administradores José Manuel Marta e Garcia de Almeida dos negócios que tinham em comum, e daí partiram os desentendimentos entre eles.

Só para ter noção das desavenças agora existente entre eles, numa carta escrita por Garcia de Almeida, datada de 10 de Dezembro de 2018 que o Manchete teve acesso, o mesmo contesta o comportamento do PCA Manuel Caterça. Ao que consta, Garcia de Almeida enquanto iria gozar férias, delegou competências ao administrador de planeamento e estatística, Armando Gouveia, sob supervisão do administrador José Manuel Marta, mas o acto de delegação de competências foi anulado pelo PCA, não se sabendo porque razão, facto que levou o descontentamento por parte do autor da missiva.

CHAMOU DE "LIAMBEIROS" AOS TRABALHADORES

O chefe não pára por aqui com a sua arrogância desmedida e abuso de poder. Segundo um áudio na posse deste semanário, pode ouvir-se a voz autoritária de Manuel Caterça, a ofender moralmente os trabalhadores em plena reunião, chamou -lhes de "liambeiros" e ameaçou-lhes de morte, dizendo que "os revolucionários já morreram, faz tempo.

"Que tipo de PCA tem a ELISAL, será que são lícitas palavras do género', questionaram as nossas fontes, relatando, por outro lado, que "há um braço de ferro que o visado está a criar dentro da empresa, em defesa dos seus interesses':

Em Janeiro do ano passado, por exemplo, conforme o Manchete já abordou numa das suas anteriores edições, três trabalhadores foram despedidos injustamente, acusados de serem os fomentadores da greve decorrida na empresa, nesta mesma data e ano. Trata-se de Maurício Tavares, então colocado na área de tráfico de parque, Luís João "Luís Boca',

pertencente à área de serviços gerais, e Domingos Manuel, da área de saneamento básico.

A direcção da empresa acusou-lhes, igualmente de terem queimado três viaturas, mas até hoje nunca comprovou o acto. As fontes acreditam que, o então governador de Luanda, Hino Carneiro, também teria feito pressão à direcção da ELISAL para o despedimento dos três trabalhadores.

O NEPOTISMO E OUTRAS SEVÍCIAS

Ainda em 2018, o PCA levou para o Canadá o seu sobrinho, de nome Josias, em bolsa de estudos, com pagamentos feitos pela empresa. Neste mesmo ano houve também um concurso público interno na empresa, para preenchimento de vagas na área de saúde. Este concurso embora foi realizado, mas a direcção admitiu pessoas que se julgam serem seus familiares, o que levantou suspeitas que "Caterça e pares" estarão a agir desta maneira, para criarem um monopólio familiar na ELISAL.

Ainda um outro ponto de realce, a 22 de Janeiro deste ano, o novo governador de Luanda, Sérgio Rescova, efectuou uma visita à ELISAL. O dirigente foi extensivamente enganado pelos membros do conselho de administração, com quatro viaturas compactadoras que foram adquiridas em 2006 na era do antigo governador, Job Capapinha, como se as mesmas fossem novas e operacionais, quando na verdade já não funcionam. Documentos em posse do Manchete revelam que, as viaturas em causa pertenceram à ELISAL e, posteriormente, foram vendidas à Ango-Real. Estranhamente, os mesmos meios voltaram a ser vendidos à ELISAL, por 20 milhões de kwanzas cada. É obra!

Contudo, a lista de denúncias é extensiva. As nossas fontes falam em uma grande sobre facturação na empresa e não se compreende, de facto, mesmo depois de terem feito denúncias junto dos órgãos de justiça e outras instituições de direito, Caterça continua, livremente, a fazer das suas na ELIS- AL.

A grande decepção está no GPL, segundo os interlocutores, este órgão máximo governamental dá mostras suficientes estar a par do mau ambiente que acontece na ELISAL, mas nada faz para travar a situação. Caterça realiza festas de parentes seus usando fundos da empresa, cria uma comissão disciplinar em que inclui artigos que nada tem a ver com a lei geral do trabalho, ameaça despedimentos arbitrários aos trabalhadores. "Na ELISAL, reclamar o atraso do salário é crime!" Há ainda a contratação de um expatriado de nacionalidade brasileira para área de controlo de armazém, ganhando mais de 1 milhão de kwanzas.

Em resposta ao nosso pedido de contraditório, Manuel Caterça refuta todas as acusações numa carta datada de 17 de Abril, em apenas três linhas, alegando que "não correspondem a verdade e que são puramente falsas".

8.35 Aumentam no Bengo os casos de malária

Jornal de Angola

26 De Abril de 2019

Texto: Mário Clemente

Os casos de malária na província do Bengo tendem a aumentar, tendo-se registado no primeiro trimestre do corrente ano 59.994 ocorrências, contra 48.251 de igual período do ano anterior, segundo a directora provincial da Saúde.

Victória Cambuanda, que falava no workshop sobre a malária, que abordou temas ligados aos desafios da prevenção, diagnóstico e tratamento da referida doença, acrescentou que no trimestre passado registaram-se 110 óbitos, havendo uma redução de 70, em relação a igual período do ano anterior.

O workshop teve como objectivo aprimorar os conhecimentos dos profissionais da saúde em relação à malária, com um conjunto de técnicas para melhorar o atendimento nas unidades sanitárias.

"Não estamos satisfeitos, porque o que queremos é que não hajam mais mortes por malária, por isso achamos pertinente realizar este workshop e intensificar as nossas actividades no que tange à medidas de prevenção nas comunidades", frisou.

Munir os profissionais da Saúde de informação actualizada' trabalhar com a comunidade principalmente no que toca aos meios de prevenção e à mudança de comportamento, envolvendo a Educação, igrejas, sociedade em geral, bem como reactivar a fumigação e a divulgação da informação no sentido de reduzir os casos de malária na província, constam entre as acções programa das pelo Gabinete Provincial da Saúde, segundo Victória Cambuanda.

A governadora provincial do Bengo, Mara Quiosa, avançou que as consequências da malária reflectem-se em todos os sectores, afectando a produtividade e limitando o desenvolvimento, sendo necessários enormes investimentos e recursos para combater esse problema de saúde pública.

"Estando a propagação da malária directamente ligada aos aspectos de saneamento básico e

conservação do meio, a doença pode ser evitada ou radicalmente diminuída através da educação e mobilização das pessoas, para manterem a limpeza das casas e bairros, eliminando os focos e vectores de contaminação da doença", disse a governadora.

Mara Quiosa destacou que, reduzindo a doença e os gastos que a mesma provoca, haverá mais dinheiro para construir escolas, edificar infra-estruturas para fornecer água e energia eléctrica' reabilitar e ampliar as vias de comunicação e proporcionar melhor qualidade de vida aos cidadãos.

A governadora do Bengo concluiu que para tal se deve implementar as boas práticas no dia a dia, que devem ser transmitidas de forma sistémica, em amplas campanhas com apoio de todos os meios possíveis, incluindo os órgãos de comunicação social e a Educação.

8.36 Malária mata 90 pessoas em três meses no Lubango

Jornal O PAÍS

26 De Abril de 2019

Texto: João Katombela

O director municipal da Saúde no Chipindo, Candeiro Caivala, informou que os níveis da doença no município têm crescido em função da falta de saneamento básico e não uso de mosquiteiros. É preocupante, porquanto morre uma pessoa diariamente, no município de Chipindo, por malária.

O responsável informou que de Janeiro a Abril foram registado um total de 8436 casos positivos de malária. "É praticamente um surto de malária, que estamos a viver, a ver pelos dados estatísticos. Infelizmente, diariamente uma pessoa perde a vida com malária, numa das unidades sanitárias do nosso município", disse.

Já o director clínico do Hospital Municipal do Chipindo, EgasJacob, revelou que por dia são atendidos de 200 a 250 casos de malária, com maior incidência em crianças menores de 15 anos de idade. Daquele número atendido, 15 terminam em óbitos, pelo facto de muitos dos casos chegarem em estado avançado da doença.

Por outro lado, o responsável clínico disse existirem muitas dificuldades no combate à doença, naquele município, que vão desde a falta de medicamentos até aos reagentes para os laboratórios.

O director clínico do Hospital Municipal do Chipindo disse ainda que os meses de Fevereiro e

Março foram os mais críticos, pois registaram mais casos de malária que terminaram em óbitos.

A presença de capim e água estagnada junto a algumas residências são alguns dos factores apontados por Egas Jacob como causa que contribuem para a propagação da doença através da proliferação de mosquitos.

Falta de medicamentos preocupa familiares de pacientes

A falta de medicamentos no Hospital Municipal do Chipindo está a preocupar os familiares de pacientes internados naquela unidade sanitária. Segundo contam alguns familiares ouvidos pela nossa reportagem, do Hospital Municipal só saem receitas para a aquisição dos fármacos no mercado informal.

Alberto Nhime está com a sua filha internada a uma semana e apesar de ter tido um bom atendimento médico não diz a mesma coisa quanto ao atendimento medicamentoso. "Aqui somos bem atendidos, o problema é que só passam receitas, e muitas vezes não temos dinheiro para comprar medicamentos. Como se não bastasse, aqui, no Chipindo, os medicamentos são muito caros", lamentou.

Já Alberta Tchomessa, que tem as duas filhas internadas por malária, informou que os medicamentos comprados no mercado informal, nem sempre apresentam boa qualidade. "Aqui o medicamento é mesmo comprar na praça e num preço muito alto porque aqui não tem farmácias, se tiveres sorte é que te dão medicamentos no hospital", contou.

Apesar do elevado número de mortes, o director Municipal da Saúde no Chipindo garantiu que a situação está controlada pelas autoridades sanitárias locais. A Direção Municipal da Saúde recebe mensalmente cerca de 4 milhões de Kwanzas, que no entender de Candeiro Caivala é ainda um valor irrisório para cobrir as necessidades do sector.

A rede sanitária do município é composta apenas por sete hospitais e para a transferência de pacientes graves o município do Chipindo conta com quatro ambulâncias.

O município do Chipindo acolheu o acto central das celebrações do dia dedicado ao combate da malária, na província da Huíla, assinalado ontem 25 de Abril. Para saudar a data foram distribuídas 6 mil redes mosquiteiro para a população da localidade.

9. GÉNERO E VIOLENCIA

9.1 Está demais...

Jornal O PAÍS

26 De Abril de 2019

Texto: José N. T. Nguambi

Ilustre director do jornal O PAIS, saudações. Escrevo a partir da Zango, onde vivo por força das mudanças que se operaram no centro da cidade de Luanda nos últimos anos.

Como é evidente, trabalho no centro da cidade e percorro diariamente mais de 70 quilómetros, ou seja, casa trabalho e vice-versa.

Uma questão, está demais, tem me preocupado muito todos os dias. É a criminalidade nos táxis, sobretudo a noite. Quando cai a noite e não saímos cedo do serviço, corre-se o risco de se perder o dinheiro e outros pertence.

Os meliantes, dois ou três, sobem nos táxis e no meio da viagem colocam os passageiros e recebem todas as coisas.

As vezes, o motorista também é da combina e quem oferecer resistência corre o risco de perder a vida.

No grupo dos meliantes, se um não for com o comportamento dos assaltados, pode normalmente pedir ao motorista para alterar a rota. Isso tem preocupado muitas famílias todos os dias, porque são vidas que estão em risco e muitas vezes sem saber o que fazer.

Aos poucos a Polícia Nacional vai perdendo o controlo da situação, mas peço que haja mais revista aos automobilistas.

Daqui a pouco, isto é para as altas patentes da Polícia Nacional, a situação será insustentável, por isso, enquanto é cedo é mais viável tomarem-se medidas.

Por outro lado, os transportes públicos devem ser mais funcionais, a iluminação pública também, porque as vias que dão acesso ao Zango e a outros pontos da periferia de Luanda são escuras.

E pode-se ver, a conta gotas, a presença dos agentes da Polícia Nacional, aliás, também são humanos e têm vida.

Não devem trabalhar numa zona em que as condições de trabalho sejam das piores, por isso é

importante, no meu ponto de vista, criar -se uma equipa multisectorial para se analisar o fenómeno, sem emoções.

A delinquência está demais em Luanda e penso que com políticas fiáveis pode-se dar a volta ao fenómeno sem se prejudicar A ou B.

José N. T. Nguambi. Zango, Luanda

9.2 Um crime motivado pela ânsia de justiça

Novo Jornal

26 De Abril de 2019

Texto: Álvaro Victória e Quintiliano Dos Santos.

Luanda está assolada por crimes, muitos dos quais violentos. Na ânsia por justiça, o linchamento popular passou a ser um recurso frequente, uma prática que colide com as leis vigentes no país e que demonstra um crescente descrédito nas autoridades.

Papá Marito, um jovem na casa dos 30 anos, corpo magro, altura baixa, fala com euforia e destemido sobre uma acção popular em que participou e que terminou com a morte violenta de um assaltante.

O caso remonta a poucos meses, na temida rua da Kambwensa, no interior do bairro Kikolo, em Cacuaco. Kimy, um conhecido assaltante do bairro, terá sido morto por populares a escassos metros de uma esquadra policial. Foi a sentença ditada por populares por ter arrombado uma cantina de um cidadão senegalês.

Papá Marito foi uma peça influente naquela operação popular, punível à luz do Código Penal angolano. Foi Papá Marito quem, numa coragem singular, como que suicida, enfrentou o ladrão, tendo-o rendido, mesmo este fazendo-se acompanhar de uma arma de fogo.

"Saía muito cedo de casa para o trabalho, quando ouvi um 'sené' [cidadão de nacionalidade senegalesa] a clamar por socorro. Vi o gatuno a correr, com uma arma de fogo na mão. Consegui neutralizá-lo, agarrando-o por trás. Depois, foi surra em cima do homem. Queimámo-lo com pneu, próximo mesmo da esquadra móvel da polícia, aqui no Kambwensa", relata Papá Marito, que, pelo acto, passou a ser apelidado também por «operativo».

A atitude de Papá Marito foi replicada no caso da morte, também por populares, no bairro Palanca, no

último sábado, 20, de um marginal que tentou assaltar uma kinguila que opera na zona.

Revoltado com a acção de três assaltantes que balearam a kinguila com dois tiros (um no abdómen e outro nas costas), um jovem que se encontrava no local em que ocorria o propalado assalto resolveu, desarmado, enfrentar os marginais, tendo conseguido neutralizar um dos alvos.

"Aquilo foi rápido. Eles viram a senhora com a pasta, já sabiam que era kinguila, que trocava dólares. Colocaram a senhora e exigiram que entregasse o dinheiro, mas a senhora recusou-se. Foi quando um deles abriu fogo contra ela, em plena luz do dia. Os gatunos tentaram fugir de motorizada, mas esta estava a falhar. A população reagiu, e um dos jovens conseguiu neutralizar um dos assaltantes, que foi apedrejado até à morte. O outro só escapou porque estava numa rua menos movimentada. Foi acudido pelos polícias", contou à reportagem do NJ uma testemunha do episódio de sábado, 20, no Palanca.

No local da dura sentença dada por populares, há ainda vestígios de sangue. Há pedras e uma botija - bastante visível no vídeo que circula nas redes sociais - que foi violentamente arremessada sobre a cabeça de Paty Boy, que acabou por morrer no local, tendo um dos seus companheiros escapado à fúria popular, socorrido por agentes da Polícia Nacional que estavam destacados na zona.

Palanca, Mabor e Kikolo, as zonas «endémicas»

Os bairros Palanca, Mabor e Kikolo são das localidades na capital do país que mais produzem relatos de episódios violentos de justiça feita pelas próprias mãos.

Populares ouvidos pela reportagem do Novo Jornal justificaram o recurso por uma alegada "passividade" da Polícia Nacional e pela "extrema violência" em como muitos assaltantes têm actuado.

"Eles, quando vêm para roubar, não poupam. Por isso, quando os apanhamos, não os poupamos também. São queimados ou apedrejados até à morte. Se a Polícia os trata com leviandade, soltando-os com alguma facilidade, o povo, que muito sofre com as acções destes criminosos, reage de outra maneira. Um assaltante não é uma pessoa para dar carinho", declara Afonso Bengui, morador do Palanca, que diz já ter assistido a muitos linchamentos contra marginais no bairro.

Benedito, morador do Sequele, testemunhou, nesta semana, um linchamento que, por pouco, não terminou com a morte no local de um assaltante.

"Na quarta-feira, 24, pela manhã, um jovem tentou roubar a pasta de uma senhora na Via Expressa, em Cacuaco. Descuidou-se e acabou nas mãos da população, que o agrediu violentamente. Quando a Polícia chegou, o jovem já estava debilitado. Não sei se resistiu. Mas a própria Polícia elogiou, curiosamente, a atitude da população. Penso que todo o mundo 'está passado' com os níveis de delinquência, com as pessoas que querem vida fácil", atira o estudante universitário.

9.3 Criminalidade é como as promessas: não pára de crescer

Folha 8

27 De Abril de 2019

A criminalidade em Angola registou, em 2018, um significativo aumento comparativamente ao ano anterior, com um total de 72.174 crimes, dos quais 5.199 realizados com recurso a arma de fogo, indica um relatório da Polícia Nacional.

Os dados constam do Relatório de Segurança Pública de 2018, apresentado no dia 25 de Fevereiro, em Luanda, pelo porta-voz do Comando-Geral da Polícia Nacional, Orlando Bernardo. De acordo com as estatísticas, em 2018 foram registados mais 26.301 crimes comuns comparativamente a 2017, mas uma redução relativamente aos crimes económicos, 1.825 (-545).

As províncias de Luanda, Benguela, Bié, Huíla, Huambo e Cuando Cubango lideram, entre as 18 regiões do país, as cifras criminais, representando 62% do total geral.

Da acção policial no ano passado resultou a detenção de 49.453 presumíveis autores de crimes, representando um aumento de mais 13.599 pessoas comparativamente a 2017.

O aumento da criminalidade geral incidiu essencialmente nos furtos, com 17.937 casos (+5.981) comparativamente a 2017, as ofensas corporais, com 11.762 (+3.301 do que no ano anterior), os homicídios voluntários, com 1.473 casos (+ 219), e a posse, uso e tráfico de estupefacientes, com 2.151 (+ 838).

O porta-voz do Comando-Geral da Polícia Nacional disse que o aumento de crimes por ofensas corporais preocupa as autoridades policiais devido à sua dificuldade de prevenção.

"Boa parte delas ocorrem no seio familiar, derivados do consumo exacerbado de álcool e outras substâncias psicotrópicas por parte dos cidadãos que

em convívio ou noutras actividades com pessoas próximas faz com que haja esse aumento", referiu.

Segundo Orlando Bernardo, o titular da pasta do Interior está "muito preocupado" com esta tipicidade criminal, que ficou comprovada em Dezembro do ano passado, período da quadra festiva.

O relatório indica que do total de 11.762 crimes por ofensas corporais 9.842 foram graves, tendo a maioria ocorrido em Luanda, capital de Angola, com 3.623 (+1.353), seguindo-se as províncias de Benguela, com 1.844 (+1.477), a Huíla, com 989 (+102), o Huambo, com 1.258 (+532), Cuanza Norte, com 593 (-99), Cuando Cubango, com 532 (+34) e o Bié, com 508 (-62).

"As principais motivações foram, dentre outras, as rixas/desavenças, questões passionais e crença no feiticismo, na sua maioria praticadas por pessoas conhecidas das vítimas, durante a convivência", refere a polícia no relatório, acrescentando

que 4.754 casos foram com recurso a arma branca, 3.725 por espancamento, 868 com objectos contundentes, 759 com objectos cortantes, 680 com objectos de arremesso, 448 com armas de fogo e 33 por queimadura.

O documento aponta igualmente um aumento dos crimes de violações, com um total de 1.750 casos, representando um aumento em mais 242 comparativamente a 2017, sendo as principais vítimas menores de idade, entre os dois e 17 anos, em que os autores geralmente são familiares ou pessoas próximas.

"Estes crimes ocorreram 454 (+122) na via pública e 1.296 (+120) no interior de residências, estabelecimentos comerciais e outros locais reservados, em circunstâncias que escapam à vigilância policial", lê-se no relatório.

Em 2018, a polícia registou um total de 40 raptos, um aumento de 12 casos comparativamente a 2017, com Luanda a liderar com 20 casos (+13), seguindo-se Huambo, com 11 (+6), Lunda Sul, com três, Benguela, com dois, e Zaire, Moxico, Cuanza Norte e Bié, com um caso cada.

Nesta tipicidade criminal, explica-se no relatório, os criminosos tiveram como "modus operandi" a abordagem em viaturas das vítimas, actuando em grupos de dois a quatro elementos, sob ameaças com arma de fogo, anunciando o rapto e levando a vítima de forma coerciva de um ponto para outro, privando-a de liberdade, com um pedido de resgate,

principalmente a cidadãos estrangeiros, com realce para os de nacionalidade chinesa.

Na base da criminalidade, no relatório destaca-se, entre várias causas, a cultura de violência entre jovens, "que assumem comportamentos desviantes, recorrendo a objectos cortantes e contundentes, em qualquer desentendimento entre parceiros de convívio ou mesmo contra membros da própria família, causando lesões graves ou morte em alguns casos".

9.4 Mas há uma outra espécie de Criminalidade

Folha 8

27 De Abril de 2019

Em Outubro de 2018, o director-geral do Serviço de Investigação Criminal (SIC) de Angola, Eugénio Pedro Alexandre, admitiu que os casos relacionados com crimes de natureza económica estão a aumentar no país, envolvendo ministros, ex-ministros e gestores públicos. Tudo normal, portanto.

Segundo Eugénio Pedro Alexandre, que falava à margem da 1^a Conferência Internacional sobre Fraudes e Delitos Económicos em Angola, que decorreu no Centro de Convenções de Talatona, os crimes económicos passam por peculato, branqueamento de capitais, burla por defraudação, fraude financeira, fuga ao fisco, contrabando, especulação, venda e garimpo de diamantes. Eugénio Alexandre, citado pelo órgão oficial do Governo, o Jornal de Angola, explicou que o SIC estava a investigar vários processos relacionados com crimes de peculato e branqueamento de capitais que envolvem gestores públicos, e acrescentou que nos processos que envolvem ministros e ex-ministros, que não apontou. Então não são apenas ex-ministros. Também há actuais ministros. A "coisa" prometia... se fosse séria. Ou será que, como no passado recente (os últimos 43 anos) a montanha vai parir uns ratinhos de plástico "made in China"? Segundo Eugénio Alexandre, têm sido investigados diariamente "muitos indícios de crimes económicos", cujos respectivos processos são encaminhados para o Ministério Público, alguns dos quais já julgados pelos diversos tribunais espalhados pelo país. Apesar de haver um aumento do número de processos relacionados com crimes económicos, Eugénio Alexandre afirmou que o SIC tem pessoal competente e tecnicamente preparado para lidar com os vários casos, mas defende o aumento do número de quadros para melhor se responder à pressão. O director do SIC indicou que, nos casos em que há necessidade de se localizar uma pessoa, para que

possa prestar declarações sobre um determinado crime e que este se encontre no exterior do país, a instituição e a Polícia Nacional activam a colaboração que existe com a Organização Internacional de Polícia Criminal (Interpol) para facilitar a localização do visado.

"As pessoas pensam que estão escondidas, mas temos formas de as localizar, ainda que seja nosso dever respeitar a legislação internacional, em termos de detenção e repatriamento", disse.

O director-geral do SIC considerou ainda que, apesar do papel dos distintos órgãos de regulação e fiscalização previsto na Lei do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo, aprovada em 2011, cabe às empresas adoptarem medidas de controlo interno.

Para tal, têm de promover uma "aliança em prol de um mercado mais ético e confiável", dando substância a uma estratégia de auto-regulação, que coloque em prática as normas de governança implantadas pelas empresas, desde os códigos de ética, às auditorias internas, canais de denúncia e protecção dos interesses e administração eficaz dos riscos inerentes e de prevenção do crime.

No mesmo encontro, o superintendente-chefe Cristiano Francisco, oficial superior do SIC, realçou que a apetência pelo lucro fácil "é um dos factores que faz com que muitos cidadãos optem pela prática de crimes económicos". "Alguns gestores públicos pensaram que podiam continuar a cometer crimes económicos e a viverem impunes", frisou.

9.5 Caos e crime numa coisa que é tudo menos... País

Folha 8

27 De Abril de 2019

Godinho Cristóvão, membro da Associação Justiça, paz e Democracia (AJPD, uma organização não-governamental angolana) afirmou que a falta de confiança na actuação da Justiça e da Polícia em Angola é a principal causa que está a levar a população a fazer justiça pelas próprias mãos. O que diz a tudo isto o mais alto magistrado da Nação? Nada. Não está nem aí!

Em declarações à agência Lusa, Godinho Cristóvão, director da AJPD, salientou que a corrupção e os altos índices de pobreza e de desemprego têm feito aumentar a criminalidade violenta em Angola e a "saturação" da população. Será possível que, com a estratégia (um verdadeiro

ovo de Colombo) de João Lourenço ao pôr no terreno as operações Resgate e Transparência (as duas com operacionais de elevado gabarito e armados até aos dentes). A criminalidade está a aumentar?

"Há muitos factores, como a questão da falta de confiança no sistema de justiça, o desacreditar do sistema policial implantado, a falta de acesso ao crédito bancário para muitos jovens que querem empreender, o apoio de políticas eficazes de combate à pobreza e ao desemprego. Surge o aumento da criminalidade e a saturação da população, levando-a a desencadear acções de justiça pelas próprias mãos, ato que é errado", sublinhou Godinho Cristóvão, ao comentar os linchamentos populares. O caso conhecido mais recente aconteceu sábado no Bairro Palanca, em Luanda, quando três jovens assaltaram e balearam uma vendedora de divisas ("kinguila") e que culminou com o linchamento de um deles, que acabou por morrer no local, apesar da presença da polícia que se manteve apenas como espectador. "Há muitos factores que levam a que os cidadãos percam a confiança não só na intervenção policial, mas também nos órgãos de justiça. Não são poucos os casos de criminosos que cometeram crimes muito graves, mas que acabam por ser vistos depois de detidos a circular nos bairros", referiu Godinho Cristóvão, lembrando os "excessos no uso da força" por parte de agentes, que ajudam a minar a relação com a corporação. Godinho Cristóvão assinalou também que o actual modelo de policiamento, "clássico", que depende muito das chamadas telefónicas para o número de emergência (113), "muitas vezes não funciona", pois as pessoas ligam e é frequente ninguém atender a chamada, aumentando também o sentimento de insegurança.

"A estratégia que foi montada para o sistema de policiamento faliu. E isso leva a que as pessoas sintam a necessidade de se auto-protegerem. A perda de confiança nesses órgãos está a fazer com que as pessoas reajam a essas situações", sublinhou.

Outra das razões, apontou Godinho Cristóvão, é a "grande agonia" da população face à corrupção, "que aumenta os níveis de pobreza".

"A corrupção, os desvios de fundos que deviam ser alocados para que estes órgãos de justiça e a polícia funcionassem bem. A polícia não combate, por si só, a criminalidade, mas sim as consequências dessa criminalidade. O crime é cometido, faz a instrução e mais nada", frisou.

"Não há acesso à escola, à educação, ao emprego, e muitos jovens, que deviam estar na escola ou a

trabalhar, estão na rua. O que fazem? Cometem crimes cada vez mais violentos, como os que temos vindo a ver, como assaltos concorridos com morte. Diante deste facto, as pessoas, insatisfeitas e porque há urna intervenção policial muitas vezes pontual, agem. Fazem justiça por mãos próprias", sustentou. Godinho Cristóvão salientou a necessidade de mudar o modelo de policiamento para um mais comunitário, "aquele em que o polícia é cidadão, o cidadão é polícia".

"Tem de haver estratégias montadas para o policiamento ou para o combate ao crime nas comunidades e em que a população deve participar, indicando os sítios onde podem surgir determinados crimes, como combater esse crime e onde a polícia deve intervir. Mas as forças policiais precisam de meios, de recursos e de todas as condições para que faça uma intervenção de acordo com o modelo que se exige para a nossa realidade", defendeu.

Segundo o responsável da AJPD, em termos legislativos, Angola "está muito bem, tem muito boas leis, muito bons decretos", pelo que o problema é passar da letra para o papel, "com estratégias, medidas e políticas concretas" para mitigar o problema, apostando no empreendedorismo, no auto-emprego ou no acesso ao crédito bancário. "Precisamos de estratégias muito mais concretas. Se assim não for, ficamos sempre pela boa vontade, que, por si só, não resolve o problema. É importante que existam estratégias e políticas muito concretas e práticas para que haja incentivo para o incremento do emprego e ver a situação resolvida", sublinhou.

10. AMBIENTE

10.1 Pesca marítima excessiva prejudica o ecossistema

Jornal de Angola
1 De Abril de 2019
Victória Ferreira

'controlo e respeito da época específica para a captura da escada e a sua utilização. Racionais são. as formas recomendadas para a preservação. da ecossistema, visando. a desenvolvimento sustentável, disse, em Luanda, a investigadora Ana Lavres.

Ana Lavres que falava durante uma palestra sobre a "Contribuição para o conhecimento dos peixes continentais", disse que a pesca excessiva sem controlo tem prejudicado consideravelmente a ecossistema aquática, principalmente a pescada.

Segunda a investigadora, a formação de cooperativas ajuda a comunidade piscatória a trabalhar organizadamente, respeitando. todos as pressupostas legais e apropriadas para actividade pesqueira. Justificou que desta forma, permite a controlo da horário da pesca, a tipo. de pesca e de redes a utilizar para não. Danificar a ecossistema e a própria pescada em si.

Explicou que se a pesca for efectuada principalmente em época da desova, que normalmente ocorre de Novembro a Março é prejudicial em termos de qualidade de peixes existentes num determinado rio., lago. ou lagoa.

A principal ameaça para declínio da pesca continental, segunda Francisco. Luís de Almeida, especialista em gestão. de recursos pesqueiras, é a utilização. de artes impróprias , para a actividade piscatória. ,

"A mais utilizada é a pesca partida conhecida cama mutuo, realizada com malhas' não. Recomendáveis. A consequência é a captura de peixes. Juvenis, imprópria para a consuma", disse a especialista. O abandono de artefactos de pescas junta de lagoas e ria! Continuam a matar as peixes e a utilização. de redes mosquiteiros para a captura de peixes pequeninos impróprios para pesca, são. Outras das consequências da usa de malhas não. Recomendáveis.

Para Francisca de Almeida,) a pesca continental permite reduzir a défice alimentar das: populações cama pesca de subsistência, a criação. ou a fomentada auto-emprego. "Mas, ao. Contrario da que acontece

na zona marítima, na continental não. se observa a pesca tão. excessiva.

10.2 Combate à seca envolve 200 milhões de dólares

Jornal de Angola
3 De Abril de 2019

Um pacote financeiro fixado em duzentos milhões de dólares acaba de ser aprovado pelo Presidente da República, João Manuel Gonçalves Lourenço' para solucionar problemas estruturantes ligados aos efeitos destrutivos da seca na província do Cunene.

Em despacho que assinou' o Titular do Poder Executivo ordena que os sectores correspondentes desencadeiem, de imediato, os procedimentos de contratação, por concurso público, dos serviços para a edificação de um conjunto de obras com aquele fim.

Em concreto, o Presidente da República orientou que se construa um sistema de transferência de água do rio Cunene, que partirá da localidade de Cafu até Shana, nas áreas de Cuamato e Namacunde, destinando para a obra o valor em kwanzas equivalente a 80 milhões de dólares.

Um segundo projecto será a construção de uma barragem na localidade de Calucuve e o seu canal adutor associado, num custo global de 60 milhões de dólares, correspondentes em moeda nacional. Por último, a construção de uma outra barragem e o respectivo canal adutor, na localidade de Ndue, com um custo similar de 60 milhões de dólares, equivalentes em kwanzas.

Além do concurso público para se encontrar empresas que possam edificar as obras anunciadas, o Presidente João Lourenço determina também no despacho que sejam contratados os necessários serviços de fiscalização.

10.3 Plantar florestas urbanas para combater poluição

Jornal 3 De Abril de 2019
Texto Preeti Mehra

"PALASH, Arjun, Babul, Kalm"

SunnyVerma, Director executivo da empresa indianaAfforestt, divulgou os nomes das árvores nativas que foram plantadas para criar uma floresta urbana no coração de Deli. Com o objectivo de limpar a poluição do ar da capital do país, o

empreendimento social com fins lucrativos é um dos muitos projectos indianos que se posicionam contra as mudanças climáticas por meio da silvicultura.

A cidade sofre com a má qualidade do ar, tanto no verão como no inverno, e tem um histórico particularmente grave quando se trata de enfrentar o problema. É comum em grande parte do país. Em Junho passado, o Banco de Dados Mundial de Qualidade do Ar Ambiente da Organização Mundial da Saúde mostrou que 11 das 12 cidades com a pior qualidade do ar do mundo estão na Índia.

Juntamente com os altos índices de partículas, o país também enfrenta altos índices de CO₂ na atmosfera, agravada pelo esgotamento crítico de cobertura verde. Embora os números oficiais afirmem que a Índia aumentou a sua cobertura verde desde a mudança do século, as estimativas alternativas divergem. O Global Forest Watch (GFW) - um projecto colaborativo, envolvendo a Universidade de Maryland, o Google, o Serviço Geológico dos Estados Unidos (USGS) e a Nasa usou um declínio acentuado na cobertura verde do país e coloca-o em 14.º lugar entre os que têm maiores perdas de cobertura florestal entre 2000 e 2010.

Como parte do Acordo de Paris de 2015, a Índia comprometeu-se a "reduzir a intensidade de emissões do seu PIB, em 33-35% dos níveis de 2005 até 2030", mas o governo indiano parece estar a adiar a sua implementação. O Ministério do Meio Ambiente, Florestas e Mudanças Climáticas da Índia respondeu recentemente a uma consulta pública, afirmando que o seu governo ainda não havia emitido ordens aos estados sobre como realizar as Contribuições Nacionais.

A Índia também prometeu criar um sistema adicional de sumidouros de carbono (um ambiente natural ou criado artificialmente) quer executivo da Aforest Sunny Verma, fundador Shubhendu Sharma e co-criador principal a "em Alim

absorve CO₂ da atmosfera), o que compensaria pelo menos 2,5 mil milhões de toneladas de equivalente de CO₂ até 2030, através de florestas e árvores adicionais.

No entanto, o governo de Deli pretende cortar quase 17 mil árvores para construir acomodações para funcionários do governo e desenvolver complexos comerciais no sul de Deli. Desde Junho do ano passado, centenas de cidadãos em toda a capital vêm protestando contra a destruição da cobertura verde crucial, e alguns até tomaram medidas legais. Vários casos contra o abate de árvores em Deli chegaram ao Tribunal Nacional Verde (NGT) e ao Supremo

Tribunal de Deli, que decidiram suspender o projecto até chegarem a uma decisão final obrigando o governo a voltar aos rascunhos iniciais.

Dado o lento progresso da administração indiana em cumprir os seus compromissos, iniciativas privadas, públicas e sem fins lucrativos estão a aplicar-se ainda mais para melhorar a cobertura verde do país, construindo florestas urbanas e rurais que reduzem a poluição do ar e da água. A Aforestt, por exemplo, fez parcerias com outros negócios sociais para plantar variedades nativas de árvores, criando 126 florestas urbanas, desde o seu lançamento, em 2011, em 50 cidades de 11 países diferentes.

Fundada pelo engenheiro indiano Shubhendu Sharma, a empresa opera num modelo de código aberto, ensinando indivíduos e organizações a plantar florestas em fábricas, escritórios ou até mesmo nos quintais das casas. "A Aforestt trabalha com um método que faz com que as florestas cresçam 10 vezes mais rápido do que a média", disse Sharma, "fazendo com que uma floresta natural de 100 anos se desenvolva em apenas 10 anos".

A empresa usa um método desenvolvido pelo botânico japonês Akira Miyawaki, que, ao contrário da silvicultura comercial, planta apenas variedades nativas de árvores em proporções e ordens seccionadas, criando florestas multicanaís que não carecem de manutenção e ecossistemas 100% autosustentáveis. Sharma aprendeu o método directamente com Miyawaki, graças a um projecto para cultivar uma floresta de pequena escala na sede indiana da gigante automobilística Toyota, onde ele trabalhava

"Durante a era britânica, a silvicultura na Índia construía florestas que poderiam gerar rendimento. Assim, os institutos de pesquisa florestal não conseguiram se concentrar nas espécies de árvores nativas", explica Verma. "Miyawaki utiliza apenas espécies locais. As florestas se misturam com o ecossistema local, duram mais e podem existir em espaços urbanos". Fascinado com a técnica, Sharma cultivou uma pequena floresta no seu próprio quintal e decidiu criar a Aforestt. Ao longo dos anos, o empreendimento social experimentou outras técnicas, como a agricultura natural e o aprimoramento do solo, para aperfeiçoar a sua abordagem.

A Aforestt formou parcerias com várias organizações florestais na Índia, como a Dharti Arnit (trabalhando em desertos no oeste da Índia) e a Alaap People's Foundation (uma organização sem fins lucrativos que foca a sua acção na arborização dos Himalaias). A Aforestt treinou a fundadora e directora executiva da Alaap, Sheeba Sen, para plantar

uma floresta em sua casa. "[A Afforestt] posteriormente tornou-se nossa parceira técnica e nós a requisitamos todas as vezes que precisamos de assistência", esclarece Sheeba Sen.

Estas colaborações entre empresas, cidadãos e organizações sem fins lucrativos são essenciais para criar a cobertura verde que o país tanto precisa para cumprir os seus compromissos internacionais.

10.4 Executivo investe usd200 milhões para a construção de vários projectos

Jornal economia e finanças

5 De Abril de 2019

Texto Adérito Veloso

A seca cíclica que afecta a região Sul do país, com particular destaque para a província do Cunene, vou o Governo a tomar medidas urgentes que visam um conjunto de obras de aprovisionamento e adição de água, cuja construção arranca brevemente.

Para o efeito, o Titular do Poder Executivo, aprovou um pacote financeiro de 200 milhões de dólares norte-americanos (63,2 mil milhões de kwanzas) para solucionar problemas estruturantes ligados aos efeitos destrutivos da seca na província do Cunene.

Segundo uma nota da secretaria de Imprensa da Presidência da República, o despacho ordena que os sectores correspondentes desencadeiem, de imediato, os procedimentos de contratação, por concurso público, dos serviços para a edificação de um conjunto de obras com aquele fim. Investimento

Prevê-se a construção de um sistema de transferência de água do rio Cunene que partirá da localidade de Cafu até Shana, nas áreas

de Cuamato e Namacunde, destinado à obra no valor de 80 milhões de dólares (25.3 mil milhões de kwanzas).

A nota revela que um segundo projecto será a construção de uma barragem na localidade de Calucuve e o seu canal adutor associado, num custo global de 60 milhões de dólares (18,9 mil milhões de kwanzas).

Por último, será construído uma outra barragem e o respectivo canal adutor, na localidade de Ndue, com um custo similar de 60 milhões de dólares (18,9 mil milhões de Kwanzas).

Projectos estruturantes

Ainda no quadro do vasto programa para garantir as soluções definitivas de água para a população e o gado das regiões do Cunene mais densamente povoadas, prevê-se a distribuição de camiões-cisternas e outros equipamentos capazes de aprisionar e distribuir água potável nas localidades mais afectadas.

A província do Cunene conta com uma extensão de 78.342 quilómetros quadrados (krrr') e com uma população estimada 965.288 habitantes.

A província compreende os municípios de Cahama, Cuanhama, Curoca, Cuvelai, Namacunde e Ombadja. É na província que o rio Cunene ganha o seu nome.

10.5 Seca Mata mais de 12 mil cabeças de gado

Jornal: visão

05 De Abril de 2019

A Situação é desoladora para os criadores locais que Têm o gado como fonte de rendimento': disse ao NJOnline, Virgílio Tyova.

O governante, aproveitando a sua presença em Luanda ara participar na VII Reunião Ordinária do Comité Central do MPLA, na sexta-feira, acrescentou que a estiagem é a grande preocupação de todos no Cunene, e já gerou igualmente a preocupação do Executivo de João Lourenço.

Segundo Virgílio Tyova, o Presidente da República está "muito preocupado" com a situação do sul de Angola em particular a província do Cunene, "e Já estão equipas no terreno a trabalhar para aliviar a situação aflitiva que as populações atravessam':

O também primeiro secretário do MPLA no Cunene, sublinhou a importância que tem o facto de o CC do MPLA ter debatido as estratégias para enfrentar o problema da seca no sul do País que nos próximos tempos serão implementadas para se evitar catástrofes.

"Existem muitas localidades rurais que neste momento estão a beneficiar de água por cisternas que são atribuídas diariamente através do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros e das administrações municipais': informou.

Apontou os municípios do Curoca, Cahama, Ombadja, principalmente nas localidades de Omahenge ya Shikungo, Omahenge ya Shivulo e Mucupe, e as comunas do Evale, Anhanca, Nehone, Oshimulo, Cuanhama e do Namacunde como as mais afectadas pelo fenómeno da seca. "É muito

difícil ver criadores de gado a perderem os seus animais diariamente", lamentou o governador, salientando que a seca no Cunene é um problema cíclico, cuja solução definitiva, passa pela construção de canais abertos junto dos rios que circundam a província, de modo a que as populações nas zonas rurais deixem de depender unicamente das chuvas para a agricultura, consumo humano e para os animais.

De acordo com Virgílio Tyova, devido a escassez das chuvas, no Cunene, homens e animais partilham o mesmo bebedouro com vários riscos para a saúde.

Problema repete-se no Kuando Kubango Os municípios da província do Kuando Kubango, na região de fronteira com a Namíbia, nomeadamente Cuangar, Calai e Dirico estão igualmente a enfrentar graves problemas de estiagem, disse ao NJOnline, o governador do Kuando Kubango, Pedro Mutindi.

"Estarmos preocupados com a situação. Por isso, estamos a mobilizar bens alimentares para apoiar as populações afectadas e ultrapassar, assim, a situação de penúria alimentar": informou reconhecendo que a seca agrava o problema da desnutrição na província. "Grandes áreas Tnossa província debatem-se com uma seca recorde. Muito gado morre, não há pasto. A seca no Kuando Kubango tem consequências devastadoras": lamentou.

Pedro Mutinde lembra que nalgumas regiões atingidas pela seca, as águas subterrâneas são as principais fontes de abastecimento para as populações e o gado, mas com a falta de chuva até essas já secaram ou estão a secar por completo.

Barragens contra a seca

O Governo vai construir barragens nas províncias do sul de Angola que estão entre as mais ameaçadas e afectadas pela seca que há vários anos se instalou em grande parte da África Austral devido às alterações climáticas.

Há anos que se repetem os avisos para a urgência de medidas atenuadoras para as catástrofes anunciadas e, por causa dos já sobejamente conhecidos fenómenos La Nina e El Niño, o futuro adivinha-se ainda mais árido com intervalos de intensas e devastadoras cheias.

O Namibe, o Kunene, o Kuando Kubango e a Huíla estão na linha da frente do impacto das alterações climáticas que nos últimos anos provocaram a mais grave e extensa seca em 35 anos na África Austral, resultando em mais de 700 mil pessoas, das quais cerca de 400 mil crianças, em risco, como ainda em Janeiro alertava o Escritório das Nações Unidas para

a Coordenação das Emergências Humanitárias (UNO-CHA).

Para responder a esta realidade, e depois de, em 2017, a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), através do seu Departamento de Alimentação, Agricultura e Recursos Naturais, ter pedido aos estados-membros em risco que tomassem medidas, como a construção de represas e sistemas de armazenamento de alimentos para responder a situações de maior aperto, o Governo angolano acaba de anunciar que vai dar início a um programa de construção de barragens com esse propósito.

O ministro da Energia e Água, João Baptista Borges, anunciou que vão ser construídas duas barragens na província do Cunene, na região do Cuvelai, a mais severamente atingida pelos efeitos das alterações climáticas, seja por secas intensas ou por cheias devastadoras.

10.6 Inaugurada em Malanje uma fábrica de madeira

Jornal de Angola
6 De Abril de 2019

Uma fábrica de transformação de madeira, orçada em quatro mil milhões de kwanzas, foi inaugurada na quinta - feira, na localidade do Kinguila, em Malanje, pela ministra da indústria, Bernarda Martins.

Denominada "Abwik Wood", a fábrica é um investimento privado que, numa primeira fase, vai gerar 130 postos de trabalho directos, e 310 indirectos.

Testemunharam a inauguração, inserida no programa das comemorações do 17Q aniversário do Dia da Paz, o ministro da Agricultura ~ Florestas, Marcos Nhunga, e o governador de Malanje, Norberto dos Santos.

O empreendimento, de acordo com o governador de Malanje, pela sua imponente, demonstra o potencial da província e constitui uma amostra as potencialidades da região sector madeireiro.

O ministro da Agricultura ~ Florestas considerou tratar se de um investimento que vem contribuir para o crescimento do sector público privado e que vai servir de modelo para outros investidores. "Julgamos que isso deverá ser seguido pelos empresários do país para, desta forma, ajudar a acabar coma exportação de madeira em touros ou blocos", disse Marcos Nhunga, que apelou às associações de madeireiros a incentivarem os seus membros a seguir e expandir essa experiência.

A ministra da Indústria lamentou a falta de água e energia eléctrica das redes públicas no local, o que encarece os custos de produção.

A fábrica ocupa uma área de oito hectares e é a única do género na cidade de Malanje.

10.7 Cunene recebe meios para combater a seca

Jornal de Angola
7 De Abril de 2019

Uma equipa do Núcleo de Águas Subterrâneas do Ministério da Energia e Águas, deve chegar terça-feira a Ondjiva, Cunene, para iniciar a abertura de novos furos de água e a reabilitação dos existentes, no âmbito da luta contra seca que assola aquela província.

Segundo a Angop, que cita uma nota de imprensa, os novos furos servirão para aumentar a capacidade de captação e disponibilização de água, quer para consumo humano, quer para abeberamento do gado, em tempo seco ou de escassez de chuvas.

A iniciativa do Ministério da Energia e Águas enquadra-se na perspectivas da adopção de soluções mais duradouras, para inimizar os efeitos nefastos causados pela seca.

Para o efeito, num exerdado conjunto com alguns governos provinciais, foram também identificadas algumas intervenções de engenharia, que visam a implementação de acções estruturantes de combate à seca.

As acções visam, fundamentalmente, a criação de mecanismos para garantir a segurança hídrica em vários pontos do país, nas perspectivas de manter a sobrevivência das populações locais e do gado.

A província do Cunene tem sido ciclicamente afectada por longos períodos de seca. Daí que o Governo tenha disponibilizado, recentemente, 200 milhões de dólares para execução de projectos de construção de barragens de retenção de água de rios e a instalação de meios que permitam a distribuição para diferentes pontos da província afectados pela seca.

10.8 Exploradores de madeira agem à margem da Lei

Jornal de Angola
11 De Abril de 2019
Texto: Estácio Camassete

A maior parte dos exploradores de madeira na província do Huambo furta-se ao pagamento da taxa de exploração ao Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF), situação que se reflecte na não arrecadação de receitas para os cofres do Estado.

Amaro Gime Bulica, chefe do Departamento Provincial do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF), lamenta os altos níveis de abate desenfreado de árvores nas florestas do Huambo, perpetrado por camionistas, no período nocturno, que fazem o carregamento de touros para fins comerciais, contando com a colaboração de populares.

"A legislação proíbe o abate desenfreado de árvores, pelo que, nestes casos, as multas não são baratas. Por isso, os camionistas optam, igualmente, pelo 'garimpo' nocturno, existindo, no entanto, uma falta de vontade das populações em legalizar esta actividade", disse Amaro Gime Bulica, que assegura que Angola apresenta um património florestal quase único, em termos quantitativos e qualitativos' que ao ser explorado de forma sustentável e racional pode constituir urna base para o desenvolvimento económico, social e ambiental do país.

As florestas do Huambo, disse o responsável do IDF, são muito antigas e algumas precisam ser renovadas, porque a árvore envelhecida produz dióxido de carbono e oxigénio na mesma quantidade pelo que é necessário inovar as florestas, procurando sensibilizar a população para, paulatinamente, as retirar e colocar novas mudas, de forma organizada.

Segundo Amaro Bulica, o Instituto de Desenvolvimento Florestal tem estado a desenvolver uma política de produção de mais mudas, com a construção de viveiros nas zonas satélites intermunicipais, para que todos os municípios possam plantar mais eucaliptos e pinheiros. Acrescentou que está em análise a possibilidade de um estudo, com o apoio da Faculdade de Ciências Agrárias, de multiplicação das sementes nativas, por serem variedades excelentes para carvão.

Repovoamento

Amaro Gime Bulica assegura que estão disponíveis cerca de sete mil pés de plantas de eucalipto e pinha, para serem distribuídos gratuitamente às instituições interessadas e à população, organizada em comissões de moradores, sublinhando a existência de um viveiro com capacidade de 15 mil pés de plantas diversas que estão em vias de crescimento, para serem entregues ainda este ano.

De acordo com as estatísticas, explica o engenheiro, o património florestal do Huambo era, em 2002, muito acentuado, avaliado em 78 por cento da superfície florestal nativa ou natural, ao passo que a mesma análise, 2015, mostra apenas a cobertura florestal de 48 por cento, devido ao abate desregrado de árvores, por parte dos produtores de carvão, que não têm respeitado as leis de licenciamento desta actividade.

A província do Huambo, fundamenta o chefe do Departamento Provincial do IDF, perdeu cerca de trinta por cento de hectares das suas florestas nas localidades do Bailundo, Cachungo, Chicala Chohohanga, Longonjo, Caála e nos demais polígonos florestais espalhados pela região planáltica.

"As pessoas devem primar por boas práticas, de forma a recuperar as espécies de árvores conhecidas de onduko e omanda, as mais procuradas pelos carvoeiros, devido à alta qualidade de carvão que apresenta. É, pois, o dever do IDF, junto das administrações municipais, trabalhar para poder controlar estas espécies".

As florestas nativas, disse, facilitam a conservação da fauna, pois os animais que abundam nesta região são atraídos por estas florestas típicas, pelo que, com o seu desaparecimento, pode afectar, directamente, a economia das famílias, provocando escassez de mel, cogumelos, frutas silvestres e de outros produtos explorados nas florestas.

"Proteger as florestas significa preservar a biodiversidade contra a devastação, por ser uma situação que provoca um impacto negativo contra a própria sobrevivência do ser humano", disse Amaro Gime Bulica, sublinhando que as florestas exóticas, eucaliptos e os pinhos têm merecido particular atenção da empresa Estrela da Floresta, que tem trabalhado na sua comercialização' respeitando o período de campanha florestal, de Maio a Outubro, realizando o repovoamento dos polígonos da província.

O engenheiro Bernardo Freitas, director da Estrela da Floresta, disse que irão trabalhar, em parceria com a

Faculdade de Ciências Agrárias, na elaboração de um projecto de substituição das antigas florestas.

10.9 «Coloco sacos para pagar as minhas propinas»

Novo Jornal

12 De Abril de 2019

Texto: Álvaro Victória

Naumi, de apenas 13 anos, é uma adolescente que partilha com outros jovens o concorrido «mercado» de colocação de sacos pretos nas pernas de quem pretende fazer a travessia de acesso ao mercado do Kikolo.

Ao contrário do aluguer das botas, «negócio do saco» é mais económico (custa 100 kwanzas), porém menos seguro. "Com tanta água e lixo, o saco quase sempre fura. Mas gastar 200 kwanzas nas botas fica muito difícil para mim", queixa-se Domingos, usuário dos meios, sempre que recorre ao mercado do Kikolo.

Naumi diz ser a primeira vez que se envolve no «negócio» e teve o aval dos pais.

"Hoje mesmo não fui à escola porque devo as propinas. Por isso, com o consentimento dos meus pais, coloco sacos para pagar as minhas propinas da escola", informa, com simpatia, a aluna da 4.ª classe, moradora do bairro Kikolo.

Sacos pretos e fitas-cola são os materiais de trabalho de Naumi «colegas». Diariamente, os que operam neste segmento de «negócio das chuvas» chegam a acumular rendimentos entre os 1000 e os 1500 Kz.

"Não ganhamos tanto assim. Cobramos 100 kwanzas para a colocação de um par de sacos. Em cada embalagem, que contém 50 sacos, e que compramos a 100 kwanzas, pode 'sair' uns 1500 ou 2000 Kz de lucro. Há também custos com as fitas-colas. É um dinheiro que dá para comprar comida e cobrir pequenas despesas", informa Severino, de 15 anos, oriundo de Benguela, e que opera no mercado dos Kwanzas, município do Cazenga.

10.10 Madeira abre portas a 130 trabalhadores

Jornal Economia e Finanças

12 De Abril de 2019

Texto: Francisco Curibingana

A província de Malanje conta com uma unidade fabril que vai transformar os produtos florestais e outros

derivados em maciço, tábuas, barrotes, ripas, portas, carteiras e camas.

Com um investimento avaliado em quatro mil milhões de kwanzas, o empreendimento pertencente a empresa "Abwik", garantiu 130 postos de trabalho directos, dos quais um expatriado de nacionalidade portuguesa e 310 indirectos.

O director-geral da Abwik, Gilberto Gil, precisou que a produção não se vai restringir apenas para a província de Malanje, mas também para a exportação.

"Não iremos fazer como antigamente em que muitas empresas exportavam em touros. Nós faremos com outras valências, transformando em tábua, ripas, portas e carteiras", precisou.

Destacou que a área comercial já está a trabalhar neste sentido, sendo que nos próximos dias "vamos começar a atender as primeiras encomendas".

A fábrica tem capacidade de corte em torno de 50 metros cúbicos (m³) dia.

A matéria-prima para garantir a funcionalidade da fábrica vai sair das florestas naturais locais e da vizinha província do Uíge, com 10 mil hectares cada.

Uma das prioridades estabelecida pela Abwik é a plantação, e de acordo com o director, dentro de sete anos, o produto sairá dos supermercados, às florestas plantadas e reduzir a pressão sobre as florestas naturais nas províncias de Malanje e Uíge.

"Nos próximos sete ou oito anos, vamos poder explorar nas florestas plantadas", reafirmou.

Indústria transformadora

Por sua vez, o administrador da empresa, Carlos Cunha, assinalou que a abertura do projecto, representa a materialização de um sonho de instalar a indústria de transformação de madeira nesta parcela do país.

Reafirmou a vontade de a empresa trabalhar na transformação da madeira "autóctone" ou natural, trabalhando no reflorescimento, na plantação das espécies, bem como a sua análise e estudo e estabelecer parcerias mas, preferencialmente com o Brasil, como fez questão de sublinhar.

Mostrou-se convicto dos resultados a alcançar a médio prazo pois como afirmou, "nós temos consciência do que representa este investimento, do que é necessário fazer para que o "play back" do seu custo se realize no mais curto espaço de tempo.

"Temos certeza de que com a equipe que vamos trabalhar e com quem estamos a trabalhar, seremos capazes de realizar este desiderato. Vamos conseguir pagar a quem devemos e vamos realizar as nossas actividades sem muitos créditos, vamos elevar os nossos activos", realçou.

A Abwik não só produzirá os bens materiais, vai dedicar parte do seu compromisso na formação dos jovens, razão pela qual, pensou no apetrechamento de áreas específicas para tal objectivo.

"Vamos fazer com que essa unidade seja de facto uma escola. Malanje tem uma zona planáltica invejável, mas não a nível do nosso país, invejável a nível do mundo, vamos tirar proveito disso.

Malanje precisa e merece e nós estamos aqui a dar este sinal fazendo com que esta obra seja a pioneira de muitas que irão concerteza nascer aqui", reafirmou.

Reduzir o desemprego

O governador provincial de Malanje, Norberto dos Santos "Kwata Kanawa" destacou o força e determinação da direcção da Abwik que não poupou esforços em erguer naquela que foi concebida como Zona de Desenvolvimento Industrial uma unidade fabril que vem ajudar num dos maiores problemas de reduzir o desemprego no seio da juventude e proporcionar o bem-estar nas famílias.

"Estamos a mostrar também que é possível fazermos boas coisas aqui em Malanje e é uma grande resposta para aqueles que só falam", disse.

10.11 Ravinas no Panguila engolem residências

Jornal A República

12 De Abril de 2019

Texto: Ana Mendes

Várias ravinas têm estado a destruir casas e a cortar circulação nos sectores que compõem o bairro Panguila, no município do Dande, província do Bengo, afirmaram recentemente ao Jornal Hora H os populares daquela circunscrição do território nacional

Segundo os cidadãos ouvidos por este semanário, a governadora do Bengo Mara Baptista e os administradores que dirigem o município do Dande dominam o assunto e nada fazem para ultrapassar as dificuldades que o povo vive, recentemente estiveram no local "a aldrabar a população que iriam asfaltar a rua direita do interior do Panguila e até hoje nada de concreto fizeram".

"Tentaram meter brita para começarem () trabalho e depois de uns dias abandonaram-no. Se na realidade é mesmo asfalto que eles pretendem colocar, estão já a começar mal porque não passou por lá nenhum engenheiros para fazer o estudo da terra em que irão trabalhar e já estão a calcetar com o tuvinial "britas", como é que o asfalto vai ter maior durabilidade se a base não está a ser bem trabalhada?", questionaram.

"Portanto isto é mais uma das mentiras que o MPLA e os seus dirigentes nos habituaram durante estes quarenta e três anos de governação, e vos garanto senhor jornalista que a actual governadora Mara Baptista não vai melhorar o Bengo, porque a maioria colaboradores são coniventes da má governação que já passou aqui", afirmaram.

"Vocês acham que os dirigentes que passaram no Bengo não roubaram dinheiro do erário público? E se sim, onde é que estão esses declarados gatunos que a PGR do Bengo não consegue apresentar, se as outras províncias têm estado a publicar relatórios sobre os descaminhos de verbas e vários bens que haviam sido roubados", questionou Anacleto Pedro morador do sector oito.

Pedro afirmou ainda que tem o memorando os problemas que assolam o Panguila, em todos os sectores da sociedade e nenhum deles foi resolvido desde que a mesma recebeu o referido documento, "portanto estamos perante uma governadora leviana, que só quer mostrar charme como faziam os outros dirigentes que passaram por cá".

"vejam a problemática do lixo, falta de medicamentos, ambulância, alimentação para os técnicos, materiais gastáveis no pequeno Centro Medico que temos, para não falarmos das péssimas condições das vias de acesso para lá chegar, portanto é uma pouca vergonha o que se vive no Panguila".

Por outro lado, Madalena Costa moradora do sector sete, acrescentou que quando chove o bairro Panguila fica intransitável por causa das ravinas que têm-se alastrado a cada dia que passa e a terra não favorece porque é argila "lodo" e os serviços de táxi não chegam às paragens habituais. "Assim temos estado a viver um clima de terror quando chove, e gostaríamos de desafiar a governadora Mara Baptista a entrar no interior ao Panguila para constatar no local que o povo está aclamar".

"Vários sectores do Panguila estão sem água potável há mais de cinco anos e dependem de camiões cisternas que vendem cada mil litros a mil e quinhentos Kwanzas e a população que não tem onde recorrer têm estado a aderir, mesmo não sabendo a proveniência real deste líquido".

Este semanário contactou a administradora municipal do Dande, Anastácia de Vasconcelos, mas sem sucesso.

10.12 Um «ganha-pão» que emerge dos estragos das chuvas

Novo Jornal

12 De Abril de 2019

Texto: Álvaro Victória

Da janela de madeira de uma casa sitiada de águas das chuvas, Paulo Kissoko, jovem morador do bairro Chendovava, distrito do Kikolo, município de Cacuo, olha, com preocupação, as nuvens cinzentas que prognosticam estar a caminho mais cargas pluviométricas.

A apreensão visível no rosto de Kissoko é transversal a milhares de luandenses que olham para as chuvas como um fenómeno ameaçador, arrasador, fértil na produção de casos de desabamentos, trânsito caótico, travessia condicionada, doenças e mortes.

Porém, há quem, ainda em Luanda, saúde a chegada da época chuvosa. Entretanto, não são apenas os agricultores que assim procedem. A menos de um quilómetro da sitiada casa de Kissoko, está dona Morassa, que não esconde a euforia de vislumbrar os sinais de chuva que as nuvens cinzentas e o vento forte emitiam na manhã de terça-feira, 09.

"Não me 'amarrem' [sentido de travar] a chuva", atira, em voz alta e ar de simpatia, dona Morassa, de pele escura, voz grossa e corpo forte. Está sentada sobre uma banheira suja carregada de botas, num dos mais frenéticos passeios que dão acesso ao mercado do Kikolo.

É aí onde a dona Morassa e centenas de «colegas» encontram o sustento das suas famílias. O «negócio» é instantâneo, vive das cargas pluviométricas. É um sentido de oportunidade imposto pelas condições degradantes que apresentam os acessos ao mercado.

A escassos metros, é visível uma extensa zona com águas sujas - de cor escura - e muito lixo a emergir. O cenário espelha um problema de saúde pública, um atentado ao meio ambiente. Aliás, no corredor, estão várias bancadas, com diversos produtos à venda, inclusivamente bens alimentares.

A travessia é feita de forma muito apertada, o que impõe um compasso lento. Há uma multidão a fazer o vaivém. São estas pessoas a clientela de Morassa e centenas de jovens e senhoras que facilitam a travessia naquele cenário de grave condição higiénica.

Morassa faz aluguer de botas a quem queira, de forma mais ou menos segura, atravessar a zona e chegar propriamente ao gigante mercado, repartido entre zona a céu aberto e um vasto compartimento já coberto.

. O aluguer das botas, que cobrem e protegem as pernas da água suja e do imenso lixo, custa 200 kwanzas. Mas há alternativas mais económicas para quem

queira proteger-se da acentuada degradação higiénica que a travessia apresenta.

No mesmo momento que anuncia aos transeuntes os seus serviços, Morassa conta à reportagem do NJ que o «negócio» serve de sustento para a família, particularmente para os seus quatro filhos, que percorrem a idade escolar.

"Quando chove muito, conseguimos 'facturar' cerca de 7 mil kwanzas diariamente", informa, numa altura em que coloca um saco de plástico nos pés de um cliente, antes de este calçar as botas.

"É muita gente que usa estas botas. Então, é necessário proteger as pessoas de doenças da pele", explica Morassa, após receber de um antigo cliente 150 Kz.

"Nem sempre cobramos 200 kwanzas. Isso é como tudo. É um negócio, meu irmão. Há também 'batimento' [redução do preço por meio do diálogo], sobretudo para os nossos habituais clientes", esclarece a cidadã de 41 anos.

Com risco de perdas

Isabel partilha o mesmo espaço e «negócio» com Morassa. De 33 anos, Isabel sustenta, na época chuvosa, os seus quatro filhos através do aluguer de botas.

Isabel descreve o «negócio» como "arriscado", porquanto, várias vezes, foram vítimas de infidelidade por parte de clientes que se apoderaram das botas.

"Este é um negócio arriscado, colocamos as botas e ficamos com os calçados das pessoas. Nem sempre elas voltam. Muitas vezes, vão de vez. E, nestes casos, deixam-nos sempre calçados em péssimas condições", lamenta Isabel, informando que a caixa de botas, contendo doze pares, custa 15 mil kwanzas.

10.13 Chuvas desalojam mais de 60 famílias

Jornal de Angola

15 De Abril de 2019

Texto: Adão Diogo

Mais de 60 famílias perderam as suas casas no município do Cacolo, Província da Lunda-Sul, em consequência das fortes chuvas que se abateram sobre a região no primeiro trimestre do ano em curso, informou, ontem, o comandante municipal do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, Zeca Luciano.

O responsável disse que a instituição que dirige não tem meios para prestar assistência às famílias desabrigadas. "Algumas famílias estão por conta própria a reabilitar as suas casas, mas a maioria não tem possibilidade", disse.

Disse, por outro lado, que a progressão de duas ravinas na zona suburbana do Catambor "está a tira o sono" aos habitantes locais. "O Instituto Nacional de Estradas tem de intervir urgente nesta região, pois as ravinas ameaçam cortar um troço da estrada de acesso à comuna de Cucumbi, interior de Cacolo", frisou.

VIH/Sida

A crença, no poder dos Kimbandas para curar o VIH/Sida, a prática de relações sexuais desprotegidas, prostituição, controlo ocasional do estado serológico, transfusões sanguíneas pouco seguras, são factores que estão na causa do surgimento de 37 nos casos de VIH/Sida em Cacolo, num universo de 585 pessoas testadas, durante o primeiro trimestre deste ano.

Segundo a coordenadora local do Programa de VIH/Sida, Elizabeth Saraiva, que revelou este facto, no período em referência houve dois casos de óbitos de pessoas que contraíram o vírus do VIH/Sida.

Elizabeth Saraiva, que tutela uma equipa de 13 técnicos, disse que à luz do programa que coordena, tem-se realizado sessões de aconselhamento, palestras, visitas a portadores do vírus e assistência médica e medicamentosa. Disse ainda que dos testes obrigatórios realizados a mulheres grávidas no primeiro trimestre deste ano, houve dois casos positivos.

10.14 Milhares de famílias afectadas pela seca

Jornal de Angola

17 De Abril de 2019

Texto: Domingos Mucuta

Mais de 16 mil famílias do município da Chibia, 45 quilómetros a sul da cidade do Lubango, província da Huíla, estão afectadas pela seca registada na região sul de Angola, revelou o administrador municipal.

Sérgio da Cunha Velho, que apresentou os dados na condição de primeiro secretário municipal do MPLA, aquando da visita do secretário-geral do partido, Boavida Neto, informou que a estimativa, em função da média do agregado familiar, é de 80 mil pessoas afectadas pela seca.

O administrador municipal da Chibia disse que as vítimas da calamidade natural apresentam um grau elevado de desnutrição, com principal incidência para as zonas limítrofes com os municípios dos Gambos (Huíla) e do Virei (Namibe), onde não chove há mais de dois anos.

Informou que, para contrapor os efeitos devastadores da seca no seio das famílias carenciadas, a administração recebeu recentemente apoios estimados em mais de seis toneladas de produtos alimentares diversos, distribuídos nas quatro comunas do município.

"A seca atingiu profundamente milhares de famílias. Temos crianças e idosos a passar fome, apresentando o gado na Huíla está a ser assolado por falta de chuva desnutrição preocupante. Do grupo de afectados, constam ainda membros da comunidade "san", totalmente vulneráveis", afirmou o administrador.

Sérgio da Cunha Velho apela à boa vontade da comunidade nacional e internacional para obtenção de bens alimentares para acudir às famílias vítimas da seca, que maioritariamente se dedicam à agricultura, cujas culturas estão comprometidas pela escassez de chuvas.

O dirigente disse que, devido à estiagem cíclica, o município preparou apenas 300 hectares e prevê colher 270 toneladas de milho e 75,6 de outros produtos, como massango, feijão, batata doce e rena e hortícolas.

10.15 Drama humanitário da seca alastra-se ao Kuando Kubango

Jornal Manchete

18 De Abril de 2019

Texto: Nganga Fula

A seca continua a fazer das suas no Sul de Angola, nomeadamente no Cunene, Huíla e Namibe (sendo que nestas últimas duas províncias, nas localidades dos Gambos e no Virei não chove há dois anos, levando a morte elevada de gado (só 89 cabeças, segundo um vídeo distribuído em finais de Março) e ameaçando também a sobrevivência das populações nativas à sede e à fome), sem que no horizonte imediato se vislumbrem soluções eficazes e efectivas por parte de quem de direito, apesar dos paliativos encontrados até aqui, como as prometidas valas de retenção de águas, a partir dos rios, lagos e lagoas circundantes, que, infeliz e desafortunadamente, também estão comprometidos pela longa estiagem, embora o drama da seca já ocorra desde 2006.

Na verdade, um panorama sombrio que foi intermediado com cheias cíclicas, após chuvas torrenciais que atingirem o pico entre 2008-2009, quando foram construídos diques, para atenuar o impacto das cargas pluviométricas sobre a situação precária dos sinistrados. Segundo informações postas a circular esta semana na imprensa, o drama estendeu-se em nove municípios da província do Kuando Kubango, onde 70 mil famílias estão atingidas pela seca, sendo que 300 mil pessoas atingem no KK, sendo que várias toneladas estão a ser mobilizadas para acudir os sinistrados.

Na Huíla o seu impacto alargou-se ao Sul do Lubango, precisamente no município da Chibia. O administrador local, Sérgio Cunha Velho, revelou recentemente que "a estimativa, em função da média do agregado familiar, é de 80 mil pessoas afectadas pela seca": acrescentando que "as vítimas da calamidade natural apresentam um grau elevado de desnutrição, com principal incidência para as zonas limítrofes (Gambos e Virei)".

HUÍLA: GRITO DE SOCORRO 80 MIL FAMÍLIAS NA CHIBIA ACENDE UM SINAL DE ALERTA

O gestor comunitário da Chibia avançou, em declarações ao JA, que "para contrapor os efeitos devastadores da seca no seio das famílias carenciadas,

a sua administração recebeu vários apoios recentemente, traduzidos em mais de 6 toneladas de alimentos, distribuídas nas quatro comunas que compõem o município "A seca atingiu profundamente milhares de crianças. Temos crianças e idosos a passar fome, apresentando desnutrição preocupante." Entre os atingidos pela estiagem o administrador indicou também os nómadas da comunidade "San" Como se sabe, estes dedicam-se mais à caça e à recolção, por isso mesmo enfrentando maiores dificuldades, comparativamente aos seus consortes sedentários que se dedicam, basicamente; à agricultura e à pastorícia, desde os tempos de antanho, tanto no KK, Huíla, Namibe e Cunene.

CUNENE COM MAIS DE 200 FAMÍLIAS AFECTADAS: INTERPOSTO ADUANEIRO DOA MAIS DE 70 TONELADAS

Na província do Cunene recebeu esta quarta-feira (17/4) 73 toneladas de produtos de primeira necessidade, nomeadamente arroz, açúcar, fuba, diversas latarias e embalagens de chouriço, para acudir as populações carentes, doados pelo Interposto Aduaneiro de Luanda. Já em finais de Fevereiro último foi constatada em workshop, promovido pelo Ministério do Ambiente, com apoio do Governo Provincial e do BAD, situação gritante vivida localmente, com "mais de 200 mil famílias confrontadas com a seca na província do Cunene devido à falta de questões de acautelamento do clima, - segundo Édio Gentil José, vice-governador para os serviços técnicos e infra-estruturas.

Segundo a Angop que veiculou a notícia, o governante acrescentou que "a província do Cunene é das mais vulneráveis do país no que diz respeito as alterações climáticas e, querem aproveitar esta actividade do Ministério do Ambiente para expor as dificuldades que enfrentam por falta destas questões de acautelamento ao clima, como número reduzido de chuvas e seca extrema.' A mesma fonte ressaltou que "devido a isso muitas pessoas estão com os seus activos económicos prejudicados por causa da falta de água para o consumo das famílias, para o gado e para a prática da agricultura" destacando que "a província tem 742 pontos de captação de água, dos quais 320 encontram-se inoperantes, e este encontro vai permitir falar com os investidores sobre a situação que a província atravessa para atrair financiadores.

O técnico do Ministério do Ambiente, Júlio Inglês, disse que "o workshop visa colher contribuições dos vários departamentos ministeriais e sociedade civil sobre a implementação da estratégia nacional do fundo verde para o clima. Essa estratégia visa angariar fundo internacional para a mitigação e adaptação de

problemas de alterações climáticas nas províncias das Lundas Norte e Sul, Moxico e Cunene ainda este ano.

O representante do BAD, Iosefe Ribeiro, disse que a sua instituição "tem o mandato de apoiar os países membros na transformação das suas economias baseadas num crescimento sustentado e verde, em que os aspectos do meio ambiente devem sempre ser considerados", recrodando que "o BAD já investiu em Angola perto de 2.1 mil milhões de dólares em vários projectos que envolvem melhores práticas ambientais.

O Fundo Verde de Clima é uma entidade operacional do Mecanismo Financeiro da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas que visa apoiar as necessidades dos países em desenvolvimento para a promoção da mitigação às alterações climáticas e adaptação aos seus efeitos.

ANTES TARDE DO QUE NUNCA: EXECUTIVO ADOPTA SOLUÇÕES TÉCNICAS

Por sua vez, o governador Virgílio Tyova instou em finais de Março último que os governados a estarem "empenhados na luta contra a fome e a pobreza, principalmente nas comunidades do meio rural, que enfrentamos carência de água e alimentos, devido a falta de chuvas na região, devendo-se aumentar as áreas de cultivo para a auto-suficiência alimentar': observando que no contexto actual existem poucos recursos. É com esses recursos que precisamos de fazer muitas coisas novas" (...) "É preciso fazer uma gestão virada para a solução dos problemas da população. Precisamos de trabalhar com as autoridades tradicionais, igrejas e população em geral, porque só assim as coisas vão funcionar para melhorar as condições de vida da população.'

Finalmente, o ministro da Energia e Água, João Baptista Borges, anunciou, recentemente, adopção de medidas para a implementação de projectos que visam combater a seca que atinge a região do Cunene, nos últimos anos. Entre as medidas a serem implementadas nos próximos meses, apontou a construção de duas barragens hídricas, no Cuvelai, para acumular água para o consumo das populações, criação de condições para a criação do gado, bem como para irrigação dos campos agrícolas. Outro projecto, segundo o ministro, está ligado à construção de um transvaze na zona do Cafu, para a área da Oshanas, levando a água às comunidades afectadas pela catástrofe, através de condutas", pontualizando que, o seu "ministério trabalha, no sentido de nos próximos dias, proceder o lançamento do concurso público, para adjudicação da empreitada, realçando que o projecto será implementado dentro de três anos, sem anunciar o valor monetário a ser

investido': garantindo "tratar-se de soluções técnicas de engenharia que passarão pela transferência de caudais, com a retirada de água em zonas com alguma abundância para zonas com grandes défices.

10.16 Quando chove aqui ninguém dorme

18 De Abril de 2019

Novo Jornal

Vasco Domingos, um dos anciãos da -área, fazendo contas, fez saber que de princípio residiam no campo cerca de 836 famílias, destes, foram realojados até ao momento mais de 400 famílias para o Zango e Sapú II, isso por três vezes.

"A última vez foi em 2012 e ficou a garantia de que seríamos alojados todos na mesma semana, mas por motivos da hora, o processo foi interrompido com a

Promessa de continuar nos próximos dias, só que de lá para cá já se passaram sete anos", contou.

Tio Vasco, como também é conhecido, disse que a situação é crítica, sobretudo na época chuvosa.

"Quando chove, aqui ninguém dorme, as casas ficam completamente inundadas, por isso, crescem os casos de cólera e paludismo, que afectam sobretudo as nossas crianças", frisou.

Independentemente das dificuldades

Morador diz que há união entre as famílias: "Onde come um, comem todos quando alguém está doente, ajudamos"

Revelou que em 2018 um responsável do Governo provincial de Luanda ligada área social recolheu informações sobre as famílias, mas até hoje os moradores aguardam pelas «boas-novas.

10.17 Angola coordena grupo africano sobre o clima

Jornal de Angola

20 De Abril de 2019

Angola assumiu a primeira vice - presidência do Fórum sobre Desenvolvimento Sustentável em África, órgão onde durante 12 anos vai coordenar grupos de trabalho relacionados com as alterações climáticas e sistemas de inovação tecnológica para o sector do Ambiente.

Angola assumiu o cargo durante a Si sessão do Fórum Regional Africano sobre o Desenvolvimento Sustentável, que decorreu de 16 a 18 deste mês, na cidade de Marrakech, no Reino do Marrocos.

A presidência do fórum, que decorreu sob o lema "Reforçar o poder das populações e a segurar a inclusão e a igualdade", foi assumida pelo Reino do Marrocos.

A delegação angolana, chefiada pela ministra do Ambiente, Paula Francisco, apresentou o Plano Nacional de Tecnologias Ambientais e manteve um encontro com responsáveis ligados ao Desenvolvimento Sustentável do Reino do Marrocos, onde ficou assente a necessidade do reforço de uma posição comum e de consenso com o apoio da União Africana sobre as alterações climáticas.

O Governo do Marrocos garantiu apoiar Angola na realização da primeira conferência internacional sobre as alterações climáticas, um evento que conta já com o apoio da União Europeia, de acordo com uma nota de imprensa do Ministério do Ambiente.

O 5Q fórum produziu medidas e resoluções que irão alimentar a sessão deste ano do Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável, sob a égide do Conselho Económico e Social das Nações Unidas, que será realizado em Julho, em Nova Iorque.

O encontro produziu ainda a "Declaração de Marrakech", na qual os ministros responsáveis pelo Ambiente reafirmaram o compromisso com a implementação dos ODS e a adesão de África às directrizes para a Agenda 2030.

10.18 Seca força abandono escolar no Cunene

Jornal de Angola

24 De Abril de 2019

Alunos do ensino primário e secundário de' algumas localidades do Cunene, sobretudo rapazes, estão a abandonar as aulas para se dedicarem à pastorícia, em consequência da seca que assola a província desde Outubro do ano passado. Segundo apurou a Angop, esta situação vive-se, essencialmente' na comuna do Oncocua, município do Curoca, no Evale (Cuanhama) e em Ontchinjao (Cahama), o que preocupa as autoridades.

O administrador comunal interino do Ombwa, Adriano Samba, explicou ontem que devido à estiagem muitas crianças estão a ser obrigadas a abandonar os estudos, para seguir os pais na

transumância (deslocação de pastores e rebanhos na procura de pasto) e de alimentos para sustento da família.

"As crianças abdicam dos estudos porque, em tempo de seca, os pais, criadores, tornam-se nómadas, uma vez que têm de percorrer longas distâncias (por vezes mais de 100 quilómetros) até encontrarem comida e água para o gado", esclareceu.

Gelso Katchihaluoko, professor, disse ser complicado leccionar no Ombwa pelo facto de os alunos faltarem muito, por viverem longe e, por serem obrigados, pelos pais, a dedicarem -se ao pasto, principal fonte de sustento da localidade.

"Normalmente, as salas de aula da iniciação à sexta classe são compostas por 15 alunos, mas a maioria não chega até ao final do ano, porque acompanham os pais na transumância", lamentou.

Até há bem pouco tempo referiu o professor, a administração ajudava com merendas escolares, mas nos últimos meses deixou de o fazer, o que provocou o aumento do índice de abandono escolar.

A administradora municipal da Cahama, Maria de Lourdes de Oliveira, afirmou que com fome dificilmente as pessoas assimilam a matéria e a maioria das comunidades rurais do Cunene não vive sem o pasto e a agricultura.

"A nível da Cahama, 82 crianças abandonaram as escolas para acompanharem os pais nas áreas de transumância, mas estas não são exactamente do nosso município, são pessoas que vieram da Namíbia, do Virei (província do Namibe) e dos Gambos (Huíla)", explicou,

De acordo com a responsável, os dados referem -se a este ano e algumas destas crianças, inclusive do sexo feminino, também são provenientes do Curoca e de Ombanja, localidades que recentemente receberam feno para o gado em transumância e que em breve beneficiarão de novos furos de água.

Já o administrador comunal do Evale (município de Ondjiva), Porfílio Vatileni, disse ser difícil controlar a situação, por se tratar de comunidades ou povoações que vivem da agropecuária há centenas de anos e não admitem que nenhuma outra actividade se sobreponha à pastorícia.

"Estamos com muitas crianças fora do sistema de ensino devido à seca, visto que são obrigadas a procurar alternativa para sobrevivência. A transumância é a primeira opção, porque a agricultura fica nula", resumiu.

10.19 Postos de média tensão podem desabar no bairro das Lagostas

Jornal de Angola

26 De Abril de 2019

Texto: Maiomona Artur

Três postos eléctricos, dos quais dois de baixa tensão e um de média, podem desabar a qualquer momento no bairro do Farol das Lagostas, Distrito Urbano do Ngola Kiluanji, no município de Cacucaco, devido à progressão das ravinas, situação que coloca em risco a vida de centenas de habitantes da circunscrição.

Populares contactados pelo Jornal de Angola afirmaram haver negligência por parte das autoridades do município que, mesmo a verem o perigo, fazem vista grossa até que um dia venha a acontecer o pior. Agastados, lembram que a situação já se arrasta há anos e não encontram uma possível saída 'para a resolução do problema.

Angelina Fernandes, 54 anos, moradora do bairro há já alguns anos, corre o risco de perder a qualquer momento a casa devido ao avanço das ravinas, situação que, segundo ela, tem constituído um grande pesadelo para a família.

"Espero que as autoridades trabalhem no sentido de estancar a ravina, no sentido de se evitar o pior. As fortes chuvas que se abateram em Março contribuíram para o desabamento de uma parte da sua residência, o que provocou enormes constrangimentos", precisou.

A moradora contou que, muito recentemente, um vizinho partiu a perna a escassos metros da sua residência, quando regressava do serviço no período nocturno, por ter tropeçado num buraco profundo que surgiu do nada.

"A ravina tem tirado a nossa paz de espírito. Se cair mais uma chuva, será um desastre total, visto que, diariamente' desaba sempre uma parte da terra. Por exemplo, às noites prefiro passá-las em casa de vizinha, pois me sinto mais segura", lamentou.

A jovem Engrácia Adão, 18 anos, reconheceu ser difícil caminhar no período chuvoso pelo bairro, com agravante de as casas não oferecerem segurança devido às ravinas

Dada a gravidade da situação' explicou que na semana passada um grupo de técnicos da Administração do Distrito Urbano do Ngola Kiluanje trabalhou na zona, mas não houve grandes resultados.

"Estamos cansadas com as promessas do Governo. O problema das ravinas é antigo e se houvesse interesse, acredito que há muito estaria resolvido", disse, lamentando que o bairro não tem merecido atenção por parte das autoridades, uma vez que, além das ravinas, há também problemas de saneamento básico, energia eléctrica e de centros médicos.

As fortes chuva que se abateram na capital em Março arrastaram um jovem do bairro da Sucanor. O seu corpo esteve desaparecido durante quatro dias.

Para Teresa Manuel, as noite tornaram se um pesadelo' por temer que haja mais deslizamentos de terra. "A administração local demonstra pouca vontade em resolver a situação, por se tratar de assunto antigo. Já houve várias visitas de constatação. mas de concreto nada foi feito."

Disse que, por exemplo, no bairro Uíge, junto a uma farmácia, existe um buraco que acumula bastante água, o que faz com que os moradores a retirem com moto-bombas, desviando-o para outras zonas, afectando negativamente residências e vários bens. Angelina Lucas, 48 anos, moradora do bairro Farol das Lagostas disse que um outro problema que aflige a população está ligado à falta de contentores para o depósito de resíduos sólidos.

Com a inexistência de contentores de lixo no bairro, infelizmente, este é depositado por baixo da ponte. O cheiro nauseabundo que sai da pequena lixeira invade boa parte das residências das redondezas e os moradores estão expostos a várias doenças.

Uma outra situação que perturba o dia-a-dia da população está ligada ao índice de delinquência, pelo que, para a resolução do problema, é necessário que a policia coloque um posto móvel.

"Há muitos roubos à mão armada. Os assaltos têm sido nas residências e nas ruas, por causa da escuridão que e faz sentir na zona. Os moradores conhecem bem os jovens que praticam esta acção", disseram os residente .

Trabalhos de contenção

O administrador adjunto para a Área Técnica e Infra estruturas do Distrito Urbano do Ngola Kiluanje, António Teixeira, disse ter sido feito um trabalho para a contenção do poste de média tensão, que estava na iminência de desabar .Relativamente às ravinas com 20 metros de comprimento, dois de profundidade e igual número de largura, o responsável explicou que foi já contactada uma empresa especializada, que está em negociações com a Comissão Administrativa de Luanda.

Dada a falta de recursos, disse que a administração local havia feito apenas trabalhos paliativos nas ravinas, acção que contou com apoio 'de uma empresa que disponibilizou, na altura, duas basculantes para acudir à situação das fendas.

"Feito o trabalho, infelizmente, voltou a chover bastante o que veio a piorar a situação' mas a administração vai criar formas para facilitar o escoamento das águas", adiantou .A falta de escoamento da água e a construção desordenada de casas contribuem, em grande medida, para a progressão das ravinas na zona. Esclareceu que em relação ao saneamento básico' é uma realidade, mas este problema não se coloca apenas nesta zona.

Quanto à delinquência, António Teixeira diz ter mantido um encontro com a população, onde foi abordada a questão, apelando aos moradores para denunciarem os prevaricadores, para facilitar o trabalho da Policia Nacional.

10.20 Projecto agrícola apoia famílias camponesas afectadas pela seca

Jornal de Angola

29 De Abril de 2019

Texto: Domingos Mucuta

Cerca de oito mil famílias camponesas de vários municípios das províncias da Huíla, Cunene e Benguela vão beneficiar do Projecto de Relançamento da Agricultura Familiar, revelou o director do Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA).

Nguinamau Luzeawayu informou que o foco do projecto, orçado em mais de sete milhões de dólares, visa impulsionar a produção nos municípios afectados pela seca, concretamente para a criação de condições para os criadores de gado e o cultivo de cereais como milho, massango e massambala.

Segundo Nguinamau Luzeawayu, na província da Huíla o projecto vai ser executado nos municípios da Chibia e dos Gambos, onde inúmeras famílias camponesas deixaram de produzir devido à seca. O projecto visa ainda a instalação de sistemas de água nas comunidades' para permitir que as famílias camponesas e criadores de gado possam desenvolver a actividade sem constrangimentos.

Nguinamau Luzeawayu informou que uma das prioridades do projecto é a recuperação e a construção de infra-estruturas, instalação de empreendimentos vocacionados para a sanidade animal e a distribuição de sementes e alfaías agrícolas.

A reactivação e construção de escolas de campo, para a experimentação de novas culturas pouco usadas pelas famílias camponesas das regiões seleccionadas, o fortalecimento das habilidades técnicas das comunidades para a preparação dos solos, são outros objectivos do projecto, disse Nguinamau Luzeawayu, que acrescentou.

"O projecto visa a diversificação da produção no meio rural. A seca tem graves consequências económicas e sociais nas populações das comunidades rurais. É nesta vertente que temos de encontrar fórmulas para levar água potável às comunidades, quer para o consumo dos habitantes' quer para o abeberamento do gado."

Nguinamau Luzeawayu disse que está a ser incentivada a actividade de reflorescimento, para dar lugar à produção de mel, carvão, bem como a recolha de insectos comestíveis, como catatos (maungo).

A directora do Gabinete Provincial da Agricultura, Mariana Soma, disse que o projecto, tutelado pelo Ministério da Agricultura e Florestas, é apoiado financeiramente pelo Fundo Internacional da Agricultura (FIDA) e o Fundo das Nações Unidas para Alimentação (FAO).

Mariana Soma anunciou que brevemente é lançado um outro projecto similar, a cargo do Instituto de Desenvolvimento Agrário. "Estamos a reforçar as sinergias para promover a resiliência das famílias camponesas afectadas pela seca, sobretudo aquelas dos municípios ecologicamente mais frágeis", assegurou Mariana Soma.

10.21 Mazelas da chuva

Jornal de Angola
10 De Abril de 2019
Texto: Luciano Rocha

As últimas chuvas em Luanda têm acentuado as mazelas de que enfermam a cidade e o resto da província que prevalecem por circunstâncias conhecidas de todos, menos de uma minoria, que não é tanto assim.

A verdade é que nem os directamente responsáveis, a vários níveis, por zelar pela província e cidade que lhe dá o nome, nem os que, tendo outras funções, podiam colaborar no bem-estar dos luandenses, parecem preocupados em alterar nada.

O caso dos deputados da Assembleia Nacional eleitos por Luanda, independente da força política a que pertencem, é um exemplo dos que podiam ajudar a melhorar a capital do país e a província da qual faz

parte. A voz deles, por motivos óbvios, é mais facilmente ouvida do que a do cidadão comum. Também por razões evidentes, igualmente tida em outra conta. Era, no fundo, uma forma de agradecerem aos que os elegeram as benesses que têm.

Bastava dedicarem algumas horas a conhecer Luanda para confirmarem que tudo o que o cidadão comum diz dela, quando muito, peca por defeito. Façam os passeios, às mais variadas horas.

De preferência a pé, jamais em magotes. Na hora das pernas darem sinal de falta de hábito, apanhem um rxaximbombo ou táxi colectivo. Esperando na fila. Oçam com atenção o que dizem os outros passageiros. Entrem em tascos e quintais de sopa e almoço, tomem café numa roulotte. Nessa noite hão-de sentir dificuldade em adormecer. Caso contrário, não mereceram ser eleitos.

10.22 Afectados pela seca vão receber apoio alimentar

Jornal de Angola
19 De Abril de 2019
Texto: Lourenço Bule

O secretário de Estado para a Reinserção Social, Lúcio do Amaral, garantiu, na cidade de Menongue, capital do Cuando Cubango, que o Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, vai prestar apoio alimentar a cerca de 70 mil famílias, assoladas pela fome devido à estiagem na região.

Lúcio do Amaral, que prestou esta informação à imprensa, a saída de um encontro com o governador provincial, Pedro Mutindi, com o qual avaliou a situação da estiagem na província, disse que devido à gravidade que este fenómeno está a provocar a milhares de habitantes o Ministério da Acção Social arrecadou bens alimentares para acudir as populações afectadas.

"Em função das necessidades apresentadas pelo Governo do Cuando Cubango arrecadamos alguns alimentos que vão ser entregues à população afectada brevemente", disse Lúcio do Amaral.

Salientou que a população do Cuando Cubango, particularmente a que vive na orla fronteiriça com a vizinhas Zâmbia passam por muitas dificuldades.

10.23 Seca no Cunene força encerramento de escolas

Jornal de Angola

28 De Abril de 2019

Cunene está a viver uma situação de "seca severa", com impactos negativos directos na vida das pessoas e animais, bem como na produção agrícola. Em consequência disso, a campanha deste ano está comprometida.

Os últimos dados do Governo Provincial do Cunene indicam que 299.623 pessoas sofrem de fome e sede em Cahama, 65.526 no Cuanhama, 53.677, no Curoca, 38.432, no Cuvelai, 114.991 em Namacunde e 285.194 em Ombadja.

Segundo a Angop, em consequência da seca que assola a província há sete meses, nove escolas dos diversos níveis estão encerradas, prejudicando 54.500 alunos. Noutras, muitos alunos abandonaram as aulas optando por acompanhar os pais na pastorícia.

A seca causou já a morte de 19.539 animais. O governo adoptou medidas de emergência para minimizar os efeitos da estiagem a curto prazo.

Entre as medidas constam acções de abastecimento de água às comunidades, assistência humanitária com bens de primeira necessidade (alimentares e não alimentares) e apoio aos criadores de gado, indica um documento do Governo Provincial, a que a Angop teve acesso.

O Presidente da República' João Lourenço, aprovou, recentemente, um pacote de 200 milhões de dólares, destinados a grandes obras de engenharia hidráulica (três barragens hídricas, respectivos canais adutores de água e 89 chimpacas).

O objectivo construir-se um sistema de transferência de água do Rio Cunene, a partir da localidade de Cafu (no município de Ombadja, até Shana, nas áreas de Cuamato) e Namacunde, com vista a contrapor os efeitos destrutivos da seca na província.

Prevê-se também a construção de uma barragem na localidade de Calucuve (Cuvelai) e outra na região de Ndue, no município do Cuanhama, com os respectivos canais adutores.

Distribuição de Água

O Governo do Cunene vai envolver viaturas pesadas do tipo Kamaze e Unimogue na distribuição de água às 20 comunas do Cunene, com vista a beneficiar as 436 localidades afectadas pela seca.

Estes carros de carga sólida vão apoiar os 25 camiões cisternas com capacidade de 20 mil litros, adquiridos para fornecer água potável a 857.443 pessoas nos municípios do Cuanhama, Cuvelai, Namacunde, Ombadja, Curoca e Cahama.

O objectivo, segundo o governador provincial, Vigílio Tyova, colocar um camião cisterna em cada comuna, com autonomia local, e ter alguns de reserva um abastecimento diário regular às comunidades.

Em declarações a Angop, o governante explicou que, para o reforço da frota, o Governo Provincial vai recuperar os camiões avariados em posse das administrações municipais.

"Como muitas destas localidades são de difícil acesso, vamos envolver também nessa operação, camiões Kamaze, Unimogue e 20 tractores, equipados com cisternas rebocadas, com capacidade de cinco mil litros " informou o Vigílio Tyova.

Acrescentou que, para mitigar o problema da sede e fome no Cunene, está a ser implementado, paralelamente, um plano de emergência, com a abertura de 25 furos de água e do desassoreamento das chimpacas existentes.

10.24 “Madeira retida possui documentos requeridos”

Jornal de Angola

26 De Abril de 2019

Texto: Carlos Paulino

A documentação dos 96 contentares carregados de madeira do tipo "mussívi" apreendidos no Porto do Namibe com destino à China e Vietname é verdadeira, declarou o chefe de Departamento do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF) no Cuando Cubango, Abel Mambo, na quarta - feira em Menongue.

Em declarações à imprensa, Abel Mambo considerou que o chefe do IDF na província do Namibe agiu de forma inadvertida e de "má fé" ao anunciar a apreensão daquela mercadoria, quando na verdade deveria primeiro entrar em contacto com o serviço correspondente do Cuando Cubango para aferir se a documentação dos 96 contentores, que correspondem a 1 700 metros cúbicos de madeira, era verdadeira ou falsa.

Os proprietários da mercadoria, acrescentou, cumpriram com todos os trâmites requeridos pelo IDF, a Administração Geral Tributária (AGT) e a Polícia Fiscal, pelo que a mercadoria foi transportada de Menongue para o Porto do Namibe através dos Caminhos de Ferro de Moçâmedes (CFM).

Abel Mambo indicou que a madeira "mussívi" apreendida é parte do lote explorado no Ano Florestal de 2017, mas não chegou a ser exportada "devido a vários constrangimentos."

Realçou que, em 2018, a mercadoria voltou a ser inspeccionada para se ajustar parâmetros como o certificado fitossanitário, o que devia ser feito pelo tempo que ficou nos estaleiros, o documento que atesta a qualidade da madeira antes da actualização dos certificados de exportação.

Ainda assim, prosseguiu, em 2018, também não foi possível exportar porque o Ministério da Agricultura e Florestas concedeu, em Dezembro daquele ano, apenas dois dias para se transportar a madeira do Cuando Cubango ao Porto do Namibe, um prazo considerado "muito curto."

O processo foi retomado no mês de Março de 2019, quando a validade do certificado de exportação foi renovado, mas o desfecho é, até agora, a interrupção da remessa no Porto do Namibe, algo para o qual Abel Mambo disse não encontrar motivos.

"O que provavelmente esteja acontecer é que, na tramitação da madeira para a emissão do certificado fitossanitário, é obrigatório o despachante apresentar o comprovativo de transferência de valores para o país, o que não foi apresentado na altura, mas o IDF no Cuando Cubango tem este documento", afirmou.

Salientou que, neste momento, os departamentos do IDF do Cuando Cubango e do Namibe estão a trabalhar em coordenação com o serviço central para se ultrapassar esta situação, porque tudo foi feito para a tramitação legal.

A informação de que a madeira saiu do Cuando Cubango de forma fraudulenta "não condiz com a realidade e é necessário esclarecer-se bem esta situação à população", afirmou Abel Mambo .:

As informações iniciais, veiculadas na quarta - feira pelo chefe do IDF do Namibe, Pedro Joaquim Chivela, diziam que 96 contentores de madeira proveniente da província do Cuando Cubango e que se destinavam à China e Vietname, tinham sido interdidadas no Porto do Namibe por suposta fuga ao fisco.

Contactado ontem pelo Jomal de Angola em Moçâmedes, Pedro Joaquim Chivela negou comentar as declarações do seu colega do Cuando Cubango, porquanto, disse, a questão está entregue para solução ao serviço central do IDF, algo já afirmado em Menongue por Abel Mambo.

10.25 Seca e absentismo escolar no Cunene

Jornal de Angola

26 De Abril de 2019

Os alunos do ensino primário e secundário de algumas localidades do Cunene, sobretudo rapazes, estão a abandonar as aulas para se dedicarem à pastorícia, em consequência da seca que assola a província desde Outubro do ano passado. De acordo com informações veiculadas pela Angop, encontram-se nesta condição a povoação do Ombwa, comuna do Oncocua, município do Curoca, no Evale (Cuanhama) e em Ontchinjao (Cahama), situação que preocupa as autoridades locais e contraria todas as estratégias ligadas ao ensino. Não se trata necessariamente de algo novo, atendendo que nas outras províncias o absentismo escolar a favor da pastorícia ou da agricultura tem sido há algum tempo um fenómeno social recorrente, que precisa de ser gerido e controlado no sentido da sua inversão.

As famílias precisam de ser esclarecidas, sensibilizadas e informadas de que a sobrevivência das mesmas e dos seus membros, sobretudo em idade escolar, faz-se também com o equilíbrio entre as necessidades materiais e espirituais. A ida à escola, num determinado período, não se incompatibiliza com o uso de mão-de-obra familiar, nos termos em que as leis e os costumes locais impõem, nas lavras ou espaços de pastorícia.

No Cunene, é preciso que as autoridades locais, fundamentalmente estas últimas, desempenhem o papel que todos esperamos das mesmas na hora de lidar com o desafio provocado pelo eterno problema da seca, que permitam ao Executivo Central a tomada das melhores decisões.

Na verdade, trata-se de problemas cíclicos, anuais e perfeitamente previsíveis, sobre, os quais há muito

devia existir uma estratégia diferente, em vez da aparente resignação da parte da governação provincial, municipal e comunal. Não se compreende como é que todos os anos, o rol de lamentações relativamente aos efeitos de fenómenos naturais ocorram sempre num ritmo desproporcional ao da apresentação, local, das melhores soluções. A província do Cunene vai continuar a enfrentar problemas de escassez de chuvas e, a julgar pelos efeitos nefastos das alterações climáticas cada vez mais irreversíveis, parece sensato concluir que essa tendência vai manter-se ou eventualmente piorar. Precisamos de soluções mais arrojadas, evidentemente, que tenham em linha de conta as práticas e costumes locais que, em nossa opinião, não são incompatíveis com os objectivos do Estado.

Hoje, o ensino, mesmo nas condições em que o Estado angolano pode proporcionar para as pessoas no Cunene e noutras partes de Angola, constitui dos melhores instrumentos para a construção de uma sociedade justa, equilibrada e de igualdade de oportunidade.

As crianças do Cunene não podem ficar condicionadas, no acesso ao ensino, por causa de práticas e costumes que, insistimos, podem ser conciliadas para bem e interesse do Estado angolano. Esperemos que sejamos capazes de fazer dos actuais problemas de seca no Cunene não apenas em motivo para lamentações, mas sobretudo em oportunidade para reflexão e criação de soluções para as comunidades locais.

11. EXPLORAÇÃO
MINEIRA

12. MIGRAÇÃO

13. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA

13.1 Balança comercial com China favorável ao país

Jornal de Angola
15 De Abril de 2019

Nos dois primeiros meses do ano, Angola surge no segundo lugar do 'ranking' dos países de língua oficial portuguesa com trocas comerciais com a China, com Luanda a enviar para Pequim produtos no valor de 4,48 mil milhões de dólares e a fazer compras de 266 milhões de dólares.

No total, as relações comerciais atingem o valor de 4,75 mil milhões de dólares, em Janeiro e Fevereiro. Os dados foram compilados pela agência Lusa com base nas publicações do Fórum Macau e nas estatísticas dos Serviços de Alfândega chineses.

O Brasil continua a ser o - principal parceiro da China no âmbito do bloco de países de língua oficial portuguesa, tendo registado trocas comerciais de 17,35 mil milhões de dólares;

Pequim comprou a Brasília, até ao final de Fevereiro; produtos no valor de 12,52 mil milhões de dólares, mais 36,54 por cento que nos meses de Janeiro e Fevereiro de 2018. O Brasil adquiriu à China bens no valor de 4,83 mil milhões de dólares, uma diminuição de 31,23 por cento.

Portugal exportou nos primeiros dois meses do ano produtos no valor de 358,6 milhões de dólares, mais 4,88 por cento relativamente ao período homólogo de 2018 e importou da China bens no valor de aproximadamente 641,2 milhões de dólares, tendo Lisboa um saldo comercial negativo com o país asiático de cerca de 282,6 milhões de dólares. As trocas comerciais entre a China e Moçambique foram de 442 milhões de dólares nos primeiros dois meses do ano.

Os mesmos dados indicaram que as trocas comerciais entre a China e os países de língua oficial portuguesa fixaram-se em 23,58 mil milhões de dólares ao longo dos três primeiros meses do ano, verificando-se um crescimento de 15,61 por cento.

13.2 Empresários chineses convidados a investir

Jornal de Angola
16 De Abril de 2019

Angola espera receber mais investimentos chineses para impulsionar a Zona Económica Especial Luanda - Bengo, segundo João Salvador dos Santos Neto, embaixador de Angola na China.

O diplomata fez as declarações no Fórum de Investimento Angola-China, realizado no sábado, 13, em Guangzhou, capital da província de Guangdong, sul da China.

"Angola recebe investimentos chineses e o Governo está disponível para proteger os direitos e interesses dos investidores estrangeiros", disse o embaixador angolano, citado pela agência oficial chinesa Xinhua.

João Neto acrescentou também que a China se disponibilizou para participar na recuperação da economia angolana e espera que "Angola e a China possam ter ainda mais cooperação".

Estabelecida pelo Governo angolano em 2009, a Zona Económica Especial Luanda-Bengo é uma empresa estatal que cobre uma área de cerca de 840 mil hectares.

António Henriques da Silva, presidente do Conselho de Administração da Zona Económica Especial, disse que o empreendimento está a desenvolver-se para os sectores da Saúde, fabricação de metais, equipamentos agrícolas e energia.

"A Zona Económica Especial Luanda - Bengo tem abundantes recursos minerais, mão-de-obra jovem, localização geográfica superior, baixos custos de transporte e logística e um mercado consumidor de cerca de 30 milhões de pessoas. Estas são as nossas vantagens únicas e competitivas", acrescentou.

Com disponibilidade de recursos naturais como petróleo e gás natural, Angola é o segundo maior parceiro comercial da China em África.

13.3 China está atenta às reformas em Angola

Jornal de Angola

18 De Abril de 2019

Texto: João Dias

A República Popular da China apoia e está atenta às reformas e novas políticas levadas a cabo pelo Governo angolano, que passam pela abertura ao exterior e a criação de um melhor ambiente de negócios, disse ontem, em Luanda, o novo embaixador chinês em Angola, Gong Tao.

Em breves declarações à imprensa, após apresentar as cartas credenciais ao Chefe de Estado angolano, João Lourenço, o embaixador Gong Tao assegurou que o seu país vai, como sempre, acompanhar as políticas para o desenvolvimento de Angola por via da diversificação da cooperação.

Para o embaixador, a cooperação entre Estados deve impactar ainda mais as instituições, empresas e as sociedades angolana e chinesa. "Vamos continuar de mãos dadas e fazer com que a cooperação em novas áreas resulte em desenvolvimento conjunto. Esta é a missão que começo a assumir aqui em Angola", assegurou Gong Tao.

O diplomata chinês considerou que, ao longo dos últimos 36 anos, as relações diplomáticas e económicas entre os dois países têm-se desenvolvido de maneira saudável e estável.

A justificar as excelentes relações entre os dois países, GongTao lembrou que o Presidente João Lourenço visitou em Outubro do ano passado a República Popular da China.

13.4 Manuel Vicente, Dino e Kopelipa os “Kings” do CIF

Jornal Manchete

18 De Abril de 2019

Texto: Jorge Neto

A acção da surge na sequência da fiscalização das obras do novo aeroporto de Luanda, feita pelo ministério dos transporte, foi instaurado um processo de inquérito, na Direcção Nacional de Prevenção e Combate a Corrupção (DNPCC) da PGR, que resultou em diligências.

A PGR avança no comunicado que o valor já se encontra depositado numa das contas do Estado angolano e acrescenta que o processo de inquérito

prossegue a sua tramitação legal para apuramento de responsabilidades.

De salientar que o ministro dos transportes, Ricardo de Abreu, havia anunciado a saída da 3ª reunião do Conselho de Ministros, orientada pelo Presidente da República, João Lourenço, que as obras do novo aeroporto internacional de Luanda, seriam objecto de correcções de fundo de engenharia, funcionalidade, designer, orçamento e dos prazos para a sua conclusão

o ministro que falava à imprensa no final da reunião do Conselho de ministro dissera que apresentara um memorando com um histórico breve e o ponto' de situação das obras de construção do Novo Aeroporto Internacional de Luanda.

"As constatações obrigam-nos a que se tenha de proceder a uma revisão dos prazos para a conclusão do aeroporto. O que trazemos neste memorando impõe a necessidade de realização de algumas medidas correctivas no âmbito do projecto do ponto de vista de engenharia e da funcionalidade do novo aeroporto", disse.

O memorando, segundo o ministro, teve como base as constatações feitas pela equipa nomeada em Setembro pelo Presidente da República, para integrar o Gabinete de Operacionalização do novo aeroporto.

"As constatações obrigam-nos a que se tenha de proceder a uma revisão dos prazos para a conclusão do aeroporto.

O que trazemos neste memorando impõe a necessidade de realização de algumas medidas correctivas no âmbito do projecto do ponto de vista de engenharia e da funcionalidade do novo aeroporto", disse.

Entre construção e paralisações, a obra do Novo Aeroporto Internacional de Luanda já dura há mais de dez anos e já trocou de empreiteiro. Segundo o ministro Ricardo d'Abreu, o objectivo é adequar o aeroporto aos anseios e às expectativas de uma obra moderna, inovadora e confortável para os passageiros.

Ricardo de Abreu disse que, em termos de previsão, o sector tinha um prazo de conclusão do aeroporto para o terceiro trimestre do próximo ano."Estamos, nesta altura, a considerar que isso venha a depender do trabalho que esta equipa irá realizar, mas estamos a prever que este processo se arraste até 2021 ou 2022": informou. O ministro disse haver muitos aspectos a serem revistos e corrigidos no novo aeroporto e, por essa razão, só com a conclusão do trabalho feito por esta equipa é que será possível

precisar a data da sua entrada em funcionamento e da sua operacionalização. "Ainda falta fazer muita coisa. Já foi feita alguma coisa. O projecto, inicialmente, tinha os trabalhos de execução das obras a cargo da China Internacional Fund (CIF), tendo sido interrompida e suspensa por inconformidades e incapacidade declarada desta entidade": referiu.

A CHINA INTERNACIONAL FUND (CIF)

O CIF, empresa gestora do projecto de construção do novo aeroporto é, segundo dados avançados pelo Club K, uma iniciativa privada registada em Hong Kong tendo como sócios, os angolanos (Manuel Vicente, Manuel Vieira Dias "Kopelipa", Leopoldino do Nascimento), o francês Pierre Falcone, e Xu Jinghua "Sam Pa".

Xu Jinghua "Sam Pa", o patrono do CIF é um cidadão de origem Chinesa a quem o antigo Presidente da República concedeu nacionalidade angolana (e passaporte diplomático) com o nome de António Sampo Menezes. Em 2015, o mesmo foi detido pelas autoridades chinesas sob acusação de práticas de corrupção havendo rumores em meios diplomáticos de que foi secretamente condenado a 80 anos de cadeia.

Em Janeiro do corrente ano, o Africa Monitor também alertava que a torre de escritórios do China International Fund (CIF), em Luanda, vizinha da Assembleia Nacional, deverá reverter para o Estado angolano, por ordem do PR, João Lourenço.

As linhas de crédito do CIF, garantidas por petróleo, estiveram ligadas a projectos de reconstrução defeituosa de infra-estruturas - caso dos caminho de ferro de Benguela, Luanda (CFL) e Moçamedes (CFM), em que foram aplicados perto de USD 3.000 milhões - e de esbanjamento - caso da rede de aeroportos das capitais provinciais, e novo Aeroporto de Luanda, um empreendimento gigantesco, ainda por concluí.

A João Lourenço são conhecidas manifestações, em privado, depreciativas não apenas da qualidade das infra-estruturas chinesas, como também do impacto negativo das mesmas a nível arquitectónico, em particular na cidade de Luanda. É ainda conhecida a JL a posição privada de que as empresas chinesas foram "cúmplices com o roubo" que teve lugar no país durante os mandatos de José Eduardo dos Santos, e que agora devem ser responsabilizadas por esse papel. Numa recente entrevista, JL criticou publicamente o modelo de linhas de crédito garantidas por petróleo, por constituir uma hipoteca sobre receitas do Estado angolano, admitindo renegociar tais financiamentos.

13.5 Trocas comerciais: Angola no segundo lugar do 'ranking' com a China

Jornal de Manchetes

18 De Abril de 2019

Nos dois primeiros meses do ano, Angola surge no segundo lugar do 'ranking' dos países de língua oficial portuguesa com trocas comerciais com a China. Sendo a balança comercial favorável a Angola, Luanda a envia para Pequim produtos no valor de 4,48 mil milhões USD e importar bens e serviços equivalentes a 266 milhões USD.

o total, as relações comerciais atingem o valor de 4,75 mil milhões USD, em Janeiro e Fevereiro desde ano. Os dados foram compilados pela agência Lusa com base nas publicações do Fórum Macau e nas estatísticas dos Serviços de Alfândega chineses. O Brasil continua a ser o principal parceiro da China, no âmbito do bloco de países de língua oficial portuguesa, tendo registado trocas comerciais de 17,35 mil milhões USD. Pequim comprou a Brasília, até ao final de Fevereiro, produtos no valor de 12,52 mil milhões USD, mais 36,54% que nos meses de Janeiro e Fevereiro de 2018. O Brasil adquiriu à China bens no valor de 4,83 mil milhões USD, uma diminuição de 31,23%.

Por seu lado, Portugal exportou nos primeiros dois meses do ano produtos no valor de 358,6 milhões USD, mais 4,88% relativamente ao período homólogo de 2018 e importou da China bens no valor de aproximadamente 641,2 milhões USD, tendo Lisboa um saldo comercial negativo com o país asiático de cerca de 282,6 milhões USD. As trocas comerciais entre a China e Moçambique foram de 442 milhões USD nos primeiros dois meses do ano.

Jornal Mercado

13.6 Angola busca investimento chinês para zee

Jornal economia e finanças

19 De Abril de 2019

As potencialidades da Zona Económica Especial Luanda -Bengo foram apresentadas à empresários chineses de vários ramos, durante o Fórum de Investimento Angola/China, realizado na cidade de Guangzhou, capital de Guangdong, China.

O evento, que decorreu no passado dia 13 do corrente, serviu para apresentar as potencialidades disponíveis na Zona Económica Especial

Luanda/Bengo, que dispõem de uma área aproximada de 840 mil hectares.

De acordo com o interesse manifesto por alguns empresários, Angola espera desta feita, receber em breve, mais investimentos da China, para impulsionar a ZEE e contribuir na diversificação da economia nacional, de acordo com uma nota a que a Angop teve acesso nesta segunda-feira.

O presidente do Conselho de Administração da ZEE Luanda/ Bengo, António Henriques da Silva, presente no evento, disse que o espaço está em progressão em termos de instalação de fábricas, como de metal, equipamentos agrícolas, energia, entre outros.

"A Zona Económica Especial

Luanda Bengo tem abundantes recursos minerais, mão-de-obra jovem, uma boa localização geográfica, baixos custos de transporte e logística e um mercado nacional de consumidores estimado em cerca de 30. Milhões de pessoas. Estas são as nossas vantagens únicas e competitivas", apontou.

Neste fórum, foram também apresentadas as oportunidades de investimento em Angola, pela Agência de Investimento Privado para a Exportação (AIPEX), pelo PCA desta instituição, Licínio Contreiras.